

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

Lara Nasi

**CRIME NO CARTÃO POSTAL: NARRATIVAS SOBRE PUNIÇÃO E
INJUSTIÇA EM O GLOBO E EXTRA**

**Santa Maria, RS
2019**

Lara Nasi

**CRIME NO CARTÃO POSTAL? NARRATIVAS SOBRE PUNIÇÃO E INJUSTIÇA
EM O GLOBO E EXTRA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS) como requisito parcial para a obtenção do título de **Doutora em Comunicação**.

Orientadora: Prof^a Dr^a. Márcia Franz Amaral

Santa Maria, RS, Brasil
2017

Nasi, Lara

CRIME NO CARTÃO POSTAL: NARRATIVAS SOBRE PUNIÇÃO E
INJUSTIÇA EM O GLOBO E EXTRA / Lara Nasi.- 2019.
263 p.; 30 cm

Orientadora: Márcia Franz Amaral
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de
Pós-Graduação em Comunicação, RS, 2019

1. Jornalismo 2. Narrativa 3. Acontecimento 4.
Criminalidade 5. Maioridade penal I. Franz Amaral,
Márcia II. Título.

**A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Tese de Doutorado**

**CRIME NO CARTÃO POSTAL: NARRATIVAS SOBRE PUNIÇÃO E
INJUSTIÇA EM O GLOBO E EXTRA**

elaborada por
LARA NASI

Aprovada em 31 de maio de 2019

Como requisito parcial para obtenção do título de
Doutora em Comunicação

COMISSÃO EXAMINADORA:



Márcia Franz Amaral, Dra. (UFSM)
Presidente/Orientadora



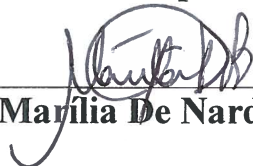
Aline Roes Dalmolin, Dra. (UFSM)



Elton Antunes, Dr. (UFMG)



Júlia Capovilla Luz Ramos, Dra.



Marília De Nardin Budó, Dra. (UFSC)

Santa Maria, 31 de maio de 2019

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Federal de Santa Maria e à estrutura da universidade pública federal, que permite a tantos pesquisadores e pesquisadoras fazer pesquisa de excelência no país.

À professora Márcia Franz Amaral, minha orientadora, pelo partilhar generoso de conhecimento, saberes e questões neste processo e pela confiança no desenvolvimento da pesquisa.

Às colegas do grupo de pesquisa Estudos em Jornalismo. Nossos encontros foram fundamentais para o amadurecimento de várias das ideias que estão presentes nesta tese. À Mirian Redin de Quadros, obrigada pelas generosas trocas sobre narrativa, pela leitura deste trabalho, pela parceria. Igualmente obrigada a Juliana Motta, Elise Souza, Isabel Silveira, Daniela Huberty, Patrícia Schuster e Rafael Rangel Winch.

Aos professores Elton Antunes, Marília de Nardin Budó, Reges Schwaab, Aline Dalmolin e Júlia Capovilla, por todas as contribuições nas bancas de qualificação e final.

Ao grupo de pesquisa Resto, no qual o projeto que se tornaria esta pesquisa foi gestado. À Ângela Zamin o agradecimento pelo incentivo e contribuições permanentes e pela amizade.

Ao Leonardo Mello, pela parceria nesta jornada e na vida. Obrigada por todas as conversas sobre a tese, e, ainda, pelo amor, carinho e cuidado.

A minha mãe Gladis e meu pai, Luiz, o agradecimento é pelo incentivo ao estudo e por todo o apoio, afetivo e material, em toda a trajetória, de estudo e de vida. À minha irmã Cíntia Nasi, e a meu cunhado Alisson Droppa, o agradecimento pelo encorajamento e por serem exemplos a serem seguidos. Ao sobrinho Bernardo, por nos motivar e trazer esperança rumo a um futuro que queremos melhor. À tia Noeli Weschenfelder e ao tio Paulo Zarth, pelo apoio nesta jornada.

Aos colegas de Unijuí, pela compreensão, suporte, diálogos e trocas, especialmente as colegas Vera Raddatz, Nilse Maldaner, Rúbia Schwanke, Sílvia Frantz. Aos alunos do curso de Jornalismo, pelos tantos diálogos em sala de aula ou em orientações que permitiram tensionar as questões em estudo.

À equipe do Proame, por todo o aprendizado. Aos colegas da Secom da FURG, pelo apoio e sobretudo pela compreensão.

Aos colegas de programa e de trajetos compartilhados, pela amizade, cumplicidade, apoio e parceria. Gratidão, Marizandra Rutilli, Araciele Ketzer, Alisson Machado, Phillip Gripp, Anielly Dias, Marcos Borba, Magnos Casagrande, Roni Petterson.

Muitas pessoas, mesmo de longe, ajudaram de diferentes modos nesta jornada. Obrigada Anelise Schütz Dias, Letícia Matheus, Marina Zoppas de Albuquerque, Vera Martins, Márcia Veiga da Silva, Marcelo Igor dos Santos, Raquel Lara Rezende, Luciana Scherer, Cândida Oliveira, Aline Benso, Mariane Ramos Santos, João Pedro Van der Sand, Cleusa Maria Jung, Lisa Nielsen de Mello, Eloísa Klein, Cadiane Lanes Garces.

Agradeço ainda às professoras e professores do POSCOM e ao secretário do programa, Maurício Uberti.

*Contamos histórias porque
finalmente
as vidas humanas têm necessidade
e merecem ser contadas*

Paul Ricoeur

*Um sol de torrar os miolos
Quando pinta em Copacabana
A caravana do Arará, do Caxangá, da Chatuba
A caravana do Irajá, o comboio da Penha
Não há barreira que retenha esses estranhos
Suburbanos tipo muçulmanos do Jacarezinho
A caminho do Jardim de Alá
É o bicho, é o buchicho, é a charanga*

Chico Buarque

RESUMO

CRIME NO CARTÃO POSTAL? NARRATIVAS SOBRE PUNIÇÃO E INJUSTIÇA EM O GLOBO E EXTRA

AUTORA: Lara Nasi

ORIENTADORA: Márcia Franz Amaral

Nesta tese, busca-se compreender como jornais do mesmo grupo editorial, O Globo e Extra, configuram narrativamente o crime que leva à morte de um médico e ciclista em ponto turístico do Rio de Janeiro, cujas suspeitas recaem sobre adolescentes, justo num momento em que se discute a redução da maioria penal no país. O objetivo é compreender como o jornalismo, nestes dois modos de narrar, dota o acontecimento de sentidos, a partir de uma visada que transita entre a fenomenologia e a hermenêutica. Para isso, do ponto de vista teórico, o estudo centra-se na compreensão do jornalismo ele próprio como configurador de narrativas, a partir da apropriação de pesquisadores brasileiros do pensamento de Paul Ricoeur (1994). O episódio que leva à morte do médico é compreendido como um acontecimento (QUÉRÉ, 2004) e é discutida sua configuração temporal quando narrado. Para a análise, são reunidas matérias publicadas sobre o caso nos jornais O Globo e Extra, somando-se 328 textos. Metodologicamente, o trabalho inspira-se nos movimentos de Análise Crítica da Narrativa, propostos por Motta (2013), mas observando-se as especificidades do acontecimento em questão. Assim, a análise se situa em três momentos distintos: a) conhecer o tempo, o lugar e o suporte midiático das narrativas; b) decompor a trama nos dois jornais em análise; c) refigurar os sentidos propostos. No primeiro movimento, dedicamo-nos à caracterização de ambos os jornais como mídias informativas e à estruturação de uma linha do tempo com todos os pontos de virada nas narrativas, que também leva em consideração a narrativa em outras mídias; no segundo movimento, os textos de O Globo e Extra são decompostos e desconstruídos narrativamente para que, no terceiro movimento, seja possível compreender enfim como as narrativas conferem inteligibilidade ao acontecimento. Assim, no último movimento de análise a atenção é para como a intriga é composta em cada um dos jornais, como são configurados os personagens e como se estruturam os projetos dramáticos. Por fim, compreende-se que os jornais partem de uma compreensão comum para o crime e a criminalidade. O ponto pelo qual a história é narrativamente organizada leva a que em Extra a narrativa temporalmente se volte mais ao passado como causa da tragédia presente e que, em O Globo, se direcione mais ao futuro na busca de punição não apenas para os adolescentes potencialmente causadores do ato infracional, mas a “adolescentes infratores” em geral, pela redução da maioria penal. O Globo configura como personagem principal a vítima do crime, e Extra, o suspeito. Finalmente, o projeto dramático de O Globo se estrutura em torno da demanda por punição e o de Extra da denúncia de injustiça.

Palavras-chave: Jornalismo; Narrativa; Acontecimento; Criminalidade; Maioridade penal

ABSTRACT

CRIME ON THE POSTCARD? NARRATIVES ABOUT PUNISHMENT AND INJUSTICE IN O GLOBO AND EXTRA NEWSPAPERS

AUTHOR: Lara Nasi

ADVISOR: Márcia Franz Amaral

In this thesis, we aim to understand how newspapers from the same media group, O Globo and Extra, narratively configure the crime that leads a cyclist physician to death on a tourist spot at Rio de Janeiro, Brazil. The suspects of the crime are adolescents, just in a moment in which the country is discussing the reduction of legal age. We seek to understand how Journalism, in these two ways of narrating, according to each paper, provide meanings to the event. Epistemologically, the study is between phenomenology and hermeneutics. So, theoretically, the point of view is the one that understands Journalism as a narrative, following Brazilian researchers that studies Paul Ricoeur (1994). The episode that leads the doctor to death is considered an event (QUÉRÉ, 2004), and we discuss its time configuration when narrated. For the analysis, we gathered journalistic articles about the case published on O Globo and Extra, reaching an amount of 328 texts. Our Methods are inspired in the ones proposed by Motta (2013) for *Análise Crítica da Narrativa*, observing the specificities of the event. Thus, the analysis has been structured comprehending three different moments: a) knowing the time, the place and the narratives mediatic support; b) decompounding the plot in the two newspapers; c) refiguring the meanings. In the first move, we characterize both journals and structure a timeline with all the turn points identified in the narratives, which also takes into account narrative through other media; in the second one the articles from O Globo and Extra are decompound and narratively deconstructed so that, in the third move, we can understand, then, how narratives confer intelligibility to the event. In our last move, the attention is for the intrigue and how it is compound in each one of the newspapers, how the characters are configured, and how the dramatic designs are structured. Lastly, we understand that the newspapers start from a common comprehension for crime and criminality. The point from which the stories are told leads Extra to the past, seeking the cause of the present tragedy, and O Globo to the future, seeking out for punishment, not only for the adolescents that potentially have caused the crime, but for all the juvenile offenders, by the reduction of legal age. The main character in O Globo is the victim of the crime and, in Extra, the suspect. Finally, dramatic design in O Globo is around a demand for punishment and in Extra is around injustice.

Keywords: Journalism; Narrative; Event; Criminality; Age of majority

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Recorte do jornal Extra em 9 de maio de 2015, p. 11	121
Figura 2: Capa do Extra em 21 de maio de 2015	123
Figura 3: Recorte da página 12 de Extra em 21 de maio de 2015	124
Figura 4: Recorte da página 13 de Extra em 21 de maio de 2015	125
Figura 5: Capa do Extra em 22 de maio de 2015	128
Figura 6: Recorte da capa de Extra em 23 de maio de 2015	133
Figura 7: Capa de Extra em 24 de maio de 2015.....	135
Figura 8: Recorte de página 23 do jornal Extra em 24 de maio de 2015	139
Figura 9: Capa de Extra em 3 de junho de 2015	147
Figura 10: Recorte da capa de Extra em 04 de junho de 2015	149
Figura 11: Recorte da página 10 de Extra em 19 de junho de 2015.....	158
Figura 12: Recorte da capa de O Globo, em 21 de maio de 2015	165
Figura 13: Recorte da página 8 de O Globo em 21 de maio de 2015.....	166
Figura 14: Recorte da p. 11 de O Globo em 21 de maio de 2015	169
Figura 15: Recorte da capa de O Globo, em 22 de maio de 2015	171
Figura 16: Recorte da p. 17 de O Globo em 23 de maio de 2015	178
Figura 17: Recorte da capa de O Globo em 24 de maio de 2015	182
Figura 18: Recorte da página 19 de O Globo em 24 de maio de 2015.....	183
Figura 19: Recorte da página 2 de O Globo em 25 de maio de 2015.....	186
Figura 20: Recorte da página 3 do caderno Esportes de O Globo em 25 de maio de 2015 ...	187
Figura 21: Página 6 de O Globo em 25 de maio de 2015.....	188
Figura 22: Recorte da página 12 de O Globo em 26 de maio de 2015.....	190
Figura 23: Recorte da página 10 de O Globo em 3 de junho de 2015	195
Figura 24: Recorte da página 9 de O Globo em 5 de junho de 2015	201
Figura 25: Recorte da página 2, Segundo Caderno, jornal O Globo, em 6 de junho de 2015	202
Figura 26: Recorte da página 12 de O Globo em 13 de junho de 2015	206
Figura 27: Recorte da página 7 de O Globo em 30 de junho de 2015	207
Figura 28: Recorte da página 15 de O Globo em 23 de julho de 2017	211
Figura 29: Sistematização da síntese dos heterogêneos em O Globo e no Extra	220

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	20
2 ACONTECER E NARRAR: O JORNALISMO COMO MEDIADOR DE SENTIDOS	35
2.1 A NARRATIVA COMO AÇÃO SOBRE O AGIR: UM OLHAR PARA O JORNALISMO	38
2.1.1 Presente, passado, futuro: no jornalismo, a temporalidade narrada	44
2.1.2 Violência, valores, mitos: o fundo ético e moral nas narrativas	46
2.2 DA AÇÃO À NARRAÇÃO: A CONFIGURAÇÃO DO ACONTECIMENTO.....	49
3.AGIR E SOFRER: QUANDO O ACONTECIMENTO COMOVENTE É NARRADO	56
3.2 QUEM SÃO OS CRIMINOSOS? A ORDEM SOCIAL E A CRIMINALIDADE	66
4 METODOLOGIA	79
4.1 ELEMENTOS PARA UMA ANÁLISE DA NARRATIVA	80
4.2 CONSTRUÇÃO DO <i>CORPUS</i>	84
4.3 MOVIMENTOS DE ANÁLISE.....	86
5 CONHECER O TEMPO E O LUGAR: OS JORNAIS E A LINHA DO TEMPO NARRATIVA	94
5.1 DOIS JORNAIS COMO CAPÍTULOS DE UMA MESMA HISTÓRIA: O GLOBO E EXTRA.....	94
5.2 A TRAMA ENGENDRADA TEMPORALMENTE.....	101
6 DECOMPOR A TRAMA	111
6.1 DO TEXTO PARA OUTROS TEXTOS: COMO CIRCULAM AS NARRATIVAS ...	112
6.2 A DECOMPOSIÇÃO NARRATIVA EM EXTRA	120
6.2.1 A história antes da história	120
6.2.2 Um caso não pode permitir o esquecimento de outro	123
6.2.3 A pobreza como causa da criminalidade	126
6.2.4 Com novos suspeitos, inocência do primeiro	143
6.2.6 Descrédito nas investigações	152
6.3 DECOMPOSIÇÃO DA NARRATIVA EM O GLOBO.....	164
6.3.1 Primeiro momento: mais um caso	164
6.3.2 Segundo momento: o caso Jaime Gold	165
6.3.3 A necessidade de punição (no presente e no futuro)	171
6.3.4 Respostas do Poder Legislativo	176

6.3.5 Dúvida sobre as investigações	191
6.3.6 É tempo de boas notícias	200
7 REAMARRAR OS FIOS: EM BUSCA DE SENTIDOS	213
7.2. RELAÇÕES CAUSAIS: A SÍNTESE DOS HETEROGÊNEOS NA INTRIGA	214
7.3 O MÉDICO, O ADOLESCENTE E OUTRAS PERSONAGENS	221
7.3.1 As personagens em O Globo	221
7.3.2 Personagens no Extra	227
7.4 OS PROJETOS DRAMÁTICOS EM EXTRA E O GLOBO	232
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	238
REFERÊNCIAS	245
ANEXO A - A NARRATIVA TERRITORIALIZADA: CAMINHO ENTRE A ZONA NORTE E A ZONA SUL.....	262
ANEXO B - MAPA DO RIO DE JANEIRO COM DIVISÃO POR BAIRROS E ÁREAS DE PLANEJAMENTO.....	263

1 INTRODUÇÃO

Em março de 2018, uma reportagem no caderno DOC de Zero Hora questiona o leitor: “Qual é a cidade mais violenta do Brasil?” (MELO, 2018) Em seguida, o texto apresenta o que presume que responderá seu interlocutor: “A resposta que vem à cabeça do brasileiro é, quase com certeza, o Rio de Janeiro” (Ibid.). O texto parte então para uma cena fictícia, de um porto-alegrense a desembarcar no território carioca com medo, desconfiança, tomando precauções extraordinárias. Mas, nos dirá logo em seguida: “Frios, desapaixonados, os números contam uma história diferente. O Rio de Janeiro não é uma das cidades mais violentas do Brasil. Entre as 50 maiores taxas de homicídios do mundo, há 17 brasileiras. Porto Alegre está na lista. O Rio, não.”¹ (Ibid.)

A sensação presumida de violência dialoga também com um senso de centralidade atribuído ao Rio de Janeiro, outrora nossa capital. Das periferias do país, acompanhamos o que acontece num dos grandes polos produtores de significados e de narrativas da brasilidade. É precisamente das bordas, dos extremos e de uma distância material e simbólica que, nesta tese, olhamos para o Rio de Janeiro. Daqui, queremos significar como jornais cariocas conferem inteligibilidade a um acontecimento que envolve violência e criminalidade. Por isso nosso objeto de estudo são narrativas jornalísticas sobre um acontecimento violento, com a morte de um cidadão em um local público da capital fluminense com suspeitos adolescentes. Queremos compreender como o jornalismo dota de sentidos tal evento. Antes de detalhar esta proposta de estudo, contaremos do contexto que nos leva a construí-la, e que é atravessado por minha experiência profissional.

Nos anos de 2009 e 2013 atuei como jornalista no mandato da vereadora Fernanda Melchionna, do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), em Porto Alegre, que em 2013 presidiu a Comissão de Direitos Humanos daquela Casa. Naquele ano, em que irromperam diversos protestos e o país convulsionou em manifestações contra o aumento de passagens de ônibus, entre outras causas, que foram reprimidos com violência pelas forças policiais, a Comissão produziu um relatório dos abusos contra os manifestantes, especialmente adolescentes e jovens, a partir da realização de oitivas e escutas dos jovens que, anonimamente, denunciaram as violações sofridas. No ano seguinte, este relatório foi apresentado à Corte

¹Os dados a que alude a matéria são de pesquisa atribuída ao Instituto Igarapé e publicados pela revista britânica The Economist. Original disponível neste link: <https://www.economist.com/graphic-detail/2017/03/31/the-worlds-most-dangerous-cities?zid=312&ah=da4ed4425e74339883d473adf5773841>

Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), que cobrou ações do país para coibir a violência policial.

Ainda no final daquele 2013, passei a integrar, também como jornalista, a equipe do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (Cedeca) Proame, em São Leopoldo, região metropolitana de Porto Alegre, um ano depois de finalizar minha dissertação de mestrado na Unisinos, cujo eixo principal de estudo era comunicação e cidadania. Logo quando cheguei, a ONG realizava o II Seminário Nacional Contra o Extermínio de Adolescentes e Jovens. Foi a primeira vez que a palavra extermínio fora associada, para mim, à morte de adolescentes e jovens e, a partir de então, passei a entendê-la como um tema. No ano anterior, 2012, o Índice de Homicídios na Adolescência era 45%, enquanto a média nacional de homicídios em outras faixas etárias era 5% (MELO; CANO, 2014). O Proame, naquele período, desenvolvia uma pesquisa (MUSSKOPF et al., 2014) sobre o que também nomeou como “extermínio” de adolescentes e jovens nas regiões Leste e Nordeste na cidade, onde realizava trabalhos de proteção de direitos, educação social e mobilização comunitária. As narrativas dos entrevistados davam conta da banalização da vida, de assassinatos frequentes, de um clima de medo constante, de ameaças de morte e vingança. Tudo isso acontecia na periferia de São Leopoldo e levava o experiente grupo da ONG, comovido com os relatos e com o número de mortes entre adolescentes e jovens que participavam das ações, a questionar seu próprio trabalho. Neste repensar-se, questionava-se também o papel da imprensa e se observava que, ainda que a violência estivesse presente nos jornais, ela conformava narrativas individuais que não ajudavam a compor uma discussão pública, ou a gerar conhecimento, sobre os altos índices de mortes de adolescentes de periferia como um tema, um problema de nossos tempos, escancarado pelas estatísticas, mas dificilmente refletido de maneira crítica.

Depois de um ano de experiência docente como professora substituta na Universidade Federal de Santa Maria, campus Frederico Westphalen, em que as questões sobre o jornalismo me tocavam pela prática docente e pelas discussões no grupo de pesquisa Resto – Laboratório de Práticas Jornalísticas, ingressei, em 2015, no curso de Doutorado em Comunicação da UFSM e no grupo de pesquisa Estudos de Jornalismo tensionada por estas questões, mesmo ano em que iniciei a atuação como docente do curso de Jornalismo da Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul (Unijuí). Naquele ano, o Congresso Nacional votava um projeto de lei para redução da maioria penal, assunto que era pautado por jornais, revistas e outros veículos de comunicação. Pela internet, durante este período, tivemos acesso à capa de uma edição do *Jornal Extra* que virou tema em discussão nas aulas da disciplina de *Jornalismo, identidades e mediações socioculturais*, ministrada pela professora Márcia Franz Amaral,

orientadora deste trabalho. A capa abordava um crime que estava mobilizando as redes de internet e o jornalismo: o assassinato de um médico, no roubo de uma bicicleta na ciclovia da Lagoa Rodrigo de Freitas, ponto turístico do Rio e atribuído a adolescentes. Num movimento ousado, o jornal Extra, do Grupo Globo, evidenciava, ao comparar esta morte com outra, que as vidas de meninos da periferia parecem importar menos que outras. Assim, ao noticiar o crime que matara o médico Jaime Gold na Lagoa, em letras garrafais o jornal pedia aos leitores: “só não se esqueçam de Gilson e Wanderson”, um adolescente e um jovem, respectivamente, assassinados pela polícia no mesmo dia em que o médico fora morto por adolescentes. À manchete, seguia-se o texto: “Como em qualquer lugar do mundo, crimes em pontos turísticos têm maior repercussão. Mas, no Dendê, mães choram mortes de seus filhos em ação da polícia e esperam que caso não caia no esquecimento” (SÓ NÃO, 2015, p. 1). Esse caso ganhava repercussão nas redes logo quando estudávamos o que Vaz, Cardoso e Félix (2012) chamaram de “política da vítima virtual”, e, ao olharmos para a narrativa sobre violência, nos deparávamos com o que então se conformou como objeto da pesquisa.

Aquele não era o único caso em que encontrávamos esse tipo de posicionamento no Extra. Também em 2015, no mês de julho, o jornal publicou uma capa que em outubro do mesmo ano lhe renderia o prêmio ExxonMobil (antigo Prêmio Esso) de Jornalismo, na categoria “Primeira Página”. Na matéria, intitulada “Do tronco ao poste”, era abordada a morte de um jovem de São Luís, no Maranhão, que, amarrado a um poste, foi linchado depois de tentar roubar um bar na capital maranhense. O Extra comparava a foto da cena a uma pintura de Debret, do século XIX, que retratava um escravo sendo açoitado em praça pública. No texto que acompanhava as fotos da capa, propunha a reflexão: evoluímos ou regredimos nos 200 anos que separam as duas cenas? “Se antes os escravos eram chamados à praça para verem com os próprios olhos o corretivo que poupava apenas os ‘homens de sangue azul, juízes, clero, oficiais e vereadores’, hoje andamos para trás” (DO TRONCO, 2015, p. 1). O relato descrevia a vítima, de 29 anos, como negro, jovem e favelado, “como a imensa maioria das vítimas de nossa violência”. “Se em 1815 a multidão assistia, impotente, à barbárie, em 2015 a maciça maioria aplaude a selvageria. Literalmente - como no subúrbio de São Luís – ou pela internet. Dos 1817 comentários no Facebook do Extra, 71% apoiaram os feitores contemporâneos” (DO TRONCO, 2015, p. 1).

O posicionamento, em ambos os casos, parece não apenas corresponder diretamente a estratégias mercadológicas, já que, no caso da capa com o linchamento, o próprio texto jornalístico anuncia posicionar-se contrariamente à maior parte das pessoas que comentaram sobre o fato em sua página no Facebook. Não se quer assumir com isso que todo o público que

comenta no perfil das mídias sociais do Extra é assinante do jornal. O próprio diretor de redação, Octavio Guedes, em entrevista à Sylvia Moretzsohn para o Observatório de Imprensa (2015) afirma que dos 642 mil fãs que o veículo tinha no Facebook em maio de 2015, apenas 192 eram identificados como moradores do Rio de Janeiro, que é onde o jornal circula (GUEDES, 2015).

Em diferentes pronunciamentos à imprensa, Octavio Guedes afirma o papel do jornalismo no reconhecimento dos Direitos Humanos. Na matéria do Extra que anunciava o recebimento do prêmio Esso, sua fala era: “Infelizmente, uma parcela da opinião pública não vê os Direitos Humanos como um antídoto à barbárie e repete o discurso de que servem apenas para proteger criminosos. Temo que a sociedade esteja perdendo esta batalha de comunicação. E isso tem tudo a ver com jornalismo” (EXTRA, 2015).

Na entrevista à Moretzsohn, cujo tema era a cobertura do caso de Jaime Gold, afirmou: “jornalismo não é concurso de miss-simpatia”, observando ainda que o “dever de informar” era maior que o de agradar ao público, ao mesmo tempo em que enfatizava a “absoluta independência” entre as redações do grupo O Globo (GUEDES, 2015). A posição de Extra em relação à violência não é necessariamente uma novidade. Desde a criação, o jornal busca produzir uma cobertura de violência que não faça exaltação da polícia e que fuja da abordagem do crime como banalidade (LEMOS, 2001).

Passamos assim a nos concentrar nas configurações sobre os modos de narrar e às possibilidades abertas por diferentes modos de conferir inteligibilidade a um acontecimento de comoção justo num momento que mobilizava a opinião pública nacional com relação à criminalidade e punição de adolescentes. Como lançávamos o olhar a Extra, jornal considerado do segmento popular da grande mídia, miramos também para a mídia informativa considerada de referência² do mesmo grupo editorial: o jornal O Globo.

² Zamin (2014, p. 931) observa que em estudos brasileiros, a expressão “jornalismo de referência” é compreendida no sentido de “ter tradição, prestígio e credibilidade; servir de referência a outros jornais no próprio país; voltar-se para a polícia, a economia e os assuntos internacionais; ter como público um leitor competente do mundo público (as elites econômicas e cultural), e possuir índices elevados de tiragem e circulação”, ou ainda, agregando-se a compreensão sobre o termo em estudos estrangeiros, “servir de referência também para a imprensa externamente ao país”. Ao fazer um fechamento sobre a compreensão do termo em diferentes estudos e pesquisas, Zamin (2014, p. 939) afirma que pode-se “objetivar o Jornalismo de referência como aquele que serve interna ou externamente de referência – tanto para a elite formadora de opinião, como para os meios de comunicação – sobre uma parcela do mundo público [...]”, e agrega: “Desta abordagem, deriva a variante Jornalismo de Referência regional, ou seja, aqueles que se constituem como referência aos formadores e informadores da opinião pública em determinada região de um país” (Ibid.). Assim, pensamos O Globo mais no sentido de um jornal de referência regional, na Região Sudeste, e também de modo relacional, para caracterizar dois distintos modelos jornalísticos quando o pensamos em relação a Extra.

O objetivo é investigar como dois jornais, apesar de serem da mesma empresa, ocupam dois lugares diferentes no mercado jornalístico e, com isso, como narradores, constroem diferentes histórias. Sabemos que é impossível comparar publicações de ordens distintas, mas estas diferenças nos servem para entender as múltiplas formas narrativas possíveis de um acontecimento. Nosso referencial teórico, assim, para o caso que chamaremos “morte de Jaime Gold”, perpassa o jornalismo e a narrativa, os estudos de acontecimento e a produção jornalística sobre criminalidade e violência.

Justificamos a importância deste trabalho pela constante presença de temas violentos no jornalismo, seja em jornais impressos, sites de notícia, telejornais, programas de rádio. Muito comumente as narrativas se estruturam em torno de algum caso individual de violência, que leva à construção de discursos que buscam a punição dos criminosos. Desse modo, temos narrativas individualizadas, que geralmente deixam de lado o contexto social que leva à violência e à criminalidade, e reproduzem o conhecimento do senso comum do criminoso como um inimigo social, a quem toda sorte de punição deve ser investida.

A morte do médico Jaime Gold no Rio de Janeiro tornou-se objeto de uma dessas narrativas sobre violência em torno de um caso individual. Por cerca de dois meses, o acontecimento foi tema de matérias e textos de opinião nos jornais do Rio, bem como na imprensa nacional. Diversas questões foram articuladas nas diferentes narrativas: o fato de o ato ter sido cometido por adolescentes justo quando se discutia, no Congresso Nacional, um projeto de lei para redução da maioridade penal³; a brutalidade do ataque; a comoção em torno do caso; o medo da população e dos ciclistas que frequentam a área; a recorrência dos ataques a faca; o fato de que o local é um ponto turístico, “cartão-postal”; a necessidade de punir com mais rigor este tipo de crime, os antecedentes que levam à criminalidade.

O jornalismo tem importante papel de mediação simbólica; as narrativas que produz permitem o diálogo entre os diferentes setores da sociedade. Assim, tornam-se graves e complexas as coberturas sobre violência que referendam políticas de “tolerância zero”, ou que, como nos estudos da área, estejam associadas a “ondas de criminalidade”. Estudar as narrativas sobre violência e criminalidade nos parece fundamental para compreender os diálogos sociais propostos a partir do jornalismo e os sentidos que estes oferecem.

³ Em março de 2015 foi aprovada pela Comissão de Cidadania e Justiça da Câmara dos Deputados a admissibilidade do Projeto de Emenda Constitucional, PEC 171/93, que visava alterar o artigo 228 da Constituição Federal e reduzir a maioridade penal de 18 para 16 anos. Com isso, o projeto foi encaminhado ao Plenário da Câmara, e teve votação em 1º de Julho de 2015. Foi rejeitada e, com uma manobra do presidente da Câmara, Eduardo Cunha, voltou a votação no dia seguinte, com algumas alterações, para então ser aprovada em primeiro turno. O projeto passou por um segundo turno de votação e foi aprovado na Câmara, alterando a redução da idade penal de 18 para 16 anos em casos de crimes hediondos, homicídio doloso e lesão corporal seguida de morte.

Quando há críticas contundentes à relação entre mídia e violência, seja por acirrar desigualdades, ignorar as complexas dinâmicas sociais relacionadas ao crime e à criminalidade, por colaborar na construção de políticas do medo, ou ainda, em visões mais radicais, “produzir a criminalidade”, é importante não apenas estudar como se configuram as narrativas jornalísticas nessa via, no jornalismo tido como de referência, como também estudar e compreender como se estruturam outras narrativas sobre a criminalidade e como elas significam. Por isso nesse trabalho lançamos o olhar não só para um jornal tradicional da imprensa brasileira, mas também para um jornal do segmento popular da grande imprensa, seguindo a designação de Amaral (2004).

O Globo e Extra, jornais da mesma empresa que compõem o objeto deste estudo, figuram na lista dos 25 jornais com maior circulação paga no país há vários anos. Em 2015, quando o caso “morte de Jaime Gold” foi tema de produção narrativa em ambos os veículos, O Globo tinha média de circulação de 183 mil exemplares, segundo jornal com maior circulação no país, atrás apenas do Super Notícia, jornal do segmento popular de Minas Gerais. O Extra, naquele ano, ocupava o oitavo lugar do *ranking*, com circulação média de 115 mil exemplares. Os dados são do Instituto Verificador de Circulação (IVC), citado pela Associação Nacional de Jornais⁴.

O Globo foi fundado em 1925 por Irineu Marinho e Extra, embora bem mais recente, de 1998, desde seus primeiros anos compõe a lista dos jornais mais vendidos do país. Em 2003, Extra ocupava a quarta posição do ranking nacional (AMARAL, 2004). Ambos são empresas do Grupo Globo, um conglomerado que reúne empresas de diversos segmentos de comunicação: a TV Globo, distribuída em quase todo o país, por meio de concessão pública, além de diversos canais na TV a cabo, pela Globosat, outro braço da empresa. Investe no segmento do cinema, com a Globo Filmes, na área musical, com a Som Livre, no rádio, com as rádios CBN e Rádio Globo. Possui ainda um portal de classificados on-line, ZAP, e, no ramo editorial, a Editora Globo e a Infoglobo, que reúne os jornais O Globo, Extra e Expresso, com participação no jornal Valor Econômico⁵.

Nos jornais Extra e O Globo, na narrativa que nos propomos a analisar neste trabalho, são colocados em oposição principalmente dois personagens de um crime: a vítima, um homem branco de meia idade e de classe média, médico, Jaime Gold; e um suspeito, adolescente de 16 anos, morador de favela, negro. Os jornais reconstróem narrativamente suas vidas a partir dos rastros e pistas que deixam essas fontes que já não podem ou não são autorizadas a falar. Um

⁴ <http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil/>

⁵ As informações constam na apresentação da empresa, disponível em: <http://www.grupoglobo.globo.com/>

caso que, em sua singularidade, engendra questões que são universais: a dualidade entre o bem e o mal, o crime e a punição, as consequências da desigualdade social, a mudança de sorte da felicidade para a infelicidade.

Teses e dissertações desenvolvidas no âmbito de programas de pós-graduação em comunicação têm se dedicado ao jornalismo popular e de referência e observado, entre outras questões, seus modos de significar. Não encontraremos, em todas elas a mesma perspectiva teórica que desenvolvemos neste trabalho, pelo viés da narrativa. Mas como se trata o jornal de materialidade linguística, as análises, de diferentes formas, centram no seu significar, seja com análises do discurso, estudo dos enquadramentos ou, mesmo análise da narrativa. Da mesma forma, muitos trabalhos elegem como tema a violência, a criminalidade, ou o ato infracional, ou ainda a representação de adolescentes e jovens em conflito com a lei. Observamos a contribuição de alguns destes trabalhos para a presente pesquisa.

O Globo e Extra, especificamente, são objeto de estudo de outros trabalhos já desenvolvidos, a exemplo de Ivanise Andrade, cuja tese (2016) foi desenvolvida na Universidade Federal da Bahia. Ela se dedica a analisar como os dois jornais, O Globo e Extra, se posicionam discursivamente e constroem o sentido da violência envolvendo crianças e adolescentes. O *corpus* da pesquisa é composto por diferentes matérias jornalísticas sobre violência, no período entre 2010 e 2014, totalizando 106 textos. Há também a composição de um *corpus* secundário, com matérias sobre dois acontecimentos em específico: a morte de um menino vítima de bala perdida dentro de uma escola, no Rio de Janeiro, e o Massacre em Realengo. A pesquisa é situada teoricamente no campo da semiótica social e reflete sobre conceitos como mediação, acontecimento, enunciação e análise de discurso, esta última que, afinal, vai compor também o desenho metodológico da pesquisa. As principais conclusões são que O Globo “constrói o discurso da rua – racional, generalista e fatalista”. Com isso, Andrade afirma que os efeitos de sentido do ordinário e do inevitável são engendrados no discurso, explicado por estatísticas. Já em Extra, há o discurso “da casa, do emocional, personalista e familiar”, cujos sentidos seriam os da violência extraordinária, inexplicável. A autora também observa que há trocas entre os jornais, que compartilham saberes e emoções. Conclui ainda que no caso dos acontecimentos de maior relevância, como a morte do menino na escola e o Massacre de Realengo, há uma “convergência discursiva em direção a uma maior espetacularização da violência e popularização do discurso” (ANDRADE, 2016).

Já no Programa de Pós-graduação da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, outro trabalho, desenvolvido alguns anos antes, em 2009, aborda o discurso em O Globo sobre relações raciais. Trata-se da dissertação de Rachel Pereira de Mello, intitulada *O*

Mesmo e o Outro, as relações raciais no Brasil no discurso do jornal O Globo. A autora busca compreender quem são *o mesmo* e *o outro*, numa construção de alteridade, no discurso do jornal. O universo são textos de opinião e, para empreender a pesquisa cujo referencial teórico e metodológico é a análise do discurso francesa, a autora analisa, num primeiro momento, materiais históricos e, num segundo momento, textos de opinião que abordem a temática racial, entre janeiro e maio de 2008. Os conceitos de “mesmo” e “outro” são operados a partir de Foucault. “O outro” entendido como “sujeito ao qual o discurso é interdito, proibido, encerrado e conjurado” (2009, p. 38); e “o mesmo” como garantidor da “história das coisas, entre elas, a ordem do discurso” (p. 38). Nos textos de opinião analisados, “o mesmo” é “o enunciador que monopoliza o cenário discursivo e diz, nomeia e classifica o outro”, e “o outro”, por sua vez, em O Globo, é compreendido como “o sujeito negro, a quem é negada a alteridade, o poder de construir uma subjetividade negra”.

Outro tema que se torna objeto de estudo em O Globo e com o qual encontramos diálogos com nosso trabalho, é a tese de Pedro Barreto Pereira, intitulada *Narrativas de lei e ordem: uma análise da cobertura de O Globo sobre as Unidades de Polícia Pacificadora*. Este trabalho nos interessa não só pela proposição temática e objeto de pesquisa, mas também pelo referencial teórico. Trata-se de uma tese defendida em 2017, no Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro, sob orientação do professor Paulo Vaz, cujos textos tornam-se uma referência importante para o desenvolvimento do presente trabalho. O trabalho analisa a cobertura jornalística de O Globo sobre oito favelas que receberam Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs). O *corpus* contabiliza 377 reportagens, notas de colunas e outros tipos de textos publicados no jornal entre janeiro de 2014 e agosto de 2016. A proposta metodológica é inspirada nos *pacotes interpretativos* de Beckett, para discernir enquadramentos (PEREIRA, 2017). O trabalho problematiza a herança escravista do Brasil para compreender as origens do medo e da violência, especificamente na cidade do Rio de Janeiro, e observa que “Do regime escravista até os dias atuais, esse indivíduo [herdeiro da escravidão] foi socialmente representado por variações de uma mesma persona: *o capoeira, o malandro o bandido e o traficante*, sua mais recente atualização” (2017, p. 173, grifo do autor). A partir dessa compreensão, reflete sobre a incidência de punição:

É sobre o corpo desse indivíduo que recaem todas as sanções e punições possíveis, legais e ilegais, a serem aplicadas pelo Estado de modo a garantir a segurança dos potenciais *vítimas* – representadas como *trabalhadores*, “cidadãos de bem”, contribuintes etc. Para isso são criadas as políticas penais e práticas punitivas [...] (PEREIRA, 2017, p. 173, grifo do autor)

Dado o contexto, os achados da pesquisa incluem a suposição de que as notícias produzidas por O Globo contribuem para a legitimação discursiva das UPPs como política pública. Elementos que reivindicam a imposição de mais lei e ordem ao crime e à violência são identificadas em 60% da amostra, o que, na leitura do autor, significa “que todas as formas de violações devem ser toleradas em nome de uma eventual *pacificação*” (p. 175). Ainda conclui que é maior a presença de fontes ligadas ao Estado nas notícias sobre UPPs e que há ausência de contrapontos.

Outra dissertação de mestrado que levamos em consideração neste estado da arte é a desenvolvida na Universidade Federal Fluminense por Maite Nora Blancquaert Dias, no Programa de Pós-graduação e Mídia e Cotidiano. O trabalho cujo título é *Maioridade penal em pauta: medo e punição na imprensa* dedica-se justamente à análise do caso Jaime Gold em O Globo e Extra. Neste caso, a autora realiza uma análise do discurso de linha francesa e busca observar diferentes aspectos, como aqueles relativos a atos infracionais cometidos por adolescentes e à maioridade penal diretamente. A partir do caso Jaime Gold, para compreender como os dois jornais do grupo abordam as temáticas “criminalidade juvenil” e “maioridade penal”, o *corpus* foi constituído por um intervalo entre 1º de abril e 2 de julho de 2015. O intervalo temporal corresponde ao período entre a aprovação da PEC para redução da maioridade penal na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, e sua aprovação na mesma casa legislativa. Duas categorias são especialmente trabalhadas, desde uma primeira leitura do *corpus*, para posterior análise: *medo e punição*. A partir da análise, em que, além das reportagens no recorte citado, busca também publicações antigas, especialmente de O Globo, para analisar o tratamento da questão da idade penal, a autora concluirá que “o discurso do medo e do pânico moral está mais relacionado com a classe social do adolescente do que com sua prática criminosa” (DIAS, 2017, p. 132). Observa também o medo e a punição em relações causais, com um outro componente: a mídia: a exploração midiática do medo desencadeia o clamor pela punição. E soma mais um elemento a essa relação, as ações penais: “podemos supor que, juntos, os argumentos do medo e da punição na imprensa podem pautar ações dos braços do sistema penal” (p. 133). Essa relação apontada no estudo – medo, punição e ações penais – não é linear, pontua a autora, mas cíclica e pode iniciar em diferentes pontos.

Na verdade, no período analisado, o ciclo girou nos dois sentidos: a aprovação da PEC 171 na CCJC da Câmara dos Deputados pautou o tema da punição, nas reportagens e editoriais sobre a maioridade penal, e do medo na imprensa, no aumento de notícias sobre tentativas de assaltos praticadas por adolescentes, principalmente com facas. Depois, a repercussão do caso Jaime Gold reforçou os discursos do medo e da punição e gerou ações efetivas da

Polícia Militar, por exemplo, que aumentou efetivo na área da Lagoa Rodrigues de Freitas e da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) que desengavetou o projeto de criminalização de porte de arma branca (DIAS, 2017, p. 134).

Por fim, conclui que esse ciclo linear, no caso em análise “girou para os dois lados”. Num primeiro momento, a votação da PEC pautando nos jornais o medo dos ataques a faca e os adolescentes como a classe perigosa do momento que, após o caso Jaime Gold, é alçada a pânico moral e os adolescentes caracterizados como o inimigo a ser combatido. Observa em O Globo a inflamação do discurso de indignação e crueldade, e em Extra a presença dos contextos sociais – escola, família e finanças. “Em um, o adolescente era o problema, em outro, era o resultado de uma situação problemática. Em ambos os jornais, porém, o julgamento prévio e midiático” (p. 134). A cobertura do Extra, para a autora, “dá indícios de que é possível buscar outras maneiras - mais complexas, mais plurais, menos superficiais – de tratar esses temas na imprensa. Pode ser um pequeno passo num longo caminho pela frente.” (DIAS, 2017, p. 134).

Em que pese o objeto de pesquisa da tese de Dias ser muito semelhante ao desta pesquisa, a concepção do objeto em si é distinta, seja pelo método de estudo, seja pela perspectiva teórica. Além disso, o recorte de *corpus* em ambas as pesquisas é distinto: a dissertação de Dias se dedica ao estudo das publicações de O Globo e Extra em um período que inicia anteriormente à morte de Jaime Gold. Em nossa pesquisa, partimos da morte de Jaime Gold como acontecimento disparador da narrativa e do estudo. E também avançamos até 2018 na narrativa, o que permite que os estudos, de certa forma se complementem.

Desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná, a pesquisa de doutorado de Marília de Nardin Budó, com grande interface com o jornalismo e a comunicação, também integra nosso estado da arte. Com o trabalho intitulado *Mídias e discursos do poder: a legitimação discursiva do processo de encarceramento da juventude pobre no Brasil*, Budó (2013) desenvolve um complexo trabalho cuja problemática de pesquisa é compreender como interagem os discursos político e midiático sobre o ato infracional e a medida socioeducativa de internação na reprodução do discurso hegemônico e na consequente produção de políticas designadas à criança e ao adolescente. O ponto de partida da pesquisa é a percepção de um crescimento da repressão penal, com o aumento do encarceramento de adolescentes mesmo após o Estatuto da Criança e do Adolescente. Diversos são os passos de pesquisa adotados, todos qualitativos, e o marco teórico do trabalho é a criminologia crítica. Como método, ferramentas dos estudos críticos do discurso. A autora centra sua análise no discurso da Folha de S. Paulo, e busca identificar a representação social

do adolescente infracionalizado, do ato infracional e das medidas socioeducativas no jornal. Depois, coloca esse discurso em relação com o discurso político.

Na primeira parte do trabalho, Budó (2013) busca compreender e elucidar as bases do saber jurídico sobre a criança o adolescente. A seguir, empreende uma análise sobre os projetos de lei na Câmara dos Deputados que versam sobre a temática, surpreendendo-se não apenas com a quantidade de propostas que buscam recrudescer “o aspecto correccional do Estatuto, sobretudo através do aumento do prazo máximo de internação de adolescentes, mas sim a enorme quantidade de propostas criminalizando condutas nas quais crianças e adolescentes figurariam como vítimas. (BUDÓ, 2013, p. 123). O período de análise é um intervalo de dez anos, entre 2002 e 2013. A etapa seguinte de análise é relativa à produção jornalística para o mesmo período, na Folha de S. Paulo, mas o recorte para formação do *corpus* leva em consideração os períodos em que houve a identificação de picos de projetos de lei no Parlamento. Dois casos são os principais neste período no jornal: Liana e Felipe, e João Hélio. “Em ambos os casos, o jornal transitou da polícia à política” (2013, p. 468). A autora também observa que há diferenças na cobertura de casos sobre ato infracional conforme as pessoas envolvidas, seja como vítimas, seja como agressoras. Os atos que resultaram em morte das vítimas foram significativamente mais noticiados que outros, o que contribui para a percepção de que os adolescentes são seus principais autores (2013, p. 468). Num contexto em que são discutidos projetos para reduzir a maioria penal, ou aumentar o tempo de internação, “não são apresentadas maiores explicações acerca do sistema trazido pelo Estatuto, e ao princípio da proteção integral” (2013, p. 469). O posicionamento observado por parte do jornal nas editoriais de opinião foi contrário à redução, favorável ao maior tempo de internação. Uma crítica é tecida pela autora, a partir da construção dos encadeamentos discursivos: “Apesar de trazer uma visão sobre o ato infracional que confirma estereótipos e fomenta discursos punitivistas, o jornal se mostra surpreso com a irracionalidade da ‘opinião pública’ na crença em soluções mágicas, esquivando-se da sua própria responsabilidade nisso”, e conclui: “A construção seletiva da criminalidade, que aponta os jovens pobres como maiores perpetradores de ‘crimes bárbaros’ é realizada cotidianamente pela Folha” (2013, p. 469).

A relação entre os discursos político e midiático tem como um dos indicativos que as propostas “tanto de redução da maioria penal quanto de aumento do prazo de internação emergiram como resposta simbólica a um clamor público produzido pela repercussão dos casos na imprensa, refletindo um verdadeiro populismo penal” (2013, p. 470). O desdobramento foi que, passado o período de crise, as propostas foram engavetadas. Observamos que, no *corpus* da presente tese, são esses os projetos que voltaram a ser desengavetados, fato que leva Budó a

desenvolver novas pesquisas sobre o tema (BUDÓ; CAPPI, 2018). A autora finaliza a tese com uma proposição militante para a desconstrução tanto do discurso midiático quanto do político: ocupar a mídia tradicional e ocupar as novas mídias, o que pode ser feito, sugere, pela participação em programas de televisão, textos em jornais, não desconectada da luta pela democratização dos meios de comunicação “de maneira a buscar o verdadeiro pluralismo de que esses meios são tão carentes” (2013, p. 471). Com relação às novas mídias e usos da internet, defende que “qualquer uso de ferramentas tecnológicas imprescinde de dois outros componentes fundamentais: a aliança do saber acadêmico com o saber popular e o engajamento nos movimentos sociais, velhos, novos e novíssimos” (2013, p. 471).

Crianças e adolescentes na cobertura da violência são o tema da dissertação da Liziane Lara (UFMG), porém aqui não se trata daquelas em conflito com a lei, como visto na maior parte dos estudos anteriores. Na pesquisa intitulada *Entre casos comoventes e noticiário cotidiano: (in)visibilidades engendradas apela cobertura da violência contra crianças e adolescentes em três jornais mineiros*, o objetivo é compreender como os textos publicados em três jornais de Minas Gerais, *Estado de Minas*, *O Tempo* e *Super Notícia*, articulam sentidos ao abordar a violência contra meninos e meninas em seu grupo doméstico, ampliado, no decorrer da pesquisa, também para casos em que vítimas e agressores, sem laços consanguíneos, tivessem alguma relação pautada por confiança, a exemplo de professor ou conselheiro tutelar, como aparecerá no *corpus*. A atenção recai ao conjunto de presenças e ausências. Tendo como referência a morte de Isabella Nardoni, são coletadas notícias em dois momentos nos referidos jornais, entre fevereiro e maio de 2008 e no mesmo intervalo de tempo em 2009. O caso Isabella é tomado como um “caso midiático comovente”, seguindo a designação de Pedemonte (2010). Ao colocar este caso em relação com outros, “que parecem não afetar as rotinas do público e dos meios de comunicação” (LARA, 2013, p. 43), o trabalho centra-se nos “regimes de visibilidade”. No *corpus* da pesquisa, também há a contraposição entre jornalismo popular e de referência quando a temática é violência. O crime em estudo aconteceu em São Paulo e a análise dedica-se aos jornais mineiros, por isso, no trabalho, a autora observa que “é preciso considerar que os veículos de imprensa pautam-se mutuamente, assim, os assuntos que circulam em jornais impressos também ocupam espaço no rádio, televisão e portais na internet” (2013, p. 45). Para isso, no trabalho temas como “ecologia midiática” e “agendamento” são tomados como referência, “pois apontam para a existência de um ambiente noticioso”. (2013, p. 45). A autora observa que “a ‘entrada’ por jornais impressos nos permite identificar algumas características que são transversais ao modo como o jornalismo, independentemente do meio, lida com a violência contra crianças e adolescentes” (2013, p. 46).

O empreendimento da pesquisa leva a autora a apontar o grau de aleatoriedade dos fatos que se tornam merecedores de ser jornalisticamente reportados e, quando o são, acabam sendo apresentados como “manifestações episódicas e decorrentes de posturas individuais, em detrimento de elementos que possam dizer de uma conjuntura mais abrangente” (2013, p. 135). Também conclui que “a condição de vítimas não leva crianças e adolescentes e ocuparem um lugar privilegiado nos relatos” (2013, p. 135) e percebe que elas vão gradativamente desaparecendo da cobertura, enquanto permanecem outras discussões deflagradas pelos casos, como por exemplo, um embate entre diferentes segmentos sociais sobre o aborto ou não de uma menina de nove anos estuprada pelo padrasto.

Os elementos que emergem na análise levam Lara (2013) a concluir que os “veículos jornalísticos não demonstram qualquer constrangimento em marginalizar setores já marginalizados socialmente: crianças, adolescentes, mulheres, pobres” (p. 136), e assim, tanto vítimas quanto agressores são “alvos de uma nova violência, dessa vez, de caráter simbólico” (2013, p. 136). Aqui é proposto um diálogo com Penamarín (2009) para falar sobre as fronteiras entre um “nós” e um “outros”. Na pesquisa, a autora aponta, “consideramos que ‘os outros’ são os personagens implicados nas ocorrências violentas e estão distanciados do ‘nós’, formado pelo conjunto das instituições jornalísticas e de seus públicos” (LARA, 2013, p. 137). Esse “nós” relegaria aos “outros” a condição de desviantes, “destinando nos relatos o tratamento compatível com as ‘atrocidades’ que cometeram”. Por fim, levanta um questionamento: “não estaríamos esperando do jornalismo mais do que ele pode oferecer?”, para concluir que se ele está, afinal, “mergulhado na vida social, o que vimos nos relatos guarda uma estreita correspondência com o modo como as ocorrências violentas são lidas em nossa sociedade”. (Ibid., p. 138). A reflexão, ainda que em outros termos, nos remete ao que Budó observa, sobre a forte implicação do discurso de senso comum na produção de políticas públicas repressivas aos adolescentes.

Outro estudo que versa sobre violência, mas também sobre narrativa, caminho teórico pelo qual buscamos trilhar esta pesquisa, é a dissertação de mestrado de Leandro Lage, *Elementos de uma poética jornalística do acontecimento: narrativas do massacre de Realengo em Veja e Folha de São Paulo*, esta desenvolvida na Universidade Federal de Minas Gerais (2013). Neste trabalho, Lage apresenta uma atualizada e contextualizada revisão sobre acontecimento jornalístico e sobre narrativa, aqui também sobre um objeto empírico que trata de violência. Seu objeto de pesquisa é compreender a poética jornalística do acontecimento, e para isso elege como objeto empírico a narrativa sobre o Massacre de Realengo em Folha de S. Paulo e em Veja. E conclui que tanto o jornal quanto a revista não deixam espaço para “história

mal contada”. Com isso, quer dizer que na configuração do acontecimento, é central dispô-lo em um encadeamento causal, e questiona por que a narrativa jornalística oferece mais respostas do que indagações, mais questões do que dúvidas. “Por que se utiliza das brechas, ausências e porosidades do acontecimento para forjar explicações a qualquer custo”? Com o olhar para a narrativa, indica que “à pretensão estabilizadora dessas narrativas se confrontam aquela força disruptora do acontecimento, mantida em alguma medida em sua vida significativa, e a própria heterogeneidade interna a essas histórias” (LAGE, 2013, p. 126). Sobre o poder hermenêutico do acontecimento, o autor destaca: “Ao mesmo tempo em que não podemos pensar nos relatos jornalísticos como aprisionadores do acontecimento, devemos lembrar que essas narrativas são, em geral, as maiores responsáveis por trazê-los, por configurá-los diante de nós, leitores e fruidores” (2013, p. 141). E tira uma “pequena lição” como chama, das narrativas de Veja e Folha, em sua pretensão de explicar o acontecimento em sua totalidade: “diante da impossibilidade de fazê-lo, tomaram o limite como desafio a ser transposto, um imperativo, até que o próprio duelo contra as incertezas termina sem vencedores, mas expondo todas as fragilidades explicativas do imperativo que anima essas narrativas” (LAGE, 2013, p. 143).

O cenário desenhado pelas pesquisas já empreendidas nos situa para o ponto de partida e, também para pensar numa problemática de pesquisa que, partindo do já construído, possa contribuir com outras questões para reflexão e estudo. A partir do diálogo com autores que compreendem que o jornalismo conforma narrativas e observando que nosso objeto de pesquisa é composto por jornais do mesmo grupo editorial e por um acontecimento que mobiliza comoção e respostas no nível da ação, elaboramos da seguinte forma nossa problemática de pesquisa: *Como jornais do mesmo grupo editorial, Extra e O Globo, configuram narrativamente e conferem inteligibilidade a um acontecimento como um assassinato em local público, em que os suspeitos são adolescentes, num momento em que se discute redução da maioridade penal?* O objetivo geral do trabalho é compreender a construção narrativa, em O Globo e em Extra para o acontecimento “morte de Jaime de Gold”, em seu caráter de mediação, e como objetivos específicos buscamos identificar as relações causais postas em curso pelos jornais para contar sobre o acontecimento e seus desdobramentos; estudar como, narrativamente, são configuradas as personagens nessas narrativas e os papéis que desempenham; compreender os projetos dramáticos configurados pelos jornais e ainda investigar o que acontece com o jornalismo em termos discursivos ao narrar um mesmo acontecimento a partir de diferentes estratégias narrativas.

Nosso corpo teórico, portanto, contemplará a discussão do jornalismo enquanto narrativa, a partir, principalmente, de pesquisadores brasileiros que apropriam-se do

pensamento de Paul Ricoeur (1994) para pensar a narrativa. Os aspectos epistemológicos de se considerar o jornalismo como narrativa são discutidos, em meio às discussões teóricas sobre o estatuto do jornalismo, nem como representação da realidade objetiva e tampouco como atividade meramente ficcional. A temporalidade da narrativa, entre passado, presente e futuro – e a questionamentos sobre o tempo, bem como o fundo ético e moral das narrativas, e dos sistemas simbólicos que as sustentam são discutidos também neste capítulo. Ainda no capítulo 2, atrelado à discussão sobre narrativa, discute-se o conceito de acontecimento, nessa imbricação entre passado, presente e futuro, e como potência hermenêutica. A morte é discutida como acontecimento.

No capítulo 3, o referencial teórico segue sendo acontecimento e narrativa, mas aqui a discussão se situa na narração de acontecimentos trágicos e comoventes, para irmos nos acercando do objeto de estudo. Entre um referencial teórico do jornalismo, da sociologia e do direito, também se discutem conceitos como crime e violência buscando estabilizar o entendimento no âmbito deste trabalho.

A partir destas discussões teóricas, no capítulo 4 apresentamos nossa proposta metodológica, inspirada nos movimentos de análise de Motta (2013). Buscamos compreender como as narrativas em estudo conferem inteligibilidade ao acontecimento. Para isso, nos dedicamos, em seguida, em três capítulos de análise, a situar as mídias informativas em que as narrativas são configuradas, organizar uma linha do tempo cronológica a partir da leitura nas narrativas, o que é feito no capítulo 5. Já no capítulo 6 é feita uma decomposição das narrativas, que inicia pela observação de como o acontecimento foi configurado e circulou em outras mídias, para depois fazer uma decomposição da narrativa em O Globo e Extra. No capítulo 7, finalmente, se procede aos movimentos de análise que permitem recomposição a narrativa, com a observação do agenciamento de fatos nas narrativas, da configuração das personagens, e dos projetos dramáticos de cada uma das narrativas. É esta recomposição, pensada como um momento de refiguração da narrativa, que nos permite concluir sobre os modos de significar do jornalismo a partir de suas textualidades.

2 ACONTECER E NARRAR: O JORNALISMO COMO MEDIADOR DE SENTIDOS

O processo de produzir os textos que conformam as notícias é, entre outras coisas, também compor histórias. Traquina (2016) explica que já há muito tempo o termo *estória*⁶ é empregado por jornalistas estadunidenses para referir-se às notícias e, no início dos anos 1990, quando da primeira edição de *Jornalismo: questões, teorias, estórias*, dizia que o termo estava tornando-se também cada vez mais frequentemente empregado por jornalistas portugueses. Sua adoção traduzia, para Traquina, “apenas o reconhecimento de uma obrigação profissional de ter que falar das coisas de uma forma interessante” (2016, p. 345), sem o reconhecimento de todas as implicações do termo. E Tuchmann, a esse respeito, é categórica: “os relatos de acontecimentos noticiosos são ‘estórias’ - nem mais nem menos” (2016b, p. 353).

Mas de que ordem é esse jornalismo? O questionamento hoje talvez se faça ainda mais importante do que em um passado recente. As mudanças tecnológicas que – como parte do instrumental necessário para o fazer jornalístico – sempre tiveram implicações nas práticas jornalísticas, nos anos recentes foram responsabilizadas pelo enxugamento das redações. O novo perfil de profissional “multimídia” de tudo faz, mas cada vez dispõe de menos tempo e possibilidade de seguir processos de apuração. E o jornalismo vai pautando-se cada vez pelo que dizem as fontes – ou agentes jornalísticos, para usarmos a denominação de proposta por Leal e Carvalho (2015) – em sites de redes sociais, por exemplo.

Se é possível – e necessário – fazer a crítica ao jornalismo, essa deve estar, de algum modo conciliada também com a sua defesa. Para Karam (2014), o jornalismo é não apenas moralmente defensável como é também imprescindível. “É preciso reconhecer no jornalismo – potencialmente – uma forma de reconstrução diária do movimento humano para si mesmo, no qual os homens se tornam não somente reflexo, mas também projeção” (2014, p. 41). Assim, para o autor, o jornalismo, em sua potencialidade, é “a forma pela qual as pessoas vão se apropriando cotidianamente de seu movimento no interior da humanidade e, desta, em sua autoprodução diária.” (2014, p. 41). E é precisamente daí, Karam, que extraem sensibilidade, movimento, opinião, intervenção diante dos conflitos não resolvidos.

A partir do paradigma das notícias como construção, pós anos 1970, a dimensão cultural do jornalismo e das notícias tem sido sublinhada (TRAQUINA, 2005), à diferença de visões simplistas e reducionistas das complexas dinâmicas sociais envolvidas na atividade de narrar o presente. Superada a visão do “espelho” e assumida a notícia como construção, o problema, em

⁶ Aqui adotamos a grafia *estória*, em consonância com o autor, embora seu uso não seja comum no português brasileiro, mas utilizado como conceito para diferenciar de *história*, no sentido historiográfico.

novos marcos interpretativos, é que não se caia na lógica de que “tudo é construção” sem conexões com o real, como apregoa-se na “pós-verdade”⁷.

A dificuldade para defender o jornalismo se faz neste entre campos: nem objetivo, nem ficcional. Para combater a lógica de que tudo é construção, num cenário significativo de desinformação catapultado especialmente pelo uso de aplicativos de comunicação interpessoal, não será o retorno à defesa de uma pretensa objetividade que nos permitirá avançar. Por isso, nesse trabalho, consideramos as produções jornalísticas como configuradoras de narrativas.

Com as teorias estruturalista e interacionistas, que surgem marcadas pelo paradigma das notícias como construção, se entende as notícias “como o resultado de processos complexos de interação social entre agentes sociais: os jornalistas e as fontes de informação; os jornalistas e a sociedade; os membros da comunidade profissional, dentro e fora da sua organização.” (TRAQUINA, 2005, p. 173). E em ambas as perspectivas se reconhece que as notícias são narrativas, “marcadas pela cultura dos membros da tribo e da sociedade onde estão inseridos, sendo necessário mobilizar todo um saber de narração” (2005, p. 174), saber este que pressupõe o jargão e a linguagem jornalísticos. Ainda, para Traquina (2005), na perspectiva do paradigma construtivista, embora sendo índice do “real”, as notícias registram as formas literárias e as narrativas utilizada para enquadrar o acontecimento” (p. 174).

Considerar o jornalismo como narrativas, afirmam Bird e Dardenne (2016), não nega o valor de conceber as notícias como correspondentes da realidade exterior, “afetando ou sendo afetadas pela sociedade”, mas introduz, dizem, “uma outra dimensão às notícias, dimensão essa na qual as ‘estórias’ de notícias transcendem suas funções tradicionais de informar e explicar.” (p. 359). Os leitores aprendem com as notícias, explicam, mas mais do que sobre os fatos relatados; eles aprendem sobre um sistema simbólico. “Os fatos, nomes e detalhes modificam-se quase diariamente, mas a estrutura social na qual se enquadram – o sistema simbólico – é mais duradoura” (BIRD; DARDENNE, 2016, p. 359).

Motta (2017) relata, no contexto brasileiro, que “Os cursos de jornalismo, premidos talvez pela determinação da objetividade, relutaram por décadas compreender o seu objeto como uma narrativa. Isso, felizmente, mudou radicalmente nos últimos anos.” (2017, p. 8). Nos diferentes suportes, os textos jornalísticos são relatos, defende o autor, “ainda que produzam

⁷Escolhida a palavra do ano 2016 pela Universidade de Oxford, ela foi também definida pelo dicionário editada pela mesma instituição: um adjetivo “que se relaciona ou denota circunstâncias nas quais fatos objetivos têm menos influência em moldar a opinião pública do que apelos à emoção e a crenças pessoais”. A eleição de Donald Trump nos Estados Unidos, naquele ano, com campanha baseada em mentiras e desinformação teria levado ao auge da expressão.

significados parciais, fragmentados e efêmeros. Não apenas porque a reportagem é a configuração dos fatos da realidade, mas principalmente porque o jornalismo é uma nítida prática para domar e organizar o tempo.” (2008, p. 8). Ou então, em outras palavras do mesmo autor: a narrativa “põe o tempo em perspectiva”. Motta ainda observa que “mal ou bem, quem mais conta o que se passa ao nosso redor hoje é o jornalismo: ele configura sucessivamente as representações da realidade” (Ibid.).

Para construir essas representações, os jornalistas-narradores partem de “mapas de significados” (HALL et al., 2016, p. 311). Esses mapas constituem o nosso conhecimento cultural, “no qual o mundo social já está traçado”. A identificação e contextualização das notícias nesses quadros de referência, para Hall et al., constitui “o processo fundamental através do qual os *media* tornam o mundo a que eles fazem referência inteligível a leitores e espectadores” (2016, p. 311).

Por isso, há que se considerar o caráter cultural de todo fazer jornalístico. E a narrativa, em sua urdidura, não pode perder o ponto de contato, a referência com o que está fora dela, mesmo que com liberdade estilística para compor. É o uso da linguagem e também a associação entre diferentes fatos, com conexões causais atribuídas pelo jornalista que darão inteligibilidade aos acontecimentos.

Situado nosso panorama teórico, seguimos assim, para reflexões sobre o caráter epistemológico da narrativa, especialmente para os estudos jornalísticos, para então, nos aprofundarmos na discussão sobre as narrativas jornalísticas e sobre o acontecimento.

2.1 A NARRATIVA COMO AÇÃO SOBRE O AGIR: UM OLHAR PARA O JORNALISMO

Diversos pesquisadores da comunicação, em diferentes países, seguem a referência sociofenomenológica no campo da Teoria da Notícia, e aqui tomamos como exemplo os autores com os quais dialogamos na seção anterior deste capítulo. A inspiração de boa parte dos estudos é o livro de Berger e Luckman (2005) sobre a construção social da realidade⁸, em diálogo com a perspectiva de Alfred Schutz. O português João Carlos Correia (2009), por exemplo, afirma

⁸Eduardo Meditsch (2010), um dos pesquisadores que podemos considerar que seguem esta referência, contudo, relativiza a importância dos meios de comunicação e do jornalismo propriamente dito como elementos considerados por Berger e Luckman (2005) para a construção social da realidade, na obra homônima. Na leitura de Meditsch dos autores, o jornalismo de fato participa da socialização do conhecimento, mas de forma menos marcante que outras formas de socialização, quer sejam aquelas que experimentamos ainda na infância e as vividas a partir das instituições.

que os jornalistas intervêm ativamente na construção das condições e do modo em que a realidade é percebida (CORREIA, 2009, p. 5128). A socióloga estadunidense Gaye Tuchman, no livro resultante de extensa pesquisa *La producción de la noticia: estudio sobre la construcción de la realidad*, sustenta que a notícia não espelha a sociedade, mas ajuda a constituí-la como um fenômeno social compartilhado (1983).

A fenomenologia é considerada uma das possibilidades de abordagem dentre as ciências interpretativas e compreensivas por Sandra Valdetaro, na revisão crítica que propõe sobre epistemologia da comunicação (2015). A autora destaca a fenomenologia na relação com os modos como se experimenta o mundo, o que remete ao plano da experiência. Valdetaro afirma que “El método fenomenológico consiste en una depuración de nuestra actitud natural hacia la realidad, mediante da adopción de una ‘actitud radical’: la suspensión de la creencia en la realidad del mundo natural” (2015, p. 123). E completa: “La fenomenología no presupone, pues, nada: ni el mundo natural, ni el sentido común, ni las proposiciones de la ciencia, ni las experiencias psíquicas. Se coloca ‘antes’ de toda creencia y de todo juicio para explorar simplemente lo dado” (p. 124).

Ao assumirmos o jornalismo como configurador de narrativas, podemos pensar que, de fato, trata-se de uma perspectiva criadora – embora, como defendemos anteriormente, a pensamos alicerçada com um real fora do texto. Esse real pode ser o real vivido fenomenológico, mas é necessário que algo tenha, efetivamente, acontecido a alguém. Por isso a ênfase na experiência.

Boa parte dos pesquisadores brasileiros que compreendem o jornalismo como narrativa inspiram-se especialmente nas contribuições do filósofo francês Paul Ricoeur. (MOTTA, 2005; 2013; CARVALHO, 2006; RESENDE, 2009; 2011; ANTUNES, 2013; LEAL, 2013; CARVALHO; LAGE, 2014; SCHWAAB, 2014, entre outros). Em *Tempo e narrativa*, o filósofo busca discutir como o tempo é articulado de modo narrativo e como a narrativa articula o tempo, partindo do entendimento de Santo Agostinho para o tempo e de Aristóteles para a narrativa. Ricoeur centra sua análise nos textos de ficção, a partir da Poética, de Aristóteles; e na narrativa da história. Mas afirma que seu esforço é no sentido de compreender como os conceitos aristotélicos da composição narrativa podem se aplicar a toda e qualquer produção, entre as quais podemos pensar no texto jornalístico. Como afirma Schwaab (2014, p. 33), “o intervalo entre a história e a ficção, que norteia a obra de Ricoeur, oferece possibilidades de leitura do discurso narrativo produzido pela rubrica do jornalismo.”

Ricoeur chega a falar na figura do cronista, propondo uma diferenciação entre poesia e história, inspirada em Heródoto: “a diferença entre o cronista e o poeta não é a expressão, é que

um diz o que ocorreu (particular) e outro o que poderia ter ocorrido (geral)” (RICOEUR, 1994, p. 69). Aqui, a figura do cronista nos remete à figura do jornalista, que conta o que aconteceu. Em Aristóteles (1997), a diferença entre o historiador e o poeta é expressa da seguinte forma: “um narra acontecimentos e o outro, fatos quais podiam acontecer. Por isso, a Poesia encerra mais filosofia e elevação do que a História; aquela enuncia verdades gerais; esta relata fatos particulares” (ARISTÓTELES, 1997, p. 28).

É importante observar o percurso teórico proposto por Ricoeur. Para o filósofo, a composição narrativa, mesmo que seja a de ficção, parte de uma referência ao que precede a criação poética: há um mundo pré-figurado. É a ação propriamente dita, imitada pela narrativa. Ricoeur explicita que não pode existir uma análise da narrativa que não faça empréstimo a uma fenomenologia implícita ou explícita do “fazer”, já que considera a ação fora da poética, mas na ética⁹, e representada poeticamente na narrativa, na esteira de Aristóteles.

Se assumirmos que tudo que é vivido e partilhado simbolicamente já é mediatizado¹⁰, poderia instaurar-se a crítica sobre um círculo vicioso: vivemos o que conhecemos narrativamente e com base nisso construímos narrativas que chegarão ao mesmo ponto de partida: aquele no qual tudo é narrado. Mas a circularidade implicada pela narração leva em consideração um real vivido, por isso o diálogo com a fenomenologia. Ricoeur defende uma estrutura pré-narrativa da experiência, e daí a existência de histórias que “pedem” para ser contadas, narradas.

Em diálogo com Schapp, Ricoeur relembra a história contada pelo autor sobre o caso de um juiz que se empenha em compreender um curso de ação, “desembaraçando a meada de intrigas na qual o suspeito está preso”. A voz é passiva, o sujeito está emaranhado, o que indicaria que a história acontece a alguém, antes que alguém a narre. Para Ricoeur, a metáfora do emaranhado seria a “pré-história da história narrada”. “Essa pré-história da história é o que a vincula a um todo mais vasto e dá-lhe um ‘pano de fundo’”. Esse pano de fundo é feito pela “imbricação viva” de todas as histórias vividas umas nas outras. É preciso, pois, que as histórias narradas ‘emerjam’ desse pano de fundo” (RICOEUR, 1994, p. 115). Em Schapp, Ricoeur

⁹ Para compreender o modo como Ricoeur usa o conceito, destacamos uma passagem de Motta (2013): “Ao construir a poética (textos ficcionais), o poeta (ele se refere ao narrador) constrói elo entre a ética (o mundo real) e a estética (o imaginário) porque confere qualidade moral às personagens (caracteres) [...]. Concebida como ruptura e como elo, torna-se também possível observar a transposição da ética (o real) para a poética. A ética só trata da felicidade potencial, a poética dá inteligibilidade a esse vínculo contingente” (MOTTA, 2013, P. 149)

¹⁰Ricoeur afirma: “Se, com efeito, a ação pode ser narrada, é porque ela já está articulada em signos, regras, normas: é, desde sempre, *simbolicamente mediatizada*”. (1994, p. 91). Para essa construção, apoia-se em antropólogos da sociologia compreensiva. Sua construção avança, embora com o uso de outros termos: “Se falo mais precisamente de *mediação simbólica*, é a fim de distinguir entre os símbolos da natureza cultural, aqueles que embasam a ação a ponto de constituir sua significação principal, antes que se destaquem do plano prático conjuntos simbólicos, autônomos, pertencentes à palavra ou à escrita”. (RICOEUR, 1994, p. 92).

aponta que a consequência dessa análise do ser humano como um ser emaranhado em história é a de tornar-se conhecido da história. “Narrar, seguir compreender histórias é só a continuação dessas histórias não ditas” (1994, p. 116).

Ricoeur pondera que essa perspectiva poderia espantar os críticos que defendem que a história é um artifício criado pelo escritor, ao defender que ela estaria em “continuidade” com “o emaranhamento passivo dos sujeitos em história que se perdem num horizonte brumoso” (p. 116), Ricoeur aponta que essa construção serve de instância crítica contra qualquer ênfase no caráter artificial da arte de narrar:

Contamos histórias porque finalmente as vidas humanas têm necessidade e merecem ser contadas. Essa observação adquire toda sua força quando evocamos a necessidade de salvar a história dos vencidos e dos perdedores. Toda história do sofrimento clama por vingança, exige narração (1994, p. 116).

Toda essa argumentação sobre uma pré-figuração narrativa, uma história antes da história narrada, articulada com o real, é o que, no esquema proposto por Ricoeur, conforma a *mimese I*. O autor trabalha com dois conceitos centrais de Aristóteles: *mimese* e *muthos*. *Mimese*, mesmo que seu sentido mais literal seja imitação, refere-se à representação, no sentido de transpor a ação em obras representativas. Já *muthos*, ou tessitura da intriga, estaria relacionado à arte de compor, ou ao agenciamento dos fatos na composição narrativa. Por isso, Ricoeur vê uma quase identificação entre as expressões: imitação, ou representação da ação, e agenciamento dos fatos. E assim, denomina três processos de *mimese* ao explorar a mediação entre tempo e narrativa. A primeira, *mimese I*, indica que “imitar ou representar a ação é, primeiro, pré-compreender o que ocorre com o agir humano: com sua semântica, com sua simbólica, com sua temporalidade” (1994, p. 101). Importante observar que o autor destaca que essa pré-compreensão é comum ao poeta e ao seu leitor, e é com base nela que se “ergue” a tessitura da intriga (*muthos*).

Na *mimese II* temos a tessitura da intriga propriamente dita, a função pivô da criação narrativa. Ricoeur afirma que a “*mimese II* abre o reino do “como-se””. O central na *mimese II* é a sua função de mediação, de posição intermediária. Ela “faz a mediação entre acontecimentos ou incidentes individuais e uma história considerada como um todo” (p. 103), ou ainda, “extrai uma história sensata *de* uma pluralidade de acontecimentos, ou transforma os acontecimentos *em* história” (1994, p. 103, grifos do autor). Uma história deve ser mais que uma enumeração de eventos numa ordem serial, deve organizá-los numa totalidade inteligível, de modo que possamos sempre identificar o “tema” da história. Essa característica, de mediação entre

acontecimentos e história narrada, marca o primeiro motivo citado por Ricoeur pelo qual a intriga tem uma função mediadora. Uma segunda característica mediadora é que ela compõe juntos fatores tão heterogêneos quanto agentes, fins, meios, interações, circunstâncias inesperadas e etc. E é também considerada mediadora em função de seus caracteres temporais próprios, o que permite ao autor chamar a intriga, por generalização, de *síntese dos heterogêneos*.

O tecer da intriga combina duas dimensões temporais, uma cronológica e a outra não-cronológica.

A primeira constitui a dimensão episódica da narrativa: caracteriza a história enquanto constituída por acontecimentos. A segunda é a dimensão configurante propriamente dita, graças à qual a intriga transforma os acontecimentos *em* história. Esse ato configurante consiste em “considerar junto” as ações de detalhe ou o que chamamos de os incidentes da história: dessa diversidade de acontecimentos, extrai a unidade de uma totalidade temporal. (RICOEUR, 1994, p. 104).

Por fim, para encerrar o círculo virtuoso da narração, há a *mimese III*: “A narrativa tem sentido pleno quando é restituída ao tempo do agir e do padecer em *mimese III*” (1994, p. 110), afirma Ricoeur. Seria a intersecção entre o mundo do texto e o mundo do ouvinte ou do leitor; a intersecção entre o mundo configurado pelo poema e o mundo no qual a ação efetiva ocorre.

[Aristóteles] [...] quando diz que a poesia “ensina” o universal, que a tragédia, “representando a piedade e o terror,... realiza uma depuração deste gênero de emoções”, ou ainda quando evoca o prazer que temos de ver os incidentes aterrorizantes ou lamentáveis concorrerem para a inversão de sorte que constitui a tragédia – significa que é bem no ouvinte ou no leitor que se conclui o percurso da *mimese* (RICOEUR, 1994, p. 110).

As três etapas do percurso da narrativa, formam, para Ricoeur, um círculo virtuoso. A ação é a origem de toda narrativa e ela tem primazia sobre os personagens. O autor aponta que é a universalização da intriga, com a disposição dos fatos e seu encadeamento verossímil, que universaliza as personagens. E indica um dos preceitos de Aristóteles: é preciso conceber primeiro a intriga, para depois dar os nomes. “O poeta sempre soube que os personagens que ele representa são agentes – os caracteres são o que permite qualificar os personagens em ação” (RICOEUR, 1994, p. 77).

Na tessitura da intriga narrativa, a disposição dos fatos é central. Não se trata de dispor um episódio depois do outro, o que daria à narrativa um caráter inverossímil, mas encadeá-los um *por causa* do outro, compondo uma narrativa verossímil. “Pensar um elo de causalidade, mesmo entre acontecimentos singulares, já é universalizar” (RICOEUR, 1994, p. 70). Os

universais engendrados pela narrativa são aqueles advindos da sabedoria prática, e não platônicos, são os universais da ética e da política. “Compor a intriga já é fazer surgir o inteligível do acidental, o universal do singular, o necessário ou o verossímil do episódico” (RICOEUR, 1994, p. 70).

A compreensão do modelo da tríplice mímese nos permite avançar para compreender como as narrativas podem significar. Se Ricoeur parte da fenomenologia, Carvalho e Lage (2014) afirmam que ele ruma para uma mudança de percurso em direção à hermenêutica, na virada da década de 1970 para 1980. Ao entendermos a hermenêutica como a “interpretação” de qualquer texto (VALDETTARO, 2015), precisamos ter cuidado para não cair na busca de um significado oculto a ser decifrado, ou um significado correto e único, o que em algum momento caracterizou seu desenvolvimento. Como explica Valdettaro, esses motivos essencialistas foram sendo abandonados em seu desenvolver.

[...] la hermenéutica – en las teorías actuales – intenta establecer criterios que garanticen la validez de la interpretación bajo el supuesto de que los significados de los objetos bajo estudio no son unitarios ni universales, y de que no hay motivos ‘escondidos’ sino que, al contrario, es posible reconstruirlos a partir de su expresión concreta, material y empírica en las distintas prácticas y conversaciones sociales”. (VALDETTARO, 2015, p. 117).

Em Ricoeur, justamente, há uma recusa de qualquer pretensão epistemológica de dominar o sentido. “Para Ricoeur, na esteira de Gadamer e Heidegger, a hermenêutica não deve se submeter à busca por sentidos imanentes, por intenções ocultas ou pelo simples equilíbrio entre o primado da objetividade e da subjetividade interpretativas. (CARVALHO; LAGE, 2014, p. 151). A hermenêutica seria, para Ricoeur, a teoria das operações da compreensão em sua relação com a interpretação dos textos. Para os autores, Ricoeur avança ainda em direção a uma hermenêutica narrativa, a uma hermenêutica do si e a uma hermenêutica da condição histórica. Buscando o que afirma Gagnebin¹¹, Carvalho e Lage afirmam que “o filósofo opera uma virada em relação ao sentido clássico da hermenêutica, o que compele essa abordagem a uma tarefa mais ambiciosa: “a da interpretação e da compreensão não apenas do(s) sentido(s) já dado(s), mas igualmente dos processos de criação de sentidos” (CARVALHO; LAGE, 2014, p. 151). Assim, falam em uma hermenêutica da ação em Ricoeur, em dois termos: a realidade existe como tal, não é resultado apenas da narrativa, mas das ações concretas. A ação de narrar, por sua vez, cria sentidos ao ordenar as ações no tempo. É uma ação sobre o agir.

¹¹ A autora é importante comentadora da obra de Walter Benjamin, que é também importante autor para o estudo das narrativas, especialmente com os ensaios *Experiência e Pobreza* e *O narrador*. Não discutiremos a obra deste autor neste trabalho, mas traremos, adiante, a interpretação de Gagnebin da figura do “narrador sucateiro” de Benjamin, que constrói sua história a partir de fragmentos, registros e rastros.

Carvalho e Lage concluem que a compreensão da experiência prática através das mediações da linguagem em Ricoeur é o que nos remete às dinâmicas de construção de sentidos, o que deve levar ao abandono da busca de sentidos imanescentes às narrativas e ao reconhecimento da complexidade dos fenômenos. A abordagem de Ricoeur, por isso, é fortemente relacional. A hermenêutica é o pano de fundo do modelo ricoeuriano, mas não apenas como questão de interpretação, mas sobretudo, de ação: narrar, compreender, refigurar, mediar.

Não está em jogo, como se percebe, a mera interpretação dos sentidos éticos, morais e culturais que precedem a nossa própria entrada em cena no mundo e, mais particularmente, no mundo das articulações narrativas, mas a necessária sagacidade de, também em função da capacidade de interpretação, propor novos sentidos ao mundo narrado que é parte constitutiva dos modos pelos quais nos situamos nesse mundo que nos precede, tornando-o também (coletiva e intersubjetivamente) nosso (CARVALHO; LAGE, 2014, p. 155).

É por essa contribuição tão significativa para compreender os processos de produção de sentidos, mas não apenas de sentidos, como também nossos modos de nos situarmos no mundo, como apontam Carvalho e Lage, observando o agir e o sofrer, que esta abordagem tanto oferece aos estudos de Jornalismo.

2.1.1 Presente, passado, futuro: no jornalismo, a temporalidade narrada

O gesto interpretativo implicado no estudo de Ricoeur mirando como campo o jornalismo pode não apenas ser produtivo, como também necessário, como aponta Schwaab (2014). Ainda que a reflexão do filósofo se dê a partir da história e da ficção, “é inegável que o jornalismo, no centro das narrativas midiáticas, emerge na interface entre ambas, o que permite construir intervalos para pensar o discurso narrativo em tais espaços, apesar dos riscos da tarefa” (2014, p. 34).

Ciente destes riscos, buscamos diálogo com autores que têm feito essa aproximação. E que advogam por uma possibilidade muito mais interessante para pensar, compreender e fazer o jornalismo diante de outras abordagens. Carvalho (2014), por exemplo, ao refletir sobre os interesses que levam a que um assunto seja eleito como mais importante que outro em uma edição de jornal, a ponto de figurar na primeira página, critica a lógica dos critérios de noticiabilidade. “Quando pensamos na fórmula “o ruim é bom” deixaríamos de noticiar descobertas científicas revolucionárias, queda na inflação, juros mais baixos [...]” (2014, p. 129). O autor enxerga as notícias, quando vistas sob a ótica dos critérios, como “mera realidade

quantitativamente mensurável por supostos valores universais”. (2014, p. 129). Crítica semelhante faz Antunes (2014):

O importante aqui é evidenciar que os critérios de noticiabilidade, como tradicionalmente alinhados, parecem dizer de um estado do mundo apenas como já ocorrido, um existente estabilizado. As tipologias dos critérios de noticiabilidade dizem bem de como lidar com fatos tomados como passado. Mas no jornalismo “o passado do nosso presente”, diz Tétu (1993), “não está atrás de nós, mas o precede sempre”. O passado não é pois somente “conteúdo” do jornalismo – e não apenas o passado, já que os relatos jornalísticos reportam também intensamente atividades em andamento, processos em continuidade e eventos prováveis ou previstos – mas também não é apenas objeto de uma visada jornalística. Trata-se sobretudo de uma forma de pôr em operação complexos processos simbólicos necessários à vida social (ANTUNES, 2014, p. 159)

É especialmente a questão temporal a ser questionada. “Vistos como parâmetros desprovidos de temporalidade acabam por apanhar os fatos em uma história que é heterogênea à forma como esses mesmos fatos se constituem”, continua Antunes (2014, p. 160). A temporalidade precisa ser considerada ao narrar, o que inclui, por evidente, e sobretudo, as narrativas jornalísticas, que se prestam a contar o que está acontecendo, a nos situar no mundo e na vida contemporânea. Para Schwaab (2014), “As imbricações de tempo e narrativa nos remetem, conforme Ricoeur, ao surgimento de um terceiro tempo, que integra o tempo vivido e o tempo cosmológico”. No seu “entremeio” é que emergem, para o autor, “sentidos para o fato de que seres humanos vivem no tempo e estão nele tanto como agentes quanto como sofredores.” (SCHWAAB, 2014, p. 32).

Antunes observa ainda que, “Como discurso da atualidade, a notícia visa refazer a experiência do presente, existe no contemporâneo.” E, nesse contexto é preciso reconhecer, com o autor, que “Os fatos, amálgamas de coisas, textos, pessoas, eventos têm temporalidades diversas que são equalizadas no jornalismo” (2014, p. 160). Em perspectiva convergente, Carvalho, também em diálogo com Ricoeur, lembra que narrar “é articular a armação de uma intriga à temporalidade” (CARVALHO, 2014, p. 126). No caso de um acontecimento recente, é preciso situá-lo no presente, “a partir de interconexões com o passado, com outros acontecimentos que o antecederam ou que ajudam a compreendê-lo, e também fazer projeções sobre o futuro” (p. 126).

Se é preciso articular diferentes temporalidades ao narrar no jornalismo, é preciso pensar também em como realizar este ordenar. Matheus (2011) indica que “O ponto de onde se começa

a contar uma história faz toda a diferença para o sentido da história” (p. 84), o que também afirma Soares, desde outro campo do saber: “[...] o sentido de uma história”, diz ele, “depende do ponto a partir do qual começamos a contá-la” (2011, recurso digital).

Para contar, o narrador decidirá em que ordenamento coordenar o tempo, do mesmo modo em que estabelecerá relações causais entre os ocorridos, a diferentes temporalidades. Essas relações podem ser as mais diversas, por isso observamos as características elencadas por Ricoeur (1994). Inspirando-se na Poética, de Aristóteles, novamente, o filósofo indica que as características presentes nas narrativas são aquelas que advém da tragédia, da epopeia, do drama e que engendram universais. As intrigas complexas teriam as seguintes características: teatrais (*peripetéia*), de reconhecimento (*anagnôrusis*) e efeito violento (*pathos*). A tessitura da intriga se daria sempre sobre dois eixos: nobreza ou baixaza dos caracteres, fim feliz ou infeliz, o que abordaremos na seção a seguir.

2.1.2 Violência, valores, mitos: o fundo ético e moral nas narrativas

Não é uma novidade o interesse por intrigas com efeito violento, hoje tão presentes nas narrativas jornalísticas. “É incluindo o discordante no concordante que a intriga inclui o comovente no inteligível. Aristóteles chega assim a dizer que o *pathos* é um ingrediente da imitação ou da representação da práxis. Esses termos que a ética opõe, a poesia une” (RICOEUR, 1994, 74), explica Ricoeur, que observa ainda que se o lamentável e o aterrorizante deixam-se assim incorporar ao trágico é porque essas emoções têm sua racionalidade, “a qual serve de critério para a qualidade trágica de cada mudança de sorte” (1994, p. 75). Na racionalidade das emoções, também é possível o aprendizado, mesmo sobre coisas trágicas, ou ainda repugnantes. Para Aristóteles, conforme aponta Ricoeur, gostamos de ver imagens porque olhando aprendemos a conhecer, a concluir sobre o que cada coisa é. E aprender é um prazer, o que explicaria porque temos certo gosto em ver imagens repugnantes, como a de cadáveres, por exemplo. Não aprofundaremos essa discussão, mas ela nos oferece pistas para pensar porque há apostas narrativas sobre a violência no jornalismo.

Nesse jornalismo sobre violência, questões que são centrais na tragédia de Aristóteles se fazem presentes, às vezes de maneira bastante evidente: o caráter moral, o duelo bem e mal, o apelo às emoções no encontro do texto com o leitor, as mudanças de sorte para infelicidade ou para a felicidade. “É a composição da intriga que depura as emoções, levando os incidentes lamentáveis e aterrorizantes à representação e são emoções depuradas que regulam o discernimento da tragédia” (RICOEUR, 1994, p. 75). As personagens, que são os agentes em

ação, sempre são nobres ou baixas. É a baixeza ou a nobreza que, em matéria de caráter, para todo mundo, fundamentam as diferenças. Daí o universal. As qualificações éticas vêm do real, do que conhecemos do mundo pré-figurado ao propor-se a narrar. Ricoeur aborda o conceito de cultura e afirma, mesmo que Aristóteles não aborde a questão em Poética, que é no fundo cultural que o poeta encontra uma categorização implícita do campo prático, e primeira formalização narrativa desse campo.

A construção teórica nos leva a retomar a discussão sobre mito e rituais, com Bird e Dardenne (2016). Os autores observam que as narrativas orientam, são comunais e ritualistas. “Através do mito e do folclore, os membros de uma cultura aprendem valores, definições do bem e do mal, e algumas vezes podem sentir emoções substitutivas – nem todas através de contos individuais, mas através de um conjunto de tradições e crenças” (2016, p. 362). Os autores abordam as qualidades míticas das notícias, pensando-as como criadoras de ordem, pois o mito, assim como a notícia, atuaria como modelo para uma cultura. Citam como exemplo o mito delineando fronteiras do comportamento aceitável na narração de histórias com fundo moral, especialmente de crítica a delinquentes sociais.

[...] todos os meios de informação relatam o crime e o desvio, e não principalmente como dever de informação; o leitor médio não exige as qualidades de informação oferecidas sobre o crime. Enquanto é possível argumentar que os leitores necessitam de ser informados do crime para se precaverem contra o mesmo, ou deplorar a quantidade de notícias sobre o crime, enquanto se disser que isso é o que exige o público morbidamente curioso, o significado central de notícias sobre o crime é simbólico (BIRD; DARDENNE, 2016, p. 363),

Não apenas o significado sobre o crime é simbólico. Motta aponta que a narrativa jornalística “é fortemente determinada por um fundo ético ou moral” (2005, p.14).

[...] estamos afirmando que as fábulas contadas e recontadas pelas notícias diárias revelam os mitos mais profundos que habitam metanarrativas culturais mais ou menos integrais do noticiário: o crime não compensa, a corrupção tem de ser punida, a propriedade precisa ser respeitada, o trabalho enobrece, a família é um valor supremo, a nação é soberana, e assim por diante. São essas, na verdade, as grandes metanarrativas culturais que o jornalismo nos conta e reconta diariamente (MOTTA, 2005, p. 15).

A TV, o rádio, a internet, sites de notícias ou portais criados para explorar os efeitos violentos, conformam narrativas que por sua parte contribuem, junto com outras narrativas, para a consolidação de um sistema simbólico, o qual influencia não apenas a audiência, mas também os próprios jornalistas, já que estão imersos na cultura.

Soares (2011) ao refletir sobre justiça e criminalidade, observa, do campo das Ciências Sociais, o que no jornalismo deveria ser óbvio: “O fato, aquilo que denominamos ‘fato’, é sempre discurso, fala ou texto, narrativa, linguagem. O fato, por conseguinte, é aquilo que dizemos dele” (documento eletrônico). O autor considera a visão sobre crime e culpabilidade - em que a responsabilidade, em situação de desconfiança, sempre recai para pessoas pobres, ou negras, ou ambos, no imaginário social – e suas consequências discursivas/narrativas:

Se o modo de contar histórias que descrevi [em que um jovem branco sai impune de um ato infracional de tráfico e um negro inocente é responsabilizado], é claro que afetam também jornalistas, policiais e autoridades da Justiça criminal e, por conseguinte, influenciam em suas ações em seus espaços de atuação, como as salas de imprensa em que se escrevem as reportagens e se escolhem as manchetes (2011, documento eletrônico).

No jornalismo, os “poetas” de Aristóteles são os jornalistas, que compõem histórias a partir de conhecimentos prévios, aprendem com os mitos e com as novas narrativas, entre as quais, as que produzem. Ao produzir narrativas, os jornalistas atribuem valores aos agentes das ações narradas, que partem de seus conhecimentos culturais/morais. Destacamos o que afirma Ricoeur:

em função das normas imanentes de uma cultura, as ações podem ser chamadas ou apreciadas, isto é, julgadas segundo uma escala de preferência moral. Recebem assim um valor relativo, que faz dizer que tal ação vale mais que tal outra. Esses graus de valor, atribuídos primeiro às ações, podem ser estendidos aos próprios agentes, que são tidos como bons, maus, melhores ou piores (RICOEUR, 1994, p. 94).

Assim, não há ação que não suscite, por pouco que seja, aprovação ou reprovação em função de uma hierarquia de valores na qual a bondade e a maldade são os polos. Os “agentes” supostos na Poética são caracteres dotados de qualidades éticas que os tornam nobres ou vis. A tragédia os representa como melhores que os homens atuais e a comédia como piores, porque o autor da narrativa partilha com seu público uma compreensão prática que comporta avaliação desses caracteres e de sua ação em termos de bem ou de mal (RICOEUR, 1994, p. 94).

A análise da narrativa de um crime coloca em questão o fundo ético e moral ao atribuir valores de bondade e maldade. Em um crime, podemos supor que, sob o valor compartilhado de que “o crime não compensa”, o bem e o mal estejam em lugares previamente definidos, independente de quem sejam os agentes da ação.

Para pensarmos na ação configurada narrativamente, nos aprofundamos, na seção a seguir, no conceito de acontecimento e em sua discussão para o campo do jornalismo.

2.2 DA AÇÃO À NARRAÇÃO: A CONFIGURAÇÃO DO ACONTECIMENTO

A atividade jornalística, como vimos, ao ser compreendida como narrativa, seguindo-se a perspectiva de Ricoeur na apropriação feita pelos estudos em jornalismo, parte de um pano de fundo em que as vidas estão imbricadas, com suas histórias, umas nas outras. A tessitura da intriga faz a mediação entre os acontecimentos individuais e o todo, ou extrai uma pluralidade sensata de uma pluralidade de acontecimentos, tornando-a inteligível (Ricoeur, 1994). Com essa característica mediadora, partilha esses significados propostos que, a partir do aprendizado, levam a novas histórias. De caráter fenomenológico e hermenêutico, confere inteligibilidade aos acontecimentos.

Hall et al (2016) oferecem um desenho do processo jornalístico de dotar os acontecimentos de sentido que dialoga com a perspectiva em questão, enfatizando o caráter cultural, o pano de fundo compartilhado entre jornalistas e leitores.

Se o mundo não é para ser representado como uma confusão de acontecimentos desordenados e caóticos, então estes acontecimentos devem ser identificados (isto é, designados, definidos, relacionados com outros acontecimentos do conhecimento público) e inseridos num contexto social (isto é, colocados num quadro de significados familiares ao público). Este processo – a identificação e a contextualização – é um dos mais importantes, através do qual os acontecimentos são tornados “significativos” pelos *media*. Um acontecimento só “faz sentido” se puder colocar-se num âmbito de conhecidas identidades sociais e culturais. Se os jornalistas não dispusessem – mesmo de forma rotineira – de tais “mapas” culturais do mundo social, não poderiam “dar sentido” aos acontecimentos invulgares, inesperados e imprevisíveis que constituem o conteúdo básico do que é noticiável. (HALL et al, 2016, p. 311).

Esse caráter de partilha de um universo comum – os mapas de significado de Hall et al, se possibilitam a atribuição de sentidos, ao mesmo tempo, podem implicar em uma dificuldade para que o jornalismo possa romper com o senso comum e produzir conhecimento. Em seu estudo sobre a produção jornalística a respeito de abusos a crianças, Lara (2013), em suas considerações observa que por estar mergulhado na vida social, o jornalismo em sua produção “guarda uma estreita correspondência com o modo como as ocorrências violentas são lidas em nossa sociedade” (p. 138). Tendo essas questões como pano de fundo para esta tese, nosso objetivo neste capítulo é abordar o acontecimento, em sua potência hermenêutica, e compreender como configuram-se os acontecimentos no jornalismo, para então pensarmos em sua narração e na mediação possível com o público.

Para Babo Lança (2005), “o acontecimento é da ordem do inesperado, do novo ou do inédito, introduzindo uma descontinuidade e comportando uma parte de indeterminação, sendo por isso mesmo muitas vezes incompreensível e não identificável num primeiro tempo (p. 86). À Diferença do fato, o acontecimento comporta dimensões próprias de experiência. Por isso reflete: “não é o contexto e a textura causal que a ele se liga que esclarecem o acontecimento, mas é o próprio acontecimento que revela uma situação, desvenda possibilidades e eventualidades, produz efeitos e significações mediante as consequências que lhe advêm” (2005, p. 85). Assim, defenderá que “as consequências dos acontecimentos são mais pertinentes para sua caracterização do que as suas causas” (p. 88), especialmente observando que o acontecimento é algo que acontece a (alguém), por isso, atribui importância à experiência.

Mas há diferentes visões e concepções sobre o acontecimento enquanto conceito. Zamin e Marocco (2010), em revisão sobre as formas com que o jornalismo atualiza o conceito de acontecimento, apresentam três vertentes teóricas para a compreensão do termo: uma exógena, fortemente influenciada pela sociologia do acontecimento, que considera o acontecimento como algo que acontece no real e irrompe em diferentes níveis; outra endógena, de natureza disciplinar, que se dedica aos processos de produção e ao discurso e que dão conta de sua materialidade jornalística; e outra, que é a que as autoras se afiliam, de interface entre o jornalismo e a filosofia. O acontecimento, como modo filosófico de reconhecimento do presente, perpassaria as práticas jornalísticas. Ele não aconteceria apenas na realidade exterior ao discurso (perspectiva exógena) e nem apenas se constituiria porque narrado (perspectiva endógena), mas num entre campos, articulando passado, presente e futuro.

O jornalismo, ao dizer do acontecimento e de seus conjuntos singulares de *elementos, por meio de aproximações e atualizações de dizerem de outros campos e de outras temporalidades e em meio a regimes diferentes de poder-saber, o transpõe à notícia. Isso porque o acontecimento não significa em si, ele acontece quando inserido em um discurso, em uma instância, como a jornalística. (ZAMIN; MAROCCO, 2010, p. 18, grifo das autoras)*

Observamos assim, o caráter de mediação necessário para a significação do acontecimento. França (2012) aborda as diferentes concepções de acontecimento como abordagens “construtivista” e “ritualística”. A primeira dialoga com a perspectiva endógena apontada por Zamin e Marocco (2010). A corrente construtivista “vai tratar, apreender e explicar o acontecimento enquanto construção midiática” (FRANÇA, 2012, p. 41), e, de acordo com a autora pode ser mais ou menos radical. França detém-se na perspectiva do acontecimento enquanto narração do fato e caracteriza-a como uma abordagem que toma o acontecimento

enquanto forma discursiva: “seria resultado da transformação sofrida pelas ocorrências quando traduzidas discursivamente”. Eliseo Verón é um dos autores citados nesta abordagem, como também na revisão de Zamin e Marocco, já que consideraria que os acontecimentos não preexistem ao processo de construção midiática. França também cita Mouillaud, para quem não existiria, de um lado, o real, e de outro, a informação – “esta última penetra e atua no real enquanto ferramenta de leitura e forma de extração. O acontecimento seria aquilo que o paradigma da informação seleciona e formata enquanto tal” (FRANÇA, 2012, p. 42). A crítica que França constrói sobre essa abordagem é que ela peca por seu excesso:

[...] ao atribuir todo o poder à dinâmica instituidora da mídia, negligenciando a força intrínseca de algumas ocorrências na sua capacidade de afetar a vida pública, bem como a capacidade agenciadora dos sujeitos sociais, que interage – e não apenas reagem – com a intervenção midiática. (FRANÇA, 2012, p. 42)

A outra abordagem destacada por França é a ritualística, que leva em conta um tratamento “ritualístico do acontecimento”, como aqueles acontecimentos que se configuram como grandes cerimônias públicas: jogos olímpicos, beatificação de papa etc. Essa abordagem, explica França, também substitui o acontecimento por outra coisa, aqui pela maneira como ele é tratado, o “revestimento cerimonial que recebe”. Com relação à perspectiva construtivista, pontua: “A diferença é que a configuração ritualística promove uma suspensão temporal do acontecimento; construído na forma de ritual, ele é inscrito numa serialização que ultrapassa o tempo presente em numa fusão de tempos, se transforma na repetição (retorno) de um ato fundador” (FRANÇA, 2012, p. 44).

Com a revisão e a crítica, França esclarece que não busca um retorno à perspectiva empirista, que reivindica a primazia dos fatos (relacionada à corrente exógena citada por Zamin e Marocco). Ela chama a atenção para o poder hermenêutico do acontecimento. “Um acontecimento acontece”, destaca, e “acontece com pessoas, na vida de uma sociedade ou de um grupo” (p. 45).

Olhar o acontecimento, portanto, a partir de outra visada conceitual, - tomá-lo enquanto ocorrência desencadeadora de sentidos, ressaltar seu poder hermenêutico (cf. Quéré, 2005) -, nos possibilita ver mais que discursos: permite perceber os discursos dando forma, configurando, organizando sentidos dispersos, contraditórios, anárquicos suscitados por ocorrências, ações, intervenções (FRANÇA, 2012, p. 46).

O acontecimento, desta forma, por si só, como desencadeador de sentidos, tem poder hermenêutico. Quéré (2012), ao advogar por um realismo pragmatista do acontecimento, revisita o conceito em autores como Mead e Dewey. Com base neste último, Quéré aponta uma distinção fundamental relativa às diferentes formas com que, em nossa experiência,

encontramos acontecimentos: “os acontecimentos como mudanças contingentes que se produzem concretamente no nosso entorno, portanto, os acontecimentos existenciais, e os acontecimentos como objetos (objetos de consciência, de pensamento, de discurso, de investigação e de julgamento)” (QUÉRÉ, 2012, p. 24).

O acontecimento como objeto é configurado por significados, pensamentos; “objetos dos quais nos tornamos conscientes” (p. 31), à diferença dos acontecimentos existenciais, que nos arrebatam com sua força brutal. A partir de Dewey, Queré considera a comunicação “como o lugar da constituição do acontecimento-objeto” (p. 37). E para isso há uma série de motivos. Um deles é a questão da temporalidade. Assumindo que vivemos em um mundo de acontecimentos, que é um mundo temporal, é no presente vivo da experiência que os acontecimentos ocorrem, com sua espessura temporal e espacial.

O presente é uma totalidade temporal em que os acontecimentos se estendem a outros acontecimentos, como se se tratasse de uma intriga. Esse presente dispõe não só de certa duração, variável (*speciouspresent*), mas também de uma orientação; ele vai de um passado para um futuro. Quando essa “totalidade real (*actualwholeness*) da experiência que perdura (o que Dewey designa por “situação”) é apreendida pela reflexão, ela é transformada em uma simples sucessão de instantes ou de acontecimentos-objetos (QUÉRÉ, 2012, p. 22)

A questão do tempo é significativa para o acontecimento-objeto, e aqui podemos atentar para o acontecimento-objeto no jornalismo. Logo que o acontecimento se produziu, explica Queré na esteira de Mead, nos esforçamos em mostrar que ele pode ser encontrado no passado, e é “voltados para trás” que produzimos a inteligibilidade dos acontecimentos. Mas a preocupação com o futuro não está ausente: reformula-se o passado como condição do futuro para que possamos controlar sua reaparição (QUÉRÉ, 2012, p. 26). Assim, a partir do presente, fazemos extensões (intelectuais) em direção ao passado ou ao futuro. Elas são hipotéticas e nos conduzem a reconstruir tanto o passado quanto o futuro (p. 27). “O passado se modifica porque o presente passa por mudanças: um presente diferente faz surgir um passado diferente” (p. 27). E cria também um futuro porque há interesse em suas potencialidades.

No jornalismo, que narra o acontecimento desde o presente e, portanto, do seu desenrolar, muitas vezes não há como saber qual será o redesenho de passado ou futuro. Aí há que se destacar a segunda vida do acontecimento: quando transformado em objeto, o acontecimento existencial é passível de ser significado, entrar na organização da vida, deixando de ser simples mudança existencial. “O acontecimento ganha, por conseguinte, novos modos de operação e novas características. Ele se torna não só um objeto e uma fonte de inferências e de raciocínios, mas também um meio de ação controlada.” (QUÉRÉ, 2012, p. 31). Seguindo no

diálogo com Dewey, Quéré afirma que é deste tipo de “objeto cognitivo-discursivo” que nos servimos para intervir no curso dos acontecimentos.

O que permite a significação dos acontecimentos-objeto, explica, à diferença das qualidades imediatas, que são sentidas, são as relações que se estabelecem entre as coisas pelo pensamento. Por isso, na apreensão do acontecimento também importa a relação que se faz entre outros acontecimentos. “Um acontecimento pode, assim, tomar lugar em diferentes histórias – incluindo, em se tratando de acontecimentos públicos, histórias pessoais – em que o narrador se introduz pessoalmente na narrativa e reconfigura o acontecimento como acontecimento de ou em sua própria vida” (2012, p. 34).

O retorno do acontecimento em acontecimento-objeto desempenha, para Quéré (2012), uma função de mediação, “à maneira de *Mimésis 2*, na tríplice *Mimésis* de Ricoeur” (p. 34). Mas este não é o único diálogo possível com Ricoeur. A questão temporal também. Em *Tempo e Narrativa*, além de dedicar-se a indagar e tentar resolver na narrativa as aporias do tempo, Ricoeur (1994) também discute sobre a natureza do acontecimento. Já sabemos que o que é narrado, para Ricoeur, tem sempre um fundo real, ético (nos termos de Aristóteles), percebido na *mimese I*, para então compor a intriga na *mimese II*. Assim, o acontecimento, para Ricoeur, “não é apenas que alguém tome a palavra e dirija-se a um interlocutor; é também que ambicione levar à linguagem e partilhar com o outro uma nova experiência. É essa experiência que, por sua vez, tem o mundo como horizonte” (RICOEUR, 1994, p. 119).

O agenciamento de fatos, para compor a narrativa, também engendra questões temporais. “O tempo torna-se tempo humano na medida em que está articulado de modo narrativo; em compensação, a narrativa é significativa na medida em que esboça os traços da experiência temporal” (RICOEUR, 1994, p. 15). Essa é a premissa central de Ricoeur na primeira parte de *Tempo e Narrativa*. E, depois de discorrer sobre a narrativa, o autor afirmará: “é o tempo da ação que, mais do que tudo, é refigurado pela configuração da ação narrativa” (p. 131).

Nesse diálogo entre tempo e narrativa, entre Ricoeur e Quéré, acrescentamos mais uma autora. Arquembourg (2005) questiona o lugar que Quéré atribui à função narrativa na determinação dos acontecimentos. Para ela: “Apesar de se referir a Paul Ricoeur, o autor evoca, algumas vezes, o que se lhe afigura como um limite a essa função narrativa” (2005, p. 110), e cita, entre os limites apontados por Quéré, que a narrativa não seria suficiente para destacar o poder hermenêutico do acontecimento; que o agenciamento das situações em intriga não passaria necessariamente por uma construção narrativa e que em nossa experiência individual e coletiva, apenas algumas intrigas seriam narrativizadas. Mas considera um ponto fundamental

em Ricoeur: a maneira como o acontecimento retorna a si mesmo por intermédio da narrativa. Ela avança sobre o pensamento de Quéré, explicando que seu entendimento da narrativa parte da hermenêutica, no sentido do pragmatismo de Dewey. “A narrativa constitui uma mediação por excelência, graças à qual os sujeitos podem aceder à compreensão deles mesmos, dos acontecimentos que os atingem e do caráter problemático das situações com as quais se confrontam (ARQUEMBOURG, 2005, p. 111). Isso levaria à conclusão de que o começo e o fim (da história, do acontecimento) não sejam claros de partida. “Para Dewey, é o julgamento de uma situação que delimita começos e fins, voltas e ciclos, intervalos e episódios. Que diz quando tudo começou” (2005, p. 111). Reflexão que nos faz retornar a uma questão que nosso objeto nos evoca: onde, em que ponto, começa a história? A autora aponta que há lutas de poder entre narrativas concorrentes, e que as narrativas progridem e prosseguem para fins provisórios ou projetados. E assim, voltamos a atenção novamente ao tempo na narrativa:

Um fato é um fim quando se situa no final de uma cadeia explicativa na qual “culmina tudo que o precedeu”, mas ele não pode constituir um começo senão tendo em conta tudo quanto provocou. É por isso que pode ser útil estar atento à ação recíproca que o tempo e o acontecimento exercem um sobre o outro no interior da experiência humana. O acontecimento é, assim, a medida do tempo que ele configura, fazendo emergir os passados e os futuros que lhe são próprios, embora esse poder só o exerça ao fim de um certo tempo. O acontecimento que ganha forma e sentido numa história como fim ou/e como começo (tornar-se então um acontecimento fundador) é o fruto de um trabalho propriamente narrativo durante o qual pôde “retornar sobre si próprio”, devido às suas consequências e à sua dimensão. (ARQUEMBOURG, 2005, p. 111).

Essa articulação entre tempo, narrativa e acontecimento nos parece fundamental para compreender as lógicas do jornalismo para reconfigurarem acontecimentos. Arquembourg, ao observar a diferença entre as implicações do acontecimento para quem é diretamente afetado por ele e quem o observa, conclui sobre a “incapacidade dos *media* para darem conta dos acontecimentos ou para produzirem uma experiência coletiva” (2005, p. 109).

Quando o acontecimento é a morte, Antunes (2013) observa que não há nada aparentemente mais decisivo na vida de alguém e daqueles que o cercam do que a morte. E que por isso se imaginam narrativas que adquiram contornos trágicos. “É assim que a morte aparece naturalmente vocacionada, no discurso jornalístico, para tornar-se acontecimento noticiável” (2013, p. 106).

Nesse ponto, é preciso levarmos em consideração, como afirma Carvalho (2014), que configurar narrativamente os acontecimentos do cotidiano “implica uma diversidade de negociações que o jornalismo estabelece com outros atores sociais, posto que aquilo que é trazido à cena pressupõe construções de linguagem específicas a partir da captura de dados

sobre os acontecimentos junto a fontes variadas” (2014, p. 125). Essas negociações nos parecem cruciais para definir o ponto a partir do qual se conta uma história. Até porque, como observa Caldeira (2017), os relatos das fontes são fragmentados e incompletos, o que a leva a descrever o trabalho jornalístico da seguinte forma:

Ali estão jornalistas como produtores e produtoras de narrativas, “coletando e selecionando o que destacar desses relatos, colocando-os em relação com outros dados — estatísticas de órgãos oficiais, crimes semelhantes já cometidos —, tentando conferir uma certa verossimilhança a partir do encadeamento de elementos heterogêneos, tensionados, instáveis. Buscando deixar aquele conjunto marcado pelo caos e pela dissonância algo palatável para a compreensão, algo compatível com uma tendência estilística e estrutural. O que jornalistas estão fazendo, compulsoriamente, é um jogo de recortes e costuras resignado às lacunas. (CALDEIRA, 2017, p. 9)

Se o acontecimento é a morte, quem está mais implicado neste acontecimento, já não mais está. É o fim, mas para significar precisa ser acompanhado do que o precede. O jogo de versões pode tornar-se ainda mais complicado, a depender de testemunhas, de relatos dissonantes e contraditórios. É um desafio ainda maior para recompor narrativamente o acontecimento. Para além disso, dos desafios de compor uma narrativa de cada morte em si, há questões de contexto que merece igualmente importância. Até porque o “acontecimento jornalístico não surge de um nada histórico. Ele se inscreve sobre uma memória social, política e histórica, que é também determinante na sua própria compreensão e designação como acontecimento” (ANTUNES, 2014, p. 160).

Na próxima seção nos dedicamos a questões de contexto envolvidas na configuração narrativa da morte como acontecimento. E dadas as especificidades do objeto da pesquisa, traremos para a discussão questões relacionadas ao crime e à comoção, entre outros.

3. AGIR E SOFRER: QUANDO O ACONTECIMENTO COMOVENTE É NARRADO

A atenção dedicada às tragédias por Aristóteles, ao interesse nas histórias de mudança de sorte, entre as quais da felicidade à infelicidade, e nos efeitos violentos das intrigas, nos dá indícios de que o interesse por histórias sobre violência e tragédia são anteriores ao próprio jornalismo. De fato, o jornalismo pauta a violência e, especialmente, a morte, desde seus primórdios. Traquina (2013) aponta que o crime está presente no jornalismo desde as primeiras décadas do século XVII. Desde então, tem sido a segunda principal categoria de acontecimentos abordados pelo jornalismo, atrás apenas daquelas que envolvem atividades governamentais. (TRAQUINA, 2013, p. 66). Entre as notícias de crime, as de morte compõem, para o autor, “um critério de noticiabilidade por excelência: “Onde há morte, há jornalistas. A morte é um valor-notícia fundamental para esta comunidade interpretativa [jornalistas] e uma razão que explica o negativismo do mundo jornalístico que é apresentado diariamente nas páginas do jornal ou nos *écrans* da televisão” (TRAQUINA, 2013, p. 76, grifo do autor). O dado é importante para demonstrar a importância da morte como acontecimento para o jornalismo e para os jornalistas, apesar das críticas já tecidas com relação ao conceito de critério de noticiabilidade (e que podem dizer muito sobre porque há essa relação tão próxima entre jornalismo e morte. Se não pensássemos o que pode ganhar o *status* de notícia a ser publicada tão centradamente a partir destes critérios, poderíamos ter outro tipo de fazer jornalístico). Propomos novamente diálogo com Antunes (2012) sobre a questão.

Quando se pensa na morte como um “critério de noticiabilidade”, o autor adverte que se gera uma perspectiva de classificação e catalogação *a priori*, que não dá conta de outras dimensões da produção noticiosa, como “a situação de produção, o veículo e notadamente as condições de apropriação e expectativas do público (ANTUNES, 2012, p. 107). Para ser compreendido aquilo de que se fala, seria necessária a referência a “universos de discursos e processos de construção de acontecimentos” (2012, p. 107). O autor defende então que “inquirir o noticiar da morte”, pode ser uma “possibilidade de discutir essa visão ‘nuclear’ do acontecimento”, fazendo referência aos estudos que se concentram no núcleo das notícias e nos critérios de noticiabilidade. Essa visão, para ele, “por vezes remove, como periférica, aspectos seminais da notícia, como o trabalho da memória, responsável por desencadear atos interpretativos não só de familiaridade com o mundo mas também originais” (ANTUNES, 2012, p. 108).

Baseado em diferentes estudos, Antunes (2012) destaca que o noticiário em que normalmente identificamos a ocorrência de mortes de cidadãos comuns é focado “nos afetos e

nas avaliações das pessoas relacionadas ao morto [...]” (ANTUNES, 2012, p. 50). O autor também aponta que em outros estudos se destacam os modos como, por meio de narrativas verbais e imagéticas, é sugerida ou acentuada uma natureza dramática das ocorrências, tornando mortes comuns em extraordinárias narrativamente. Ao observar as narrativas de morte, identifica que elas podem ser voltadas para o evento da morte de alguém, ou promover atributos ao morto, apontar para questões memorialísticas, inquirir desdobramentos provocados pela morte etc. (ANTUNES, 2012, p. 50).

As formas como as pessoas se relacionam com a morte, para Matheus (2011), em diálogo proposto a partir de Elias, “são parte da dinâmica social e constituinte da identidade de grupo” (p. 56). Significar o morrer é também configurá-lo narrativamente, como grupo social. Em nosso tempo, observa Matheus, a morte está afastada da vida social; é evitada e tida evitável. “A ideia predominante é que a morte deva ser um processo controlado, regulado pela racionalidade” (2011, p. 56). Dois tipos de mortes então aparecerão nos meios de comunicação, como afirma a partir de Barbosa: a morte natural, desde que se trate de pessoa famosa, ou a morte do cidadão anônimo cuja vida tenha sido interrompida por uma causa externa violenta. É diante dessa morte, afirma, que se constroem os discursos da falta de sentido. “Trata-se da morte como ruptura da ordem e é dessa ruptura que é feita a notícia, tentando dar uma explicação reconfortante. Esse mecanismo combina perfeitamente com a perplexidade diante da perigosa cidade moderna. O que morre é o futuro.” (MATHEUS, 2011, p. 57).

Assim como as concepções sobre morte modificam-se, porque o jornalismo é parte da cultura viva, modificam-se também, com o passar do tempo, as formas de narrá-lo. Para Vaz, Cardoso e Felix (2012), em outros momentos histórico se destacou uma “política da piedade”, que encontrava eco no jornalismo. É a partir de Hannah Arendt e de Boltanski que os autores discutem este conceito. Como discutimos em outro texto (AMARAL; NASI, 2018), para definir o que seria piedade Arendt (1988) a diferencia de compaixão. Esta seria “ser atingido pelo sofrimento alheio, como se fosse algo de contagioso” e aquela, “sentir sem ser tocado na carne” (ARENDR, 1988, p. 67). A compaixão, explica a autora, não pode ir além do que é sofrido por uma pessoa e se estender a uma classe, a um povo ou à humanidade como um todo; ela seria um “cossofrimento”, portanto, sua força estaria no particular, movida pela paixão (ARENDR, 1988, p. 68). Já na piedade, se despersonalizam os sofredores, englobando-os, de modo que se possa falar em “massas sofredoras”, por exemplo. “A piedade, por não ser atingida na carne, e conservar sua distância sentimental, pode ser bem-sucedida onde a compaixão costuma fracassar; ela pode alcançar a multidão e, por conseguinte, como a solidariedade, entrar em

praça pública” (ARENDR, 1988, p. 71). Mas se diferencia também da ideia de solidariedade, porque a piedade só existe na presença do infortúnio, necessita da existência dos infelizes.

Boltanski (2004), a partir da leitura de Arendt, caracteriza a política da piedade na distinção entre os que sofrem e os que não sofrem e por haver um foco no que é visto, no “espetáculo do sofrimento”. O autor entende que, na formulação de Arendt, esse sofrimento não está centrado na ação, no poder do forte sobre o fraco, mas na observação dos desafortunados por aqueles que não compartilham de seu sofrimento, não o experimentam diretamente e que, por isso, podem ser considerados afortunados (BOLTANSKI, 2004, p. 3). Com isso, a política da piedade se distancia da ideia de justiça. “For a politics of pity, the urgency of the action needing to be taken to bring an end to the suffering invoked always prevails over considerations of justice. From such a perspective it is only in a world from which suffering has been banished that justice could enforce its rights”. (BOLTANSKI, 2004, p. 4).

Na leitura de Vaz et al, a estrutura da solidariedade então se definia de modo complexo, ao colocar, frente a frente, mas a distância, observador e sofredor desconhecidos, seres humanos felizes e infelizes. “o sofredor não é conhecido, nem a ajuda pode ser local; ela deve se dar na forma de uma palavra pública dirigida a outros não-sofredores, convidando-os a se mobilizarem para evitar ou reduzir esse sofrimento” (VAZ et al., 2006, p. 114). Os autores destacam ainda o papel que teve um pensamento considerado “de esquerda”, vinculado a setores progressistas e movimentos sociais, ao construir um discurso de denúncia que acrescentava um terceiro ator ao par observador-sofredor: o sistema.

O esforço teórico da esquerda foi, de um lado, engrandecer esse terceiro na forma do “sistema” ou “sociedade”; de outro, forçar sempre a fronteira entre sofrimentos genéricos, supostamente ligados à condição humana, e aqueles que teriam origem social, de modo a atrair o maior número de sofrimentos e sofredores para a causa da transformação social” (VAZ et al., 2006, p. 114).

Desta maneira, uma notícia sobre um crime podia também ser um modo de gerar indignação contra o sistema, mas isso dependia de uma mediação teórica capaz de produzir os seguintes deslocamentos: o criminoso sairia da posição de um causador de sofrimento para tornar-se vítima. A classe média cortaria seus laços com uma vítima específica e se sentiria causadora do sofrimento, pela teoria da exploração. E, ao final, essa mesma classe média se identificaria com o criminoso ao pensar que, se vivesse circunstâncias parecidas com a que ele viveu, de privação e necessidade, vítima da exploração social, provavelmente teria cometido o mesmo crime (VAZ et al., 2006). Por isso, como apontam Vaz, Cardoso e Felix (2012), não era

raro que jornais nos anos 1980 entrevistassem criminosos. Havia uma identificação com o agressor, à medida em que os crimes eram vinculados a problemas coletivos.

A concepção da violência, neste caso, também era diferente do que é agora. Matheus (2011), em análise sobre as narrativas compostas pelo noticiário criminal de O Globo, observa como o próprio jornal se refere à sua produção narrativa sobre violência, na qual subjaz os entendimentos sobre a violência, seu significado e seu operar. Até a década de 1960 “As grandes manchetes [de O Globo] destacam crimes passionais entre as classes média e alta. Por meses, o leitor seguia investigações e julgamentos, numa espécie de grande folhetim” (O GLOBO apud MATHEUS, 2011). O modo como o jornal observa a sua experiência de narrar (o texto consta de um caderno comemorativo dos 80 anos do periódico) demonstra, para Matheus “a idealização de um passado ingênuo, no qual os crimes eram passionais, em substituição à ideia de violência profissional” (2011, p. 20). A diferença entre o passado e o presente dos crimes, pontua a autora, se explicaria pela própria natureza da criminalidade, que no presente é profissionalizada, e leva ao uso da metáfora da guerra. “Há, de certa forma, uma tipificação, no sentido de explicar a violência, que surge da idealização dos crimes de outrora. Esse tipo de construção dá a ideia de que o presente é o tempo da crise, da ruptura, em oposição ao passado idílico (não tão dramático)” (MATHEUS, 2013, p. 20).

Vaz et al. (2006) contemporizam que quando as narrativas jornalísticas faziam o gesto interpretativo de associar o crime ao contexto social, e ao sistema e à exclusão, eram baixas as taxas de criminalidade e de crimes contra a propriedade. À medida em que aumentam as taxas de criminalidade e que os crimes ganham um caráter cada vez maior de danos físicos, “fica difícil sustentar o tríplice movimento [de mediação teórica]” (2006, p. 115). Aí entra outro conceito: o de risco.

A distribuição de responsabilidade pelo futuro pode ser conceituada como a emergência de um novo direito, o direito ao risco. A primeira face desse novo direito é a autonomia demandada pelo indivíduo sobre o quanto de risco ele quer correr em relação a um prazer derivado de uma dada ação. A contrapartida dessa autonomia é a passagem do Estado de bem-estar ao neoliberal, com a consequente descoletivização dos riscos calcada na ideia de que grande parte dos sofrimentos futuros a ocorrer para um dado indivíduo depende de decisões diárias sobre seu estilo de vida (VAZ et al., 2006, p. 116).

Se há uma demanda dos indivíduos pela liberdade em escolher que riscos querem correr, a contrapartida, pontuam os autores, é a intolerância em relação a todos o que nos põem em risco contrariando nosso desejo. Esse movimento afasta a perspectiva de discussão dos crimes sob a chave interpretativa da desigualdade social. Seria desconsiderar o sofrimento das vítimas

e sentir compaixão por “monstros”, sem respeito à vida alheia. “A alteridade do risco se sobrepõe à da pobreza”, concluem os autores (VAZ et al., 2006, p. 117).

A esse entendimento, do risco como central, acrescentamos a importância observada por Matheus (2011) da centralidade do medo nas narrativas jornalísticas no cenário carioca. Em análise sobre o Globo, identifica que em Copacabana, “o bairro visibilidade do turismo, o medo midiático se configura, sobretudo, em pânico diante de assaltos e tiroteios. Da mesma forma, o medo em São Conrado, Leblon e na Zona Sul, como um todo, objetiva-se em assaltos a residências, tiroteios e fechamento de túneis.” (2011, p. 25).

É importante observar, a partir da caracterização dos bairros, que há uma territorialidade implicada nos sentidos que orientam aquilo que devemos temer. A periferia. A favela. A partir de Halbwachs, Matheus afirma: “Um grupo de pessoas pode habitar o mesmo espaço e, no entanto, considerar diferentes qualidades na composição de sua cidade imaginada. (...) na conformação mental da cidade, a localização no sistema econômico e na hierarquia social se sobrepõe à localização espacial” (MATHEUS, 2011, p. 23). O aspecto simbólico atribuído ao território, aqui é evidente. Para Haesbaert (2014) o território deve ser abordado em *continuum* desde seu caráter material a sua carga simbólica.

É num determinado cenário que se constroem os indivíduos a se temer:

Olhar para o que as pessoas temem em um determinado momento e lugar ajuda a entender o que elas vivem. Na disputa pelas interpretações dos sentimentos sentidos coletivamente, os medos configurados nas notícias são fundamentais para ler os diálogos que se estabelecem entre as pessoas e seu tempo histórico. (MATHEUS, 2011, p. 45)

Quando Sodré (2006) fala do medo gerado a partir de enunciações midiáticas, pensa que há ainda algo além do medo: “A mídia é a principal gestora das enunciações em que o ato agressivo aparece como gênero catastrófico, gerador não de simples medo – que todo vínculo social costuma acomodar –, mas de medo excessivo, ou pânico.” (2006, p. 98).

Por isso, associamos o medo (MATHEUS, 2011), ou o medo excessivo (SODRÉ, 2006), à ideia de risco apresentada por Vaz et al (2006). Se há medo, é pelo risco que se corre. E que se conhece especialmente pelas narrativas midiáticas, já que, como afirma Matheus, o que importa é “menos que sejam medos razoáveis ou fundados, mas que sejam narrados” (2011, p. 47).

A centralidade do risco, para Vaz, Cardoso e Felix (2012), levaria a uma passagem da piedade à política de vítima virtual. Na política de piedade, explicam, a “audiência é construída como os felizes, à diferença do sofredor, e responsável pelo sofrimento deste, nem que seja por

nada fazer quando poderia” (p. 29). Já na política de vítima virtual, a audiência é estimulada a se conceber na mesma condição daquele que sofre, o que desloca a busca da responsabilidade pelo sofrimento para um personagem outro” (2012, p. 29). Essa passagem se concretiza, apontam os autores, “pela emergência da vítima virtual como figura subjetiva e política característica da nossa atualidade, bem como pelo predomínio de um novo ideal de justiça social: o direito à rotina segura e feliz” (2012, p. 30)

Na política de vítima virtual, destacam-se as narrativas singulares: “não mais eventos vinculados à estrutura social, mas acontecimentos que ocorrem no espaço público com seleção aleatória de vítimas: crimes, catástrofes naturais, epidemias e acidentes” (VAZ; CARDOSO; FELIX, 2012, p. 35). A tendência de despersonalizar os sofredores cede lugar ao interesse pela singularidade de suas histórias, “realçando o quanto eram felizes até então” (2012, p. 36). Trata-se de uma mudança cultural significativa na escolha dos sofrimentos que merecem ser narrados:

O que determina a seleção de um sofrimento para entrada no espaço público não é sua intensidade, nem o número de sofredores; é sim sua capacidade de expressar a violação de valores básicos de uma cultura. Se um valor maior é a recusa de uma desigualdade social extrema entre os seres humanos, a fome ou a qualidade da moradia ou da educação serão destacadas; se o valor maior é a vida longa e prazerosa dos indivíduos, todos os eventos que provocam morte abrupta ganharão relevância. Por outro lado, se o que vale é o bem-estar do indivíduo, perderão posição hegemônica no espaço público os sofrimentos que melhor expressam a desigualdade (VAZ; CARDOSO, FELIX, 2012, p. 28).

Para os autores, na narrativa contemporânea do crime, a construção se dá a partir da exposição do sofrimento de estranhos no espaço público, com a peculiaridade de promover a identificação, “por aproximar da audiência a possibilidade de acontecer com ela o que aconteceu com o sofredor” (2012, p. 27).

Quando a perspectiva da desigualdade social desaparece das composições narrativas no jornalismo, e a busca por identificação é com um público idealizado de classe média, o sofrimento daqueles que moram nas favelas, por exemplo, não ganha relevância, como pontuam Vaz et. al. em texto em que analisam justamente a produção do jornal O Globo, entre 2001 e 2002. Com um extenso *corpus*, observam a sistemática de publicações sobre violência e identificam que há uma super-valorização de representações da favela como lugar do criminoso e uma sub-representação dela como lugar de vítimas.

[...] sendo a favela, para o jornal, necessariamente o lugar do tráfico e, portanto, do crime, em apenas um terço das matérias ela aparece como lugar de criminosos e vítima e que em dois terços ela seja lugar somente de criminosos. Estes números são ainda mais significativos se comparados à taxa de homicídio na favela, seis vezes maior que

no restante da cidade. Os crimes ocorridos na favela são subnoticiados, gerando uma desvalorização do sofrimento dessas vítimas. A tendência é tornar os leitores do jornal vítimas virtuais de uma criminalidade proveniente das favelas (VAZ et al., 2006, p. 121)

Os autores ainda apontam que há uma prática usual em O Globo de “sempre que o favelado aparece como vítima da polícia, alegar ou transcrever uma alegação de que ele era relacionado ao tráfico, ou colocá-lo como dano colateral dessa ‘guerra’” (VAZ et. al., 2006, p. 121).

Porque alguns sofrimentos ganham mais relevância que outros é uma questão de pesquisa também para Antunes e Lara (2013). Na análise da cobertura jornalística sobre a violência contra crianças e adolescentes em seu grupo doméstico, após o caso amplamente midiático da morte da menina Isabella Nardoni, percebem, em sua análise e com base em diversos estudos anteriores, que o componente de classe é um critério importante para definir que crianças merecem ter seu sofrimento midiático. Eles encontram no conceito de “caso comovente” do argentino Fernández Pedemonte a resposta sobre porque alguns casos acabam tornando-se mais importante que outros, ainda que com características semelhantes, do ponto de vista midiático.

De tanto en tanto, los medios informativos difunden noticias que los lectores, sin saber bien por qué, intuimos que son cualitativamente distintas. Se trata de relatos de acontecimientos que, si bien responden a los criterios de noticialibilidad y se ajustan a las secciones temáticas de los medios, implican, en varios sentidos, rupturas de las rutinas. No sólo de las rutinas de las audiencias sino también de las de cada medio, que debe arbitrar procedimientos extraordinarios para cubrir estos episodios mejor que la competencia. (FERNÁNDEZ PEDEMONTE, 2010, p. 21).

O autor denomina esses episódios de “casos mediáticos conmovionantes”, que aqui trataremos como “casos comoventes”, para adotar a mesma tradução de Antunes e Lara. Observamos que aqui há um diálogo com o conceito de acontecimento, como ruptura, mas não pelo ocorrido em si, já que este teria as mesmas características de outros semelhante, mas pelo tratamento conferido pelos meios de comunicação ao caso.

O caso comovente é uma “interrupção”, para Fernández Pedemonte, de uma sequência previsível da normalidade. Ele se constitui quando a representação nos meios de comunicação de determinados acontecimentos faz com que emergja no discurso um conflito estrutural latente, em diálogo com um discurso dominante, dos políticos ou dos próprios meios, que entra em conflito com uma opinião contrária (FERNÁNDEZ PEDEMONTE, 2010, p. 23).

A estrutura do caso comovente é assim caracterizada pelo autor: a) os meios apresentam o caso propriamente como um caso; b) o caso põe em movimento um contraste entre dois conflitos, um conjuntural e outro estrutural; c) a representação social da instituição ou das instituições implicadas no caso pode ser alterada durante a cobertura midiática; d) na cobertura dos *casos*, os meios colocam em jogo mais de um tipo de hipótese, enquanto não se sabe que rumo o caso tomará: é que na resolução do caso, os meios não querem perder a versão que acabe sendo corroborada; e) diante de um *caso*, os meios parecem recorrer a um clima de opinião pública que pressiona para que a instituição resolva de maneira drástica os efeitos da crise relatada. Aqui, o autor menciona uma “aliança” entre os meios e a opinião pública contra a instituição, que muitas vezes, nesse contexto de exceção, pode tomar medidas para além do que permitiria sua racionalidade; f) autoreferencialidade: como o caso se prolonga, muitas vezes a cobertura ela própria é objeto de descrição ou comentários pelos próprios meios de comunicação. Fernández Pedemonte (2010) observa que, assim, os meios tornam-se atores públicos de certa forma invisíveis, mas com potencialidade de gravitar sobre as decisões das instituições públicas, ainda que não façam isso abertamente; g) a escolha de um formato de relato para dar conta dos episódios, segundo três estratégias: a focalização das notícias pela subjetividade dos protagonistas singulares, a organização da informação segundo um esquema narrativo com a presença de pontos principais e intrigas secundárias, ou o uso de recursos literários.

Além da estrutura, Fernández Pedemonte também identifica três tipos de casos comoventes: os acontecimentos midiáticos, que são os acontecimentos que se vinculam com cerimônias televisivas, como comemorações esportivas, coroações etc.; os escândalos midiáticos, caracterizados como escândalos deflagrados pelas mídias, e ainda as ondas de violência.

Esses casos, de grande potência hermenêutica, são duplamente articulados pelos meios: do ponto de vista espacial, colocam em relação o espaço do acontecimento com o espaço do espectador; e do ponto de vista temporal, colocam em relação a história pública com a memória das audiências, o tempo matemático dos relógios com o psicológico da vida vivida. (FERNÁNDEZ PEDEMONTE, 2010). “Efectivamente, existen determinados casos periodísticos particularmente estremecedores, ya sea por la envergadura de los acontecimientos que narran o por la permanencia en la agenda pública y el grado de debate que desencadenan [...]” (FERNÁNDEZ PEDEMONTE, 2010, p. 21). Como efeito, ao conectar um problema que poderia estar sendo relegado, ou deixado de lado pelo discurso público, os casos comoventes levam a mudanças bruscas de agenda. “Son reapariciones súbitas de agendas enterradas y, por

un momento, revelan la pelea por la agenda que tiene por arena a los medios de comunicación.” (2010, p. 117).

Para sustentar o caso na agenda, os meios adotam estratégias narrativas, como o estabelecimento de relações causais entre as ocorrências. Fernández Pedemonte destaca que isso ocorre especialmente nas notícias policiais, em que a prática da escrita parece acompanhar um tipo de pensamento associativo, próprio da atividade detetivesca. Esse associar de fatos nem sempre corresponde com as relações causais estabelecidas na experiência anterior à narrativa. O próprio autor observa uma séria de estratégias discursivas que discriminam as pessoas nos casos comoventes, entre as quais destacamos a que chama de “inversão verídica”. Nesse caso, ao invés de ir da presunção da inocência a uma confirmação baseada em provas, partem de uma atribuição da culpa que nos dias sucessivos vai sendo desmentida. Isso ocorre “típicamente en noticias donde los sospechosos de los actos delictivos son niños y con el paso del tiempo los inculpados terminan siendo adultos)” (FERNÁNDEZ PEDEMONTE, 2010, p.92)

Outra estratégia discursiva de discriminação são os “ideologemas”. Seria, para o autor, a máxima subjacente ao desenvolvimento de um enunciado que toma corpo em formas cristalizadas.

Con ocasión de las noticias sobre acontecimientos violentos conmocionantes, los medios vehiculizan ideologemas que envían a la defensa de la justicia por mano propia o de la venganza, a la necesidad de endurecer las penas contra los delincuentes, incluyendo la pena de muerte y la reproducción de prejuicios sociales. Los medios crean prejuicios por acción comunicativa cuando sedimentan en el sentido común modelos discriminatorios contra los pobres y los inmigrantes, protagonistas mayoritarios de las noticias policiales, y también por omisión cuando, por la vía de la espectacularización, obturan la reflexión sobre cuestiones trascendentes como el dolor, la muerte, la otredad o sobre problemas políticos estructurales como el sistema penal, el modelo socio político o los valores dominantes (FERNÁNDEZ PEDEMONTE, 2010, p. 94)

Algumas dessas preocupações estão presentes também na produção de Sarlo. A autora, ao escrever sobre a percepção da violência em Buenos Aires e em outras grandes cidades da América Latina, aponta para a heterogeneidade do fenômeno, que, contudo, adquire ares de totalidade nas mídias, algo de que é impossível escapar vivendo nesses aglomerados urbanos. Somos todos vítimas em potencial, e os meios querem fazer justiça:

En sociedades mediatizadas la esfera comunicacional procesa los datos de la experiencia, los refuerza o los debilita, con o contra ellos, aunque es raro que pueda contradecirlos abiertamente salvo en la ficción e, incluso en este caso, sólo según ciertas reglas. Los medios informan sobre aquello que sucede más allá de los límites de la experiencia vivida. Configuran una esfera pública global y una esfera de saber.

Al mismo tiempo, en el caso de la violencia urbana, representan una esfera judicial en el sentido de una actuación teatral (SARLO, 2001, p. 62).

Essa interferência é mais visível nas narrativas televisivas, que exacerbam o singular no momento de sua transmissão e tomam a forma de programas específicos para mostrar o combate à criminalidade. Sarlo afirma:

Los medios reclaman, como parte de los derechos de prensa e información, la posibilidad de realizar estas tomas directas en el momento mismo de los acontecimientos. En nombre de la libertad de información transgreden disposiciones explicitadas de los jueces, arriesgan la seguridad de detenidos, políticas o rehenes y alimentan una indignación perfectamente comprensible en las víctimas pero no sólo en ellas. La crónica roja se ha convertido en crónica cotidiana desbordando los límites del género y ubicándose en los lugares periodístico de la información general. (SARLO, 2001, p. 64)

As discussões empreendidas tanto por Fernández Pedemonte (2010) quanto por Sarlo (2001), nos ajudam a pensar na potência das narrativas sobre violência, e mesmo sobre outros assuntos tratados de forma “comovente” nas mídias. Ambos partem do contexto da Argentina em geral, e de Buenos Aires em particular, mas encontramos eco nas reflexões para muito do que se tem produzido no Brasil, a exemplo da publicação *Mídia e violência: novas tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil* (2007). Neste trabalho, Ramos e Paiva apresentam o resultado de três anos de pesquisa sobre a temática em duas fases, uma com a análise da produção diária de nove jornais (entre jornais de referência e populares) nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais e outra com oito jornais do Rio de Janeiro, totalizando 5.165 textos jornalísticos. As autoras também entrevistaram jornalistas e especialistas em segurança pública para a pesquisa.

A produção jornalística brasileira, de acordo com os resultados obtidos pelas autoras, havia apresentado alguns avanços na primeira década dos anos 2000. O fim da editoria de polícia em grande parte dos diários é um deles.

Os jornalistas que cobrem criminalidade e violência são repórteres do geral e, portanto, dedicam-se também a cobrir outras questões urbanas. Essa mudança é importante por favorecer nos textos a integração do fenômeno da criminalidade a temas como educação, habitação, saúde, trânsito etc. (RAMOS; PAIVA, 2007, p. 20).

Ainda assim, mesmo sem levar o nome “policial” na editoria, a cobertura de crimes ainda depende muito das fontes policiais, sobre às quais recam tantas críticas.

Uma das críticas mais comuns à polícia é a de que ela corre atrás do crime, sem capacidade de preveni-lo com planejamento e inteligência. A cobertura jornalística, mesmo a dos melhores jornais do país, padece em certa medida dos mesmos problemas. Na maior parte do tempo, ela corre atrás da notícia do crime já ocorrido ou das ações policiais já executadas, mas tem pouca iniciativa e usa timidamente a sua enorme capacidade de pautar um debate público consistente sobre o setor. (RAMOS; PAIVA, 2007, p. 25).

A ausência de ações preventivas não é única crítica às forças policiais. Sabe-se de inúmeros casos – porque compuseram a narrativa jornalística - de abuso de poder, de mortes de inocentes, do elevado número de mortes ocasionadas pela polícia. Não obstante, referendando a tese de Hall et al. (1982; 2016), a polícia é a principal fonte das matérias jornalísticas sobre violência e criminalidade. Muitas vezes, a única, com jornais e jornalistas assumindo a linguagem policial dos Boletins de Ocorrência em seus textos.

Ramos e Paiva (2007) observam a necessidade de uma pluralidade de vozes, especialmente de vozes especializadas para falar de segurança pública para além das fontes policiais. Se isso acontecesse, poderia ser uma possibilidade de romper com a narrativa que se desconecta do contexto social.

Fernández Pedemonte, nesse sentido, afirma que o grave não é que os meios falem de violações, suicídios em massa ou crimes brutais. A gravidade está no modo como fazem, com o estilo da espetacularização, “que nos impide quebrar nuestras certezas sobre el tema, salir de nuestro sentido común para buscar una comprensión de lo que se nos presenta como extraño” (FERNÁNDEZ PEDEMONTE, 2010, p. 96), ou ainda para tematizar uma questão.

Na próxima seção, buscamos nos aprofundar no conceito de violência e, especialmente o de criminalidade, para que possamos articulá-los a nossa análise. Para compreender como se configuram as narrativas em torno da violência urbana, em torno do crime, é necessário também conhecer como estes são concebidos.

3.2 QUEM SÃO OS CRIMINOSOS? A ORDEM SOCIAL E A CRIMINALIDADE

Os episódios de violência que aparecem nos meios de comunicação, em geral, são aqueles que dizem respeito a uma “violência anômica”, que pode ser entendida, para Sodré, como aquela “cujos aspectos cada vez mais cruéis se fazem visíveis nas ruas, na mídia e cujos índices crescentes engrossam as estatísticas oficiais de criminalidade” (SODRÉ, 2006, p. 12). O autor a coloca em relação com diferentes tipos de violência. “Representada”, que seria aquela discursivamente modalizada, presente no jornalismo ou no entretenimento; “sociocultural”, como resultante de “puro e simples arbítrio de poder” (2006, p. 12), para a qual cita como

exemplos o machismo, o racismo, a homofobia; e “sociopolítica”, caracterizada como a violência exercida pelos aparelhos repressivos do Estado, tanto em períodos de exceção, como na vida cotidiana, e que inclui a violência anômica.

Pensar a violência para além de sua expressão “anômica” e, portanto, a partir de uma visada social, para o autor, “apenas deixa mais claro que considerar violência como puro ato implica conotar negativamente apenas as ações que contrariem a legitimidade, burguesa ou não, do grupo dirigente.” E exemplifica: “Tanto que é uma prática linguística geral, por parte das instituições dirigentes, trocar a palavra ‘violência’ por ‘força’ quando se designam atos de coerção socialmente legitimados” (SODRÉ, 2006, p.19).

No mesmo sentido, a violência, para Matheus (2011, p. 10), “não pode ser entendida como um dado da realidade, mas como um ângulo, uma percepção possível de um conjunto de fenômenos sociais, políticos e culturais, que costuma se chamar de violência.” Assim, vê no conceito de violência já um agenciamento narrativo, nos termos de Ricoeur. “Frequentemente, permanece excluída desse agenciamento midiático uma série de atos de violência, como a doméstica, a violência de Estado, e, principalmente, as violências estruturais da sociedade”, entre as quais cita a desigualdade, a privação do acesso aos serviços de saúde pública, habitação, “entre outras não imediatamente associadas ao conceito de violência” (MATHEUS, 2011, p. 10).

Encontramos então diálogo com o conceito de violência estrutural, de Galtung (2005). O autor caracteriza a violência de três formas: a dos “brâmanes”, ou violência/guerra cultural, como a produção de ideias que justificam outras duas formas de violência, que seriam a dos “xátrias”, ou violência pela guerra militar ou direta, e, não menos importante, a violência dos “vaixás”, vista como guerra estrutural e, por isso, indireta. É essa violência indireta, bem como a violência cultural que, por se processarem cotidianamente, sem um ato disparador de sentidos, não são configuradas como acontecimento. Em nossa leitura, trata-se dos temas (ou *cuestinos*) para Tuchmann (1983), que exigem explicações analíticas do mundo cotidiano enquanto experiência socialmente estruturada, indo para além do factual “quem, o que, quando, onde, por que e como” do *lead*. Como o jornalismo diário enfatiza o individual, é difícil ver a estruturação do trabalho em tornos de problemas sociais. Devemos também considerar que esta manifestação de violência ganha também pouca atenção midiática por estar alinhada com os interesses dos grupos de poder.

Sodré (2006), quando reflete sobre a miséria resultante das desigualdades, observa a violência que se manifesta não apenas nas grandes organizações de poder, mas também nas pequenas, que formam estados paralelos nas regiões mais pobres.

Nessa exasperante contiguidade da miséria (fome, epidemias de controle relativo, analfabetismo) com fluxos concentrados de dinheiro no interior da própria comunidade marginalizada e em face da realidade material e simbólica da cidade moderna, emerge a violência anômica (agressões, assaltos, homicídios) como uma “contraliguagem”, isto é, uma linguagem que não se instaura a partir das regras das instituições civis hegemônicas na sociedade global, mas a partir de sua ausência ou de seu desnaturamento abusivo. (SODRÉ, 2006, p. 67).

Assim, vê como um sintoma do “desbordamento do Estado e da sociedade civil – do esgarçamento do tecido social”, a violência desordenada. “Na maioria das vezes, a força destrutiva não é fenômeno de pura irracionalidade, mas uma espécie de *ultima ratio* por parte de quem está irremediavelmente situado na outra margem do sistema” (SODRÉ, 2006, p. 67). Adiante, o autor pontua que não é a pobreza uma “determinante mecânica dos ilegalismos”. Ele identifica como “grande indutora da violência” a “própria ordem social”, exemplificada no superpolicimento das populações pela classe militar, na militarização tecnologizada da produção, no desequilíbrio estrutural na esfera ético-política e na do consumo, atravessadas pelos meios de comunicação. “Favorece-se, assim, toda uma fantasmática de violência junto a grupos marginalizados ou periféricos, aos quais a ordem tecnoburocrática é decididamente indiferente” (SODRÉ, 2006, p. 103).

A sociologia do desvio, na década de 1960, as partir do trabalho de Becker, em uma abordagem interacionista, dirá que o crime, ou o desvio é criado pela sociedade, ao definir as regras que, se forem infringidas, levam a tal. No livro *Outsiders: estudos da sociologia do desvio*, Becker oferece um mapeamento sobre noções de desvio e crime. A concepção mais simples mencionada pelo autor é estatística, sendo o desviante todo aquele que varia com relação à média. “Uma concepção menos simples, mas muito mais comum, de desvio o identifica como algo essencialmente patológico, revelando a presença de uma ‘doença’. Essa concepção repousa, obviamente, numa analogia médica” (BECKER, 2008, p. 18). Muitas vezes, essa visão está presente na produção jornalística contemporânea, que busca caracterizar como “monstros” ou “psicopatas” os autores de crimes contra a vida, por exemplo.

Alguns sociólogos usam um modelo de desvio baseado essencialmente nas noções médicas de saúde e doença. Consideram a sociedade, ou uma parte de uma sociedade, e perguntam se há nela processos em curso que tendem a diminuir sua estabilidade, reduzindo assim sua chance de sobrevivência. Rotulam esses processos de desviantes ou os identificam como sintomas de desorganização social (BECKER, 2008 [1873], p. 20)

A concepção sociológica do desvio tradicionalmente o define como infração de alguma regra geralmente aceita. Pergunta quem infringe regras e procura fatores nas personalidades e situações de vida que poderiam explicar as infrações, o que pressupõe infratores como categoria homogênea por cometer mesmo ato desviante (BECKER, 2008). E é aí que Becker nos apresenta sua tese central:

Tal pressuposto parece-me ignorar o fato central acerca do desvio: ele é criado pela sociedade. Não digo isso no sentido em que é comumente compreendido, de que as causas do desvio estão localizadas na situação social do desviante ou em “fatores sociais” que incitam sua ação. Quero dizer, isto sim *que grupos sociais criam desvio ao fazer regras cuja infração constitui desvio*, e ao aplicar essas regras a pessoas particulares e rotulá-las como outsiders. Desse ponto de vista, o desvio *não* é uma qualidade do ato que a pessoa comete, mas uma consequência da aplicação por outros de regras e sanções a um “infrator”. O desviante é alguém a quem esse rótulo foi aplicado com sucesso; o comportamento desviante é aquele que as pessoas rotulam como tal. (BECKER, 2008, p. 22, grifo do autor).

Nem sempre o rótulo é aplicado com sucesso. Se um ato é ou não desviante, depende de como outras pessoas reagem a ele. Pessoas cometem infrações e não são tratadas como *outsiders*, ao passo que pessoas que não violaram nenhuma regra, eventualmente são tratadas como se assim houvessem feito.

O grau em que um ato será tratado como desviante depende também de quem o comete de quem se sente prejudicado por ele. Regras tendem a ser aplicadas mais a algumas pessoas que a outras. **Estudos da delinquência juvenil deixam isso muito claro. Meninos de áreas de classe média, quando detidos, não chegam tão longe no processo legal como os meninos de bairros miseráveis.** O menino de classe média tem menos probabilidade, quando apanhado pela polícia, de ser levado à delegacia; menos probabilidade, quando levado à delegacia, de ser autuado; e é extremamente improvável que seja condenado e sentenciado. Essa variação ocorre ainda que a infração original da norma seja a mesma nos dois casos. **De maneira muito semelhante, a lei é diferencialmente aplicada a negros e brancos.** (BECKER, 2008 [1973], p. 25, grifo nosso)

Assim, o rótulo de desviante não apenas não se aplica somente àqueles que variam com relação à regra, como encontra-se com preconceitos de gênero, de raça, de sexualidade. Os que são rotulados como tal, podem carregar o estigma de ser um *outsider* durante longos períodos de sua vida mesmo que tenham cometido apenas um ato desviante. “Presume-se que um homem condenado por arrombamento, e por isso rotulado de criminoso, seja alguém que irá assaltar a outras casas; a polícia, ao recolher delinquentes conhecidos para investigação após um crime, opera com base nessa premissa” (BECKER, 2008, p. 43). A rotulação dos desviantes insere-se em um quadro interpretativo, que ajuda na ação policial e das forças mantenedoras da ordem.

É um movimento que também percebemos no jornalismo: ao narrar um crime, é costumeiro mencionar se o suspeito já tem ou não tem passagens policiais, quase sempre desqualificando o indivíduo que já tenha sido rotulado com *outsider*. “Assim, a detenção por um ato desviante expõe uma pessoa à probabilidade de vir a ser encarada como desviante ou indesejável em outros aspectos” (Ibid., p. 43). Isso leva à atribuição de um *status* de desviante ao indivíduo. Esse *status*, para Becker, sobrepõe-se a outros (a classe, o gênero, por exemplo) e tem certa prioridade:

Uma pessoa recebe o status como resultado da violação de uma regra, e a identificação prova-se mais importante que a maior parte das outras. Ela será identificada primeiro como desviante, antes que outras identificações sejam feitas. Formula-se a pergunta: “Que tipo de pessoa infringiria uma regra tão importante”? E a resposta é dada: “Alguém que é diferente de nós, que não pode ou não quer agir como um ser humano moral, sendo portanto capaz de infringir outras regras importantes”. A identificação desviante torna-se a dominante.” (BECKER, 2008, p. 44)

Assim constrói-se o recurso da desumanização; o criminoso ou o desviante como um outro diferente de nós. Essa mirada sobre a criminalidade impossibilita abordar os problemas que de fato levam à criminalidade quando se pensa de maneira estrutural. No Brasil, Velho, em diálogo com Becker, publica um texto sobre a contribuição da Antropologia Social para o estudo do comportamento desviante, em 1974, no livro por ele organizado *Desvio e divergência, uma crítica da patologia social*. Aqui a crítica recai ao enfoque funcional da compreensão do desvio em Merton, que cria o conceito de *anomie*. O autor observa como a estrutura social gera a pressão favorável ao comportamento socialmente desviado, sobre pessoas localizadas em várias situações naquela estrutura. O problema que Velho observa nesta perspectiva é o modo como Merton vê a estrutura social e sociocultural. “Todas as sociedades apresentam, segundo esta perspectiva, objetivos e meios de realizá-los que são legítimos para todos os seus membros e, anda mais, mesmo para indivíduos ‘diversamente localizados’. Mas nem todas as sociedades *funcionam* bem” (VELHO, 1974, p. 13, grifo do autor). Velho reconhece que o termo – *anomie* - serviu como ponto de partida importante para diversos trabalhos que tiveram repercussão nos estudos do comportamento desviante, mas enfatiza que se trataria de verificar as condições patológicas de um sistema social que poderia gerar o comportamento desviante. “A questão concentra-se no fato de esta análise ter como premissa uma *estrutura social* não problematizada” (VELHO, 1974, p. 15, grifo do autor).

O autor aprofunda a análise colocando em questão a oposição entre o sistema social e o indivíduo.

Não há dúvida de que a distinção dos níveis biológico, psicológico, social e/ou cultural permite a construção de um conhecimento analítico sistemático, mas parece crucial não ignorar que uma “ação social” tem estes três níveis subjacentes. A preocupação em delimitar o social pode levar ao descuido em relação aos seus vínculos com outros níveis que, na realidade, são apenas distinguíveis em termos de uma lógica formal e não em termos fenomenológicos. Assim, a *estrutura social* ou o *sistema social* passam a ser encarados não como conceitos analíticos, mas como *entidades* não só distintas mas mesmo opostas a indivíduos “biológicos” e “psicológicos” (VELHO, 1974, p. 16, grifos do autor).

Ao mesmo tempo em que Velho critica a abordagem do desvio fortemente relacionada à estrutura social (não problematizada), por outro lado, também faz a crítica a abordagens centradas demais no indivíduo, como percebe na vertente de Mead. Velho cita o livro *Antropologia*, em que Mead e Benedict enfatizam a ideia de que cada cultura gera personalidades características e que o que é desviante em uma sociedade pode ser o padrão em outra. Para Velho, o problema seria o modelo rígido em cada sociedade. A cultura seria poderosa o suficiente para determinar padrões de personalidade, o que inviabilizaria a explicação sobre os temperamentos que contrariam radicalmente os padrões. O indivíduo e a cultura seriam duas forças “antagônicas e o ‘inadaptado’ é o indivíduo cuja individualidade é tão exacerbada que contraria as normas vigentes. Mais uma vez, encontra-se a ideia de indivíduos contidos em um sistema sociocultural que tem uma existência própria, distinguível das biografias de seus membros” (VELHO, 1974, p. 18-19).

Com essa crítica, o objetivo de Velho é chamar a atenção para o hiato existente entre os estudos individuais e psicologizantes e as teorias sobre a natureza da sociedade. Assume, assim a perspectiva dos interacionistas como a que conseguiu avançar para além da teoria da *anomie*.

A noção básica é que não existem desviantes em si mesmos, mas sim uma relação entre atores (indivíduos, grupos) que acusam outros atores de estarem consciente ou inconscientemente quebrando, com seu comportamento, limites e valores de determinada situação sociocultural. Trata-se, portanto, de um confronto entre acusadores e acusados. (VELHO, 1974, p. 23).

Para chegar nessa construção, Velho retoma o pensamento de Lévi-Strauss, para lembrar que a humanização só é possível através da cultura e da vida social, e que, portanto, quando se fala em “homens”, tem que se ter sempre a noção de sociocultural. “A leitura diferente de um código sociocultural não indica apenas a existência de ‘desvios’, mas sobretudo, o caráter multifacetado, dinâmico e muitas vezes ambíguo da vida cultural” (VELHO, 1974, p. 21).

A estrutura social representaria a ação social de atores diferente e desigualmente situados no processo social. Ela não pode, portanto, ser homogênea. E por isso é necessário

utilizar os conceitos de “inadaptado” ou de “desviante”, com cuidado, como sugere Velho, percebendo que podem estar amarradas a uma visão estática e pouco complexa da vida sociocultural. (VELHO, 1974, p. 21).

Matheus (2011), sintetiza a tese do autor: “O verdadeiro desviante, para Velho, não é aquele que nega ou que não consegue se adaptar às normas vigentes, mas aquele que lê a realidade de modo diferente.”. Ela ressalta o caráter político que subjaz aos sentidos de norma, desvio, crime, legal. E conclui: “Se, ao longo da história, alguns personagens têm parecido estar sempre enquadrados como os desviantes, os marginais, os criminosos, os *outsiders*, é à custa de muita violência” (MATHEUS, 2011, p. 66)

Outra perspectiva para compreender o crime, também em suas relações políticas e sociais, é a criminologia crítica. Essa corrente teórica, desenvolvida a partir dos anos 1970, parte, como explica Budó (2013), a partir da concepção de Baratta:

[...] da perspectiva de que a criminalidade não possui status ontológico ligado a certos comportamentos de indivíduos cujo estudo específico determinará as causas do desvio, mas e, isso sim, uma qualidade atribuída aos mesmos, mediante uma dupla seleção: a criminalização primária - “seleção dos bens protegidos penalmente, e dos comportamentos ofensivos destes bens, descritos nos tipos penais” – e a criminalização secundária – “seleção dos indivíduos estigmatizados entre todos os indivíduos que realizam infrações a normas penalmente sancionadas (BUDÓ, 2013, P. 37-38)

Tem lugar importante para esta vertente a teoria do etiquetamento, que “rompe com a criminologia tradicional ao perceber que o crime e o criminoso não são dados pré-constitutivos à experiência” (BUDÓ, 2013, p. 38). Isso quer dizer que mesmo que algum comportamento seja desviante em relação às normas sociais, só vai ser assim definido se houver uma reação social ao ato, ou ainda: “que o etiquetamento depende muito mais do grau de tolerância da sociedade diante de determinados comportamentos desviantes do que da sua ocorrência efetiva” (BUDÓ, 2013, p. 38).

Podemos então pensar na importância das narrativas jornalísticas em específico e nas midiáticas em geral, para as construções simbólicas dos comportamentos que devem ou não ser tolerados. Mais do que isso, em seu papel na seleção dos indivíduos estigmatizados.

Lola Aniyar de Castro dedica uma parte do *Criminologia da libertação* para abordar os meios de comunicação e a insegurança social. Em seu papel de socialização, ela observa os estereótipos propostos pelos meios, e assim os define: “Os estereótipos são elementos simbólicos, facilmente manipuláveis nas sociedades complexas” (2005, p. 215). Ela caracteriza o estereótipo do delinquente “como alguém que pertence às classes subalternas, de condições

afetivas e familiares precárias, agressivo, incapaz de incorporar-se com sucesso ao aparato produtivo” (Ibid.), que teria dois propósitos: a) servir “para a suposta maioria não-criminosa redefinir-se a si mesma com base nas normas que o delinquente violou” (ANIYAR DE CASTRO, 2005, p. 215). Com isso, ajudaria a limitar a “zona do bem e a zona do mal”, “classes criminosas e classes não-criminosas; b) funcionar “como bode expiatório, já que dirige-se a ele toda a agressividade latente nas tensões de classe que, em caso contrário, se voltaria contra os detentores do poder”. (ANIYAR DE CASTRO, 2005, p. 215). Budó observa que “A construção e reprodução social dos estereótipos são, de fato, momentos fundamentais na construção do crime, do criminoso e da criminalidade” (BUDÓ, 2014, p. 107).

Moretzsohn (2014), ao analisar a relação entre mídia e o “credo criminológico” apresenta o conceito de “hostis”, ou ainda inimigo ou estranho, identificando-o com as perspectivas positivistas. E aponta, citando o jurista argentino Zaffaroni, que esse conceito “nunca desapareceu da realidade operativa do poder punitivo, nem da teoria jurídico-penal [...] e abrange desde o prisioneiro escravizado da Antiguidade até o imigrante ilegal – e potencialmente – “terrorista” – dos dias de hoje” (MORETZSOHN, 2014, p. 69). A essência do tratamento diferenciado a esse outro hostil, inimigo, seria lhe negar sua condição de pessoa, sendo considerado um tipo perigoso. “Daí a separação entre ‘cidadãos’ (pessoas) e ‘inimigos’ (não pessoas), que permite a privação de direitos a determinada parcela de indivíduos, justamente por não serem considerados humanos” (2014, p. 70). No Direito, essa perspectiva levaria uma certa maioria não desviada a conceber o direito penal como prevenção de delitos, cujos riscos estão associados às minorias desviadas. A política da “lei e ordem”, percebe-se, para a autora, na abrangência da criminalização de condutas com a política de “tolerância zero”, investida contra a marginalidade urbana representada por camelôs, flanelinhas e moradores de rua. O foco de controle social então desloca-se das “classes perigosas” para os “excluídos”. (MORETZSOHN, 2014, p. 73).

A relação entre os meios de comunicação e a criminalidade é objeto de estudo do britânico Reiner (2002). No ensaio intitulado *Media made criminality: the representation of crime in mass media* o autor faz um amplo estudo sobre as pesquisas empíricas e teóricas sobre a temática, e ainda sobre os debates políticos sobre o crime e a mídia. Como ponto de partida, compreende que para estudar como a mídia trata da criminalidade, e em que proporções, depende da definição de crime adotada. Apresenta como provável mais ampla definição a adotada por Ericson et al. (1987; 1989, 1991), em seus estudos de *newsmaking* em Toronto. Desvio era definido como o comportamento de uma coisa ou pessoa que difere do normal, não

apenas em atos criminais, mas difere de procedimentos organizacionais e violações do senso comum. “When defined so broadly deviance is the essence of News” (REINER, 2002, p. 380).

Hall et al. (1982) quando definem o crime como notícia, também dialogam com uma visão abrangente. Aumentando a lupa, o crime seria quase que por definição, notícia.

We began by notifying that news is shaped by being set in relation to a specific conception of society as a ‘consensus’. Against this background, newsworthy events are those which seem to interrupt the unchanging consensual calm. Crime marks one of the major boundaries of that consensus. We have already suggested that the consensus is based around legitimate and institutionalised means of action. Crime involves the negative side of that consensus, since the law defines what society judges to be illegitimate types of action. (...) Action to stigmatise and punish those who break the law, taken by agents formally appointed as the guardians of public morality and order, stands as a dramatized symbolic reassertion of the values of the society and of its limits of tolerance. If we conceive of news as mapping problematic reality, then crime is almost by definition ‘news’, as Erikson has suggested (HALL et al, 1982, p. 66).

Para os autores, ainda, crime é notícia “porque o seu tratamento evoca ameaças, mas também reafirma a moralidade consensual da sociedade, desenrola-se perante nós uma peça de moralidade moderna na qual ‘o demônio’ é expulso tanto simbólica quanto fisicamente da sociedade” (HALL et al, 2016, p. 327), expulsão que seria desencadeada por seus “guardiões”: a polícia e a magistratura. Também porque a violência tem um estatuto especial enquanto valor-notícia: “Qualquer crime pode ser levantado à visibilidade noticiosa se a violência lhe estiver associada, visto a violência ser talvez o supremo exemplo das ‘consequências negativas dos valores-notícia’” (2016, p. 328).

A partir do entendimento de que “os *media* estabelecem uma ponte de mediação crucial entre o aparelho de controle social e o público” (HALL et al., 2016 p. 322), os autores aprofundam-se nas relações de poder da sociedade, presentes também no jornalismo. Nas estruturas de produção das notícias, os *media*, em última instância, reproduzem “as definições dos poderosos, sem estarem, num sentido simplista, a seu serviço” (2016, p. 315, grifo dos autores). Isso leva ao conceito de *definição primária*, em que os meios não criam autonomamente as notícias, mas dependem de assuntos específicos fornecidos por fontes institucionais regulares e credíveis (HALL et al, 2016). As regras profissionais, pautadas pela “objetividade”, “imparcialidade” e “equilíbrio de fontes”, levariam o jornalismo a fundamentar-se em afirmações de fontes “dignas de crédito”. “Isso significa o recurso constante a representantes dignos de crédito de instituições sociais importantes – membros de parlamento para assuntos políticos, patrões e dirigentes sindicais para questões industriais etc.” (p. 316).

Com a estruturação em torno da *definição primária*, que parte da opinião dos “poderosos”, o resultado, apontam Hall et al., é que a agenda midiática instaura uma dualidade: “os argumentos *contrários* a uma interpretação primária são obrigados a inserirem-se na *sua* definição de ‘o que está em questão – devem ter como seu ponto inicial esta estrutura de interpretação” (p. 318, grifo dos autores).

Os *media*, então não se limitam a “criar” as notícias; nem se limitam a transmitir a ideologia da “classe dirigente” num figurino conspiratório. Na verdade, sugerimos que, num sentido crítico, os *media* não são frequentemente os *primary definers* de acontecimentos noticiosos; mas a sua relação estruturada com o poder tem o efeito de fazê-los representar não um papel crucial, mas secundário, ao reproduzir as definições daquelas que têm acesso privilegiado, como de direito, aos *media* como “fontes acreditadas”. Nesta perspectiva, no momento da produção jornalísticas, os *media* colocam-se numa posição de subordinação estruturada aos *primary definers* (HALL et al., 2016, p. 317).

Com relação às notícias criminais, os autores afirmam que “na área das notícias de crime, os *media* parecem estar mais fortemente dependentes das instituições de controle do crime para as suas ‘estórias’ do que praticamente em qualquer outra área” (p. 329). Observam, ainda o que julgam como impressionante: “elas raramente envolvem uma descrição de ‘testemunho ocular’ ao contrário da notícia enviada da frente de batalha pelo correspondente de guerra. As ‘estórias’ de crimes são quase totalmente produzidas a partir das definições dos definidores primário institucionais” (HALL et al., 2016, p. 330).

Por isso não é de se estranhar que as políticas de “tolerância zero” descritas por Moretzsohn (2014), também estejam presentes no jornalismo ao narrar sobre violência, inclusive – e talvez especialmente – quando se tratam de adolescentes e jovens. A autora observa que é um recurso comum dos discursos que buscam diálogo com uma “maioria não desviada” o apelo à redução da maioridade penal quando os casos de atos criminais têm adolescentes ou jovens como suspeitos.

Às vezes, porém, a imprensa extrapola: no episódio que resultou da morte de uma socialite num sinal de trânsito no Leblon, um dos bairros mais chiques da cidade, um menor foi acusado pelo crime. O *Jornal do Brasil*, que na época vivia os estertores de sua crise e não era nem sombra da publicação que fez história na imprensa entre os anos 50 e 80, resolveu apelar: numa sexta-feira, 24/11/2006, publicou foto do rapaz, tomando quase toda a capa, com o rosto digitalizado e a manchete: “Este homem confessou o assassinato de Ana Cristina. Mas é menor e seu rosto não pode ser mostrado”. Era a senha para o que ocorreria na edição de domingo, 26/11, quando o jornal exibiria o rosto do rapaz, sem tarja, para denunciar que “a lei protege assassinos”. No editorial do domingo seguinte, 3/12/2006, enaltecia o flagrante desrespeito à legislação de proteção da criança e do adolescente como mais um exemplo no “histórico de ousadias” do jornal, “ao estampar na primeira página o protesto contra filigranas jurídicas que assassinam o direito dos homens honestos à informação e à segurança (MORETZSOHN, 2014, p. 80 – 81).

O caso relatado por Moretzsohn não é único e repete-se, de maneira semelhante, na revista *Veja*, em 2015. Nesse caso, já estava em discussão no Congresso a redução da maioridade penal, quando foi noticiado um crime bárbaro na cidade Castelo do Piauí, no estado de mesmo nome. Quatro adolescentes entre 15 e 17 anos, junto com a homem adulto de 39 anos, amarraram, estupraram, espancaram e depois jogaram do alto de um penhasco quatro meninas, uma das quais morreu dias depois. A capa da revista *Veja*, edição de 17 de junho, com o fundo vermelho, trazia a foto do rosto de cada um dos meninos, todas borradas, para impedir a identificação, num recurso de tentar mostrar, sem podê-lo, por um preceito legal. Abaixo de cada rosto, as iniciais e a idade de cada um deles, e a chamada: “Eles estupraram, torturaram, desfiguraram e mataram: vão ficar impunes?” No interior da revista, um especial, já anunciado na capa, sobre maioridade penal, cujos títulos são: “A leniência da lei com os jovens infratores”, e “o cérebro inconsequente dos adolescentes”.

Artigo de Rodrigues e Almeida (2015), que se dedica a analisar a problemática do adolescente em conflito com a lei, destaca essa recorrência à punição generalizada.

Os adolescentes autores de atos infracionais frequentemente alavancam o mal-estar coletivo em virtude do medo que provocam por sua simples existência. Quando esse temor de ser vitimado vem à tona, amplas campanhas pela redução da maioridade penal e por modificações nas medidas socioeducativas, visando torná-las mais severas e restritivas à liberdade, são solicitadas por diversos setores da sociedade (RODRIGUES; ALMEIDA, 2015, p. 253).

Budó e Cappi, no livro *Punir os jovens* (2018), confrontam o discurso político e o midiático para compreender as interações entre eles no ano de 2015, quando foram discutidas e aprovadas mudanças no Parlamento para reduzir a idade penal e para aumentar o tempo de internação das medidas socioeducativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Para tal empreendimento, contextualizam o ECA, objeto das alterações legislativas, discussão que tomamos de empréstimo em nosso texto.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, para os autores, quando de sua criação, em 1990, “consolidou a perspectiva do adolescente como sujeito de direitos, compreendido a partir de sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento” e é em razão deste entendimento que “tanto as condutas violadoras das normas penais passaram a se chamar ‘atos infracionais’, quanto esses adolescente deixaram de ser concebidos como “menores em situação irregular” (BUDÓ; CAPPI, 2018, p. 12). A principal diferença em relação ao direito penal é o viés não punitivo ou aflitivo. A finalidade das medidas socioeducativas seria a de “responsabilização do autor ou autora do ato infracional, por um lado, e de reintegração social por outro” (id., p. 12),

e assim, a justiça juvenil teria condições concretas “para se distanciar da lógica que prevalece no âmbito do direito penal, essencialmente pautada na ideia de valorização da punição afliativa e de exclusão social, ao tempo em que menospreza qualquer modalidade que se afaste desta perspectiva” (BUDÓ; CAPPI, 2018, p. 12). Com o ECA em vigor,

Adolescentes podem ser responsabilizados ou imputados pela prática de um ato infracional, ou seja, responder por uma conduta análoga a crime/contravenção penal, mas não se sujeitam às sanções penais previstas nas leis supracitadas. Crianças são submetidas às medidas de proteção, enquanto adolescentes são submetidos às medidas socioeducativas, conforme previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (BUDÓ; CAPPI, 2018, p. 138).

Se as medidas do ECA forem reconhecidas como afliativas, explicam Budó e Cappi, aproximam-se de definição negativa; já, por outro lado, entender as medidas com finalidade educativa permitiria uma leitura abolicionista e emancipatória (2018, p. 12). Sabemos como é visto e tido o Estatuto em nossa sociedade, longe de podermos considerar que as medidas são emancipatórias.

Como narrar é também escolher as palavras, designar, observamos que, desde o estabelecimento do ECA, a palavra menor está excluída do ordenamento jurídico. Para a Andi – Comunicação e Direitos, organização da sociedade civil voltada à defesa da infância e juventude, com forte caráter de comunicação (ela surge como agência de notícias), o termo menor é um “termo de sentido vago, utilizado para definir a pessoa com menos de 18 anos” e, desde que o ECA entrou em vigor, observam, em seu glossário, que “é considerado inapropriado para designar crianças e adolescentes, pois tem sentido pejorativo. Esse termo reproduz e endossa de forma subjetiva discriminações arraigadas e uma postura de exclusão social que remete ao extinto Código de Menores.”¹².

Esses aspectos são importantes para considerarmos em nossa análise, objeto das próximas partes desta tese. Se os jornalistas estão inseridos num sistema de representações simbólicas, como resultante da cultura, também na posição de analistas assim estamos. Reconhecendo a impossibilidade de um olhar “de fora” deste sistema cultural, nosso desafio, para a análise das narrativas propostas, é recorrer ao arcabouço teórico aqui acionado, tanto para o reconhecimento do caráter cultural de narrar (e este texto também configura uma narrativa) e postura de vigilância epistemológica, quanto para tensionarmos o que os estudos e

¹²<http://www.andi.org.br/glossario>

construções teóricas sobre a violência, o desvio e o crime, especialmente envolvendo adolescentes e jovens, oferecem de aportes para uma visada crítica.

Observados esses aspectos, partimos para a segunda parte deste trabalho, que inicia com a descrição dos passos metodológicos adotados para a realização da análise proposta e então para os capítulos que se debruçam às narrativas em O Globo e no Extra.

4 METODOLOGIA

4.1 ELEMENTOS PARA UMA ANÁLISE DA NARRATIVA

O estudo do jornalismo enquanto narrativa apresenta-se como uma perspectiva de análise que possa permitir a observação da articulação do tempo e de outros diferentes elementos na intriga, compondo representações que têm diálogo com o vivido e experienciado. Schwaab (2014, p. 32) afirma que “Se narrar é atribuir sentidos à experiência e é pela narrativa que reconhecemos nosso tempo, os sujeitos e seus espaços de narrar se tornam a problemática crucial no universo da comunicação e do jornalismo”. Embora a problemática assuma essa importância para a área, não há, contudo, um arcabouço metodológico estabilizado. Motta (2017), no prefácio do livro *Narrativas midiáticas contemporâneas: desafios epistemológicos* assume a dificuldade de estudar o jornalismo como narrativa e lança algumas questões para refletir sobre o desafio metodológico que está posto ao estudo das narrativas:

Como descortinar a ficcionalidade nas hard news, um texto que é essencialmente descritivo, enxuto narrado sempre na terceira pessoa? Como descortinar encadeamentos e continuidades em relatos que são por natureza anárquicos e difusos? Como reordenar temporalmente as sequências e compor enredos possíveis? Até que ponto as personagens da narrativa jornalística guardam semelhanças com as personagens da ficção? No jornalismo, quem narra? A fonte, a empresa, o veículo, a redação, os editores ou repórteres? Quais as relações de poder se estabelecem entre esses atores? Relações de cooperação ou de enfrentamento? Até onde se estende o poder de cada um deles? Até onde a figura do autor se preserva? Enquanto um produto cultural, o texto da narrativa jornalística cristaliza as forças em conflito? Ou o emaranhado de sentidos torna impossível detectar o exercício do poder? Os desafios conceituais e epistemológicos são enormes [...] (MOTTA, 2017, p. 8)

As questões levantadas pelo autor trazem provocações para se pensar metodologicamente o trabalho aqui posto. Para Motta ainda estamos longe de constituir um campo teórico com autonomia, e avalia que os estudos desenvolvidos até o momento “guardam ainda a marca do pioneirismo” (2017, p. 8), e, nesse sentido, bebem em outros campos do saber. “Foram muito úteis os conceitos de procedimentos da análise estrutural, da semântica, da pragmática, da teoria da argumentação da análise do discurso, da teoria da recepção estética, da etnografia, da psicanálise e das teorias da linguagem em geral.” (2017, p. 8). Às diferentes possibilidades metodológicas, correspondem também diferentes paradigmas, como o interpretativo ou o construtivista, com convergências e divergências epistemológicas. Motta

ainda observa que “há avanços que indicam uma criatividade própria do campo e a busca por uma melhor adequação metodológica ao objeto particular.” (2017, p. 8), e por isso, o desafio metodológico implicado neste trabalho, como em qualquer trabalho de análise da narrativa jornalística, é como fazê-lo.

No mesmo livro em que está presente esta discussão de Motta, em uma contribuição do grupo Estudos em Jornalismo (UFSM), Quadros, Motta e Nasi (2017) propõem que para estudar as narrativas relacionadas a novos modos de apreender a realidade e interpretá-la, é necessário para isso “desenvolver ferramentas e procedimentos metodológicos que busquem ir além das textualidades e considerem o contexto de produção e recepção das narrativas jornalísticas, bem como a historicidade e as vinculações sociais que permeiam estes produtos simbólicos” (2017, p. 38), indicando uma necessidade de ruptura com métodos de análise fechados no próprio texto. Isso porque, como afirmam, “a narratividade jornalística não se localiza no produto final, como uma obra fechada, mas em seu processo de produção, como um modo de articular experiências e sujeitos, dentro de um contexto lógico e temporal” (2017, p. 36). Por conta disso, a narratividade no jornalismo “não se limita à análise das textualidades, mas as considera inseridas em uma historicidade, dotadas de vinculações sociais e como resultado de modos de produção institucionalizados” (2017, p. 36).

O trabalho das autoras (entre elas a autora desta tese) dedica-se a analisar a produção acadêmica sobre jornalismo e narrativa nos congressos da Compós, Intercom e SBPJOR entre 2012 e 2016, incluindo no *corpus* artigos que estudam o jornalismo como narrativa “compreendendo-o como processo ou ato linguístico de ordenamento, mediação social e produção de sentidos” (2017, p. 39). No *corpus* composto por 96 artigos, 84% são identificados pelas autoras como empíricos e apenas em 36 deles está presente a descrição das escolhas, passos ou ferramentas para a análise. Por mais que as autoras observem que, por se tratar de amostra de artigos apresentados em eventos, em que há limitação da extensão dos textos (o que poderia levar autores a suprimir a discussão do detalhamento metodológico), ventilam que “a falta de um detalhamento metodológico tenha relação com a instabilidade de uma Análise da Narrativa mais consolidada enquanto método de pesquisa no campo do Jornalismo” (p. 42), o que corrobora a visão de Motta (2017).

No mesmo estudo, as autoras observam que a principal referência metodológica nos artigos analisados são os trabalhos do pesquisador brasileiro Luiz Gonzaga Motta. Concluem que a menção à obra de Motta como principal referência metodológica nesse *corpus* “parece apontar justamente para a busca da adoção de uma sistematização da Análise da Narrativa, como propõe o autor, ainda que o método não esteja estabilizado”. O desafio, concluem

“parece-nos passar pela sistematização de um arcabouço metodológico, sem prender-se às regras formalistas e considerando as especificidades do texto jornalístico, indissociável do contexto social em que é produzido” (QUADROS; MOTTA; NASI, 2017, p. 45)

Motta (2013) tem trabalhado na proposição de métodos para uma análise crítica da narrativa, valendo-se do arcabouço para análise narrativa estabilizado pelos formalistas russos e estruturalistas franceses, fundamentais para o nascimento da narratologia. No princípio, próximo à primeira metade do século XX, a narratologia preocupava-se com o que era especificamente literário nos textos, rejeitando “o caráter retórico e especulativo da crítica literária e humanista de até então” (MOTTA, 2013, p. 78). Buscava-se decompor as partes das histórias narradas e estabelecer uma gramática ou sintaxe narrativa única. Como expoentes, no formalismo russo há Vladimir Propp, no estruturalismo, Roland Barthes, Tzvetan Todorov, Gerard Genette, entre outros.

Motta (2013), reconhecendo a importância desses autores para o estudo da narrativa, pontua que hoje não se pode compreender o texto como encerrado em si, e tampouco aplicar regras gerais para a compreensão da narrativa. Para o autor, ela não pode ser descolada do contexto social em que é produzida, como produto cultural de um tempo. Portanto, ao propor movimentos de análise, Motta também enfatiza que, como os textos são produções culturais, e não há regras gerais aplicáveis, a construção metodológica deve passar pela criatividade e invenção do próprio pesquisador/a.

Em seu *Análise Crítica da Narrativa*, Motta (2013), propõe sete movimentos para a análise das narrativas¹³, que dão conta de três planos de análise: expressão, conteúdo e metanarrativa. O primeiro plano é mais relacionado às formas de expressão do texto, o segundo à composição da intriga na narrativa, e o terceiro às questões de fundo com que a narrativa dialoga. Os movimentos propostos pelo autor, explorados em profundidade na seção 4.2 deste capítulo, são inspirados em técnicas e sugestões de autores que, alerta Motta, partem das perspectivas estruturalistas e formalistas e por isso, observa, são sugestões, com vistas a “estimular o uso das técnicas em análises concretas” (2013, p. 133).

Os procedimentos propostos pretendem debruçar-se sobre a *relação* que o texto oferece: “O texto é o ponto de partida para a análise, mas representa apenas o elo entre um narrador e um destinatário em contexto, para produzir significado. O significado [...] *é uma relação*. Se preferirmos, é o produto de uma relação” (MOTTA, 2013, p. 120, grifo do autor), o que

¹³Ao propor estes movimentos, Motta enfatiza que se trata de uma proposta, uma primeira sistematização, um conjunto de pistas e indicações para uma análise empírica da comunicação narrativa. O próprio analista é quem precisa propor seus próprios movimentos, de acordo com as especificidades da narrativa que investiga.

demonstra o diálogo de Motta com o caráter de mediação da narrativa presente em Ricoeur (1994). A partir do pensamento de Ricoeur, afirma Motta que se abre um caminho mais fértil e de maior poder explicativo para o estudo dos enunciados jornalísticos.

A força narrativa dos enunciados jornalísticos estaria menos nas qualidades narrativas intrínsecas do texto das notícias e reportagens ou no confronto entre o estilo descritivo e o narrativo, mas principalmente no entendimento da comunicação jornalística como uma forma contemporânea de domar o tempo, de mediar a relação entre um mundo temporal e ético (ou intratemporal) pré-figurado e um mundo refigurado pelo ato de leitura. Uma trilha que põe a narrativa no campo dos atos de fala e das relações pragmáticas (MOTTA, 2014, p. 11)

Os movimentos de análise que propõe seriam um caminho rumo ao significado. Lembramos aqui do caráter já enfatizado anteriormente sobre a circularidade da narrativa, que se atualiza em seu leitor, ou no processo que Ricoeur (1994) denomina de *mimese III*, e que inspira Motta em sua proposição de análise, bem como sobre a recusa em dominar o sentido. Assim, não se pode fazer análise ignorando as relações culturais que se estabelecem no ato narrativo. “As narrativas são relações argumentativas que se estabelecem por causa da cultura, da convivência entre seres vivos com interesses, desejos, vontades, e sob os constrangimentos e as condições sociais de hierarquia e poder”. (MOTTA, 2013, p. 121).

Quando elenca os motivos pelos quais devemos estudar as narrativas, Motta (Ibid.) menciona a compreensão de como os indivíduos e as sociedades cotejam o excepcional e o consuetudinário a fim de tonar familiar o que antes era estranho. Partindo de uma situação hipotética, em que os indivíduos se comportam todos de determinada maneira, introduz o comportamento desviante. “Quando há algum comportamento desviante perguntamos a razão, e o relato procurará encontrar sempre um estado intencional que confronte, mitigue ou explique o desvio” (2013, p. 54). Para o autor, há uma carga inerente de dramatismo sempre que ocorre um afastamento “canônico” e do “legítimo”. Esse dramatismo, exemplifica, pode ser moral, ético, estético ou cultural, e o que requer é um relato que o explique.

O autor enfatiza, portanto, que as narrativas só existem em contexto e “para cumprir certas finalidades situacionais, sociais e culturais”, não podendo ser analisadas isoladamente, ou correriam o risco de perder seu objetivo dominante. Por isso, considera que são “*dispositivos argumentativos* produtores de significados” (p. 120) cuja estruturação obedece a interesses do narrador na relação com o seu interlocutor. É esta concepção que guia nossa proposta metodológica. A seguir, descrevemos o processo de construção do *corpus* e então os movimentos de análise adotados nesta pesquisa.

4.2 CONSTRUÇÃO DO *CORPUS*

As narrativas que nos propomos a analisar neste trabalho foram produzidas pelos jornais Extra e O Globo, sobre o mesmo episódio principal, a morte de Jaime Gold, médico assassinado no dia 19 de maio de 2015, enquanto pedalava na Ciclovía da Lagoa Rodrigo de Freitas, ponto turístico do Rio de Janeiro, num roubo de bicicleta. Os principais suspeitos são adolescentes, um dos quais é apreendido no terceiro dia da cobertura sobre o caso e torna-se um dos personagens nas narrativas dos jornais para o acontecimento.

O modo como temos acesso a essa narrativa já diz da importância de observar a circulação na análise. A capa de Extra, jornal que tem circulação impressa apenas no estado do Rio de Janeiro, chega a estudantes de Pós-graduação em Comunicação em Santa Maria (RS) pela internet, em site de mídias sociais, e vira tema de discussão em sala de aula. Temos conhecimento da história do médico já relacionada a outra história, e aí temos um primeiro exemplo da síntese de heterogêneos posta em questão: sabemos da morte de Gold quando somos alertados a não nos esquecermos das mortes de Gilson e Wanderson que, assim como o médico, sequer conhecíamos. A capa provocadora, que diz que crimes em pontos turísticos têm mais repercussão e que, na favela, mães esperam que a morte de seus filhos por policiais não caia no esquecimento, nos provoca reflexões de inúmeras ordens e, num momento de discussão da maioria penal, quando o objetivo da pesquisa que ali iniciava era discutir como o jornalismo produzia discursos sobre adolescentes e jovens em relação a situações de violência, logo passa a compor o objeto de pesquisa, que vai se delineando como uma análise da narrativa.

Para ter acesso ao desenrolar desta história tanto em Extra, que acessamos pela capa, quanto em O Globo, o jornal mais tradicional do mesmo grupo editorial, procedemos à assinatura de ambos em suas versões digitais e, assim, foi possível o acompanhamento da composição destas narrativas nas versões *online* dos jornais impressos, disponibilizadas no acervo digital de cada uma das publicações¹⁴. Essa busca foi ocorrendo durante a tese, mas quase sempre em caráter de recuperação, já que as narrativas se desenrolam até 2018, durando, portanto, três anos. Em alguns momentos buscávamos as notícias sobre o tema publicadas em períodos anteriores. Para isso foi feito o uso de palavras-chave, como “Jaime Gold”,

¹⁴ Tanto O Globo quanto Extra disponibilizam seu acervo completo para pesquisas on-line. As versões dos jornais são disponíveis em todas as suas páginas, compreendendo todo o período de circulação do jornal. Neste caso, O Globo tem acervo disponível desde o ano de 1925, e Extra desde 1998. O acervo preserva inclusive alterações depois que alguma parte da edição já foi para o prelo e assim, por vezes temos duplicações de páginas com conteúdo distinto, possibilitando acesso às marcas de edição. O acervo de Extra está disponível em <https://acervo.extra.globo.com/> e o de Globo em <https://acervo.oglobo.globo.com/>. Ambos são restritos a assinantes.

“maioridade penal”, “arma branca”. Em outros momentos, a busca foi mais “manual”, num movimento como quem lê jornal, edição a edição, buscando encontrar o que poderia escapar na busca às palavras-chave. Além disso, essa busca por um movimento que se assemelha mais ao da leitura também nos permitiu perceber outros assuntos e temas que estavam sendo pautados pelos jornais no período concomitante à construção narrativa das histórias que buscamos analisar e nos ajudam a pensar seu contexto.

O sistema de recuperação de edições anteriores de jornais também nos possibilitou, em um momento posterior, quando o conjunto de textos sobre o acontecimento em Extra e O Globo já havia sido coletado, acessar edições de outras mídias informativas que se dedicaram à produção noticiosa do mesmo acontecimento. Assim, produzimos um *corpus* secundário, composto por publicações feitas em edições impressas da Folha de S. Paulo e de O Estado de São Paulo, também em suas versões digitais e outros sites de mídias informativas, como Zero Hora¹⁵.

Além disso, observamos publicações em outras linguagens, como a televisiva, especialmente em veículos do mesmo grupo editorial de O Globo, em produtos como o Fantástico, e telejornais com apresentação nacional, e RJTV, telejornal exibido pela TV Globo Rio de Janeiro. Informações e textos sobre o caso também foram coletados no site da Agência Brasil (<http://agenciabrasil.ebc.com.br/>), agência de notícias ligada à Empresa Brasil de Comunicação e em sites de instituições, como o IHU - Instituto Humanitas Unisinos (<http://www.ihu.unisinos.br/>), o Rio OnWatch – Relato das Favelas Cariocas (<http://rioonwatch.org.br/>). Essa busca não seguiu rigorosos passos metodológicos, como a seleção de critérios. O critério foi ter noticiado o caso, e assim fomos reunindo textos publicados em diferentes tipos de mídias com informações e textos sobre a questão. Para além disso, buscamos textos produzidos por cidadãos no uso de mídias digitais e, em que pese uma publicação da filha de Jaime Gold no Facebook tenha sido importante para as narrativas jornalísticas, como veremos na análise, pela dificuldade do sistema de busca neste site, não conseguimos proceder a uma recuperação bem sucedida de publicações feitas no período.

Esses movimentos de pesquisa nos levaram à composição de um *corpus* primário com 328 textos. Destes, 188 em Extra, 140 em O Globo. O *corpus* secundário foi composto por 33 textos publicados em outras mídias. Aqui é preciso esclarecer que compreendemos texto como uma unidade com título e cujo desenrolar apresenta início, meio e fim. Em alguns momentos, ocorre a publicação de diferentes textos sobre o caso na mesma página de um jornal e os

¹⁵ Mesmo com a assinatura digital de Zero Hora, não foi possível recuperar as edições do jornal impresso sobre o acontecimento. O acervo limita-se aos últimos três anos da data atual de pesquisa.

pensamos como textos autônomos, porém, observados em sua relação com os demais. Desses textos, em O Globo, 62 eram sobre o caso Jaime Gold, dois sobre as mortes de Gilson e Wanderson e quatro de assuntos relacionados. No Extra, temos 96 textos produzidos para a narrativa sobre a morte de Jaime Gold, 49 relacionados ao caso, 10 textos sobre as mortes de Gilson e Wanderson e ainda outros 32 textos que nos ajudam a compreender o contexto de produção daquela narrativa. É sobre este *corpus* que empreendemos os movimentos de análise, descritos a seguir.

4.3 MOVIMENTOS DE ANÁLISE

Neste trabalho, colocamos em questão duas construções narrativas sobre um mesmo acontecimento. Ambas propostas pelo mesmo grupo editorial, em duas mídias informativas distintas. Interessa-nos observar, para retomar os objetivos da pesquisa, como, a partir da textualidade, os jornais configuram narrativas e conferem inteligibilidade para o acontecimento em análise, a morte do médico Jaime Gold, um assassinato em um local público do espaço urbano do Rio de Janeiro. Buscamos construir um referencial metodológico que nos permita compreender a construção narrativa, em seu caráter de mediação, nos jornais O Globo e Extra ao mesmo tempo em que também almejamos compreender como são configuradas as personagens nessas narrativas e os papéis que desempenham; como se constroem os projetos dramáticos nos jornais e, por fim, entender o que acontece com o jornalismo ao narrar um mesmo acontecimento a partir de diferentes estratégias narrativas, de acordo com os objetivos deste trabalho.

Carvalho (2016) observa que as mídias se pluralizam no interior de uma mesma instituição e que podemos nos deparar com produtos de uma mesma empresa que apresentam diferenças significativas, “a exemplo de posturas relativamente a temas como preconceitos sociais, comportamentos e outros” (CARVALHO, 2016, p. 262), e que para perceber essas matizes é necessário, portanto, não desprezar as textualidades que são constituintes dos produtos e processos comunicativos midiáticos.

Levamos em conta, a uma primeira visada, que muitos elementos heterogêneos são associados para contar a história da morte do médico. Por isso, retomamos a compreensão de Ricoeur sobre a *mimese II*, em sua proposição de círculo hermenêutico, ou o momento da configuração narrativa. É ela, *mimese II*, que faz “a mediação entre acontecimentos ou incidentes individuais e uma história considerada como um todo” (1994, p. 103), ou ainda,

“extraí uma história sensata *de* uma pluralidade de acontecimentos, ou transforma os acontecimentos *em* história”.

Esse caráter de mediação será fundamental para a análise aqui posta. Com isso, reforçamos a postura compreensiva e interpretativa que buscamos construir na tese, em consonância com o corpo teórico estudado que se situa, epistemologicamente, entre a fenomenologia e a hermenêutica.

Ricoeur (1994) enfatiza o caráter hermenêutico da narrativa distanciando-a de outras vertentes, como a semiótica, por exemplo, para a qual considera que o único conceito operatório é o do texto literário. “Uma hermenêutica, em compensação, preocupa-se em reconstruir o arco inteiro das operações pelas quais a experiência prática se dá obras, autores e leitores.” (1994, p. 86). O desafio, para o autor, é “o processo concreto pelo qual a configuração textual faz a mediação entre a prefiguração do campo prático e sua refiguração pela recepção da obra” (p. 87)

Para compreendermos como acontece essa mediação, diante de um acontecimento cuja narrativa dura três anos nos dois jornais em análise, buscamos apoio nos movimentos metodológicos propostos por Motta (2013). O primeiro deles é caracterizado como *compreender a intriga como síntese do heterogêneo*. Para isso, embora enfatize que se trata de uma análise fenomenológica, inspira-se fortemente em Ricoeur: “Compreender a força aglutinadora da intriga na expressão narrativa capaz de colocar compreensivamente o que antes estava separado (o agenciamento dos fatos de Ricoeur)” (MOTTA, 2013, p. 140). Motta sugere ao pesquisador/a conhecer a história, “emparar-se” dela, ler tantas vezes quanto for possível para “conhecer os encadeamentos básicos e os contornos da narrativa em análise” (140), o que permitirá a compreensão dos desdobramentos da história. Até porque, como observa, e com o que também encontramos diálogo com nosso trabalho, “O uso de um ponto de vista por um narrador [...] vai recriar e representar o mundo fático de maneira diferente de outro ponto de vista ou perspectiva possível, mas não utilizado. Vai recriar e representar o mundo de uma maneira própria, quando poderia ser diferente” (2013, p. 145).

É importante, pontua, determinar o início, o desenvolvimento e o final do enredo, e “encontrar os fios que alinhavam a trama” (p. 141). Esse movimento também possibilita identificar as diferentes partes e sequências, episódios que compõem a história. Ele ainda pondera que é importante identificar os conflitos desde o início, pois a percepção orienta e guia os procedimentos posteriores, esclarecendo astúcias e efeitos de sentido.

O segundo movimento proposto é a *compreensão da lógica do paradigma narrativo*, movimento este que, pontua o autor, “remete à essência do objeto, a estória” (2013, p. 146).

Para tanto propõe que se dê ainda mais atenção à articulação interna das partes, para seguir rumo à essência da narrativa. “Ao mesmo tempo, buscando compreendê-la no seu contexto comunicativo como um *projeto dramático* de construção da realidade” (p. 147, grifo do autor). O autor argumenta que “um narrador, ao fazer uso da comunicação narrativa, utiliza estratégia e astuciosamente os recursos de linguagem para construir um discurso argumentativo na relação com o seu interlocutor” (p. 147).

Para este movimento, novamente o autor estabelece diálogos com Ricoeur: “De que lógica se trata? – pergunta Ricoeur. A lógica do prazer de aprender com a leitura, com o conto, com a tragédia, com o *projeto dramático*. A narrativa proporciona prazer por ensinar dispondo a lógica dos possíveis” (MOTTA, 2013, p. 148, grifo do autor), o que nos levaria a observar a lógica da inteligibilidade e causalidade entre os elementos da narrativa. “A lógica da narrativa está na conexão de uma ação ou sequência por causa da outra, não uma depois da outra (conforme Aristóteles); está no encadeamento lógico, verossímil, possível” (p. 148). Para este movimento de análise, Motta retoma a contribuição dos estruturalistas franceses e de roteiristas, pensando então sequências e sequências-tipo, identificação da sintaxe e outros elementos que fogem à proposta de nossa análise e, portanto, não serão considerados.

O movimento seguinte, *deixar surgirem novos episódios*, passa pela identificação da temática e a nomeação dos novos episódios, pensando a narrativa a partir de uma síntese. Em nossa proposta, a observação dos pontos de virada desde um primeiro momento nos parece dar conta da compreensão dos episódios e por isso não vamos nomeá-los especificamente ou seguir as demais contribuições de Motta, aqui inspirado em Vladimir Propp e Reis e Lopes.

O quarto movimento, *permitir ao conflito dramático se revelar*, busca a identificação do conflito ou dos conflitos dramáticos da estória. Aqui nos interessa a seguinte reflexão do autor: “Os conflitos dramáticos narrados nas estórias se originam [...] em conflitos sociais e psicológicos, de origem econômica, política, ideológica, religiosa etc.” (p. 169). Não são portanto, da ordem narrativa ou da representação. “São continuamente apoderados pelo discurso narrativo como um *frame* demarcador da realidade a ser recortada e contada”. O autor sustenta então que o conflito dramático é o *frame* que estrutura qualquer narrativa, e que é ele quem dispõe as ações e as personagens na estória e que tece a trama.

No quinto movimento, *personagem: metamorfose de pessoa a persona*, parte-se da premissa de que toda personagem representa um ser humano. As personagens, para Motta, precisam ser analisadas como escolhas do projeto dramático do narrador. “É o narrador quem cria premeditada e intencionalmente tudo que se passa *na* personagem e *com* a personagem (ainda que de maneira inconsciente algumas vezes).” (p. 177). Além disso, sugere que se

trabalhe a identificação das personagens a partir dos antagonismos no conflito dramático, entre protagonista e antagonista, herói e vilão, etc. Como Motta parte de procedimentos de narratólogos, cita Todorov para reiterar que não há personagens fora da ação e nem ação independente de personagem. Já para Ricoeur (1994), a ação tem primazia sobre as personagens, e é a universalização da intriga que os universaliza. Outras autoras e autores também se dedicam à configuração das personagens na narrativa e aqui, a partir do movimento de Motta, dialogamos com Nobre (2014), que pensa a personagem como “um ente ficcional que utiliza a figura humana como referência, mas obedece às leis de criação do texto literário” (p. 392). Isso quer dizer, para a autora, que o autor “não narra sobre uma pessoa real nem sobre a realidade em si, mas constrói um texto que traduz a realidade e personagem que representam possibilidades humanas” (2014, p. 392). Resumidamente, a personagem seria um “ente” construído pelo narrador que, por ser o principal elo com o real, daria vida à narrativa. No jornalismo, é sabido, as personagens são construções narrativas sobre indivíduos reais, com referência a sua existência e suas ações na realidade fática.

O problema colocado é aquele que, para Casadei (2010, p. 79) assim se expressa: “ao mesmo tempo em que [o personagem] se configura como uma de suas matrizes de verdade presumida, ele está também sempre sujeito ao elemento ficcional imposto pela urdidura do enredo”. A autora apoia-se em Bourdieu, quando discute sobre a impossibilidade biográfica para refletir sobre a ordem e coerência discursiva atribuídas pelo narrador para vidas contraditórias e heterogêneas. “Mostrar determinados detalhes significativos da vida de pessoas conhecidas (em detrimento de outras relações possíveis) é um modo de dar ao texto uma determinada direção” (2010, p. 88). Bourdieu (2006) observa que a vida constitui um todo, “um conjunto coerente e orientado” (p. 184), e que transcorre segundo uma ordem cronológica e lógica. Já o relato “propõe acontecimentos que, sem terem se desenrolado sempre em sua estrita sucessão cronológica [...] tendem ou pretendem organizar-se em sequências ordenadas segundo relações inteligíveis” (2006, p. 184). Ele fala em biografias, mas podemos, como Casadei, tomar esta reflexão para o fazer jornalístico, já que conta sobre vidas humanas.

Barbosa (2004) dirá que “compondo o seu texto a partir de um mundo, o repórter gera um novo mundo”, para demarcar o lugar da representação. A autora discute o texto de caráter sensacional e afirma que sua estrutura narrativa é a mesma dos melodramas e romances folhetins, ou ainda das telenovelas, “embora os personagens agora sejam retirados de uma realidade objetiva” (p. 6). Essa relação entre o mundo dos personagens e as pessoas efetivamente humanas pode levar a confusões na leitura, ou uma leitura ingênua, que possa

gerar “uma identificação com os sujeitos particularizados na narrativa” (p. 4). Por isso é importante refletir sobre como se dá a construção dos personagens. Casadei destaca que:

[...] assim como as palavras se definem pelos morfemas que as compõem, bem como pela ordenação e pelo lugar que elas ocupam no sintagma, um personagem também será definido pelo seu modo de relação com os demais personagens ou com as demais partes que compõem o texto (CASADEI, 2010, p. 88)

Motta (2013) considera importante identificar de que maneira o narrador transfere para a personagem suas próprias crenças culturais ou ideológicas. “O narrador imprime em relação às personagens tonalidades de solidariedade, afastamento, aproximação ou estigmatização diversas e que vão definitivamente implicar interpretações diferenciadas” (2013, p. 179). Para o autor, o conflito dramático é o frame estruturador fundamental de toda e qualquer narrativa. “É ele que dispõe as ações e as personagens da estória” (p. 169). Identificar os conflitos presentes na narrativa, possibilita ao analista, desde o início, “perceber com o narrador coloca estrategicamente as personagens umas contra as outras e tece a intriga” (2013, p. 172).

O sexto movimento de pesquisa proposto por Motta (2013), e denominado *as estratégias argumentativas*, parte da busca do propósito da narração: “Quem narra tem sempre algum propósito: *nenhuma narrativa é ingênua, neutra, imparcial; toda narrativa é argumentativa*. Quer atrair, seduzir, envolver, convencer, provocar efeitos de sentido” (MOTTA, 2013, p. 196, grifo do autor). O objetivo deste movimento é “descobrir os dispositivos retóricos capazes de revelar o uso intencional de recursos linguísticos e extralinguísticos pelo narrador no processo de comunicação” (p. 196). Esse movimento, desde nosso ponto de vista, se assemelha ao segundo, o de compreensão da lógica do paradigma narrativo, em sua proposição. Porém, o movimento relativo ao paradigma narrativo nos parece permitir mais abertura para uma análise hermenêutica, em relação ao das estratégias, em que se buscam os efeitos de real e efeitos estéticos no texto.

O sétimo movimento de análise, *permitir às metanarrativas aflorar*, entende as metanarrativas como imaginários éticos e morais, mas também podem possuir aspectos políticos, religiosos, psicológicos ou ideológicos. “É o pano de fundo sobre o qual se desenvolve o conjunto de uma sequência ou enredo a respeito de determinado assunto” (p. 206) e, sua busca como movimento de análise, levaria o analista a penetrar profundamente na essência de seu objeto, através de um “processo hermenêutico mediado e criativo de compreensão”. Isso aconteceria com a conversão, por parte do leitor, do significado do texto

em sentidos para os quais busca referência dos seus antecedentes culturais, imaginários e memórias. (MOTTA, 2013, p. 208).

Os movimentos de Motta servem como inspiração para a criação de nossos próprios movimentos metodológicos, de modo a possibilitarem a análise do acontecimento que compõe o objeto de pesquisa em suas especificidades. Como muitos dos movimentos de Motta (2013) se inspiram em autores estruturalistas, evitaremos aqueles que se prestam mais à classificação ou observação estrutural, para que possamos empreender uma análise mais em direção à hermenêutica. Assim, nossa leitura dos movimentos do autor nos leva à proposição dos nossos próprios movimentos, que partem de pistas, restos, fragmentos que encontramos em diferentes “pedaços” que nos permitam compreender e recontar a história, com inspiração na figura do “narrador sucateiro” descrita por Gagnebin (2006), a partir de Benjamin.

O primeiro movimento de análise é *conhecer o tempo, o lugar e o suporte*. A composição narrativa é sobretudo organização temporal, colocando diferentes temporalidades em questão. Por isso, estruturamos uma linha do tempo, que nos permite enxergar, cronologicamente, como se desdobram os principais episódios da trama em análise. Antes disso, consideramos que é importante conhecer o suporte que veicula as narrativas, por isso, iniciamos o primeiro capítulo da análise com uma contextualização dos jornais O Globo e Extra. Assim, intitulamos nosso primeiro capítulo de análise de “Conhecer o tempo e o lugar: os jornais e a linha do tempo narrativa”. Essa análise se dá a partir de um espaço geográfico distante em relação ao que vivemos. Por isso, mesmo levando a distância em consideração, como há muitas questões territoriais e geográficas tensionadas, para a análise, por diversas vezes recorreremos ao uso de mapas digitais interativos, como os disponibilizados no Google Maps, para compreender tanto a configuração espacial de locais como a Lagoa, mas também a Lagoa em relação aos bairros que são locais importantes da narrativa. Em anexo neste trabalho consta um mapa em que estão marcados os locais que mais aparecem nas narrativas para ajudar o leitor a se situar neste cenário (Anexo A).

A seguir, o movimento trata-se de decompor o conjunto de textos que compõem as narrativas, apresentando cronologicamente os elementos mais relevantes dos textos em cada um dos jornais, destacando trechos, fazendo inflexões e reflexões. Com este movimento, queremos deixar claro ao leitor nosso processo de decomposição, que nos permitirá seguir adiante nos movimentos mais compreensivos. Esse movimento compõe mais um dos capítulos da análise, que recebe o título de “Decompor a trama”. Começaremos a análise de decomposição, contudo, não com Extra e O Globo, mas a partir da observação de outras mídias,

para compreendermos como o acontecimento circula e, sobretudo, a articulação dos jornais em análise com outras narrativas.

Por fim, os últimos movimentos de análise buscam a) compreender a intriga em cada um dos jornais. Aqui entendemos, como Motta, a intriga como síntese dos heterogêneos, que coloca compreensivamente junto o que antes estava separado. Assim, seguiremos inspiração no primeiro movimento de Motta para entender os diferentes que são reunidos nas narrativas em análise e faremos isso a partir do que observamos na decomposição da trama; b) conhecer as personagens da narrativa. Com esse passo queremos localizar as personagens nas narrativas, compreender as funções que cumprem na ação, como são configuradas pelos narradores no projeto dramático dos jornais; c) Compreender o projeto dramático em cada um dos jornais. Para esse movimento, somaremos movimentos descritos por Motta, como a compreensão da lógica do paradigma narrativo e as estratégias argumentativas. O que queremos é compreender como os jornais conferem inteligibilidade ao acontecimento a partir de suas narrativas e entender como fazem essa mediação, por isso observaremos as lógicas que estruturam a causalidade entre os elementos da narrativa. Na proposição de Motta, este movimento sucede o das personagens. Aqui, primeiro analisaremos as personagens, para compreender o projeto dramático também em torno delas.

Algumas dificuldades se colocam a esse fazer analítico. Analisamos um acontecimento, a morte do médico Jaime Gold. Essa morte é ocasionada por uma ação agressiva que, contudo, temos dificuldade em nominá-la. Não existe ação sem personagem, contudo, no caso em questão, nomear a ação depende do personagem. Se o personagem se trata de um adulto, a ação é um homicídio, ou latrocínio, ou ainda assassinato. Poderíamos chamar de crime, modo geral. Porém, se as personagens são adolescentes, em nosso ordenamento jurídico, a ação trata-se de um ato infracional e não de um crime (que pode ser análogo a algum crime, como por exemplo o latrocínio, pelos quais os adolescentes envolvidos na trama serão acusados). Em alguns momentos vamos nos referir ao ocorrido como crime, mesmo com essa questão em mente, de que uma diferença na idade da personagem muda nossa forma de nomear. Também observamos que nos jornais, muitas palavras que não se adequam ao ordenamento jurídico são utilizadas, especialmente “menor” no singular e no plural. Evitaremos esta utilização em nossa construção textual, porém reproduziremos quando elas assim aparecerem nos jornais.

Com relação aos adolescentes que são metamorfoseados em personagens nas narrativas, o jornalismo não os nomeia, seguindo o Estatuto da Criança e do Adolescente. Há, num primeiro momento, um suspeito, que Extra chamará de “X.” e O Globo irá se referir como “adolescente”, “jovem”, “menor”, sem designação específica. Depois, surgirão outros dois

suspeitos, em diferentes momentos. Extra tenta nomeá-los com letras, como no caso de “X.”, mas como esses personagens acabam sendo secundários na trama, a denominação não funciona. Para facilitar a compreensão, usaremos então a forma de designar que encontramos também nos jornais: a ordem de aparição na narrativa: o primeiro, o segundo e o terceiro suspeito. Em que pese o fato de os então adolescentes já terem alcançado a maioridade no final da pesquisa, optamos por não usar seus nomes verdadeiros, mesmo quando os jornais assim o fazem, em respeito a sua imagem e reputação, especialmente a partir das considerações já feitas a respeito do estigma com que sofrem os adolescentes em conflito com a lei. Assim, quando o texto jornalístico menciona o nome verdadeiro, este será substituído por colchetes indicando o que consta no trecho suprimido (por exemplo: prenome do adolescente, ou nome completo do adolescente). Do mesmo modo será feito quando aparecerem os nomes de familiares, e assim a indicação será “nome completo da mãe do primeiro adolescente”.

5 CONHECER O TEMPO E O LUGAR: OS JORNAIS E A LINHA DO TEMPO NARRATIVA

Para que possamos analisar as narrativas em questão, precisamos compreender mais sobre as mídias informativas que narram o acontecimento. São dois jornais, do mesmo grupo editorial. Embora integrantes da mesma empresa, têm especificidades, que serão apresentadas a seguir. Neste capítulo, entramos também já na análise das narrativas, apresentando uma linha do tempo de como elas se estruturam a partir dos principais pontos de virada. Com esses dois passos, nosso objetivo é ter uma compreensão maior acerca das mídias que narram, bem como da configuração temporal da narrativa.

5.1 DOIS JORNAIS COMO CAPÍTULOS DE UMA MESMA HISTÓRIA: O GLOBO E EXTRA

O Globo é um jornal em circulação no país desde 1925. Foi criado no Rio de Janeiro por Irineu Marinho, que havia sido, anos antes, em 1911, fundador do jornal A Noite. As informações estão disponíveis no site Memória Globo¹⁶, que também informa que Irineu Marinho morreu 25 dias após o primeiro número de O Globo chegar às bancas. Roberto Marinho, seu filho, ocupava o cargo de secretário do jornal e tornou-se, em 1931, o presidente da organização, que viria a ter muitos outros produtos comunicacionais ao longo dos anos seguintes.

No ramo de impressos, em 1998, foi lançado o jornal Extra, com uma extensa campanha de marketing para que a população escolhesse o nome da nova publicação, como relata Silva (2012), em sua tese de doutorado. O jornal estreou em um domingo, 5 de abril, no Rio de Janeiro, com tiragem de 130 mil exemplares. A proposta era produzir uma publicação para um público que se considerava que não consumia O Globo: classes C e D. Para isso, foram convocados colunistas-celebridade, como o humorista Tom Cavalcante, a atriz Luiza Brunet, a apresentadora Angélica, entre outros. Para atrair esse público, o jornal também apostou na distribuição de brindes com selos nos jornais e no jornalismo de serviço (SILVA, 2012).

No ano de 2015, ambos os jornais, O Globo e Extra, figuravam na lista dos 25 jornais com maior circulação paga no país feita pelo Instituto Verificador de Circulação (IVC), citado pela Associação Nacional de Jornais¹⁷: O Globo, com média diária de circulação de 183.404

¹⁶ <http://memoriaglobo.globo.com/historia-grupo-globo/historia-grupo-globo.htm>

¹⁷ <http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil/>

exemplares, ocupando a segunda posição, atrás do jornal Super Notícia, de Minas Gerais, e o Extra em oitavo lugar no ranking, com circulação média de 115.931 exemplares.

Na página da Infoglobo¹⁸, setor do Grupo Globo dedicado às publicações impressas, o Extra é anunciado como “o jornal mais lido do Brasil”, mesmo que sua tiragem impressa seja menor que a de O Globo, do mesmo grupo¹⁹. Os serviços são anunciados como um diferencial e a classe social dos leitores é caracterizada como majoritariamente C (56%), seguida de B (31%), DE (10%) e A (3%). A empresa²⁰ valoriza o caráter popular do Extra e afirma que a primeira iniciativa de participação popular na escolha do nome caracteriza a relação com o público até hoje: “as opiniões e sugestões dos leitores são muito bem-vindas e o jornal é reconhecido pela proximidade e lealdade que mantém com seu público leitor”. O jornal é caracterizado como um produto “de preço acessível, de linguagem simples, sem desprezar o jornalismo de profundidade”.

Já O Globo é anunciado pela organização como “o jornal preferido dos formadores de opinião”, e a classe social do público leitor assim caracterizada: B (49%), C (39%), A (13%), DE (8%). A empresa enfatiza O Globo como um jornal que leva para os leitores “mais do que informação”, por apoiar projetos culturais e educacionais. Vende-se como “líder absoluto nas classes A e B”, “um dos jornais de maior prestígio no país” e que se posiciona entre “os três jornais de maior circulação”.

Provavelmente em função de o Extra ter crescido mais na classe B, a empresa lançou em 2006 um jornal mais voltado às classes C e D, Expresso (SILVA, 2012), que não tem presença na internet e que não será objeto de análise nesta pesquisa.

O Grupo Globo tem um documento de Princípios Editoriais, disponível na internet²¹. O guia abre com a definição do jornalismo para a empresa, que assim é conceituado: “Conjunto de atividades que, seguindo certas regras e princípios, produz um primeiro conhecimento sobre pessoas e fatos”. Na apresentação da compreensão de jornalismo, dialoga com a ideia de “busca da verdade”, colocada em questão pelas implicações filosóficas sobre a impossibilidade de uma verdade una ou mesmo de completa objetividade. Assume, portanto, a verdade como utopia e elege como compreensão para o jornalismo a de produtor de conhecimento.

¹⁸ www.infoglobo.com.br

¹⁹ No site da Infoglobo, além dos dados sobre tiragem apresentados (170.428 exemplares de O Globo em dias úteis e 245.467 aos domingos; 102.789 exemplares de Extra nos dias úteis e 229.069 aos domingos), informa-se um número de leitores de 978 mil para O Globo e 1.838.000 para o Extra.

²⁰ <https://www.infoglobo.com.br/anuncie/institucional.aspx>

²¹ <http://g1.globo.com/principios-editoriais-do-grupo-globo.html#principios-editoriais>

Há seções do guia destinadas aos procedimentos que devem ser adotados por jornalistas que trabalham no Grupo. Essas orientações são dirigidas a situações diante das fontes, do público, dos colegas e do veículo²². Entre elas, duas nos chamam a atenção para compreender o posicionamento entre os diferentes produtos de uma mesma empresa. Com relação ao público, o documento explicita que nas empresas do grupo não se faz uso do sensacionalismo: “Nenhum veículo do Grupo Globo fará uso de sensacionalismo, a deformação da realidade de modo a causar escândalo e explorar sentimentos e emoções com o objetivo de atrair uma audiência maior”. Neste mesmo ponto, abordam especificamente o jornalismo popular: “Algo distinto, e legítimo, é um jornalismo popular, mais coloquial, às vezes com um toque de humor, mas sem abrir mão de informar corretamente”. Já com relação aos veículos, a orientação dos Princípios editoriais é que as “opiniões” expressas pelos diferentes veículos sejam comuns:

Os veículos do Grupo Globo expressam, em seus editoriais, uma opinião comum sobre os temas em voga. Os textos podem e devem divergir no estilo, no enfoque, na ênfase nesse ou naquele argumento, mas a essência é a mesma. Essa opinião deve refletir a visão do seu conselho editorial, composto por membros da família Marinho e jornalistas que dirigem as redações. Nenhum outro jornalista do grupo precisa, porém, concordar com tais opiniões, que, em nenhuma hipótese, influenciarão as coberturas dos fatos. Estas, como exposto aqui extensivamente, devem se pautar por critérios de isenção (PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO, s/d, internet).

Em janeiro de 2017, os jornais, que atuavam em redações distintas, passaram a integrar uma “redação multimídia”, como a empresa a nomeou. As redações de O Globo, Extra e Expresso foram unificadas, numa mudança anunciada para privilegiar os ambientes digitais. Na divulgação da mudança²³, há entrevistas com o diretor-geral do Grupo, Frederic Kachar, com o diretor de redação de O Globo, Ascânio Seleme, e com o diretor de redação do Extra, Octavio Guedes. Enquanto o diretor-geral destaca a necessária adaptação para a “vida digital”, o diretor do Globo aborda a necessidade de conquistar audiência, com a queda de receitas em publicidade, e informa que, com a mudança, o jornal oferecerá mais matérias exclusivas e análises densas, tanto no papel quanto no digital (O GLOBO, 2017, internet). Já Octavio Guedes levanta o desafio implicado pela fusão, já que “a unificação das redações sempre foi vista como uma ameaça à sobrevivência do jornal, pois movimentos semelhantes em outros países colocaram em risco a identidade editorial dos veículos menores” (O GLOBO, 2017, internet). O diretor de redação também afirma que essa foi a grande preocupação e reforça a importância

²² Aqui reproduzimos o termo usado no documento de Princípios Editoriais, apesar de reconhecermos, a partir de Leal (2014) que a metáfora do “veículo” não dá conta da complexidade das diferentes mídias informativas.

²³ <http://oglobo.globo.com/brasil/o-globo-extra-expresso-se-integram-em-uma-redacao-multimidia-20840004>

do jornalismo cidadão produzido pelo jornal: “com aposta em credibilidade, [o Extra] é o diário popular mais premiado do país e o único na América Latina com uma operação digital robusta. O modelo da nova Redação possibilita o aprimoramento do jornalismo cidadão, nossa marca há 19 anos” (O GLOBO, 2017, internet).

Após a fusão das redações, ainda em 2017, o Extra criou uma editoria que se tornou alvo de polêmica por setores sociais e no próprio âmbito jornalístico. Batizada de “Guerra do Rio”, a nova editoria foi lançada com a publicação de um editorial na capa do Extra em 16 de agosto de 2017 e na versão do jornal online o texto foi acompanhado de um vídeo de 5 minutos. No editorial, Extra informa que “a partir de hoje, o leitor do EXTRA passará a encontrar, em nossas páginas do jornal impresso e no site, uma expressão que, até então, nossos jornalistas evitavam: guerra do Rio” (ISSO, 2017, p. 1). A inserção da editoria é explicada não como “uma simples mudança na forma de escrever, mas, principalmente, no jeito de olhar, interpretar e contar o que está acontecendo ao nosso redor” (ISSO, 2017, p. 1). Alguns exemplos são apresentados, ao se afirmar que os crimes comuns continuam na editoria de polícia, mas “tudo aquilo que foge ao padrão da normalidade civilizatória, e que só vemos no Rio, estará nas páginas da editoria de guerra. Um feto baleado na barriga na mãe não é só um caso de polícia [...] a morte de uma criança dentro da escola [...]”. (ISSO, 2017, p. 1).

Além de exemplificar do que se tratará a editoria, o jornal observa que tem consciência de que “o discurso de guerra, quando desvirtuado, serve para encobrir a truculência da polícia que atira primeiro e pergunta depois.”, e segue: “Mas *defendemos a guerra* baseada na inteligência, no combate à corrupção policial, e que tenha como alvo não a população civil” (ISSO, 2017, p.1, grifo nosso). Fazendo referência ao título, o texto afirma: “A criação da editoria de guerra foi a forma que encontramos de berrar: isso não é normal!” (ISSO, 2017, p.1) Ao mesmo tempo em que anuncia a editoria, numa estratégia de autorreferencialidade, anuncia a esperança de encerrá-la: “temos a esperança de perder, um dia, o título de ser o único diário do planeta a ter uma editoria de guerra num país que se recusa a reconhecer que está em guerra” (ISSO, 2017, p. 1). Hoje, essa editoria não existe mais. Foi, aos poucos, tendo menos conteúdo publicado até deixar de existir.

O acontecimento objeto deste estudo foi produzido narrativamente antes da fusão das redações, no ano de 2015 e trata também sobre criminalidade no Rio. Mas o modo como narrativamente se trabalha o tema, à primeira vista, parece bem distinto do modo como futuramente se estruturaria uma editoria de guerra, o que aponta para fraturas no posicionamento das empresas jornalísticas, inclusive em um mesmo jornal.

Leal (2014, p. 139) ao discutir sobre a identidade das mídias, explicita que ela se configura em meio a diversas tensões. “Ao longo de sua história, toda e qualquer mídia informativa se modifica, ajusta-se, altera-se ao sabor das transformações e relações sociais em que está inserida”, o que explicaria porque cada novo contato com uma mídia informativa seja para o autor, considerado, quase sempre, como um reencontro. Mas “algo deve permanecer, durar por algum tempo” (2014, p. 140), sob pena de não reconhecermos o veículo e não haver mais pacto entre a audiência e a mídia.

Essas fraturas, evidentemente, são visíveis não apenas num mesmo jornal, como tornam-se mais evidentes se considerarmos o grupo editorial como um todo. Amaral (2004, p. 66) pontua: “Os jornais auto-intitulados populares, em função da segmentação, utilizam-se de forma diferente de sua posição social e simbólica, em relação à imprensa de referência, mesmo que pertençam à mesma empresa, e até oficialmente tenham os mesmos princípios”. Entendemos que esse seja o caso de Extra e O Globo, que partilham dos mesmos princípios, mas, ao nos dedicarmos a analisar as narrativas que produzem, encontramos, além de semelhanças, muitas diferenças.

Para o acontecimento *Morte de Jaime Gold*, o Globo dedicou seis páginas de sua edição do dia 21 de maio de 2015, em torno do drama do médico assassinado. Já o Extra, numa configuração narrativa que privilegia a imagem, despertou a atenção de diferentes públicos com a capa que dedicou ao assunto. Numa estratégia característica de jornal popular, conforme a descrição de Barbosa (2004, p. 3), com “manchetes resumindo em poucas palavras o drama narrado em corpo 48 e por vezes 64 ou 72. Ao lado do texto, a cena da tragédia em desenho ou em fotografia”. Assim, letras garrafais na capa de Extra anunciavam o crime, ao mesmo tempo em que convocavam o leitor a não se esquecer de outro, um crime que teve relevância midiática e comoção bastante reduzidas em relação ao crime cuja vítima foi o médico. O Extra pedia ao leitor para não se esquecer de Gilson e Wanderson, um adolescente e um jovem assassinados pela polícia na favela do Dendê, Zona Norte no Rio, no mesmo dia em que o médico fora assassinado por adolescentes na Lagoa Rodrigo de Freitas, ponto turístico da capital.

Apesar de O Globo dedicar mais páginas de sua edição ao caso, isso não significa uma importância menor para o acontecimento no Extra. Para Antunes (2013) a primeira página não é apenas mais uma; ela: “Está mais próxima do cartaz, vista a certa distância [...] com um claro sentido de persuasão, e estabelecendo uma maneira de ler e interpretar o acontecimento. Relato e argumento são aí sempre a mesma coisa” (ANTUNES, 2013, p. 112). Por isso, para o autor, os modos como se lidam com essas páginas “devem ser vistos como parte de um composto de práticas específicas que regulam variadas formas de apropriação de tais objetos.” (2013, p. 112).

Nos dias seguintes, Extra dedicou várias capas ao assunto, sempre destacando a trajetória sofrida de vida que levou o principal suspeito ao mundo do crime, ao mesmo tempo em que a cobertura de O Globo sublinhava que a maior parte dos assaltos cometidos na Lagoa tinha adolescentes como suspeitos, e, defendendo, em colunas de opinião, o aumento da punição aos jovens e aos crimes de arma branca (o médico foi assassinado a facadas). As narrativas configuradas por ambos os jornais nos colocam diante de uma questão: qual é o ponto inicial da história para os jornais? Para Extra, parece ser o passado de privações do suspeito; para O Globo, o momento do crime.

A escolha por estudar não apenas a produção do veículo considerado “de referência” (ao menos de modo relacional) do grupo segue a compreensão de Amaral (2004), de que “é tarefa do jornalista informar setores mais amplos da população e, por isso, não recomendável que fiquemos circunscritos a uma única forma de se fazer jornalismo” (p. 12). A autora critica a dicotomia que tende a se estabelecer entre “cultura superior e inferior” quando se refere a consumo cultural, considerando a divisão “problemática”. A crítica parte de uma compreensão de que a concepção da notícia como espelho da realidade faz com que os jornais populares sejam considerados uma “distorção”, diante de notícia despida de emoção e narração (2004, p. 25).

Muitas críticas ao exagero e às distorções da imprensa popular, pertinentes do ponto de vista ético, caem no outro extremo de imaginar possível uma notícia límpida que faça os fatos transparecerem tal como aconteceram. As notícias não emergem naturalmente do mundo real para o papel, não são simplesmente o reflexo que acontece. São redigidas a partir de formas narrativas, pautadas por símbolos, estereótipos, frases feitas, metáforas e imagens. Muitos fatores interferem na produção de uma notícia, que vão desde o posicionamento do jornal, o empenho do jornalista, as pressões do tempo, os constrangimentos organizacionais, as pressões políticas e econômicas, o contexto cultural e econômico do público-alvo, entre outros (AMARAL, 2004, p. 25).

Neste sentido, não julgamos que seja um problema o apelo a emoções por parte da imprensa popular, já que as emoções fazem parte das vivências e dos modos como nos é interpelada a realidade. Outros estudos têm chamado a atenção para a necessidade do retorno da emoção nas dinâmicas comunicacionais, como é o caso de Sodré (2006) e Freire Filho (2017).

Para Amaral, os jornais populares “moldam seu discurso informativo de acordo com apropriações de características culturais de seus leitores” (2004, p. 25), de onde depreendemos

que partem o enquadramento noticioso e as estratégias editoriais e mercadológicas. Por isso atentamos para o que afirma a autora, de que “o fato de nos dirigirmos a um determinado tipo de leitor não é uma estratégia só do plano mercadológico, mas, fundamentalmente, do plano comunicacional” (2004, p. 14).

Hall et al (2016), referem-se ao que chamam de *idioma público dos media* para abordar o discurso adotado pelos veículos de comunicação para falar ao público com que se supõe que está falando. “A linguagem utilizada será, pois, *a própria versão do jornal da linguagem do público a que se dirige principalmente*: a sua versão da retórica, imagens e *stock* comum de conhecimento subjacente que supõe que seu público partilha” (2016, p. 320, grifo do autor), o que seria, para os autores, a base da relação de reciprocidade produtor-leitor. As diferenças entre diferentes linhas editoriais e projetos de publicação, contudo, poderia encontrar um limite entre suas diferenças:

Enquanto cada jornal se pode considerar como dirigindo-se a uma seção diferente do público-leitor desse jornal [...], o “consenso de valores”, que está tão profundamente enraizado em todas as formas de linguagem pública, é *mais limitado* do que a variedade de formas de “linguagem em uso” público poderiam sugerir (HALL et al., 2016, p. 320, grifo dos autores).

Ao retomar a trajetória de jornais populares brasileiros, Amaral observa que boa parte das publicações, para tratar de violência, adotava o estilo “espreme que sai sangue”, utilizando-se de recursos sensacionalistas, abordagem que a autora vê com menos força no período da publicação de sua tese, em função da “generalização de características populares em várias editoriais de mídia” (2004, p. 26). Para a autora, os jornais populares partem de uma *Matriz Cultural* dramática, enquanto os jornais tidos como “de referência” partem de uma *Matriz* racional-iluminista (AMARAL, 2004). Na *Matriz* dramática, “a linguagem é baseada em imagens e pobre em conceitos e os conflitos histórico-sociais são apresentados como interpessoais” (AMARAL, 2004, p. 95). Além disso, a essa *Matriz* estaria subjacente uma concepção religiosa e dicotômica do mundo, a exemplo de bem contra o mal, ricos *versus* pobre.

O Extra, como afirma Amaral baseada em Lemos (2001), desde seu surgimento se propunha a produzir uma cobertura sobre violência que o diferenciasse das publicações populares que abusavam de fotos chocantes e superexposição da violência. “[O Extra] Visa a um jornalismo popular dirigido a um público que valorize a informação, ainda que rejeite o ponto de vista elitizado dos jornais de referência” (AMARAL, 2004, p. 19).

Lemos (2001), em artigo em que analisa a cobertura sobre violência do Extra, afirma que o jornal tem como diretriz “fugir tanto do sensacionalismo como da frieza do mero registro,

que ‘entupiriam o leitor’” (2001, p. 5). Para a construção da análise, a autora lança mão de entrevistas com Octávio Guedes, que em 2001 era diretor-executivo do jornal²⁴.

Durante muito tempo a cobertura policial foi o seguinte: tinha um cadáver, sem nenhuma história, mas que era uma foto que chocava e eles estampavam. A gente dá preferência a contar uma história, mostrar que aquele crime não é uma banalidade. É quando você vê que atrás de toda aquela tragédia existe um ser humano (GUEDES apud LEMOS, 2001).

Como publicação popular, o jornal, inserido em uma *Matriz dramática* tem como escolha editorial não provocar sensações a partir de cenas de violência; mas busca outras estratégias narrativas para contar histórias. Algumas coisas permanecem desde a fundação do jornal, para permitir sua identificação (LEAL, 2014), e enquanto outras modificam-se.

A análise que aqui realizamos parte de uma produção narrativa que se diferencia em Extra e O Globo. Analisá-la pelo viés da narrativa, de modo atento às textualidades oferece potencial profícuo para ir além do que o estudo das rotinas produtivas poderia nos permitir vislumbrar, já que, como perceberemos ao longo da análise, há marcas de apuração nos textos que falam de um fazer muitas vezes compartilhado. As narrativas engendram percepções, modos de ler o mundo e oferecem inteligibilidades que vão se realizar no encontro do texto com o leitor. Nosso próximo passo na pesquisa é a estruturação de uma linha de tempo das narrativas.

5.2 A TRAMA ENGENDRADA TEMPORALMENTE

Uma das características que Ricoeur (1994) atribui às narrativas é seu caráter de mediação. Inspirado no filósofo, Motta (2013) ao propor movimentos para analisá-las, busca a compreensão de seus significados, mas pensados como relação: as relações que o texto oferece, numa compreensão de reciprocidade entre quem narra e quem frui, pois ambos partilham do mesmo universo cultural.

A partir da leitura de todos os textos do *corpus* desta pesquisa, organizamos uma linha do tempo que se trata de um breve recontar das histórias para situar o leitor e para identificar os principais pontos de virada, peripécias e ocorrências no decorrer das narrativas que,

²⁴ Quando da produção deste trabalho, Octavio Guedes figurava como Diretor de Redação do jornal.

acreditamos, podem permitir uma primeira visada sobre seus significados possíveis, bem como sua articulação temporal.

Como se cruzam diferentes histórias no acontecimento em questão, contamos aqui sobre a morte de Jaime Gold e também de Gilson e Wanderson, inclusive para uma compreensão temporal de sua relação. Para este recontar, levamos em consideração o que apreendemos da leitura de ambos os jornais. Há eventos não diretamente relacionados aos acontecimentos de morte, mas que, na síntese dos heterogêneos, de certa forma são relacionados aos fatos que impulsionam estas narrativas, como por exemplo, a discussão sobre a redução da maioria penal. Outros elementos, à primeira vista, podem não parecer relacionados aos acontecimentos, como a proposição de leis relacionadas ao porte de arma branca e de tipificação do furto e roubo de bicicletas, mas, como veremos, estão extremamente imbrincadas na narração. Além disso, algumas das ocorrências mencionadas na linha do tempo são de natureza comunicacional, que discutiremos ao longo da análise, mas queremos, já nesta linha do tempo, que o leitor tenha a compreensão tanto do modo como circularam as narrativas, como do protagonismo assumido especialmente pelos jornais ao narrar sobre o acontecimento em questão.

19 de maio de 2015 – terça-feira

Troca do comando do 23º Batalhão da Polícia Militar (Leblon) na região onde, horas depois, ocorreria ataque a ciclista

Gilson e Wanderson são mortos pela polícia numa operação no Dendê, em que helicóptero atira. Um deles estava indo comprar pão, outro tempero. Ambos entram numa casa para se proteger e são mortos por policiais que estão no solo

Ciclista é atacado a facas na Lagoa Rodrigo de Freitas, na curva do Calombo

20 de maio de 2015 – quarta-feira

Na madrugada, morre o ciclista atacado. Se conhece sua identidade: é Jaime Gold, médico, cardiologista, que atuava no Hospital do Fundão

Durante o dia, sua filha faz um post no Facebook, em que um dos trechos é: “uma bicicleta e uma carteira por uma vida”

À tarde, o secretário de Estado de Segurança do Rio de Janeiro, José Mariano Beltrame, publica vídeo no perfil do Twitter da secretaria em que diz que o aconteceu é inadmissível e fala sobre novo comando e novos esquemas de policiamento na região

Gilson e Wanderson são enterrados e há protesto dos moradores do bairro

Prefeito Eduardo Paes comenta caso e diz que Gilson foi morto por uma bala perdida

Um dos dois policiais que entraram na casa em que Gilson e Wanderson se protegiam dos tiros admite ter atirado. Seu nome não é relevado e ele apresenta armas que alega que estariam com Gilson e Wanderson. Familiares reivindicam a inocência de ambos

21 de maio de 2015 – quinta-feira

Comoção nacional com o caso de Jaime Gold. Sua morte é tema de capa de O Globo, Extra, Estadão, está nos noticiários televisivos nacionais e circula na internet

Quando são publicadas as matérias nos jornais, já se fala que suspeitos são adolescentes e há associação com a discussão sobre redução da maioridade penal

Extra associa o caso de Jaime Gold com o de Gilson e Wanderson, dizendo que crimes em pontos turísticos têm maior repercussão, mas que no Dendê, mães esperam que o caso de seus filhos, mortos pela polícia, não caia no esquecimento

Às 6h da manhã, em sua casa, em Manguinhos, é apreendido o adolescente que é considerado o principal suspeito da morte de Jaime Gold, a partir do reconhecido, por foto, feito por uma testemunha. São apreendidas facas e tesouras

O adolescente presta depoimento na Delegacia de Homicídios, assistido por parentes, psicólogos e advogados. Ele nega participação no ato

Onze bicicletas são apreendidas pela polícia nas comunidades de Manguinhos e Jacarezinho (comunidades vizinhas)

Extra publica que uma testemunha contou ter visto dois suspeitos: um negro e um pardo, aparentando serem menores de idade, e que os viu esfaquearem o médico

A Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) coloca na pauta, com urgência, projeto de lei que cria estatística específica para roubos e furtos a bicicletas

Novo tipo de patrulhamento para a Lagoa é anunciado pelo comandante-geral da Polícia Militar

Homenagens são feitas no local do ataque ao ciclista

Ministério Público do Rio tem reunião com promotores e polícias civil e militar sobre apreensão de adolescentes e um dos encaminhamentos é a elaboração de um código de conduta para definir quando devem atuar forças policiais e quando devem atuar órgãos de educação e assistência social

Notícias publicadas nesta data em O Globo contabilizam elevado número de crimes cometidos com faca

Notícias publicadas nesta data em O Globo chamam a atenção para o grande envolvimento de jovens com o crime na região (maior que o número de adultos)

Parentes de Gilson e Wanderson vão à Delegacia de Homicídios para depor, mas têm seus depoimentos remarcados

22 de maio de 2015 – sexta-feira

Notícia sobre a apreensão do suspeito é destaque nos jornais impressos, que trazem a informação de que, aos 16 anos, já cometeu “15 crimes”.

Alerj e Câmara dos Deputados desengavetam projetos de lei que criminalizam porte de arma branca

A capa de Extra traz a manchete “Sem família, sem escola: duas tragédias antes da tragédia” para falar sobre adolescente apreendido

Familiares de Gilson e Wanderson têm reunião com deputado estadual Marcelo Freixo (PSOL), presidente da Comissão de Direitos Humanos da Alerj

Fotógrafo procura Divisão de Homicídios, que investiga o caso na Lagoa, para reconhecer o suspeito apreendido por outro ataque a faca, do qual foi vítima.

23 de maio de 2015 - Sábado

Acontecem missa, bicicletada e manifestação pela paz na Lagoa. Participam, além de ciclistas e familiares de Gold, também familiares de Gilson e Wanderson.

24 de maio de 2015 – Domingo

Time de futebol Fluminense presta homenagem à Jaime Gold, com bicicleta sobre bandeira do clube no estádio, antes de jogo contra Corinthians.

Segundo dia seguido de protesto na Lagoa. Desta vez também está presente pai de Gabriela, jovem morta em tiroteio em estação de metrô em 2003

Fantástico publica reportagem sobre o caso Gold

Agência Brasil publica entrevista com a mãe do suspeito apreendido.

25 de maio de 2015 – segunda-feira

O Globo publica uma cronologia de crimes com faca: oito vítimas em oito dias

Adolescente apreendido presta depoimento no Fórum Regional da Leopoldina

MP pede que adolescente seja julgado por ato infracional análogo ao crime de latrocínio

Juíza define por manter internação preventiva do adolescente

26 de maio de 2015 - terça-feira

Eduardo Cunha (à época presidente da Câmara dos Deputados) apoia criminalização de porte de arma branca e projeto de lei no Congresso é desarquivado por Leonardo Picciani (PMDB)

Aprovação na Alerj, em primeira discussão, do projeto de lei que prevê a inclusão de roubo e furto de bicicleta nas estatísticas de violência

27 de maio de 2015 – quarta-feira

Debate em audiência na Alerj sobre violência contra ciclistas, com polícias Militar, Civil, Secretaria de Segurança, representantes de ciclistas e familiares de vítimas de violência

Anúncio da criação da “CPI das Bikes”, na Câmara do Rio, para investigar receptação de bicicletas roubadas

Surge um novo suspeito para o crime na Lagoa, que se entregou ao Centro de Referência Especializada em Assistência Social do Rio Comprido e confessou ter participado do crime

O adolescente foi encaminhado, pela unidade da Secretaria, à Divisão de Homicídios, onde confessou participação no crime e disse que o adolescente já apreendido foi quem desferiu três facadas no médico.

Secretaria de Defesa Social informou que adolescente que se entregou teria confessado ser o autor das facadas

Coletiva de imprensa da Divisão de Homicídios anuncia caso como encerrado

Delegada Monique Vidal (14ª DP, Leblon) publica em comentários no Facebook, que a testemunha-chave do caso, afirmou, em sua unidade, na noite do ataque ao médico, não ter condições de reconhecer os criminosos. No dia seguinte, em outra delegacia, foi essa mesma testemunha quem identificou o suspeito apreendido por foto

Depoimento de testemunhas casos Gilson e Vanderson na Divisão de Homicídios

28 de maio de 2015 - quinta-feira

Jornais divulgam novo suspeito do caso

Juíza Maria Izabel Pena, do plantão judiciário, decretou na madrugada a apreensão do segundo suspeito

29 de maio de 2015 – sexta-feira

Chamada de capa de O Globo aponta “Contradições na investigação”. Segundo testemunha, um dos assaltantes era branco, mas os dois suspeitos detidos são negros

Extra divulga trechos do relato da testemunha, obtidos com exclusividade

02 de junho de 2015 – terça-feira

Surge terceiro suspeito, que se entrega à polícia, e há nova reviravolta no caso. Ele inocenta o primeiro adolescente apreendido

Aprovação por unanimidade na Alerj da votação que estabelece o roubo e furto de bicicleta como tipo específico de crime

03 de junho de 2015 – quarta-feira

Pezão, governador do Rio, afirmou que “pode ter havido enganos nas investigações”, mas que nenhum dos três adolescentes envolvidos é inocente: “o importante é que a polícia está prendendo”

04 de junho de 2015 – quinta-feira

Início de força-tarefa denominada “Achei minha magrela” para catalogar 80 bicicletas recuperadas pela polícia que estão guardadas na 10ª DP (Botafogo). Elas serão disponibilizadas em site para permitir a recuperação pelos ciclistas roubados

Extra diz que primeiro adolescente apreendido já havia apontado o terceiro (que se entregou em 02 de junho) como participante do assalto, dois dias após o ato na Lagoa.

05 de junho de 2015 – Sexta-feira

Extra apresenta um quarto suspeito, não identificado, apontado pelo primeiro em seu depoimento.

08 de junho de 2015 – Sábado

Os três adolescentes suspeitos prestam depoimento. Nova reviravolta: o segundo volta atrás e inocenta o primeiro e diz que mentiu na confissão porque estava com medo

Anunciada quebra do sigilo telefônico de Gold para descobrir para onde foi vendido celular e qual dos suspeitos o vendeu

10 de junho de 2015 – quarta-feira

Alerj aprova projeto de lei que prevê multa por porte de faca por 61 a 3 votos. Multa vai de R\$ 2400 a 24 mil reais, como “instrumento legal para a polícia atuar de forma preventiva”

Extra publica capa que diz que segundo acusado mentiu porque foi ameaçado por policiais

11 de junho de 2015 - quinta-feira

Anúncio feito pelo secretário de Segurança sobre parceria entre a Secretaria de Segurança e grupo de empresários para melhorar o policiamento em três áreas de lazer da cidade: Lagoa, Quinta da Boa Vista e Parque Madureira

Advogado Rodrigo Mondega, integrante da Comissão de Direitos Humanos da OAB, anuncia que vai denunciar delegada do caso, Patrícia Aguiar, por cerceamento de defesa durante apreensão do segundo suspeito

Ativação do site bicicletasroubadas.com.br/apreendidas para localização e recuperação de bicicletas roubadas

12 de junho de 2015 - sexta-feira

Defesa do primeiro adolescente impetra *habeas corpus*

15 de junho de 2015 – Segunda-feira

Tribunal de Justiça nega *habeas corpus* para primeiro suspeito

Familiares de Gilson e Wanderson são recebidos na Civil e Divisão de Homicídios

17 junho de 2015 - quarta-feira

Os três jovens participam de audiência no Fórum Olaria. Doze testemunhas são ouvidas, seis da acusação e seis da defesa

Ministério Público pede condenação do primeiro e absolvição dos outros dois

Comissão especial da Câmara aprova redução da maioria penal de 18 para 16 anos em casos de crime hediondo, homicídio doloso, lesão corporal grave, lesão seguida de morte e roubo qualificado.

18 de junho de 2015 - quinta-feira

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) critica a aprovação da redução da maioria em comissão especial e defende que todos os adolescentes são recuperáveis. Defende ECA, “que já é rigoroso”

19 de junho de 2015 – sexta-feira

Extra publica em sua capa: “MP nega a menor o benefício da dúvida”, quando informa que apenas o primeiro suspeito é denunciado pelo Ministério Público à Justiça

20 de junho de 2015 - sábado

Extra publica matéria com uma análise sobre o laudo da necropsia. O que está em questão é se as facadas no médico foram desferidas pelas costas, como disseram testemunha e delegado, ou pela frente, como aponta o jornal a partir de laudo e opinião de especialistas

29 de junho de 2015 – Segunda-feira

Justiça condena primeiro e terceiro suspeitos e absolve segundo

Sancionadas e publicadas no diário oficial duas leis estaduais: tipificação de roubo e furto de bicicletas e proibição do porte de arma branca

30 de junho de 2015 – Terça-feira

Câmara dos Deputados recusa diminuição da maioria penal

01 de julho de 2015 – Quarta-feira

Câmara dos Deputados, com “manobra” da mesa, aprova redução da maioria penal

Extra anuncia que defesa de primeiro suspeito quer anular o processo

02 de julho de 2015 – Quinta-feira

Extra publica entrevista com a mãe de primeiro suspeito. “Meu filho só foi condenado porque é preto, pobre e favelado”

10 de julho de 2015 – Sexta-feira

Um grupo de 102 deputados (de 14 partidos) entra com mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal para anular aprovação da PEC que reduz maioria penal

28 de julho de 2015 – Terça-feira

RJTV mostra imagens inéditas da noite em que Gold foi assassinado (há movimento de carros, diferente do que disse a testemunha). Neste vídeo aparece o frentista que é a testemunha do crime, e o horário da gravação demonstra que ele só percebeu que Jaime Gold havia sido atacado depois que os suspeitos já haviam aparecido fugindo, ou seja: não viu o momento da ação. Advogado de defesa aponta e explica as contradições no vídeo

29 de julho de 2015 - Quarta-feira

Extra publica capa com a manchete: “O frentista mentiu”. O frentista é a testemunha-chave do caso.

30 de julho de 2015 – Quinta-feira

Extra publica capa com a manchete: “Frentista deu duas versões para a direção que o médico pedalava”

31 de julho de 2015 – Sexta-feira

Extra publica capa com a manchete: “Frentista não tinha como reconhecer assassino”. Matéria entrevista especialista que diz que distância da testemunha era 50 vezes acima da ideal para reconhecimento

24 de outubro de 2015 - Sábado

Anúncio de novo modelo de policiamento (Programa “Segurança Presente”), em parceria com Fecomércio, a partir de 1º de dezembro para Lagoa, Aterro do Flamengo e Méier

12 de dezembro de 2015 - Sábado

Reportagem parte de caso Jaime Gold para anunciar 13 pessoas presas no primeiro dia de operação do programa Segurança Presente, financiado pela Fecomércio.

5 de junho de 2017 – Segunda-feira

Reportagem de O Globo aponta que terceiro suspeito está foragido, um ano e nove meses depois de internado, quando ganhou benefício da semiliberdade e não voltou mais. Por conta disso, o primeiro suspeito, que tinha parecer favorável à semi-liberdade, teve progressão adiada.

22 de julho 2017 - Sábado

Terceiro adolescente (foragido) é preso por assalto a supermercado. Ele agora tem 19 anos

13 de agosto 2017 - Domingo

Extra publica matéria intitulada: “dois anos internado para recuperar uma vida inteira”, sobre o comportamento do primeiro suspeito no Degase. Ele estuda e trabalha na unidade como técnico de informática, faz cursos, demonstra interesse. A reportagem também afirma que, na semana anterior, a 3ª Câmara Criminal negou o último recurso em 2ª instância

15 de maio de 2018

Primeiro Jovem apreendido pela morte médico na Lagoa é libertado após cumprir medida socioeducativa de três anos

A partir desta organização temporal, seguindo-se a cronologia de publicação dos episódios que compõem as narrativas em questão, podemos vislumbrar os pontos que, no próximo capítulo, passam a ser especificados e observados em cada um dos jornais, para compreendermos como O Globo e Extra conferem inteligibilidade ao acontecimento morte de Jaime Gold, em meio a outros acontecimentos e ocorrências.

Destacamos que os pontos de virada que nos parecem centrais para a configuração dessas narrativas, considerando apenas aqueles que buscam representar os acontecimentos fáticos, foram: a) As mortes de Gilson e Wanderson pela Polícia; b) o ataque a facas a Jaime Gold; c) a morte de Jaime Gold; d) a apreensão do primeiro suspeito; e) o surgimento de um novo suspeito quando as investigações estavam quase dadas como encerradas; f) a confissão de um terceiro suspeito, que inocenta o primeiro; g) a mudança no depoimento do segundo suspeito, que também passa a inocentar o primeiro; h) o pedido do Ministério Público de condenação do primeiro e absolvição dos demais, i) a condenação do primeiro e terceiro suspeitos, com absolvição do segundo; j) o cumprimento de medida socioeducativa sem benefício de semiliberdade pelo primeiro suspeito, mesmo com bom comportamento.

A partir dessa indicação dos diferenciados elementos agenciados na composição narrativa, partimos para o próximo capítulo, com a decomposição da narrativa em cada um dos jornais.

6 DECOMPOR A TRAMA

Neste capítulo, o mais longo de nossa análise, a proposta é uma decomposição da narrativa em cada um dos jornais. Se nos estudos de narrativa é comum o uso de metáforas como tessitura, urdidura, pensando-se a narrativa como um tecido, uma malha, aqui nosso trabalho é soltar os fios, desamarar os nós, para então podermos entender como se dá o fazer o narrativo. Vamos primeiro decompor para depois, no capítulo seguinte, recompor. Para isso, olharemos para cada um dos jornais que compõem nosso objeto, mas também, para outras narrativas midiáticas configuradas sobre o caso.

6.1 DO TEXTO PARA OUTROS TEXTOS: COMO CIRCULAM AS NARRATIVAS

Antes de iniciarmos a decomposição narrativa nos jornais O Globo e Extra, não podemos deixar de observar como a morte do médico e ciclista foi significada também por outras mídias. Para isso, partimos da percepção de que as empresas jornalísticas constroem suas narrativas e discursos tomando como referência outras mídias.

Como a periodicidade dos jornais em análise tem duração temporal de um dia, observamos especialmente o que circulou no dia da morte de Jaime Gold em mídias mais instantâneas, como sites, rádio e televisão. A morte do médico, vítima do crime na Lagoa, foi confirmada na madrugada do dia 20 de maio, uma quarta-feira. Neste horário, os jornais impressos já circulavam, e o que sabiam era que um ciclista, do qual não tinham a identificação, havia sido ferido gravemente num ataque a facadas na noite anterior. Assim, buscamos recuperar um pouco mais do que circulou no dia 20 de maio de 2015, em outras linguagens midiáticas, bem como, outras atribuições de sentidos, em outras narrativas em jornais de circulação nacional que ao longo do tempo foram se conformando sobre o caso.

O jornal Bom Dia Brasil, da Rede Globo, matutino exibido entre 8h e 9h de segunda a sexta-feira, inicia a edição da quarta-feira, 20 de maio, com uma das apresentadoras do programa, Ana Paula Araújo, lamentando uma triste notícia:

Uma notícia absurda e muito triste aqui do Rio de Janeiro. Morreu agora pouco um médico que foi esfaqueado quando andava de bicicleta na Lagoa Rodrigo de Freitas, programa de lazer de muita gente. Testemunhas contaram que esse médico foi abordado por um grupo de assaltantes, todos adolescentes e que mesmo sem reagir, ele acabou levando várias facadas. E esse já é o terceiro caso neste mês na Lagoa. (REDE GLOBO, 2015b)

Com duração de um minuto e 37 segundos, a notícia dá conta do imediatismo (“morreu agora pouco”) e também já apresenta uma das informações que será centrais no caso: a atuação de adolescentes. A matéria que entra após a apresentação de Araújo mostra cenas feitas por celular, do médico sendo socorrido e sendo colocado em uma ambulância. A primeira frase da narração é: “Aconteceu de novo”. O “cartão-postal” também já aparece nesse primeiro momento: “O assalto aconteceu pouco depois das sete da noite, num dos trechos mais movimentados da Lagoa Rodrigo de Freitas, cartão postal da zona sul do Rio”. Além disso, há a menção há mais de uma testemunha: “O roubo aconteceu pouco depois das sete e meia da noite quando ainda havia bastante movimento por aqui. Testemunhas contaram aos policiais que os assaltantes eram dois adolescentes [...]” (REDE GLOB, 2015b). Assim, no primeiro jornal matutino, poucas horas depois da morte do médico, já temos elementos que estarão presentes no enquadramento no dia seguinte e no decorrer da composição narrativa em ambos os jornais.

O assunto será tratado em todos os telejornais nacionais do canal ao longo daquele 20 de maio: Jornal Hoje, Jornal Nacional, Jornal da Globo. No Jornal Hoje, há uma relação entre o crime e as Olimpíadas. A fala dos apresentadores já deixa claro o enquadramento:

[Sandra Annenberg]: A morte do médico Jaime Gold ocorreu a 443 dias das olimpíadas do Rio.

[Evaristo Costa] É, lá na lagoa vai ter competição com provas de remo, de canoagem, dos jogos agora de 2016. É uma gigantesca área de lazer que os cariocas e os turistas frequentam, todos os dias, como você disse, pra caminhar, pra se exercitar, pra desestressar. (REDE GLOBO, 2015c)

Na matéria, caracteriza-se a Lagoa como “uma bela academia ao ar livre”. Aparecem muitas imagens de pessoas se exercitando, na água e na ciclovia no entorno. Há depoimentos de pessoas que estão assustadas, ou das táticas que usam para evitar assaltos, como não levar relógio nem fone de ouvido para se exercitar, esconder o aparelho celular na bolsa. Há a demonstração geográfica da localização da Lagoa, em visualização de satélite, demarcando os bairros do entorno. “A Lagoa Rodrigo de Freitas fica bem no meio da Zona Sul do rio. É cercada por alguns dos bairros mais conhecidos da cidade, como Jardim botânico, Gávea, Leblon, Ipanema e Copacabana” (REDE GLOBO, 2015c).

À noite, o Jornal Nacional dedicará três minutos e 40 segundos para o caso. E falará também sobre os meninos mortos no Dendê, em outra matéria, com duração de 28 segundos. Neste caso, o eixo principal da notícia é que a polícia abriu investigação. No caso do médico, há uma ilustração que representa a abordagem e ataque ao médico, como uma reconstituição,

feita com base no depoimento da testemunha que fala sem se identificar ao jornal. A matéria também conta que os parentes souberam do crime pela internet: o filho viu o vídeo numa página de notícias e mostrou para a irmã. “O pai de dois filhos, cardiologista, acostumado a salvar vidas, era mais uma vítima da violência no Rio” (REDE GLOBO, 2015d) é parte do texto da reportagem. Há depoimentos de pessoas com medo, e da ex-mulher do médico, Márcia Amil. Quanto a matéria finaliza, aparece a apresentadora Renata Vasconcellos, no estúdio, e o jornal aborda a polêmica entre o posicionamento do governador e do presidente do Tribunal de Justiça do Rio. Entra um vídeo com o governador Luiz Fernando Pezão falando a vários microfones de imprensa, que “a polícia está fazendo seu trabalho, de prender, e um dia, dois dias depois, a justiça vem, o desembargador vem, dá uma liminar, solta” (REDE GLOBO, 2015d). A imagem novamente retorna ao estúdio e o apresentador Willian Bonner diz que o presidente do TJ, Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho rebateu as afirmações do governador. Inicia a veiculação de um vídeo em que carvalho aparece e diz: “na verdade não há ação de causalidade entre a morte do ciclista e a ação da justiça. O que faltou foi policiamento que fosse ostensivo eficiente, que fosse preventivo e impedisse a barbárie” (REDE GLOBO, 2015d).

Mais tarde, o Jornal da Globo também abordará o assunto, e iniciará pela patrulha feita pela Polícia Militar após a morte do médico. O medo, no diálogo com as vítimas virtuais, está presente também. Um homem aparece afixando uma flor ao gradil da Lagoa que, na altura em que Jaime foi assassinado, tornou-se um memorial. O texto em *off* da matéria diz: “Na homenagem silenciosa, o ciclista demonstra medo e tristeza: poderia ter sido ele”. (REDE GLOBO, 2015e) Haverá ainda, nesta mesma matéria a exibição de trechos do vídeo do secretário de Segurança, José Mariano Beltrame, divulgado no Twitter no mesmo dia. O recorte aqui são as novas medidas para o policiamento e segurança. A matéria mostra a reconstituição que já estava presente no Jornal Nacional, ilustrando o momento do ataque, e também o depoimento da ex-esposa de Gold.

Não apenas na TV, em outras mídias circulará a notícia sobre a morte do médico. No site de Zero Hora, por exemplo, a primeira publicação sobre o tema não é sobre a morte em si, mas sobre a declaração feita pelo secretário de Segurança no Twitter, presumindo que o leitor já saiba sobre o caso.

Já em outros jornais impressos considerados de referência, veremos outras relações. Na *Folha de S. Paulo*, por exemplo, a capa do dia 21 de maio, dia em que os jornais impressos contam da morte do médico, ocorrida no dia 20, a foto que ganha destaque é dos anéis olímpicos, com fogos de artifício ao fundo. Eles foram inaugurados no dia anterior. Há uma pequena chamada na capa também, que anuncia: “Morre médico que foi esfaqueado em área

nobre do Rio”. Em O Estado de São Paulo, o assunto ganha destaque maior na capa, com a foto de um ciclista passando por uma faixa de protesto relativa à morte do médico. Mas o enquadramento é semelhante ao que indiretamente percebemos na Folha. A manchete diz: “Médico é morto em cartão-postal do Rio, a um ano da Olimpíada”.

Relações que veremos presentes em Extra, aparecem também em outros jornais. Na coluna de Luiz Fernando Vianna, na Folha, em 22 de maio de 2015, intitulada *Uma sociedade que se mata*, ele afirma:

[...] No mesmo dia da morte de Gold, foram assassinados numa padaria no morro do Dendê (zona norte), um estudante de 13 anos e um trabalhador de 24 – que tinha ido comprar pão para o filho. Um helicóptero da polícia disparava tiros, e eles correram para se proteger. Um policial entrou no lugar e os fuzilou.

Não se trata de uma morte ser mais importante do que outra. E sim de que uma morte é tão importante quanto outra. Esse “tão” significa cidadania, direito à vida e esperança (vã) de que ainda venha a emergir uma nação desse pântano em que chafurdamos mais e mais (VIANNA, 2015, p. 2).

Isso não quer dizer, necessariamente que o colunista tenha se pautado por Extra, mas há possibilidades, já que a capa de Extra teve bastante repercussão. De toda forma, nos demonstra que essa narrativa, que coloca ambos os casos em relação, circulará também por outros locais. No texto de Vianna, há ainda uma crítica a O Globo: “Nesta quinta (21), o jornal “O Globo” disse que a morte de Gold “choca o Rio” e lhe dedicou seis páginas. Para as mortes do Dendê, duas colunas escondidas numa página par. É um retrato do Rio e do Brasil” (VIANNA, 2015, p. 2).

O acontecimento não ganha tanta relevância na Folha como veremos que acontece em O Globo e no Extra. Mas há a presença de elementos para pensar no que é dito e no que não é dito nas narrativas que estamos analisando. Em 5 de junho de 2015, o destaque do caderno Cotidiano vem com a manchete “Rio de Janeiro é o Estado onde menos se mata com faca”. A linha de apoio compara com São Paulo e país: “Só 5,2% dos homicídios no Rio foram cometidos em 2013 com armas brancas, contra 16,9% em SP e 15,8% no país” (FRAGA; TUROLLO JR, 2015, p. 1). A notícia trabalha com dados “inéditos” do Mapa da Violência 2015 e relaciona diretamente com o caso Jaime Gold e a pressão por criminalização do porte de arma branca. O parágrafo inicial, com destaque, é: “Após morte de médico esfaqueado, Câmara desarquivou projeto de lei²⁵ para proibir porte de facas na rua” (FRAGA; TUROLLO

²⁵ O projeto teve parecer favorável na Comissão de Constituição e Justiça em 2015 e não chegou a entrar na ordem do dia da Câmara para ser votado. Ao fim da legislatura, em 2018, foi arquivado, assim como todos os projetos não votados. Em 2019, voltou a ser desarquivado e aguarda novo parecer para ir a votação.

JR, 2015, p. 1). Abaixo, o texto volta a relacionar com o caso, e coloca em xeque investigações: “Assassinatos e roubos praticados com facas ganharam atenção após a morte do médico Jaime Gold, 57, esfaqueado durante um assalto na lagoa Rodrigo de Freitas, zona sul do Rio, no último dia 19.”, e assim se encaminha para “O caso fez a Câmara dos Deputados desarquivar um projeto de lei de 2004 que visa proibir o porte de armas brancas nas ruas. O texto está em análise na Comissão de Constituição e Justiça da Casa” (FRAGA; TUROLLO JR, 2015, p. 1). A reportagem ainda dirá que a investigação sobre a morte do médico foi colocada em xeque com a apresentação de um jovem de 16 anos que confessou o crime e negou a participação do primeiro. E, para encerrar, apresentará a opinião do coordenador do Mapa da Violência, o sociólogo Julio Jacobo Waiselfisz. Ele diz, entre aspas, na citação feita pelo jornal: “Acho complicado proibir o porte de facas. Como fazer com quem quer ir ao supermercado comprar uma faca ou trabalha com faca?” (FRAGA; TUROLLO JR, 2015, p. 1). O texto ainda coloca dúvida sobre os dados da Secretaria de Segurança do Rio sobre homicídios com faca, que não conferem com as do Mapa.

Em O Estado de S. Paulo, percebemos mais importância ao acontecimento em relação a Folha de S. Paulo. No domingo, 24 de maio, o periódico destaca como “foto da semana” uma imagem feita no local em que, após o crime, passam a ser prestadas homenagens ao médico. Na foto, aparece uma mulher postada em pé rezando enquanto olha para as homenagens no gradil da Lagoa Rodrigo de Freitas. No mesmo dia, o jornal publica uma matéria sobre os protestos do dia anterior. A matéria aborda o medo dos ciclistas pelos constantes ataques. E aqui aparece uma informação diferente da que será expressa por O Globo quando fala da atualização de quadrilhas especializadas no roubo de bicicletas. O texto do Estadão diz:

Segundo os ciclistas ouvidos pelo Estado, os assaltantes de oportunidade, que procuram qualquer modelo, para revenda rápida no mercado negro, atuam em áreas de lazer populares na cidade, como o Aterro e a Lagoa. Já aqueles com olhar treinado, cuja preferência são as bicicletas para competição, preferem os pontos frequentados por atletas, caso de estradas e da Vista Chinesa, mirante no Parque Nacional da Tijuca, áreas em que o policiamento é pouco ou nenhum (PENNAFORT, 2015, p. 22).

Dois dias depois, em 26 de maio, o Estado apresenta uma informação que virá meses depois nos jornais do grupo Infoglobo: que as imagens das câmeras que registraram o ataque ao ciclista não são nítidas. A principal fonte da matéria é o presidente da Comissão de Segurança da Ordem dos Advogados do Brasil no Rio (OAB-RJ), que também não aparecerá nos jornais do grupo Globo.

As imagens das câmeras de segurança da Lagoa Rodrigo de Freitas, na zona sul do Rio, **não** permitem identificar quem esfaqueou o médico Jaime Gold, morto na terça-feira passada. Os filmes mostram os dois autores do crime em uma única bicicleta, mas **as imagens são distantes e pouco nítidas**. (RIO, 2015, p. 11, grifo nosso).

Em outro trecho, o jornal diz que o inquérito (da polícia) enviado ao Ministério Público se baseia no reconhecimento feito por uma testemunha, por fotos. “A equipe que investiga o crime alega que, mesmo sem imagens claras, é possível ver que o tipo físico e a cor da pele da pessoa que aparece no vídeo são iguais aos do suspeito” (RIO, 2015, p. 11). Esse reconhecimento é criticado pelo presidente da Comissão de Segurança da Ordem dos Advogados do Brasil no Rio (OAB-RJ), Breno Melaragno. Para ele, “o reconhecimento indireto, feito só por imagem, fragiliza as conclusões da investigação. Segundo ele, o ideal é que tivesse sido feito o reconhecimento direto [...]” (RIO, 2015, p. 11).

Além do desenrolar do caso, quando o jornal aborda a decisão sobre a redução da maioria penal, traz, no topo da página A14, do caderno Metrópole, a manchete: “Para ministro do STF, aprovação foi inconstitucional” (BULLA; FERNANDES; CARVALHO, 2015, p. 14). O ministro a que o jornal se refere é Marco Aurélio, que fala que pode até configurar “fraude” a manobra para aprovação. Abaixo, uma matéria também com foto, cujo título é uma citação entre aspas: ‘A redução é racista. Querem voltar à senzala?’ (WERNECK, 2015, p. 14). A foto é de uma mulher de costas, apontando o dedo indicador. A legenda: “Opinião: Para a mãe de jovem de 16 anos, misturar adolescentes com adultos nas cadeiras vai piorar ainda mais a violência”. A linha de apoio, abaixo da legenda, é: “Mãe de jovem acusado de matar médico que pedalava na Lagoa vê texto como uma forma de discriminação”. Temos então um acionar desta fonte, mãe do primeiro adolescente acusado pela morte do médico, para avaliar a redução da idade penal. É parte da fala dela:

Para mim, a redução da maioria é racista. Não é só o preto que comete crime. Por que o branco não é punido, só o negro? Querem fazer um cativo, como no tempo em que os brancos batiam nos negros na senzala? Isso tem que acabar. Só vai acabar com uma revolta popular, porque as pessoas negras não vão aceitar levar chicotada de branco. Elas têm o direito de ter uma vida livre, como todo branco tem. Tem de acabar com esse racismo (WERNECK, 2015, p. 14).

Sobre a morte do médico, ela diz “Ele foi condenado por um crime bárbaro, mas não matou. Os outros dois garotos a gente nem conhece. Dissertam que não foi ele. Agora um frentista fica com a palavra. Afirma que foi meu filho, depois volta atrás. Não sei qual é a explicação” (WERNECK, 2015, p. 14), mas aventa que seja preconceito. “Jogaram isso nas

costas dele. O negro sempre é discriminado. Quero que a Justiça seja feita. Não sei se essa juíza (*que condenou o adolescente*) consegue dormir. Ela não viu. E a única testemunha já mudou o depoimento” (Ibid.) A mãe do jovem, na matéria, ainda fala sobre a falta de oportunidades para jovens filhos de mães carentes e critica os políticos que nada fazem para mudar a situação.

Em 2017, no mês de maio, a poucos dias de a morte do médico completar dois anos, o site Fala Manguinhos, uma iniciativa de jornalismo comunitário da comunidade de mesmo nome, e local onde mora a família do primeiro adolescente acusado da morte do Gold, publicou uma matéria também com sua mãe, que, desde o título, já título reivindica liberdade para o adolescente. Como trata-se de uma produção de jornalismo comunitário, o ponto de vista é o da comunidade. O texto inicia pelo mote do dia das mães, em maio que “nunca mais foi o mesmo para [nome completo da mãe]. Ela é descrita como “catadora de materiais recicláveis” e “ativista social do território, fundadora do Fórum Social de Manguinhos e integrante da OMA (Organização Mulheres de Atitude)” (LIBERDADE, 2015). Quando se fala do caso, assim é a descrição: “(...) morte do médico Jaime Bolt (sic), na Lagoa Rodrigo de Freitas. O caso teve bastante repercussão na mídia, reacendeu o debate sobre a redução da maioria penal na sociedade e no legislativo” (LIBERDADE, 2015). Há falas da mãe e dos advogados. A mãe diz: “Na época, pegaram as minhas facas que uso no meu trabalho com os recicláveis e usaram como prova da morte do médico. Mas nunca me perguntaram sobre nada, sobre a cooperativa que a gente tava tentando montar pra trabalhar” (LIBERDADE, 2015).

Há então uma explicação sobre a situação do jovem, “que envolve várias questões”. A partir da condenação, há reavaliação a cada seis meses. “Um psicólogo, uma pedagoga e uma assistente social avaliam se ele tem condição ou não de ser posto em liberdade. A partir dessa relatoria, a juíza emite o parecer dela”, é a explicação do texto, que antecede a fala entre aspas do advogado:

O que tem acontecido com o [prenome do adolescente] é uma situação um pouco inusitada, no seguinte sentido: o relatório dele tem sido um dos melhores do Educandário. No entanto, a juíza, mesmo assim, não concede a liberdade ao jovem. Isso ocorre porque a nossa legislação permite que o juiz decida de modo contrário ao laudo, valendo-se para tanto do “livre convencimento motivado”, o que significa que o juiz não está atrelado ao laudo, desde que tome sua decisão de forma fundamentada. O que me parece um absurdo, já que ele não tem condições técnicas para avaliar essas situações. Então o que tem acontecido com o [prenome] neste primeiro momento é isso. Ele já foi avaliado 3 vezes, todos os laudos foram favoráveis, no entanto, a juíza mantém o parecer contrário ao relatório. (LIBERDADE, 2015)

A matéria ainda explica que em segunda instância a decisão foi mantida. Dois dos três desembargadores que julgaram a apelação da defesa foram a favor. Como um foi pela absolvição, possibilita que possa haver um novo julgamento por outros três desembargadores.

Também em 2017, mas em agosto, o RioOnWatch, site que se dedica a “trazer visibilidade às vozes das favelas”²⁶, publica matéria que será republicada no dia seguinte pelo Instituto Humanistas, da Unisinos (<http://www.ihu.unisinos.br/>). O título é “O racismo institucional do Judiciário e os casos Rafael Braga e [nome completo do primeiro adolescente do caso Gold]”. A matéria conta a história de Rafael, apreendido nas manifestações de 2013 por portar um “pinho Sol”, e detido novamente em 2016, um mês após ser liberado, por porte de drogas, que se alega que foram policiais que colocaram em sua posse. Rafael foi então sentenciado a 11 anos por tráfico de drogas. Paralela à história de Rafael, o texto conta também a história do primeiro adolescente do caso Jaime Gold, agora já “maior de idade”, detido em uma unidade do Degase. O texto diz:

Ambos têm algumas coisas em comum: são jovens, negros e pobres. Rafael, morador de rua. [Prenome], morador da favela de Manguinhos, na Zona Norte da cidade – local inclusive onde se encontrava no momento do crime, ocorrido a mais de 15km de distância, segundo testemunhas do processo (FENIZOLA, 2017, recurso digital).

A explicação vem em seguida:

[...] a polícia precisava de um suspeito para acalmar os ânimos da população após um crime que chocou a todos – uma vida por uma bicicleta, um médico, na Zona Sul da cidade. Então policiais foram até a casa de [Prenome], que já tinha passagens por furtos na região da Lagoa, onde não só encontrou a sua mãe, dona [Prenome da mãe], mas encontrou também facas. Dona [Prenome da mãe] é catadora e as facas que serviriam de prova contra seu filho são seus instrumentos de trabalho na coleta e manipulação do lixo (FENIZOLA, 2017, recurso digital).

Abordam-se as contradições da testemunha do caso, que primeiro disse que não teria como reconhecer ninguém, e depois reconhece por foto. O fato de outros meninos terem se entregado e o inocentado também é questionado. “Rafael e [Prenome] permanecem presos

²⁶ Na seção “Sobre” do site, assim é apresentada a iniciativa: “Em maio de 2010, a Comunidades Catalisadoras (comcat.org), uma organização sem fins lucrativos nos EUA e também no Rio de Janeiro, lançou o *RioOnWatch*, um programa para trazer visibilidade às vozes das favelas na prévia dos Jogos Olímpicos de 2016, a serem realizados no Rio de Janeiro. De 2010 a 2016, o site de notícias, RioOnWatch.org, foi o nosso principal veículo para a publicação das perspectivas dos organizadores comunitários, moradores, observadores internacionais e pesquisadores sobre as rápidas transformações urbanas que caracterizaram o Rio pré-Olímpico.”

mesmo diante da falta de provas que os condenem – ou melhor, de um uso seletivo das provas e testemunhos” (FENIZOLA, 2017, recurso digital). “[...] O caso do [Prenome] e o caso do Rafael ilustram a pior face do nosso sistema judiciário: o racismo institucional e a criminalização da pobreza que condenam com base na cor e na origem social e que conferem a brancos e negros um acesso desigual aos meios jurídicos”

Há outra questão colocada em relação entre ambos: “os dois serão julgados hoje [08/08/2017], no tribunal de Justiça do Rio de Janeiro”. A explicação aberta pelo *Fala Manguinhos*, sobre novo julgamento, é, sabemos pelo *RioOnWatch*, materializada: “[Prenome] obteve no último julgamento um voto a favor de sua absolvição por parte de um dos desembargadores, de forma que o caso será julgado novamente”.

E o encerramento:

No Degase, [Prenome] tem um ótimo relatório de comportamento e já está cursando o Ensino Médio, tendo entrado na instituição cursando a 5ª série do Ensino Fundamental. Além de destacarem o bom desempenho escolar dele, professores alegaram que [Prenome] tem dois sonhos: morar em Barcelona, pois adora pedalar, e ouviu dizer que lá há muitas ciclovias, e ser advogado, para lutar contra injustiças (FENIZOLA, 2017, recurso digital).

Há outras matérias, em outros sites publicadas sobre o caso ou relacionando-os a outros. Aqui nosso recorte foi para observar como circulou a narrativa, tanto em jornais de referência, como em telejornais do mesmo grupo editorial dos jornais, sites de notícia, e ainda meios de comunicação independentes ou comunitários, que relatam a partir de outras fontes, outros lugares de fala e visões de mundo. Agora, nos debruçaremos sobre as narrativas no Extra e, num segundo momento, em O Globo.

6.2 A DECOMPOSIÇÃO NARRATIVA EM EXTRA

6.2.1 A história antes da história

A morte de Jaime Gold começa a ser configurada narrativamente no dia 20 de maio de 2015, quando ainda não se tem dimensão da importância que o ocorrido assumirá como acontecimento. Naquele momento, não se sabia quem era a vítima que, como outras em momentos recentes, havia sido esfaqueada, e a situação era de atendimento médico, já que, no momento dos fechamentos dos jornais, o ciclista estava passando por cirurgia no hospital Miguel Couto. Não se tratava ainda de uma morte e nem tampouco de um acontecimento. Mas

naquele mesmo mês de maio, antes da morte, antes do acontecimento, o jornal faz um movimento interpretativo em relação a casos de assaltos com o uso de facas e publica uma matéria reunindo diferentes casos com características semelhantes de modo a perceber um tema: o aumento deste tipo de delito e o medo que causa (Figura 1).

Figura 1: Recorte do jornal Extra em 9 de maio de 2015, p. 11

Sábado, 9 de maio de 2015 extra.globo.com POLÍCIA (11)

SEGURANÇA

Aumento nos assaltos com uso de faca assusta cariocas

Ontem, mulher foi ferida na mão e teve a bolsa levada por suspeito que acabou detido

Há oito dias, um homem era esfaqueado numa tentativa de assalto no Centro do Rio. Ontem, em Laranjeiras, a vítima foi uma mulher, atingida na mão enquanto tinha a bolsa levada por um ladrão. Ao mes-

mo tempo em que parecem se tornar cada vez mais frequentes, os roubos com uso de faca também assustam os cariocas. — Nunca tinha passado por isso. Fiquei desesperada — contou a assistente adm-

nistrativa Ana Paula Gomes de Oliveira, de 37 anos, a vítima de ontem em Laranjeiras. Para especialistas, as chamadas armas brancas — aquelas que não utilizam dispositivos explosivos — costumam ser empregadas por menores de idade ou usuários de droga. Isso acontece porque, de maneira geral, é mais fácil obtê-las do que ter acesso a uma arma de fogo.

— O criminoso compra em qualquer loja, já que custa muito pouco, ou furtar de algum estabelecimento. Além disso, a faca pode ser escondida ou descartada facilmente no caso de uma eventual apreensão da polícia — explica a antropóloga e ex-capitão do Batalhão de Operações Especiais (Bope). O uso das armas brancas acarreta ainda um outro fator de complicação. Embora não haja consenso entre os juristas, carregar uma faca, por si só, não configura um crime. — Se o sujeito porta uma arma de fogo irregular, será detido. Se tem a faca, dependerá da leitura subjetiva da autoridade policial, que pode ou não encaminhar à delegacia e fazer a apreensão — diz o advogado criminalista Ary Bergher. Assaltar portando uma faca, porém, também aumenta a pena do acusado, tal qual ocorre com a arma de fogo. Segundo o artigo 157 do Código Penal, o roubo ocasiona de quatro a dez anos de prisão, acrescidos de um terço ou metade “se a violência ou ameaça é exercida com emprego de arma”. 2

CADEIA
Apenas para o simples porte ilegal de arma de fogo chega a até quatro anos de prisão

Paulo Storani, antropólogo e

AÇÕES DA POLÍCIA

IMOBILIZADO E AGREDIDO
O suspeito de assaltar Ana Paula foi imobilizado e agredido por testemunhas. Rodolfo Gorgete Ribeiro, de 31 anos, acabou preso e levado para a 10ª DP (Botafogo).

MAIS DOIS CASOS
Pelo menos outros dois roubos com faca, em Botafogo e no Aterro do Flamengo, foram registrados ontem na 10ª DP. Em um deles, um menor de 17 anos tentou roubar uma mochila e foi apreendido.

DETIDOS NO ATERRO
À tarde, um grupo de 12 pessoas, reunido no Aterro, também foi levado à 10ª DP. Com eles, foram achadas cinco facas, dinheiro e maconha.

TINHA ATÉ GRÁVIDA
O grupo estava próximo ao Museu de Arte Moderna (MAM). Entre os detidos, havia uma grávida e uma adolescente. A operação teve participação da Guarda Municipal, da Polícia Civil e da Secretaria estadual de Administração Penitenciária.

TERCEIRO SUSPEITO PRESO
Também ontem, as polícias Civil e Militar prenderam o terceiro suspeito de participar do assalto que delatou um homem esfaqueado no dia 1º de maio, na Avenida Rio Branco. Michel Almeida Mandarino, de 18 anos, teria ligação com o tráfico da Vila Cruzeiro, na Penha.

POLICIAMENTO OSTENSIVO
Para Paulo Storani, o caminho para evitar os roubos com faca é o policiamento ostensivo. “Quando há indícios de que a pessoa possa cometer um assalto, que se leve à delegacia para investigar. Só essa prática já inibe a ação criminosas”, diz.

Terceiro suspeito de assalto na Rio Branco foi preso na Penha

Policial mostra a faca que foi usada ontem em Laranjeiras



Fonte: Acervo do jornal Extra

Quando o ciclista é atacado na Lagoa, o gesto interpretativo parece ser o de que é mais um caso, e por isso, talvez, digno de publicação, mesmo sem que se saiba quem era. Assim, o ocorrido é publicado como nota no pé da página 10, na editoria Geral, com o título *Ciclista é atacado a facadas na Lagoa*. A nota especifica que o ataque foi na Lagoa, na altura da Curva do Calombo.

Destaque maior ganha, na página 9, o caso de Gilson e Wanderson. Na matéria intitulada *Operação mata menino no Dendê: após operação policial que levou à morte de dois moradores, comunidade fez protestos*, que está no topo da página e é assinada por Marcos Nunes, sabemos que em uma operação com 400 policiais civis para apreensão e recolhimento de máquinas caça-níqueis, um helicóptero disparou tiros que deixaram perfurações numa das

entradas da comunidade. “Assustados, o estudante Gilson da Costa da Silva, de 13 anos, e o carregador Wanderson Jesus Martins, de 24, buscaram abrigo numa casa. Os dois foram mortos depois que policiais da Coordenadoria de Recursos Especiais (Core) invadiram o imóvel” (NUNES, 2015b, p. 9). O texto de Marcos Nunes também informa que “Após as mortes, um grupo de aproximadamente 50 moradores realizou protestos e espalhou lixo pelas ruas do bairro da Cacua. Assustados, comerciantes chegaram a fechar as portas” (2015b, p. 9). Informa-se que Gilson era estudante e Wanderson trabalhador, com base em depoimentos de amigos e parentes, e a única fala entre aspas é de uma madrinha de Wanderson: “Meu afilhado é trabalhador e tinha carteira assinada. Ele foi na padaria comprar pão para o filho e aconteceu isso” (2015 b, p. 9).

A temporalidade do jornal impresso, com uma edição que circula no início do dia e, portanto, é encerrada na noite anterior, é ultrapassada pela velocidade com que correm as notícias dos acontecimentos mais relevantes. No mesmo 20 de maio em que o jornal circulava com uma pequena nota de nove linhas para o caso do ciclista atacado, o dia inicia com a notícia de sua morte, na madrugada. Agora, sabe-se que o ciclista se tratava de um médico, pai de dois filhos adultos, que se dedicava à Medicina Pública e atuava no Hospital do Fundão. Sabe-se que sua filha, consternada com a morte abrupta e inesperada do pai, postou um texto no Facebook em que escreve “uma bicicleta e uma carteira por uma vida” e sabe-se que o secretário de Segurança do Rio, José Mariano Beltrame, acha inadmissível que uma coisa dessas aconteça na Lagoa, pois, como diz no vídeo em que publica no perfil do Twitter da Secretaria:

um lugar como a Lagoa Rodrigo de Freitas não pode, de maneira nenhuma, ser alvo deste tipo de atitude porque é um local aonde todos nós frequentamos, aonde todos nós gostamos de ir, gostamos de frequentar, é um cartão-postal e nós não podemos admitir de maneira nenhuma que ações desta natureza aconteçam (BELTRAME apud ARAÚJO, 2015, recurso eletrônico)

A informação sobre a morte é publicada em rádios, noticiários de TV, jornais online, como vimos na seção anterior deste capítulo, e circula nas redes digitais e provavelmente também, fora delas, já que se trata de um caso de comoção. É no fim deste dia que o jornal fechará a edição que, no dia seguinte, 21 de maio, convocará os leitores a se chocarem com o crime barbado na Lagoa, mas, se depender de Extra, sem se esquecerem do crime que matou dois meninos, no mesmo dia, no Dendê. Assim, a narrativa, que era sobre mais um caso, tem uma virada, e passa para seu segundo momento, de acordo com nossa leitura.

6.2.2 Um caso não pode permitir o esquecimento de outro

A capa de Extra do dia 21 de maio expressa a virada narrativa do jornal. É justamente esta a capa que nos leva a tomar este acontecimento como objeto, e que que reproduzimos abaixo (Figura 2).

Figura 2: Capa do Extra em 21 de maio de 2015



Fonte: Acervo do jornal Extra

Reproduzimos, a seguir, também os textos que estão presentes na primeira página de Extra em 21 de maio:

Morte de médico causa **comoção e revolta** nas redes sociais. Beltrame manifesta indignação e **reforça a segurança na região**, com policiais a cavalo, e pede apoio à Guarda Municipal (CRIME BÁRBARO, 2015, p. 1, grifos nossos).

Como em qualquer lugar do mundo, crimes em pontos turísticos têm maior repercussão. Mas, no Dendê, mães choram mortes de seus filhos em

ação da polícia e esperam que caso não caia no esquecimento (SÓ NÃO, 2015, p. 1, grifo nosso).

Se na capa os dois eventos estão relacionados, na parte interna do jornal, cada um dos assuntos está em uma página, lado a lado, sem relações estabelecidas na construção textual. Na página 12, a matéria que recebeu o título de *‘Bicicleta por uma vida’: filha de ciclista esfaqueado na Lagoa desabafa, e Beltrame muda policiamento na região* (Figura 3), está sob a cartola de “Morte na Zona Sul”. Na página 13, a cartola é “Violência na Ilha”, e o título *Eles só querem Justiça: jovens mortos por policiais são enterrados. Mãe de adolescente diz que ele não estava armado* (Figura 4). As cartolas denotam que o jornal demarca a referência territorial em que ocorrem cada um dos crimes: um na zona rica da cidade, a Zona Sul, outro na Ilha do Governador, onde ficam o morro do Dendê e o bairro da Cacuaia, na preterida Zona Norte.

Figura 3: Recorte da página 12 de Extra em 21 de maio de 2015

12 | POLÍCIA extra.globo.com Quinta-feira, 21 de maio de 2015

MORTE NA ZONA SUL

‘Bicicleta por uma vida’

Filha de ciclista esfaqueado na Lagoa desabafa, e Beltrame muda policiamento na região

► “Uma bicicleta e uma carteira por uma vida”. O desabafo emocionado da filha do médico Jaime Gold, de 57 anos, ganhou as redes sociais. Esfaqueado por ladrões na noite de antecômico, enquanto andava de bicicleta pela Lagoa Rodrigo de Freitas, na Zona Sul, ele acabou morrendo na manhã de ontem.

“Aonde você estiver, que encontre a paz interna que buscava”, escreveu a jovem, que é estudante de Psicologia.

Horas após a confirmação da morte do médico, o secretário estadual de Segurança, José Mariano Beltrame, divulgou um vídeo em que anunciava medidas para combater os assaltos na região. A troca de comando do 23º BPM (Leblon) já havia sido confirmada no dia 15 — saía o tenente-coronel Jorge Luiz Ferraz Eduardo, entrou o tenente-coronel Joseli Cândido da Silva.

“É lamentável. Mais do que lamentável, é inadmissível”, afirma Beltrame na gravação.

Entre as mudanças, está a abordagem de PMs nos ônibus que circulam na Lagoa. Além disso, a cavalaria da corporação fará patrulhamento ostensivo e haverá apoio constante do Batalhão de Policiamento em Áreas Turísticas (BPTur). Ainda segundo o secretário, o tenente-coronel Cândido já se reuniu com representantes da Guarda Municipal para discutir ações conjuntas.

“Um lugar como a Lagoa Rodrigo de Freitas não pode de maneira nenhuma ser alvo desse tipo de atitude. É um lugar que nós frequentamos, que gostamos de ir. É um cartão-postal”, explicou Beltrame no mesmo vídeo.

O assassinato de Jaime está sendo investigado pela Divisão de Homicídios da Polícia Civil. Uma testemunha contou ter visto dois suspeitos — um negro e um branco, apas-



Policiais militares patrulham a Lagoa Rodrigo de Freitas andando a cavalo: a medida foi determinada por José Mariano Beltrame

Entre janeiro e abril, homens do 23º BPM (Leblon) apreenderam ao todo 110 menores

retando serem menores de idade — esfaquearam o médico antes mesmo de anunciar o assalto, no ponto conhecido como Curva do Calombo, em frente à sede náutica do Botafogo. A dupla teria utilizado uma faca grande e fugido em direção ao Túnel Rebouças.

Por nota, a Polícia Civil informou que uma perícia complementar foi realizada ontem. Além disso, imagens de câmeras foram arrecadadas e estão sendo analisadas.



Facada em São Conrado

► No início da tarde de ontem, uma mulher de 31 anos foi esfaqueada durante uma tentativa de assalto quando passava por uma passagem subterrânea próxima ao Golf Clube, em São Conrado, bairro também patrulhado pelo 23º BPM (Leblon). Lorena Tristão foi abordada por criminosos por volta das 13h. Os bandidos tentaram roubar seus pertences, mas não conseguiram, e ela acabou ferida com dois golpes de faca nas pernas.

Apesar do ataque, ela passou bem, já que os ferimentos foram superficiais. Lorena pegou um táxi e parou na Unidade de Pronto Atendimento (UPA) de Botafogo, mas não quis esperar pelo atendimento. Pessoas que estavam num ponto de ônibus próximo ao local chamaram a polícia.

Segundo o novo comandante do 23º BPM, uma viatura foi enviada ao local após a denúncia, mas, quando os policiais chegaram, já não havia sinais da ocorrência. 1

Fonte: Acervo do jornal Extra

A matéria sobre a morte do médico abre com o texto de uma postagem feita por sua filha no Facebook: “Uma bicicleta e uma carteira por uma vida”, e o indício de que o assunto tomou as redes de internet no dia anterior. “O desabafo emocionado da filha do médico Jaime

Gold, de 57 anos, ganhou as redes sociais. Esfaqueado por **ladrões** na noite de anteontem, enquanto andava de bicicleta pela Lagoa Rodrigo de Freitas, na Zona Sul, ele acabou morrendo na manhã de ontem” (BICICLETA, 2015, p. 12, grifo nosso). Há também a reprodução de trecho do pronunciamento do secretário estadual de Segurança, José Mariano Beltrame. No vídeo, ele anunciava medidas para combater assaltos na região. O trecho reproduzido pelo Extra foi: “Um lugar como a Lagoa Rodrigo de Freitas não pode de maneira nenhuma ser alvo desse tipo de atitude. **É um lugar que nós frequentamos, que gostamos de ir. E é um cartão-postal**”, explicou Beltrame no mesmo vídeo” (BICICLETA, 2015, p. 12, grifo nosso). O texto segue com as mudanças anunciadas em relação à abordagem dos policiais militares para reforçar o policiamento na região, e encerra com uma caracterização dos suspeitos, com idade aproximada e cor: “Uma testemunha confirmou ter visto dois suspeitos – um negro e um pardo, **aparentando** serem menores de idade” (BICICLETA, 2015, p. 12, grifo nosso).

Figura 4: Recorte da página 13 de Extra em 21 de maio de 2015

Quinta-feira, 21 de maio de 2015 extra.globo.com POLÍCIA 13

VIOLÊNCIA NA ILHA

Eles só querem Justiça



Jovens mortos por policiais são enterrados. Mãe de adolescente diz que ele não estava armado

OS FATOS
POLICIAL ADMITIU TIRO

Aprensões
O delegado Rivaldo Barbosa, da DH, disse que quatro armas usadas por dois policiais da Core foram apreendidas. A dupla entrou no imóvel onde Gilson e Wanderson foram mortos.

Confissão
Apenas um dos policiais admitiu ter disparado contra os dois jovens.

Um disparo
Segundo o delegado, a versão dos policiais é a de que as vítimas foram atingidas uma vez. O helicóptero da polícia foi atingido por disparo.

Paes: 'bala perdida'
Ao comentar o caso, o prefeito Eduardo Paes disse ontem que Gilson havia sido morto por uma bala perdida.

Depoimento

— Meu filho não era bandido. O que fizeram com ele não sei. Não tinha arma nenhuma com o Gilson. Ele era estudante — disse Eliane, mostrando o boletim do garoto e uma declaração da Escola Municipal Dunshee de Abranches, onde o menino cursava o 6º ano do ensino fundamental.

Após o sepultamento, cerca de 300 pessoas fizeram um protesto na Cacua. A manifestação foi acompanhada pela Polícia Militar.

A Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio prometeu acompanhar a investigação do caso. As duas famílias serão recebidas, amanhã, pelo presidente da comissão, Marcelo Freixo (PSOL-RJ). 1

Depoimento

— São assassinos. Eles (policiais) mataram brutalmente o meu filho e o outro menino. Foi homicídio, os dois não tinham arma nenhuma. Meu filho tinha carteira assinada e era trabalhador. Estava trabalhando como carregador desde o dia 4 de maio. Antes, trabalhava em outra empresa.

Ontem (anteontem), ele foi comprar pão para o filho de 4 anos. Foi na padaria, como fazia todos os dias pela manhã. Foi trabalhar e deixei ele ali, indo comprar pão. Falei, filho cuidado. Você é morador, mas tenha sempre cuidado.

Na hora dos tiros que vieram do helicóptero, ele saiu correndo assustado para a padaria. Qualquer um faria isso numa situação desta. E dali, foi para casa ao lado. Então, a polícia entrou atirando. Foi assassinato.

‘Foi um homicídio. Meu filho correu assustado com tiros’

DEPOIMENTO

MARIA APARECIDA DE JESUS
Mãe de Wanderson

Paola, irmã de Wanderson, no cemitério: apelo por Justiça

Fonte: acervo do jornal Extra

Na matéria da página 13, o texto inicia pelo sepultamento dos jovens, para associar o sofrimento das mães dos dois:

Num intervalo de apenas meia hora, o adolescente Gilson da Silva dos Santos, de 13 anos, e o carregador Wanderson de Jesus Martins, de 24, foram enterrados ontem, no cemitério da Cacuia, na Ilha do Governador. Além da dor de terem tido os filhos mortos durante uma operação policial no Morro do Dendê, Eliane da Silva Simplício, de 43, mãe de Gilson, e Maria Aparecida de Jesus Melo, de 42, mãe de Wanderson, compartilhavam um desejo: o de ver os responsáveis pela morte de seus filhos punidos (NUNES, 2015c, p. 13).

A matéria é assinada por Marcos Nunes. Há uma fala da mãe de Gilson, dizendo que o filho não era bandido, era estudante, não tinha arma. Isso porque o policial que assumiu ter disparado apresentou armas que estariam na casa onde ambos foram encontrados e mortos. De acordo com as famílias, eles foram buscar abrigo durante a operação e acabaram mortos. A matéria diz que a polícia não divulgou o nome do policial que efetuou os disparos, e encerra com a informação de que a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio “prometeu” acompanhar o caso, e que as famílias serão recebidas no dia seguinte pelo presidente da comissão, deputado Marcelo Freixo (PSOL). Abaixo do texto há uma espécie de box, com o depoimento da mãe de Wanderson, Maria Aparecida de Jesus. O título é: *Foi homicídio. meu filho correu assustado com tiros.*

São assassinos. Eles (policiais) mataram brutalmente o meu filho e o outro menino. Foi homicídio, os dois não tinham arma nenhuma. Meu filho tinha carteira assinada e era trabalhador[...]. Ontem (anteontem), ele foi comprar pão para o filho de 4 anos. Foi na padaria, como fazia todos os dias pela manhã [...]. Falei filho, cuidado. **Você é morador**, mas tenha sempre cuidado. Na hora dos tiros que vieram do helicóptero, ele saiu correndo assustado para a padaria. **Qualquer um faria isso numa situação desta.** E dali, foi para a casa do lado. Então, a polícia entrou atirando. Foi assassinato (FOI UM, 2015, p. 13, grifo nosso).

Há uma coluna ao lado direito da matéria que organiza, conforme nomeia, “os fatos”, desde a apreensão de armas de policiais, confissão de um deles, até chegar na informação de que o prefeito, Eduardo Paes, ao comentar o caso, disse que Gilson havia sido morto por uma bala perdida, o que demonstra – e o jornal mostra provavelmente por isso – ou desconhecimento, ou pouco caso, ou ainda, com base em uma mentira, a defesa das forças policiais.

6.2.3 A pobreza como causa da criminalidade

Em 22 de maio, o assunto que ganha destaque na capa de Extra (Figura 5) é a apreensão de um suspeito para o caso Jaime Gold. A foto mostra uma série de contrastes: um menino com

o rosto distorcido por pixels, para impedir o reconhecimento de sua identidade²⁷, negro, magro, com o corpo pequeno, é carregado praticamente segurado pelo cangote por dois homens, um branco, outro pardo, gordo, alto, e observado por outro policial branco armado. Ele está com a cabeça baixa. A imagem lembra dois caçadores exibindo uma presa. Mais tarde, levará o desembargador Siro Darlan a dizer que “ele foi exibido como um troféu pelo delegado”²⁸.

Importante observarmos também questões espaciais. Enquanto o crime foi cometido na Zona Sul, a principal zona nobre do município do Rio, que agrupa bairros como Ipanema, Leblon, Copacabana, Lagoa, Flamengo, entre outros, o bairro em que o suspeito apreendido mora – e local onde foi apreendido pela polícia, é Manguinhos, na Zona Norte. O bairro é vizinho de Jacarezinho, ambos bairros periféricos.

Ao mesmo tempo em que a cena parece reproduzir aspectos do racismo institucionalizado no Brasil, ou, por outro lado, deixar claro que a democracia racial é realmente um mito brasileiro (FERNANDES, 2017; RIBEIRO, 1995), o texto dá conta de outra narrativa: a de que esse menino, que o jornal parece querer mostrar o rosto e embaça por uma impossibilidade legal, é também uma vítima. O texto anuncia “Duas tragédias antes da tragédia: sem família, sem escola”. Se a capa nos direciona para dois caminhos em termos de significado, veremos que isso se repetirá na configuração narrativa nas páginas internas no jornal e em outros textos publicados nos primeiros dias após o acontecimento.

²⁷O artigo 143 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990) especifica: “É vedada a divulgação de atos judiciais, policiais e administrativos que digam respeito a crianças e adolescentes a que se atribua autoria de ato infracional. Parágrafo único. Qualquer notícia a respeito do fato não poderá identificar a criança ou adolescente, vedando-se fotografia, referência a nome, apelido, filiação, parentesco, residência e, inclusive, iniciais do nome e sobrenome.”. Além disso, há outros dois artigos, 17 e 100, parágrafo V, que observam o direito à imagem como privacidade e respeito.

²⁸ A afirmação é feita em entrevista com Siro Darlan publicada em Extra em 14 de junho de 2015. A entrevista repercutia o desligamento dele, por ordem do presidente do Tribunal de Justiça, da Comissão Judiciária de Articulação das Varas da Infância e Juventude, no desenrolar do caso Jaime Gold.

Figura 5: Capa do Extra em 22 de maio de 2015



Fonte: Acervo do jornal Extra

Ao mesmo tempo em que anuncia, o jornal explica porque o menino — que é chamado de X., para não revelar sua identidade — se envolveu com a criminalidade, causando uma tragédia: houve duas tragédias antes dessa, mas essas em sua vida pessoal: ele não teve família e nem escola, e assim, aparecem aqui dois pares deterministas: pobreza-criminalidade e abandono-infração (BUDÓ; CAPPI, 2018), como relações causais. O texto da capa deixa claro o projeto dramático da narrativa assumido pelo jornal:

A repórter Carolina Heringer reconstituiu a vida do menor suspeito de matar o médico Jaime Gold, na Lagoa. Com 16 anos, acumula 15 passagens pela polícia. A primeira quando tinha 11 anos. O pai, ele só viu duas vezes. A mãe, catadora de latas, foi indiciado por abandoná-lo com fome na rua. A outra **barreira de proteção ao menor também falhou**: ele desistiu dos estudos no 6º ano. E a recíproca foi verdadeira: **a escola também desistiu dele**. Na terça-feira, **um inocente pagou com a vida pela sucessão de tragédias** (DUAS, 2015, p. 1, grifos nossos).

Outro aspecto que nos chama a atenção no texto da capa do jornal, é um diálogo possível com a ideia do “narrador sucateiro”, como descreve Gagnebin (2006) sobre a figura do narrador em Benjamin. Um narrador que “não tem por alvo recolher grandes feitos. Deve muito mais apanhar tudo aquilo que é deixado de lado como algo que não tem significação, algo que parece não ter nem importância nem sentido, algo com que a história oficial não sabe o que fazer” (GAGNEBIN, 2006, p. 54). Ela dialoga com os elementos que sobram do discurso histórico que, para Benjamin, esclarece, seriam, em primeiro lugar o sofrimento (a exemplo do sofrimento da Segunda Guerra), mas também “aquilo que não tem nome, aqueles que não têm nome, o anônimo, aquilo que não deixa nenhum rastro [...]”. Compreendemos que as circunstâncias em debate são absolutamente distintas, mas, pensando no jornalismo como configurador de narrativas, perceber o movimento de reconstruir uma história que parece pouco interessar à sociedade (afinal, é a história de um suspeito de um crime bárbaro, um adolescente, pobre, negro, declarado de antemão como inimigo), com base em fragmentos, registros, rastros, até pela impossibilidade de contato com este sujeito, e nos remonta aqui à ideia desse narrador sucateiro.

No interior do jornal, a matéria anunciada na capa ocupa uma página inteira logo nas primeiras páginas. A cartola do texto que está na página 3, desta vez é “Drama”, e o título é: *Tragédia anunciada. A 10 quilômetros da Lagoa: garoto suspeito de matar médico tem histórico de fome, evasão escolar e abandono*. Com base em documentos, como registros de ocorrência, a narrativa vai reconstruindo a trajetória que leva o menino ao mundo do crime. Inicia mencionando que cinco anos antes ele havia sido apreendido pela primeira vez, acusado de roubo de celular e dinheiro de um pedestre, também na Lagoa.

Desde 2010, foram **15 passagens pela polícia** – por crimes como roubo, furto, desacato e tráfico – e **nove por Departamento de Ações Socioeducativas (Degase)**. Por três vezes, X. passou pela 14ª DP, mas dessas vezes como vítima. **Perambulando** pelas ruas do Leblon à noite, foi levado para a delegacia, onde os policiais registraram os casos como **abandonomaterial** (duas vezes) e **abandono de incapaz**. Num dos registros, de 25 de outubro de 2010, os policiais afirmaram que X. e outro menor estavam **passando fome, sem dinheiro para voltar para casa**. [...] Em janeiro de 2011, **seus pais foram indiciados pela polícia por abandono** (HERINGER; NUNES, 2015, p. 3, grifos nossos).

São resgatados trechos de um depoimento de sua mãe à polícia, em uma das apreensões, e a narrativa salienta a informação de que o pai do menino não participou de sua criação e também não ajuda a sustentá-lo. Com relação à escola, a informação de que, depois de faltas frequentes para ir à praia de Leblon e Ipanema, largou a instituição no 6º ano, em 2013.

Na página 4 há outras quatro matérias sobre o caso. Agora a cartola é “Crime na Lagoa” e a narrativa abandona o tom de drama, bem como nos textos não é identificada a autoria. A primeira matéria recebe o título de *Reconhecido e preso: delegado diz que menor foi reconhecido por testemunha. DH procura segundo suspeito*. Ao passo em que na matéria anterior busca-se reconstruir a sucessão de tragédias que levaram o suspeito ao mundo do crime, nesta, na página ao lado, a ênfase é em sua culpa. “A Divisão de Homicídios está **convencida** de que um menor de 16 anos, que tem 15 anotações criminais, participou da morte do médico Jaime Gold” (RECONHECIDO, 2015, p.4, grifo nosso). Há uma fala do delegado titular da Divisão de Homicídios, Rivaldo Barbosa, que afirma: “temos um **reconhecimento categórico feito por uma testemunha**” (RECONHECIDO, 2015, p. 4, grifo nosso). Há ainda menção à defesa do jovem no texto jornalístico: “Apesar da convicção da polícia, o adolescente alegou ser inocente da acusação de roubo, seguido de morte” (RECONHECIDO, 2015, p. 4). E a brutalidade do crime também é reforçada, pela reconstituição dos fatos: “Segundo a polícia, Jaime Gold entregou a bicicleta, a carteira com o dinheiro e o telefone celular a dois adolescentes que o renderam. Mesmo sem esboçar reação, foi assassinado a facadas” (RECONHECIDO, 2015, p. 4). A matéria menciona que o objetivo da polícia agora é encontrar o segundo adolescente envolvido no ato.

É interessante observar que na página 3, quando a cartola é drama, a denominação usada para referir-se ao suspeito contempla o nome fictício X., e também substantivos como “rapaz”, “adolescente”, “menino”. Já na segunda matéria, embora termos como “jovem” e “adolescente” também apareçam, a palavra “menor”, excluída do ordenamento jurídico, aparece em evidência, desde o título, e o suspeito também é chamado de “acusado” e, na fala de uma fonte, “elemento”²⁹.

Na página 4, há ainda outros três textos. Um deles tem como fonte principal o mesmo delegado, Rivaldo Barbosa. O título é *Onze bicicletas apreendidas pela polícia*, e informa que “apesar de negar que tenha participado da morte do médico, o adolescente confessou fazer parte de um bando que rouba e furta bicicletas na Zona Sul do Rio”. O texto relata que a polícia apreendeu 11 bicicletas nas comunidades de Manguinhos e Jacarezinho, e o *modus operandi* do grupo é explicitado:

²⁹O termo, pejorativo, é um modo de se referir a pessoas que cometeram delitos ou infrações. No jornalismo “policial” é comum, muitas vezes o jornalismo usar os termos policiais, inclusive os presentes no Boletim de Ocorrência, o que decorre da dependência das fontes policiais. Ramos e Paiva (2007) chegam a intitular um capítulo do livro *Mídia e Violência* como “Dependentes de B.O.: o desafio de ir além das fontes policiais.

O adolescente disse que subtraía as bicicletas da Zona Sul e as levava para Manguinhos. Lá, existia um local onde pessoas da comunidade e de fora também faziam a recepção do que era roubado ou furtado. Nossa investigação vai prosseguir para tentar identificar quem são os receptadores – disse Rivaldo Barbosa (ONZE, 2015, p. 4).

A matéria seguinte é relacionada à apreensão de menores e à conduta das autoridades.

O título é: *PM, Civil e promotores se reúnem no MP*.

O objetivo do encontro era **debater questões relativas à apreensão de menores**. Como fruto das conversas, **será elaborado um código de conduta para definir quando devem atuar as forças policiais ou os órgãos municipais de educação e assistência social [...]**. “**Estamos solicitando ao MP que jogue luz no limite da nossa atuação para que fique claro, para o policial, como e quando atuar na situação da vulnerabilidade social do menor**”, disse o comandante geral da PM, coronel Alberto Pinheiro Neto, ao “Jornal Nacional”, da Rede Globo (PM, 2015, p. 4, grifos nossos).

O texto deixa claro que há dúvidas sobre a atuação, o que se mostrará presente dois meses depois, quando a polícia fará apreensões de adolescentes originários de bairros pobres, em ônibus em direção às praias da Zona Sul, o que também mostra que não houve resolução e que questões que deveriam ser garantidas, como o respeito ao ECA, não o são, pelas autoridades competentes. Além das questões relativas à apreensão dos menores, a matéria informa que no dia anterior foi colocado em pauta na Alerj um projeto de lei, em caráter de urgência, para criar uma estatística específica para os roubos e furtos de bicicletas, que hoje são registrados como “assalto a pedestres”.

Na última matéria da página, o assunto volta a ser a comoção com a morte do médico. O título é *Família e amigos chocados no enterro*, e dá conta da indignação e sofrimento dos amigos e familiares de Jaime Gold. O texto traz depoimentos de dois amigos do médico, um deles Fernando Freire. Na fala destacada com aspas para o texto do jornal, há diálogo com a questão da redução da maioria penal: “[...] comentou que, apesar da revolta, a prisão dos menores [...] não evitará novos casos e nem resolverá o problema” (FAMÍLIA, 2015, p. 4).

Algumas páginas à frente, na mesma edição, encontramos nova notícia sobre o caso de Gilson e Wanderson. Em *Depoimentos remarcados: mães de jovens mortos no Dendê ainda não foram ouvidas. Elas querem falar com o governador*, relata-se que familiares dos jovens mortos foram à Delegacia de Homicídios, na Barra da Tijuca, no dia anterior, para serem ouvidos sobre o caso, mas os depoimentos foram remarcados para a próxima semana. As mães de cada um deles são fontes para a matéria e falas delas são reproduzidas entre aspas: “Preciso ter uma conversa com o governador Pezão e com o Secretário de Segurança para perguntar

como eles vão me ajudar no futuro do meu neto. Acabaram com a vida do meu filho” (DEPOIMENTOS, 2015, p.9), é parte do trecho da fala da mãe de Wanderson. A mãe de Gilson também acusa a polícia pelo crime: “Como a polícia sobe na comunidade, com helicóptero, na hora em que todo mundo está saindo para trabalhar, criança indo para a escola? Ela executou, assassinou. Ela matou a família toda” (DEPOIMENTOS, 2015, p. 9).

No dia 23 de maio, sábado, Extra dedica mais uma capa ao caso Jaime Gold (Figura 6). E, novamente, segue o esforço narrativo de reconstituir a vida do suspeito, para contextualizar como chega à situação de ser o autor do “crime bárbaro” que “chocou o Rio”. Com isso, Extra não nega uma atribuição de culpa a esse suspeito: o jornal assume que ele é o responsável, mas busca uma justificativa que permita, de certo modo, compreender seus motivos para não considerá-lo um monstro. Na capa do dia 23, o movimento agora é de sair da singularidade da situação deste suspeito e mostrar que ele é apenas mais um nessa condição. Assim, a manchete da primeira página, abaixo da cartola que faz a conexão com a capa do dia anterior (A tragédia antes da tragédia), agora é: “Abandono é comum em Ciep onde X. estudou.”. O texto, na capa, atribui protagonismo mais uma vez à repórter:

A repórter Carolina Heringer encontrou professores de X, suspeito da morte do médico Jaime Gol, na Lagoa, que o classificaram como rebelde, mas inteligente. Na escola, deixaram de vê-lo quando ele abandonou de vez os estudos, no 6º ano, para virar estatística da evasão escolar. Quase 10% dos alunos do Ciep deixaram os estudos em 2012. X. acabou trocando um futuro para ganhar R\$ 3 mil vendendo as bicicletas que roubava. (ABANDONO, 2015, p. 1)

Abaixo do texto, entre outras informações sobre o caso, há um infográfico, que, ao buscar generalizar, para sair da singularidade, gera uma estatística, por sua vez, bastante singular: compara a taxa de abandono especificamente no 6º ano na escola em que o adolescente estudou, com o abandono na mesma série na rede municipal em geral do Rio de Janeiro. Na escola é 9,5% e na rede, menos da metade, 4,1% (ABANDONO, 2015, p. 1).

Figura 6: Recorte da capa de Extra em 23 de maio de 2015



Fonte: Acervo do jornal Extra

Em suas páginas internas, na editoria de Geral, a publicação novamente dedica as páginas 3 e 4 para o caso, e mantém uma mesma configuração presente no dia anterior. A matéria da página 3, intitulada *Tragédia que pode ser traduzida em números* segue com o tom de drama pessoal na trajetória de vida, e dá conta da ausência da família na escola. Na citação entre aspas de uma professora cujo nome não é identificado: “O pior é que, de fato, não havia um acompanhamento da família. Ele sempre teve sérios problemas de comportamento” (HERINGER, 2015, p. 3). O secretário de Desenvolvimento Social, Rodrigo Abel, é também fonte para a matéria. E em citação indireta de suas palavras, o texto dá conta de que, apesar de ter boas notas, o aluno deixou a escola após discussão com um professor. Já a citação entre aspas de sua fala se dedica justamente à questão familiar: “A escola comunicou ao Conselho Tutelar e à Assistência Social. A partir disso, chamamos a família, e ficou notificada a negligência da família. A família não compareceu à escola, não compareceu aos equipamentos da Assistência Social” (HERINGER, 2015, p. 3).. Ainda na página 3, outra matéria recebe o seguinte título *‘Ela sempre fez tudo por esse menino’ diz amiga*. E o texto, retoma novamente

o gesto de uma narradora sucateira: “Ontem, a mãe de X. manteve sua rotina de trabalho. De manhã cedo, começou a catar latas, garrafas e papelões pela favela da Mandela. Por volta das 10h, fez uma pausa e vendeu o material para um ferro velho. Inconformada, lamentou aos amigos a apreensão do filho” (‘ELA SEMPRE, 2015, p. 3). A partir de então o texto se estrutura no depoimento da amiga da família e vai reconstituindo informações como por exemplo que, antes de morarem no conjunto habitacional do PAC em que o filho foi apreendido pela polícia pelo crime, moravam na Favela Mandela de Pedra, que a mãe do suspeito ajudou a fundar. “Ela sempre fez de tudo por esse menino. É uma mãe muito dedicada, sim. Deixava de comer para que os meninos pudessem ter como se alimentar. Se ele (X.) foi para o caminho do crime, foi por malandragem dele. A mãe fez o que pôde” (‘ELA SEMPRE, 2015, p. 3).. Aqui temos a construção de uma mãe líder comunitária, e que, diferente do que diz o texto no topo da página e o do dia anterior sobre o abandono do filho, é defendida pela vizinha, e assim há mais um elo comunitário estabelecido. Nem mãe, nem vizinha são identificadas. Na mesma página 3, há, portanto, esses antagonismos: o abandono da família segue sendo justificativa para a curva em direção ao “caminho do crime” (par abandono-infração) e ao abandono escolar, e a defesa pela vizinha de que a mãe, uma pessoa com engajamento com sua comunidade, fez de tudo por esse filho.

Ao olhar esta página em relação à página que fica a seu lado, a 4, e que se dedica também toda ao caso, temos novos antagonismos. Agora temos, sob a cartola “Morte na Lagoa” (enquanto a cartola da página 3 é Drama), o título *Até R\$ 3 mil por mês*. A quantia é uma conta do quanto era provável que o suspeito faturasse com o roubo e venda de bicicletas, pois “contou **informalmente** que chegou a roubar seis bicicletas por mês na Lagoa e na orla da Zona Sul do Rio. Cada bicicleta era vendida para receptadores por R\$ 500” (NUNES, 2015e, p. 4, grifo nosso). Aqui não há a indicação de fonte e certamente a informação não consta no depoimento, já que foi obtida em situação “informal”. Nesse texto, novamente é ressaltada a frieza como característica (na escolha das vítimas, no roubo premeditado, na ação, descrita como “jogar a faca” para “espetar a lâmina contra o corpo da vítima para intimidar”, “mesmo que não houvesse reação” (NUNES, 2015e, p. 4). Novamente aparece o termo “menor” na descrição das ações. A mesma página apresenta outra notícia que reforça o envolvimento do suspeito em atos infracionais ao estilo do que vitimou Jaime Gold: *Outra vítima reconhece X. por roubo* e o ato relatado trata-se de roubo de bicicleta, com uso de faca. Compõe ainda o conjunto de textos da página a notícia de que uma chilena foi esfaqueada, “três dias depois” do médico.

A busca pela ruptura da singularidade do caso e esforço pela generalização segue presente no dia seguinte, o domingo, 24 de maio. O assunto continua ganhando espaço na capa

do jornal (Figura 7), mas agora já não com o mesmo destaque dos dias anteriores, em que o caso ganha fotos e texto sobre fundo preto.

Figura 7: Capa de Extra em 24 de maio de 2015



Fonte: Acervo do jornal Extra

Nesta data, há uma chamada de capa, apenas textual, cujo texto é: *Maioria de jovens infratores estudou até o 6º ano*. Abaixo, como uma linha de apoio: “Pesquisa do Degase mostra que 95% dos menores apreendidos não têm ensino fundamental”. Aqui percebemos que a estatística é adotada como mais uma das questões agenciadas nesta narrativa, com o objetivo para dar conta de duas situações: uma é que há muitos adolescentes na mesma situação, que deixam a escola e acabam tornando-se infratores, e outra que, tanto o suspeito como os outros

adolescentes na mesma condição, são vítimas da sociedade. Observamos, contudo, que a manchete fica aberta para outras interpretações, como uma positiva relacionada à educação: que a maioria dos infratores de fato estudou até o 6º ano – o que significa que podem ter estudado para mais anos além destes. A capa chama para matéria na página 22, a qual é dedicada na íntegra ao caso. A cartola agora é “Morte na Lagoa”, e o título do texto principal: *Ele não é um número mas bem que poderia: menor acusado de matar médico tem o perfil da maior parte dos infratores internados*. O texto inicia com informações do que constrói como cotidiano passado do adolescente “Nos últimos meses, X. costumava ocupar suas tardes saindo a pé da favela de Manguinhos para pegar o metrô em Triagem, Zona Norte do Rio, e saltar nas estações da Zona Sul. Voltava pedalando uma bicicleta roubada” (SOARES, 2015, p. 22). A seguir, fala do momento em que abonou à escola, para então chegar no momento em que “entrou de cabeça na vida do crime” (Ibid.). O caso Jaime Gold é mencionado e então a reportagem abre para o que podemos considerar como contextual, relacionado à singularidade da história:

[...] X. passou a ser só uma letra nas páginas dos jornais e um número em meio a uma estatística perversa: levantamento do Departamento Geral de Ações Sócio Educativas (Degase) referente a 2014 mostra que o adolescente não foge ao padrão de milhares de menores internados em unidades do estado” (SOARES, 2015, p. 22)

Uma das fontes mencionada nesta matéria é Pedro Strozenberg, identificado como pesquisador e secretário-executivo do Instituto de Estudos de Religião (Iser). Entre aspas, no recorte do jornal, ele diz: “O traço comum entre esses jovens se dá pela forma como são tratados pelo estado. Além da idade, eles têm em comum a ausência de direitos garantidos. Quando estão nas ruas, a ausência do estado é clara. Longe dos olhos, os problemas são escondidos” (SOARES, 2015, p. 22). A outra fonte direta é a promotora Viviane Muniz, da Vara da Infância e Juventude. Sua fala, na matéria, é: “Os casos se repetem: são meninos pobres, que abandonam a escola, e, em sua grande maioria, cometem pequenos delitos, como furtos de cordões e de bicicletas (Ibid.).

Estas falas, que apontam para a problemática social da violência são colocadas em relação, no próprio texto, com outras que referendam a violência com que o adolescente teria agido e que demandam punição. Assim, na mesma matéria, temos também os seguintes trechos: “Segundo as investigações da Divisão de Homicídios (DH), quando X. esfaqueou Gold, o assalto não havia sido sequer anunciado” e “Se não receber uma sentença em 41 dias, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente, o jovem ganha novamente as ruas. E um novo ciclo recomeça” (SOARES, 2015, p. 22)

Na mesma página do jornal há uma matéria mais curta, cujo título é: “Estado nunca apreendeu tantos jovens”. Os dados documentais apresentados dão conta que em 2014 houve 8.380 apreensões de “menores”, numa média de 23 por dia (ESTADO, 2015, p. 22). Atribuídos ao Instituto de Segurança Pública (ISP), mostram que o número de apreensões cresceu quase cinco vezes desde 2008. Nos primeiros meses do ano de 2015, o número está mais elevado que o mesmo período do ano anterior. O texto finaliza com o seguinte parágrafo, que reproduzimos na íntegra:

Só neste ano, duas histórias deram contornos mais trágicos aos números. Em março, um menino de apenas 6 anos foi apreendido por PMs na UPP Mangueira, após roubar um colar de ouro em São Cristóvão. Já em janeiro, Patrick Ferreira Queiroz, de 11 anos, foi atingido por um tiro de fuzil na axila disparado por policiais da UPP do Lins, dentro da favela da Zona Norte. O menino foi acusado de portar um revólver e de ter tentado atirar contra agentes (ESTADO, 2015, p. 22)

O texto acima, um parágrafo, nos traz inúmeras questões para reflexão. A primeira delas é mais da ordem de ocorrências da realidade fática. O menino de 6 anos apreendido, saberemos, semanas depois, pelo próprio jornal Extra, que, na realidade, tinha 12 anos e havia mentido a idade para escapar de punição. Ele cometera a ação com um amigo, também de 12 anos, mas como tem tamanho muito menor que o colega, aproveitou para mentir. Os dois tornam-se protagonistas de reportagens do jornal, que são publicadas concomitantemente ao desenrolar da narrativa que analisamos. Já as demais questões são da ordem da reflexão. Extra inaugura a narrativa sobre a morte do médico associando-a a outro crime, a dos meninos mortos pela polícia, no mesmo dia, e o chamando ao leitor para não se esquecer desses, na favela, em detrimento do crime no ponto turístico. O texto aqui nos deixa diante de indagações. Quando fala das histórias sobre “menores” que deram contornos mais trágicos aos números, no contexto de uma matéria que fala sobre o aumento das apreensões de jovens, a expectativa do leitor é a de que os exemplos se tratem de jovens cometendo atos infracionais. Porém, o último exemplo é de jovem morto pela polícia, com tiro de fuzil (vítima), mas por ser infrator. Por fim, não compreendemos, se é um exemplo de ação bem sucedida a morte do jovem pela polícia, ou um questionamento ou crítica do jornal diante de sua morte.

As duas matérias sobre as quais falamos acima estão presentes na página 22 da edição de domingo, 24 de maio, de Extra. Ao lado dos textos mencionados, destacamos uma coluna intitulada *Detalhe* que, com diferentes entretítulos, conta episódios da história do caso Jaime Gold. O primeiro desses itens é a “captura” e aqui se diz que o suspeito foi pego “dormindo,

em casa, no conjunto conhecido como Desup, Zona Norte do Rio”, o que reforça, mais uma vez, a ausência de flagrante e apreensão baseada em depoimento de testemunha.

Para finalizar, esta página também inclui uma notícia cujo título é: *Advogado: ‘virou bode expiatório’*. A fonte é o advogado de defesa Alberto de Oliveira Junior, “que assumiu a defesa do jovem voluntariamente” (ADVOGADO, 2015, p. 22). É a primeira vez que é citado o nome de defensor, e é também a primeira vez que se coloca sob questão a atribuição de culpa. Até esse momento já havia matérias dizendo que o jovem negava a autoria, ou que a mãe dizia que ele não era culpado. Porém aqui, é uma matéria que parece “comprar” essa versão, desde o enquadramento do título, e talvez isso se deva à força do argumento usado pelo defensor. Abaixo, o texto da citação literal do advogado usada na matéria:

- Um jovem não pode ser apreendido pela ficha criminal que tem na polícia. O delegado da DH afirmou que uma testemunha o reconheceu. Basta? Minha preocupação é que o adolescente não pague pelo que não fez só porque o caso ganhou repercussão e precisava de uma resposta rápida – afirmou o advogado (ADVOGADO, 2015, p. 22).

Na página ao lado, 23, sob a cartola “Violência nas Ruas”, o título da matéria principal é: *Oito vítimas de ações com facas em uma semana no Rio: o sábado foi marcado por manifestações de luto e por pedido de segurança*. O jornal menciona mais casos de ataque a facas e os associa à ação pública do dia anterior:

A onda de crimes e insegurança motivou protestos ontem: depois de uma missa campal celebrada na Lagoa, onde um médico morreu esfaqueado, corredores vestidos de preto se espalharam pelo cartão-postal. Ciclistas foram até o Palácio Guanabara, sede do governo estadual, e outro grupo seguiu até a Prefeitura do Rio, na Cidade Nova (OITO, 2015, p. 23).

Aqui nos chama a atenção o fato de o jornal nomear a vítima do acontecimento em análise como “um médico”, quando, em outras matérias o trata por nome, como já conhecido pelo público leitor por conta da repercussão que teve o caso; e também o uso da designação cartão-postal, como também havia chamado Beltrame em seu vídeo quando considerava inadmissível o crime na Lagoa. Agora, contudo, o cartão-postal ganha uma amplitude maior: não é só a Lagoa, é todo o Rio de Janeiro.

Na mesma matéria, o jornal promove mais um “encontro” entre os casos Jaime Gold e Gilson e Wanderson. Sob o entretítulo Solidariedade, o texto diz: “Também participaram do protesto as famílias dos jovens Gilson da Costa Silva, de 13 anos, e de Wanderson Jesus Martins, de 24. Os dois morreram durante operação da polícia no Morro do Dendê, na Ilha do

Governador. Familiares levaram cartazes e fotos das vítimas” (OITO, 2015, p. 23). Uma montagem de três fotos compõe a parte visual da matéria (Figura 8); a maior delas é de ciclistas ao chão, com suas bicicletas, no protesto do dia anterior; outra é de facas apreendidas numa praça, referentes a outra notícia presente na página, e há a imagem de pessoas usando camisetas com fotos dos jovens e segurando cartazes. São a “família doe mortos no Dendê”, como explica a legenda.

Figura 8: Recorte de página 23 do jornal Extra em 24 de maio de 2015

Domingo, 24 de maio de 2015 extraglobo.com **POLÍCIA** (23)

VIOLÊNCIA NAS RUAS

Oito vítimas de ações com facas em uma semana no Rio

O sábado foi marcado por manifestações de luto e por pedido de segurança

► Mais quatro ações de ladrões armados com facas, na sexta-feira, elevou para oito o número de pessoas atacadas com o uso do utensílio pelas ruas da cidade. A onda de crimes e insegurança motivou protestos, ontem, depois de uma missa campal celebrada na Lagoa, onde um médico morreu esfaqueado, corretores vestidos de preto se espalharam pelo cartão-postal. Ciclistas foram até o Palácio Guanabara, sede do governo estadual, e outro grupo seguiu até a Prefeitura do Rio, na Cidade Nova. Cerca de 200 pessoas participaram dos protestos.

Na noite de sexta-feira, em São Cristóvão, houve um novo caso de roubo com faca. Eram 23h45m quando Alexandre Lima Ribeiro, de 23 anos, foi esfaqueado no ídolo na Rua da Igreja. Três criminosos participaram da ação e conseguiram fugir.

Outros três assaltos aconteceram no mesmo dia. Na Praça Tiadenes, no Centro, um entregador foi assaltado por um casal, à 0h30m. Ele acabou ferido no dedo polegar. Pela manhã, a chilena Izadora Ribos Carmona, de 32 anos, que tomava sol na Praça Paris,

na Glória, foi ferida no pescoço. Ação semelhante também foi registrada na Barra, à tarde: dois adolescentes tentaram assaltar uma mulher em frente ao supermercado Guanabara, na Avenida das Américas. A dupla, que estava com uma faca de cerca de 30 centímetros, foi presa. Michaela Silva Freitas, de 21 anos, cuja mãe sofreu escoriações. Miguel Meirelles Santos, de 36, tentou ajudar, lutou com os assaltantes e acabou ferido nas mãos e nos braços.

Entre o domingo passado e a quarta-feira, outras três pessoas foram atacadas na cidade. Na terça-feira, o crime terminou em tragédia, quando o cardiologista Jaime Gold, de 57 anos, andava de bicicleta na Lagoa quando foi esfaqueado e morreu.

SOLIDARIEDADE
Também participam do protesto as famílias dos jovens Gilson da Costa Silva, de 13 anos, e de Wanderson Jesus Martins, de 24. Os dois morreram durante operação da polícia no Morro do Dendê, na filha do Governador, na última terça-feira. Familiares levaram cartazes e fotos das vítimas.

Objetos escondidos em praça

► Uma operação policial na Praça Nossa Senhora do Amparo, em Cascadura, na Zona Norte, resultou na apreensão de 34 facas que estavam escondidas em diferentes pontos do local. As buscas aconteceram na manhã de ontem. Durante a ação conjunta, que envolveu a Polícia Militar, agentes da prefeitura e Polícia Civil, também foi cumprido um mandado de prisão contra Marcos Santos Moreira, que estava foragido da Justiça. Quarenta e nove pessoas foram conduzidas para averiguação em diversas delegacias.

Na sexta-feira, policiais da 13ª DP (panema) prenderam Frederico Magalhães Sierpe Vidal, de 34 anos, na Zona Sul da cidade. Ele estava armado com uma faca no momento da abordagem. Contra ele havia dois mandados de prisão pendentes, sendo um por roubo a pedestre e outro por furto a turista. Ele ainda responde criminalmente pelos crimes de lesão corporal e ameaça. De acordo com a delegada Carolina Salomão Albuquerque, titular da 13ª DP, o criminoso foi encontrado com drogas. ◀

PROTESTO
Ciclistas e família de mortos no Dendê (à direita). À esquerda, facas apreendidas

Fonte: Acervo do jornal Extra

No dia 25 de maio, agora uma segunda-feira, a capa de Extra dá seu maior destaque para uma matéria com o selo “A tragédia antes da tragédia”, que aparece como um carimbo sobre uma foto de um menino que aparece na contra-luz e de costas, com a preservação de sua identidade. A manchete é “Criança apreendida pela PM está fora da escola: Menino de 12 anos, flagrado pela polícia em março após roubo, continua nas ruas praticando crimes”. Não se trata aqui do mesmo menino que figurava como protagonista nas capas anteriores do jornal. Se até aqui o esforço do jornal foi de mostrar que o jovem que é o principal suspeito de ser culpado era também vítima, e depois de mostrar que ele não é um caso isolado, agora outra história passa a ilustrar o mesmo drama. O menino da história é o mesmo citado em matéria do dia anterior, apreendido com seis anos. Na edição de 25 de maio, a matéria da página 5, intitulada

As duras lições na escola da vida, explica, logo em sua abertura: “No dia 6 de março, quando chegou à 17ª DP (São Cristóvão), após ser apreendido acusado de ter roubado um colar de ouro em São Cristóvão, na Zona Norte, Y., de 12 anos - mas muito franzino -, mentiu a idade. – Eu disse que tinha 6. Não queria ir para o abrigo de jeito nenhum – diz o menino” (SOARES, 2015b, p. 5).

Além da cartola, na capa, a relacionar os casos, há, uma chamada, que é organizada como fazendo parte do mesmo conjunto de notícias, cujo título é: *Mãe de suspeito nega abandono de adolescente*. Embora aqui não haja o nome de suspeito, nem referência ao caso, entende-se que é um retorno ao caso que o jornal vem noticiando desde 21 de maio: a morte de Jaime Gold, já que, em pelo menos outras duas ocasiões houve matérias abordando o abandono da família (e uma matéria com uma vizinha defendendo que isso jamais aconteceu). Num texto pequeno, abaixo da notícia sobre o menino de 12 anos que mentiu ter 6, Extra repercute entrevista publicada pela Agência Brasil³⁰ no dia anterior e faz citações diretas e indiretas da fala dela à Agência. “Segundo ela, no dia do assalto ao médico, na última terça-feira, o jovem estava com amigos em um tradicional ponto de skate da favela, apesar de relatos de testemunha, segundo a polícia, ligarem o jovem ao crime” (MÃE, 2015, p. 5). Outros elementos destacados no texto dão a ver que a mulher é trabalhadora e tem envolvimento social, como os trechos destacados a seguir: “[...] afirmou a catadora, de 55 anos, semianalfabeta, que criou sozinha os três filhos, de 25, 23 e 16 anos”. “Durante um evento da ONG Fórum Social de Manguinhos, ela criticou o sistema socioeducativo. Segunda ela, o sistema não consegue incluir jovens no mercado de trabalho. X. já foi internado três vezes” (MÃE, 2015, p. 5)..

Uma semana depois de iniciar a narrativa tal como a conhecemos, sobre o acontecimento Jaime Gold, o jornal continua a publicar sobre o caso em sua capa. Mas agora, a partir de um dos assuntos que ganha destaque e que têm início a partir da repercussão do caso: a proibição do porte de arma branca. O jornal mostra a foto de um camelô, que pousa para a foto, mostrando duas peças de queijo e a faca que utiliza para cortá-las. A chamada é *Profissionais que não largam a faca*, seguida do texto: “O camelô Gláucio Silva pede que lei que criminaliza o uso de facas tenham algum artigo que ensine a transportar seu material de trabalho. O projeto de lei

³⁰Aqui também é interessante observar que Extra não divulga o nome nem a imagem da mulher ao repercutir a entrevista na Agência Brasil, uma agência da Empresa Brasil de Comunicação e, portanto, governamental, de caráter público. Já a agência, ao publicar a entrevista, indica o nome da mãe do adolescente já na linha de apoio e estampa foto dela na abertura do texto. Aqui há uma clara ruptura, da agência do governo, com o que diz o ECA, no parágrafo único do artigo 143, sobre a preservação da identidade de adolescentes envolvidos em atos infracionais, que inclui a não publicação de referências a filiação, parentesco e sobrenome. Trata-se de uma violação de direitos.

voltou à pauta da Câmara após o médico Jaime Gold ser morto na Lagoa. O menor suspeito do crime vai continuar internado” (PROFISSIONAIS, 2015, p. 1). A matéria, na página 12 do jornal, mostra nova foto de Gláucio, em sua banca, na rua, e o título do texto é *Faca entra na mira da lei*. A partir do caso dele, Extra conta que “Voltou a tramitar na Câmara dos Deputados um projeto de lei que criminaliza a arma branca – apresentado em 2004 pelo deputado federal Lincoln Portela (PR_MG) e que ganhou força agora com os nove casos de roubos com faca em nove dias no Rio” (FACA, 2015, p. 12). O trecho dá conta da repercussão nacional que o caso alcançou. Além disso, levou à busca da criação de leis estaduais. A matéria encerra com: “Já na Alerj, os deputados votam hoje um projeto de lei que tipifica o roubo de bicicletas” (FACA, 2015, p. 12). É interessante notar que o projeto de lei na Alerj foi colocado em pauta no dia 21 de maio, um dia após a morte do médico, mas essa é a primeira vez, em 26 de maio, que Extra comenta sobre a questão. E também observamos a celeridade com que tramita o projeto.

Em 27 de maio, as problemáticas educacionais voltam a entrar em cena, com destaque de capa. *Ciep de X. não tem recreio para evitar brigas* é a manchete. Aqui notamos que o adolescente já não estuda lá há pelo menos três anos, mas para que se possa relacionar a escola com o caso e deixar claro que é a escola em que o adolescente suspeito do caso estudou, há o uso de designação possessiva, “de X.”. A matéria volta a utilizar a cartola “A tragédia antes da tragédia” e, na parte interna do jornal, apresenta com linha de apoio: “Violência e falta de professor marcam escola onde suspeito de matar ciclista estudou”. Na reportagem, um texto que foge ao lead, como nos outros em que traz informações de contexto, ao usar a cartola “A tragédia antes da tragédia”. O texto inicia da seguinte forma:

Dois meninos esperam o horário de entrada do turno da tarde do Ciep Presidente Juscelino Kubitschek, em Manguinhos. Como se buscasse uma forma de passar o tempo, o garoto maior soca o colega, que tenta se defender. Quando o portão abre, os dois entram. A cena não surpreende quem frequenta a escola onde X., de 16 anos, estudou até 2012. O jovem foi acusado de matar o ciclista Jaime Gold, de 56 anos, na Lagoa, na noite do dia 19 (ALFANO, 2015, p. 3).

O caráter de narratividade é bastante presente. Um texto que se assume como narrativa, e trabalha com a composição para além da lógica da pirâmide invertida. Logo em seguida, uma citação atribuída a um professor: “A violência é o contexto em que eles vivem nas favelas de Manguinhos e reproduzem na escola. Como temos poucos funcionários, a situação fica bastante complicada – aponta um professor da unidade” (ALFANO, 2015, p. 3). O professor, como o texto já leva o leitor a compreender e, por isso, não precisa ser explicitado, preferiu não se

identificar. O texto dá a ver marcas de apuração para as quais não obteve resposta ao questionar os órgãos responsáveis. Como cita a ausência de recreio, a depredação por brigas e a falta de professores, expressa: “A Secretaria de Educação não comentou a falta de profissionais” (ALFANO, 2015, p. 3). E, ao final “Procurada no fim da tarde de ontem, a Secretaria municipal de Educação afirmou que não houve tempo para apurar o caso das depredações. A pasta informou que a escola oferece oficinas de dança, grafite, esportes e canto, no contra turno das aulas” (Ibid.). Na lateral da matéria, uma coluna reúne pequenas notas que dão conta de ameaças de morte sofridas por professores, que deixaram o educandário, de agressões a alunos e professores, e sobre a presença da polícia na escola, em uma parceria com a UPP de Mangueiras.

Já no pé da página, um infográfico pretende mostrar, como intitula, o mau desempenho em números, e assim mostra que o Ideb da escola é 3,4 e o compara com a da rede municipal do Rio, de 4,4. Também são indicadas estatísticas relacionadas ao posicionamento da escola na avaliação, com a 28ª pior nota entre as escolas e com 14º maior percentual de abandono. Parece haver um esforço narrativo para justificar que a educação nesta escola, neste bairro, é muito ruim (já que a linha narrativa do jornal é que o adolescente acusado de ser infrator foi abandonado pela família e pela escola).

No meio desta página, em que todos os textos mencionados falam sobre a escola, há uma nota sobre a audiência do suspeito. O título é *Audiência de X. é hoje*, e aqui o advogado novamente alega a inocência. “Após a audiência, o MP divulgou que vai representar pela internação provisória do menor” (AUDIÊNCIA, 2015, p. 3), e assim, a matéria já dá um indício do encaminhamento que tomarão os trâmites judiciais.

No dia 27, volta a ser noticiado o caso Gilson e Wanderson. Para o dia está marcado depoimento na Divisão de Homicídios e a matéria repercute uma fala do irmão de Wanderson, que diz que uma testemunha-chave “vai revelar que o carregador e o estudante foram executados” (NUNES, 2015f, p. 8). Trata-se de uma testemunha que estava junto com o adolescente e o jovem quando começaram os disparos. A preocupação da família é comprovar que eles não tinham armas, que é a justificativa da polícia para o crime. No dia seguinte, uma pequena nota dá conta de que parentes dos jovens foram ouvidos na DH e encerra com a discordância posta no caso: “Policiais alegam que os dois estavam armados, mas testemunhas negam” (NUNES, 2015f, p. 8).

6.2.4 Com novos suspeitos, inocência do primeiro

Em 28 de maio, o jornal registra o novo episódio que ocorreu no dia anterior: a aparição de um novo suspeito. Assim, a capa, com um destaque bem menor que a prisão do ex-presidente da CBF, José Maria Marin, pelo FBI, ocorrida no mesmo dia, mostra uma foto de um policial com arma na cintura, à paisana, conduzindo um menino de bermudas e com o rosto coberto. O texto é: “Menor detido acusa X da morte na Lagoa”, seguido de: “O rapaz de 15 anos se entregou à polícia na casa da mãe, na Baixada. A agentes da DH, ele teria confessado participação no assalto ao médico Jaime Gold, e acusou o primeiro jovem apreendido de ter dado as facadas. A defesa de X. nega” (MENOR, 2015, p. 1).

O caso ganha destaque na página 3, primeira da parte interna da edição do jornal. O título reforça a atribuição de culpa ao primeiro suspeito: *DH: menor identificou X. como o assassino*. A matéria narra o desenrolar que levou à ação da entrega:

O jovem que completou 15 anos em janeiro e mora com o pai no Jacaré, procurou a mãe, na última segunda-feira, dizendo estar passando mal e afirmando ter feito “uma coisa errada”. Depois de ir ao encontro da família materna, em São João de Meriti, o jovem teria sofrido uma crise nervosa e contado para a mãe ter participado no crime. Foi, então, levado pelo padrasto e por uma avó para o Centro de Referência Especializada em Assistência Social do Rio Comprido. Como ainda cumpria uma medida socioeducativa por roubo, ele precisava se apresentar mensalmente na unidade devido a uma determinação da Justiça. A partir daí, foi feito o contato com a secretaria para viabilizar que o jovem se entregasse. [...] Ele chegou à DH no início da noite de ontem acompanhado da mãe e do irmão, além do secretário municipal de Desenvolvimento Social, Rodrigo Abel (NUNES; SOARES, 2015, p. 3).

Esse detalhar da história é importante, não apenas para entender os antecedentes do que leva o jovem a estar na DH para sua confissão, mas também para compreendermos o desenrolar futuro e como as duas narrativas que estudamos, ao se entrecruzarem nos ajudam a conhecer de outras formas a mesma história. No mesmo dia 28 de maio, O Globo publica matéria sobre a apreensão do novo suspeito e relata uma “confusão”:

Antes de o caso ser dado como esclarecido numa entrevista coletiva ontem, houve alguma confusão porque **a Secretaria de Desenvolvimento Social chegou a informar que o adolescente apreendido ontem teria confessado o esfaqueamento do médico**. Durante a entrevista na DH, no entanto, **a delegada Patrícia Aguiar, responsável pelo inquérito, disse não ter dúvida de que Jaime Gold foi esfaqueado pelo primeiro adolescente detido**. Ela afirmou que o relato do segundo suspeito – que teria pelo menos cinco passagens pela polícia – é coerente com as provas obtidas até agora e com o depoimento da testemunha que reconheceu o primeiro rapaz apreendido (GRILLO; ARAÚJO, 2015, p. 9)

Também em O Globo, no futuro, no dia 12 de junho, um advogado integrante da Comissão de Direitos Humanos da OAB, Rodrigo Mondego dirá que denunciará delegada do caso por desvio de conduta. “Ele a acusa de cerceamento de defesa durante a apreensão do segundo adolescente acusado de envolvimento no assassinato do médico Jaime Gold” (CASO, 2015, p. 14). A matéria informa que Mondego acompanhou a equipe da Divisão de Homicídios que foi até a casa do adolescente no dia de sua apreensão, em 27 de maio. O Globo reproduz como sua fala literal:

- Pedi à delegada que me deixasse orientar o rapaz. Ela negou. Colocou o adolescente em um carro da polícia sem a companhia de um advogado ou parente. Na DH, mandou o jovem repetir o que havia dito dentro do veículo. Ele estava assustado – afirmou Mondego. – Pedi outra vez para conversar com o adolescente e ela ameaçou me expulsar se eu insistisse. (CASO, 2015, p. 14)

Como num quebra-cabeças, esta fala é importante porque, em Extra, em pelo menos três outras ocasiões, repercutirá a fala do mesmo advogado, que diz que, na Divisão de Homicídios, o segundo suspeito deu dois nomes ao reconhecer, por foto, o primeiro. “O depoimento na delegacia foi feito de maneira muito rápida. Quando mostraram a foto do primeiro menor, ele disse um nome. Pouco depois, se corrigiu” (SOARES, 2015c, p. 14).

Assim, a aparição de um novo suspeito levanta uma série de dúvidas – tanto sobre o inquérito que corria até o momento, quanto sobre o próprio testemunho que faz, levantando dúvidas sobre o passado e sobre o futuro. A história, que era sobre um adolescente com uma vida de miséria e abandono que não o poderiam ter levado a outro lugar se não o mundo do crime, que culminou com a tragédia da morte de Gold, passa agora a ter outros contornos.

No dia 29 de maio, a capa de Extra destaca: *Testemunha do crime da Lagoa deu duas versões: na noite do ataque ao médico Jaime Gold, ele disse que não poderia reconhecer ladrões*. Na página 8, o título é *Uma testemunha, duas versões*, sob a cartola “Investigação questionada”. Reproduzimos trechos da matéria:

Um dia antes de apontar o menor X., de 16 anos, como um dos autores do assalto que terminou com a morte do médico Jaime Gold, na Lagoa, no último dia 17 (sic), a testemunha-chave do crime afirmou, em depoimento na 15ª DP (Gávea), que não tinha “condições de reconhecer quaisquer meliantes, face à rapidez do evento”. **No relato, obtido por EXTRA**, ele afirmou que “os dois elementos possuem cortes de cabelo altos na parte de cima e raspados embaixo”.

No dia seguinte, a mesma testemunha relatou à Divisão de Homicídios (DH) que “um dos autores era magro e de cor negra, e que o outro era branco e

também “magro”. Em seguida reconheceu X. – que nega a autoria do crime – por meio de fotografia. [...]

Dentro da própria Polícia Civil, a investigação sofre com descrédito. Monique Vidal, delegada titular da 14ª DP (Leblon) afirmou, em seu perfil do Facebook, que “a tal testemunha foi ouvida (na noite do crime) e não tinha condições de reconhecer ninguém. Enfim... Segue o baile...”. Horas após, ela apagou a postagem”. (SOARES, 2015d, p. 8, grifo nosso).

Alguns elementos que nos interessam são, além da reviravolta que a história sofre — e que configura um ponto de virada na narrativa —, também a relação com as fontes. Extra consegue acesso ao depoimento da testemunha feito na noite do crime, um documento que não é público, já que a investigação corre, como sabemos pelo próprio jornal, em segredo de Justiça. Essa obtenção de documentos se repetirá e mostra, nas entrelinhas, que uma das partes está colaborando com o jornal ao passar informações. Isso diz bastante sobre o ponto de vista a partir do qual o jornal passará a narrar. Além disso, fala dos espaços dos sites de redes sociais como uma esfera ao mesmo tempo privada e pública. Os comentários de Monique Vidal apareceram também em reportagens de telejornalismo do RJTV, que passou a também questionar o inquérito. Esse questionar, como veremos, também esteve presente em outras mídias, de outros grupos editoriais. Mas observamos que, para além dos comentários de Monique, é importante, como procedimento jornalístico de comprovação, o acesso de Extra ao depoimento, a despeito do processo de obtenção e definição de angulação da abordagem jornalística.

Com relação aos suspeitos, no dia 29, abaixo da matéria que fala sobre as contradições, há outra que fala sobre o novo suspeito, pelo jornal nomeado de Z. O texto relata sobre ele ter sido sequestrado por facção rival. Mas o que mais nos interessa é o comparativo feito entre o segundo suspeito e seu irmão: “Ao contrário de Z., o jovem [irmão mais velho, de 20 anos], pai de uma filha, se formou e, neste ano, terminou um curso técnico em Administração. No último ano, em várias ocasiões, ele levou o irmão para sua casa, para tomar banho e comer” (SEQUESTRO, 2015, p. 8). Aqui temos, novamente, uma relação proposta pelo jornal entre educação e criminalidade. No dia anterior, 28, na matéria de Extra sobre sua entrega e confissão à polícia, uma frase dava conta de que: “o menor está matriculado no 8º ano de uma escola municipal em Benfica” (NUNES; SOARES, 2015, p. 3). De certa maneira, depois de tanto insistir no 6º ano e no abandono da escola em correlação com o crime, parece uma quebra neste ponto da narrativa o fato de este suspeito não só estar matriculado, como estar cursando uma série superior à indicada como a principal em que deixam a escola os “infratores”.

Os dias 30 e 31 de maio, últimos do mês da morte de Jaime Gold, encerram-se com pequenas chamadas sobre o caso nas capas de Extra. No dia 30, mais diretamente relacionada

ao acontecimento: *Crime na Lagoa: 2 depoimentos que não batem*, e no dia 31 um episódio contextualmente relacionado: *Mais dois são vítimas de facadas de assaltantes*. Os depoimentos que “não batem” são o da testemunha-chave e do segundo suspeito. “Enquanto a testemunha-chave do crime afirma que o responsável pelos golpes era o menor que estava ‘na garupa da bicicleta’, Z., [...] que se entregou na última quarta-feira na DH, disse que “estava no quadro, e o autor das facadas foi o condutor da bicicleta” (SOARES, 2015e, p. 9). O texto traz outras contradições, como as características das testemunhas para os autores do ato infracional, que daria conta de que um seria negro e outro branco, quando os dois apreendidos são negros. A matéria também lembra o que foi dito no dia anterior, que no primeiro depoimento a testemunha disse que não tinha como reconhecer “quaisquer dos meliantes”. O delegado diretor da DH é ouvido pela matéria e diz que o inquérito foi encaminhado ao MP.

Finaliza maio e, desde que o caso Jaime Gold se alça a acontecimento, temos, em todos os dias, o tema, em suas diferentes relações propostas pelo jornal, com destaque na capa.

No primeiro dia de junho, o jornal informa que no dia seguinte a Alerj deve votar dois projetos relacionados com o acontecimento: o que proíbe o porte de arma branca e o que cria uma estatística específica para o crime e roubo de bicicletas. No dia 2 de junho, mais um caso de assalto com o uso de facas, agora de uma médica. O ferimento na barriga é mostrado em foto.

Enquanto o acontecimento parece seguir um caminho de ir “esfriando” no jornal, sobrando dele notícias do desenrolar de ações tomadas quando da comoção, como os projetos de lei, ou a repercussão de casos semelhantes, há um novo ponto de virada na narrativa. Em 03 de junho o inquérito volta com força para a capa do jornal (Figura 9), com a palavra “reviravolta” em letras garrafais. “Menor confessa crime que polícia disse ter elucidado – Seis dias após a Homicídios ter dado o caso da Lagoa como encerrado, um outro menor assumiu a participação no assassinato do médico. Ele ainda inocentou o primeiro jovem detido” (REVIRAVOLTA, 2015, p. 1). A história é desenrolada na página 11, sob o título *Menor se entrega e diz que X. não matou médico*. A linha de apoio registra o texto: “Jovem afirmou que participou do crime e acusou segundo preso no caso de ter dado facadas”

Figura 9: Capa de Extra em 3 de junho de 2015



Fonte: Acervo do jornal Extra

Esse suspeito se entrega em situação de vulnerabilidade e diante de ameaças, de acordo com Extra. “J.”, como é nomeado pelo jornal “disse a agentes que procurou a polícia porque estava ‘com medo de morrer’”. Segundo agentes da DH ouvidos pelo EXTRA, o garoto sofria ameaças do tráfico do Jacarezinho, favela onde mora com a irmã” (SOARES, 2015f, p. 11). Extra também conta que o jovem é órfão, e que disse que conhece os outros dois suspeitos. “A versão de J. bate em parte com a da testemunha-chave do crime” (SOARES, 2015f, p. 11),

observa o jornal, que também critica o processo de investigação. “Apesar do desencontro de versões [entre o segundo suspeito e a testemunha-chave], o delegado titular da DH, Rivaldo Barbosa, e a delegada responsável pela investigação, Patrícia Aguiar, deram o caso como encerrado após o segundo menor se entregar” (SOARES, 2015f, p. 11). Um delegado assistente é ouvido pelo jornal e diz, na matéria, que a DH nunca parou de realizar diligências. “O que aconteceu (a apresentação do menino) foi produto da continuação do nosso trabalho — comentou, apesar de o menino ter se entregado por conta própria, em outra delegacia” (SOARES, 2015f, p. 11), alfineta o jornal.

O choque de versões e a investigação colocada em cheque continuam no dia seguinte em Extra e, assim, a capa do dia 4 de junho estampa uma foto do segundo e terceiro suspeitos abraçados, tomando banho de piscina, com os rostos borrados, e a ênfase, na legenda: “amigos” (Figura 10). A manchete é: *O suspeito que a DH não quis ver*, e o texto:

Além de se precipitarem dizendo que o caso estava concluído, delegados da Homicídios ignoraram uma informação preciosa no crime da Lagoa. Logo após ser apreendido, o primeiro menor deu o nome de um outro adolescente envolvido na morte do médico Jaime Gold. Este é o jovem que antontem confessou participação no roubo (O SUSPEITO, 2015, p. 1).

Essa mesma capa, entre outros textos relacionados ao caso, traz uma aspa atribuída ao governador do Rio, Luiz Fernando Pezão: “Pode ter havido um erro, mas nenhum dos três é inocente. Todos já tinham cometido crimes” (O SUSPEITO, 2015, p. 1).

Figura 10: Recorte da capa de Extra em 04 de junho de 2015



Fonte: Acervo do jornal Extra

Na página 3, o texto do jornal ressalta o desencontro de versões e o tom é de acusação em relação ao modo como a Divisão de Homicídios tem conduzido o inquérito.

Dois dias depois do assalto que terminou com a morte de Jaime Gold, a Divisão de Homicídios (DH) já sabia da existência do terceiro suspeito do crime – que se entregou na 25ª DP (Engenho Novo) na última segunda-feira. A informação foi revelada por X., de 16 anos, primeiro menor apreendido pela especializada, apenas dois dias após o crime. Em depoimento, ele contou que havia ouvido em Manguinhos, favela onde mora, na Zona Norte, que um dos autores do assalto seria o terceiro adolescente, a quem se referiu pelo apelido. [...]

Mesmo com o relato do adolescente em mãos, os delegados Rivaldo Barbosa, diretor da DH, e Patrícia Aguiar, responsável pelo caso, afirmaram, no dia 27 de maio, que o caso estava encerrado. Na ocasião, o segundo menor havia se entregado, confessado sua participação no crime a apontado X. como autor das facadas.

- Para a DH, não restam dúvidas de que os dois adolescentes participaram da morte de Jaime Gold [...] – afirmou Barbosa, na ocasião (HERINGER; NUNES; SOARES, 2015, p. 3, grifo nosso).

A confusão entre as diferentes versões leva, por fim, a Delegacia de Homicídios a dizer que poderá pedir à Justiça uma acareação entre os três adolescentes, conforme publica também Extra. Nessa mesma página do jornal, há uma matéria intitulada “Facas e ameaças no Facebook”, que conta que “os menores acusados de esfaquear o médico Jaime Gold [...] usavam o Facebook para postar fotos de bicicletas roubadas e para advertir as vítimas que não deveriam reagir” (FACAS, 2015, p. 3), mostrando assim diferentes possibilidades de usos dessas redes.

No dia 5 de junho, Extra sugere mais uma reviravolta e anuncia, em letras garrafais, “mais um suspeito”. No texto, percebe-se que não há efetivamente um novo suspeito. O jornal afirma que “Depoimento do primeiro jovem detido pela morte do médico Jaime Gold já incriminava um quarto menor que passeava pela Favela do Jacaré com a bicicleta roubada da vítima.”. Na página 9, a matéria recebe o título de *Novo nome no inquérito*.

O depoimento de X., primeiro menor a ser apreendido pela Divisão de Homicídios (DH), acusado do assalto que terminou com a morte do médico Jaime Gold, na Lagoa, põe mais um adolescente na cena do crime. X., de 16 anos, afirma não ter participado do assalto, mas aponta dois outros adolescentes do Jacaré que o cometeram. Um deles é justamente o último menor que se entregou na especializada, na madrugada de terça-feira passada. O outro é um quarto adolescente, que até hoje não foi ouvido pela polícia. [...] Ele ainda afirma que os dois menores “estão rodando no Jacaré com uma bicicleta importada com as cores vermelha e branca” – as mesmas da bicicleta de Gold. [...] No depoimento, além de mencionar nome e apelido do adolescente, X. descreve a tatuagem do menor, afirma que ele “tem a pele um pouco mais clara” do que a de X., e que no dia 20, o garoto teria pintado “o cabelo de vermelho” (SOARES; HERINGER, 2015, p. 9).

Abaixo dessa notícia, sob a mesma a cartola, há outra com o título *Moradores: X. estava no fliperama*, que inicia com a seguinte redação: “pelo menos oito pessoas afirmam ter visto X. – primeiro menor apreendido pela DH, dois dias após o crime – na parte de trás dos prédios do conjunto habitacional do PAC de Manguinhos [...]” (MORADORES, 2015, p. 9). Assim observamos que o jornal, além de reproduzir o discurso da mãe e do advogado que alegam inocência do adolescente, agora também busca outros personagens para reafirmar a inocência do suspeito. “Moradores que já se disponibilizaram a depor em juízo relataram ao Extra que, na ocasião, jogava fliperama” (Ibid.), por exemplo, demonstra a apuração local. E, somado com o texto acima, coloca, pelo próprio depoimento do suspeito, outros suspeitos na cena do crime. Para alegar a inocência, ao mesmo tempo, o jornal conta do quanto esse primeiro suspeito sabe sobre o crime. A cor da bicicleta, veremos adiante, será um dos elementos que o jornal apontará para julgar a inconsistência das investigações.

A investigação agora, aponta Extra, parece caminhar no sentido de resolver essas incongruências, e, em 6 de junho, a notícia é que a Divisão de Homicídios pediu à Justiça a quebra do sigilo telefônico do médico. “O objetivo dos agentes é [...] chegar ao receptor. A polícia espera esclarecer, com o depoimento da pessoa que comprou o aparelho por R\$ 300, quais dos três menores já apreendidos pelo crime participaram, de fato do assalto” (SOARES, 2015g, p. 8). Adiante, o texto explica: “Em depoimento na DH, o terceiro jovem, de 16 anos, afirma que ficou com R\$ 600, que estariam no bolso da vítima e mais R\$ 150 – sua metade da venda do celular do médico” (Ibid.). O assunto ganha uma chamada na capa do jornal nesta mesma data.

Os dias 7 e 8 de junho, um domingo e uma segunda, são os primeiros dias em que o jornal não publica nenhuma notícia relacionada ao caso desde sua ocorrência. Mas na terça-feira, 9 de junho, um novo ponto de virada ocorre e ganha destaque na capa do jornal. No “Crime da Lagoa”, como indica a cartola, *Acusado inocenta X. na morte do médico*. O texto explicativo vem abaixo: “O segundo jovem acusado do ataque a Jaime Gold diz que incriminou colega por medo e conta que participou do crime com terceiro detido, que confirmou a versão” (ACUSADO, 2015, p. 1). A história agora está mais complexa, com tantos elementos, mas também parece mais verossímil, à medida que mais elementos se encaixam. Assim, destacamos alguns trechos da matéria, que aparece na página 10.

O menor, de 15 anos, afirmou durante uma audiência de 1h40m, que mentiu em seu depoimento porque estava “com medo” e disse que quem o acompanhava na ocasião era o terceiro menor – que se entregou na delegacia na semana passada. Eu seu depoimento na DH, o adolescente havia dito que X. conduzia a bicicleta na ocasião e, inclusive o responsabilizou pelas facadas em Jaime Gold. [...]. O depoimento do adolescente já havia sido alvo de críticas por parte do advogado Rodrigo Mondego, da OAB, que acompanhou o menor. Na ocasião, ele afirmou que o garoto deu dois nomes no momento de reconhecer, por foto, o primeiro menor [...]. Já o terceiro menor a se apresentar na delegacia manteve, em juízo, a versão que deu na delegacia: confessou que participou do assalto e apontou o segundo menor como autor das facadas. X. negou, na delegacia, a autoria do crime. Em seu depoimento, ele aponta o terceiro menor e um quarto pelo crime. Nas duas audiências à Justiça em que seria ouvido, o adolescente ficou em silêncio. Após o final da audiência, os advogados de X. afirmaram que vão entrar com um habeas corpus (HERINGER; SOARES, 2015, p. 10).

Temos agora um roteiro que leva a um provável esclarecimento, por parte do jornal, e mais peças do quebra-cabeça interpretativo começam a se fechar. Se antes havia um dos suspeitos a testemunhar pela ausência do primeiro na cena do crime, e outro no sentido

contrário, agora há dois que inocentam o primeiro e assumem a culpa. São os dois meninos que Extra já mostrou em sua capa, abraçados.

6.2.6 Descrédito nas investigações

Se até o momento, na configuração narrativa de Extra, há descrédito na investigação da polícia, no dia 10 de junho, essa posição se acentua, mas agora colocando os policiais como agentes que interferiram no rumo das investigações. “Menor diz que foi ameaçado por policiais”, é o destaque, com foto, na capa do jornal. A imagem mostra o rosto do adolescente apreendido que, por estar digitalmente borrada, não podemos identificar. É um mostrar que não revela. O texto é o que segue “Adolescente apreendido por morte de médico afirmou em depoimento à Justiça que só acusou um outro jovem na Divisão de Homicídios depois de ser coagido” (MENOR DIZ, 2015, p. 1). Já com relação à matéria, reproduzimos parte do texto abaixo:

Na reportagem não ficam claras que tipo de ameaças ou quais os motivos. O adolescente, de 15 anos, havia confessado aos agentes da DH no último dia 27 que participou do crime e apontou X., de 16 anos, como o outro responsável pelo assalto. Já na última segunda-feira, ele voltou atrás, inocentou X. e apontou o terceiro menor a ser apreendido como coautor do crime. No depoimento, ele disse estar com muito medo e que não pode apontar os policiais autores das ameaças [...]. Durante o depoimento, o adolescente ainda contou que sua família também passou a ser ameaçada após sua apreensão. Entretanto, ele afirma que não pode detalhar como foram feitas essas ameaças (SOARES, 2015c, p. 14).

Não fica claro o processo de apuração para obtenção dessas informações, mas fica implícito o acesso ao depoimento do jovem dois dias antes. À essa matéria, Extra acrescenta outra, intitulada: *Da Lagoa a Mangueiros de bicicleta*. Aqui a fonte novamente é o depoimento, mas agora se trata de relato do terceiro suspeito, sobre o percurso feito de São Cristóvão, de ônibus, até a Lagoa, e o retorno a Jacarezinho com duas bicicletas (uma delas, a do médico). O jornal publica um mapa com o trajeto.

No dia seguinte, 11 de junho, a trama da ameaça segue pautada na capa do jornal, que agora afirma que a *Corregedoria vai investigar ameaça a menor*. Além disso, outro assunto acionado a partir do caso ganha mais um desdobramento: “Agentes querem requisitar o depoimento do adolescente no qual ele acusa policiais de coação. Alerj aprova lei que prevê multa de até R\$ 24 mil a quem for pego com faca”. No que concerne ao depoimento é importante observar a relação entre diferentes atores, como a Polícia e o jornal.

A Corregedoria Interna da Polícia Civil vai pedir à Justiça acesso ao depoimento em que de (sic) adolescente, de 15 anos [...] acusa policiais de ameaça. **Ontem, o EXTRA revelou, com exclusividade**, que o menor afirmou à juíza Michelle de Gouvea Pestana Sampaio, da Vara da Infância e Juventude, que mentiu no depoimento que deu na Divisão de Homicídios (DH) porque foi ameaçado.

[...] Em nota, a Corregedoria Interna da Polícia Civil (Coinpol) afirmou que vai “solicitar informações à Justiça para tomar conhecimento do teor do depoimento e avaliar as medidas a serem adotadas”.

No depoimento, o menor também afirmou que sua família está sendo alvo de ameaças (SOARES, 2015h, p. 14, grifo nosso).

Aqui podemos perceber que o documento que a procuradoria vai solicitar – e portanto do qual não dispõe – é o depoimento que Extra usa como fonte documental. Ao usá-la, o jornal não apenas demonstra ter posse de informações que a polícia não tem, como também provoca – para o bem e para o mal – relações e reações entre as instituições, o que demonstra um caráter também de ação em sua proposição narrativa.

Com relação ao projeto de lei aprovado, enquanto a edição do dia 11 de junho dedica uma notícia para falar sobre a aprovação do projeto do deputado Geraldo Pudim, que estabelecerá multa de R\$ 2.400 a R\$ 24 mil para quem for flagrado portando objeto perfurocortante, no dia seguinte, 12 de junho, na coluna Extra Extra!, espaço de opinião assinado por Berenice Seara, um título é “A lei do (começo do) século passado. Ela conta que na justificativa do projeto de lei aprovado, é usada como referência um decreto estadual de São Paulo. “Para quem achava que a discussão, assim como a onda de facadas, é nova: o decreto paulista é de... 1935!” (SEARA, 2015, p. 8). É importante ainda observar que notícia do dia 11 traz uma fala indireta atribuída a Pudim quando da aprovação, que explica o caráter legal do projeto: “Segundo Pudim, a Assembleia Legislativa do Rio não está criando uma nova tipificação de crime, o que seria competência da Câmara Federal, mas, sim, “um instrumento legal para a polícia atuar de forma preventiva” (SEARA, 2015, p. 8).

Passados mais de 20 dias da morte de Jaime Gold, e com a “onda de facadas” presente quase que diariamente no jornal, agora começam a surgir soluções. Além da aprovação da lei, no dia 12, o jornal repercute que, no dia anterior, mesmo dia da aprovação da lei de arma branca pela Alerj, “O secretário de Segurança, José Mariano Beltrame, anunciou ontem uma parceria com empresários para melhor o policiamento de três áreas de lazer da cidade: Lagoa, Quinta da Boa Vista e Parque Madureira” (AJUDA, 2015, p. 3). O maior destaque é para a Lagoa. “Na Lagoa, onde o médico Jaime Gold foi morto a facadas no último dia 19, a iniciativa privada se comprometeu a ajudar na construção de dois quiosques [...] que servirão de bases para os

policiais” (AJUDA, 2015, p. 3). Também é mencionado que serão doadas bicicletas, armas não letais e outros equipamentos não especificados, num valor orçado em R\$ 450 mil para a Lagoa e mais R\$ 425 para cada uma das outras regiões. A fala de Beltrame acrescenta outra parceria: “Também estivemos com representantes do Google, que se comprometeram a doar cerca de mil smartphones para filmar as ações da PM em áreas com UPP” (Ibid.). Não está explicitado no texto do jornal, que noticia o anúncio do secretário a partir de sua declaração, mas na refiguração narrativa, devemos considerar a relação entre uma polícia de práticas duvidosas e um estado falido e uma solução vinda de um setor com cada vez mais protagonismo social e, muitas vezes, em antagonismo ao Estado: a iniciativa privada, os empresários (empreendedores/benfeitores). Na capa desta edição há uma espécie de deboche: “Polícia terá vaquinha de empresários.”

No contexto de violência onipresente de uma capital que aparece nas páginas do jornal não apenas por conta de um acontecimento de maior comoção, que foi o de Jaime Gold, mas com um relatar constante de pessoas atingidas a facadas, entre outros crimes, no dia 12 é publicada uma matéria que parte de dados estatísticos, e afirma, no título, que o *Roubo sobe na capital: na contramão das estatísticas do estado, crimes de rua aumentaram neste ano no Rio*. Um infográfico detalha as zonas da capital e seus indicadores ano a ano, de 2008 a 2014. O curioso aqui é que a Zona Sul, onde ocorre o crime comovente, é que apresenta os indicadores mais baixos. É importante exemplificar. Enquanto o número de roubos de rua em 2015 na Zona Sul é indicado em 1.454 casos, na Zona Oeste, esse número é de 4.246, na Baixada 7.569, e na Zona Norte chega a 9.444. O texto da matéria afirma: “Na capital, as únicas áreas que registraram aumento foram as zonas Norte e Oeste” (SERRA, 2015, p. 4). E, adiante: “os bairros da Zona Sul apresentaram queda de 18% desses tipos de roubos” (Ibid.). Os dados nos chamam a atenção para os regimes de visibilidade desse tipo de roubos, já que os roubos (e demais crimes) que ocorrem na Zona Sul ganham muito mais relevância, inclusive – e especialmente - midiática, inclusive no jornal que nos clama a não esquecer dos crimes que ocorrem nas zonas pobres. Claro, estamos falando de mortes, não de roubos de rua, mas os dados parecem nos dizer muito sobre o que o jornal às vezes não diz.

Ainda no dia 12, Extra noticia que a juíza da Vara da Infância e da Juventude do Rio decidiu pelo isolamento do adolescente que se disse ameaçado pela polícia.

A juíza acatou um pedido da Defensoria Pública, “em razão do adolescente se apresentar em audiência nitidamente assustado, alegando estar sofrendo ameaças”. Segundo a decisão, “somente está autorizado o contato do adolescente com parentes, defensores públicos e promotores de Justiça,

estando proibida qualquer visita ou contato com terceiros não autorizados expressamente por este Juízo” (SOARES, 2015i, p. 12).

O teor do texto aparenta justificar o isolamento para a proteção. Mas na linha de apoio Extra diz que “Juíza decide pela internação solitária de menor que acusou policiais de ameaça”, o que pode dar a entender a decisão como uma espécie de punição. No parágrafo de abertura, percebemos o mesmo tom quando o jornal diz que “o adolescente **terá que ficar isolado** na unidade do Departamento Geral de Ações Socioeducativas (Degase)” (SOARES, 2015i, p. 12, grifo nosso). Essa mesma matéria apresenta, num *box*, trechos literais do depoimento, o qual o jornal afirma ter obtido “com exclusividade”. Um deles é sobre o trajeto que o adolescente percorreu entre sua casa e a delegacia, quando se entregou. O texto trata sobre *como* foi percorrido este trajeto: “Os policiais foram a (sic) casa da mãe do declarante para buscá-lo; foi conduzido à delegacia em uma viatura e sua mãe e seu advogado em outra; ficou sozinho durante todo o trajeto; não quer responder se foi ameaçado pelos policiais no trajeto” (Ibid.). É nessa mesma data que O Globo publica a matéria já mencionada nesta seção da análise, em que o advogado diz que irá denunciar a delegada por desvio de conduta na apreensão do rapaz.

Apesar desta série de notícias sobre o caso e seus desdobramentos no dia 12 de junho no jornal, não há menção a nenhum dos temas na capa. Contudo, ao observarmos a primeira página, ela nos diz do contexto de violência fático e também narrativamente articulado. A capa do dia 12 apresenta como manchete: *Ruas do Rio têm um roubo a cada dez minutos. Virou loteria*, e aborda-se o caso de um senhor morto por ladrões quando se deslocava, com a esposa, para ir a uma consulta médica.

No dia 13 de junho, seguido o já anunciado no dia 12, há uma notícia sobre o pedido da defesa do primeiro adolescente de *habeas corpus*. E, quando a narrativa se encaminha para consolidar a inocência do suspeito, há uma quebra nessa linha argumentativa. No dia 16 de junho, na página 10 do jornal, é publicada a notícia *Mais uma acusação contra X: Jovem reconhece como autor de roubo menor apreendido por morte de ciclista na Lagoa*”. É o texto: “Às vésperas da audiência em que irá receber a sentença pelo roubo seguido de morte do médico Jaime Gold, o primeiro menor apreendido acusado de participação no crime foi reconhecido como autor de outro roubo a ciclista, também na Lagoa, na Zona Sul do Rio” (SERRA; SOARES, 2015, p. 10). A vítima é um também um adolescente, de 14 anos. Ele não havia registrado ocorrência, orientado pela mãe, “com medo de represália”, e o caso foi registrado no dia 13 de junho, “com a chegada do pai de viagem”, e também — não menciona o texto — quando o caso está midiaticizado. Ao final da matéria, há uma menção de apuração: “Ontem, o

EXTRA esteve na casa onde o menor apreendido morava com dois irmãos e a mãe” (SERRA; SOARES, 2015, p. 10), que é a deixa para a segunda matéria da mesma página, cujo título é: *‘Ele tem que pagar pelo que fez. E não pelo que não fez’*. Trata-se de uma entrevista com a mãe do primeiro adolescente apreendido. A entrevista, que não a identifica, vem acompanhada de uma foto, que, igualmente, não permite que possamos reconhecer seu rosto, já que, numa expressão de sofrimento, ela o apoia nas próprias mãos. A mãe reforça a inocência do filho e afirma que ele não saiu de casa no dia da morte do médico (ELE, 2015, p. 10).

O caso vai ficando mais espaçado no jornal. No dia 19 de junho, volta a ser destacado na capa: *MP nega a menor o benefício da dúvida*. Novamente, o jornal deixa bastante clara sua opinião na manchete, que vem acompanhada do texto: “É regra a Justiça inocentar um réu quando faltam provas. Ao pedir a punição de X. com base apenas no depoimento de uma testemunha, a Promotoria referenda a precária investigação da Homicídios” (MP NEGA, 2015, p. 1). Aqui, a investigação é então caracterizada como “precária”, o que antes era subentendido, mas não denominado. Abaixo, na capa, em linguagem de infográfico, com texto e ilustração, são apontados os problemas que levam a investigação a ser assim caracterizada. O primeiro deles são as duas versões controversas apresentadas pela mesma testemunha, seguido da informação nova: “Os familiares do médico Jaime Gold nunca foram ouvidos por policiais da DH, ou mesmo durante as audiências do caso” (MP NEGA, 2015, p. 1). O terceiro elemento é relacionado com o segundo: “Como a família da vítima não prestou depoimento, não se sabe sequer qual é a cor da bicicleta do médico [...]. A principal testemunha afirma ser de uma cor. Os menores, de outra” (Ibid.). O quarto elemento é o descarte das declarações das testemunhas que afirmaram que ele estava na Zona Norte no horário do ato, e ainda, como último elemento, as confissões do segundo e terceiro adolescentes apreendidos, que inocentaram o primeiro.

É na parte interna do jornal (Figura 11), nem no título nem na linha de apoio, e em sua parte final, que saberemos que o MP pediu a absolvição dos outros dois suspeitos. Junto à notícia há um retrato da delegada (ela aparece dentro de um veículo e a expressão facial é de semi-sorriso) e outra do adolescente no momento em que chega à delegacia quando é apreendido, foto que já circulou em edições anteriores. O texto demonstra, desde seu princípio, a discordância de Extra com o desenrolar da investigação:

O pedido de condenação de X., primeiro adolescente acusado pela Divisão de Homicídios (DH) de participação na morte do médico Jaime Gold, na Lagoa, pelo Ministério Público **levou em consideração a única prova que há contra o adolescente de 16 anos em todo o processo: o reconhecimento visual de uma testemunha**. No entanto, **o pedido não levou em consideração pontos soltos que ainda pairam sobre a investigação**. O MP, em seu

posicionamento, não concedeu ao menor um dos benefícios básicos no Direito, o da dúvida a favor do réu (HERINGER; SERRA; SOARES, 2015, p. 10, grifos nossos)

A matéria relembra que a testemunha em que se baseia a decisão do MP, afirmou na 15^a DP, na noite do crime, que não tinha condição de reconhecer “qualquer um dos meliantes” (HERINGER; SERRA; SOARES, 2015, p. 10), para no dia seguinte, fazer o reconhecimento por foto. Outras discrepâncias são apontadas e, abaixo, outra matéria recebe o título de “Dois autores, uma condenação” (Ibid.). O jornal observa: “Caso a Justiça concorde com o Ministério Público, e decida condenar apenas X., o primeiro menor apreendido, pela morte do médico Jaime Gold, o crime, que de acordo com a principal testemunha foi cometido por duas pessoas, só terá um culpado” (Ibid.), como uma espécie de alerta de que será um erro grave. Nesta matéria, trazem a fala do defensor público responsável pela defesa do terceiro suspeito: “A confissão isoladamente não pode servir de lastro para a condenação. É um princípio constitucional de ampla defesa” (Ibid.). Essa fala coaduna com a dos promotores, citada indiretamente na mesma matéria: “Eles consideram que a confissão do segundo e terceiro menores apreendidos não era suficiente para condená-los, já que os relatos não seriam nem mesmo coerentes entre si” (Ibid). Abaixo, num *box* de detalhes do crime, é mencionado que o advogado do primeiro suspeito pediu uma acareação entre os três, mas que o procedimento foi negado pela juíza.

Figura 11: Recorte da página 10 de Extra em 19 de junho de 2015

10) POLÍCIA extra.globo.com Sexta-feira, 19 de junho de 2015

CASO JAIME GOLD

Fios soltos no processo

Ao pedir condenação de X., MP desconsidera dúvidas que pairam sobre crime na Lagoa

Carolina Heringer
carolina.heringer@extra.globo.com

Paula Serra
paula.serra@extra.globo.com

Rafael Soares
rafael.soares@extra.globo.com

► O pedido de condenação de X., primeiro adolescente acusado pela Divisão de Homicídios (DH) de participação na morte do médico Jaime Gold na Lagoa, pelo Ministério Público levou em consideração a única prova que há contra o adolescente de 16 anos em todo o processo: o reconhecimento visual de uma testemunha. Na audiência de antecedente, o homem que presenciou o fato afirmou, na frente de X., que ele era o autor do crime. No entanto, o pedido não levou em consideração pontos soltos que ainda pairam sobre a investigação. O MP, em seu posicionamento, não concedeu ao menor um dos benefícios básicos no Direito, o da dúvida a favor do réu.

A primeira discrepância envolve justamente o reconhecimento da testemunha. Menos de um dia antes de reconhecer X., por foto, na DH, o homem afirmou a agentes da 13ª DP (Gávea), que assumiu inicialmente o caso, que "não tinha condições de reconhecer qualquer um dos meliantes, face a rapidez do evento". A Justiça, ele repetiu a versão que deu à DH — que mesmo à noite, de

uma distância de cerca de 100m do local do crime, conseguia reconhecer o suspeito. — O Código de Processo Penal é claro: a dúvida opera a favor do réu. Quando não há certeza, deve haver a absolvição — afirma Celso Villardi, advogado e coordenador do curso de Direito Penal da FGV.

DUAS VERSÕES PARA O CRIME
A dinâmica do fato tampouco foi esclarecida. Há, no processo, duas versões: a da testemunha, que afirmou em seu depoimento na DH que o médico foi esfaqueado por trás, "sem esboçar qualquer reação"; e a do terceiro menor apreendido, que disse à Justiça que houve reação e luta corporal entre o segundo adolescente e o entregador e o médico. No depoimento do segundo menor à Justiça, o garoto não foi questionado sobre a dinâmica. O MP pediu a absolvição dos dois menores, que confessaram o crime e inocentaram X.

A decisão desconsidera depoimentos de duas testemunhas, mercedeiros de uma favela na Zona Norte, que alegaram que X. não saiu do local no dia do crime. Outra dúvida diz respeito à bicicleta do médico. Três cores são citadas em depoimentos. Nenhum parente da vítima foi ouvido para esclarecer detalhes da bicicleta, até hoje não encontrada.

AS DÚVIDAS QUE AINDA RESTAM

DUAS VERSÕES Em depoimento na noite do crime, a principal testemunha do caso afirmou, em depoimento na 13ª DP (Gávea), que não tinha condições de reconhecer nenhum criminoso que participava do crime. Menos de 24 horas depois, ele reconheceu X. na Divisão de Homicídios da Capital (DH) como um dos responsáveis pela morte do médico.	FAMÍLIA NUNCA FOI OUVIDA Do pai e da mãe do médico Jaime Gold nunca foram ouvidos por policiais da DH, sua mulher durante as audiências do caso.	A COR DA BICICLETA Como a família da vítima não prestou depoimento, não se sabe sequer qual é a cor da bicicleta do médico, que foi roubada pelos criminosos. A principal testemunha afirma que seria preta e branca, o primeiro menor apreendido diz que era vermelha e branca, e o terceiro, azul e branca.	TESTEMUNHAS DESCARTADAS Após a condenação de X., primeiro menor apreendido, o Ministério Público levou em consideração as declarações da testemunha que reconheceu o adolescente. A promotoria não teve em consideração, no entanto, os relatos dados por duas testemunhas que afirmam que no horário do crime X. estava na favela da Zona Norte onde ele mora.	CONFISSÃO Os promotores também descartaram as confissões do segundo e terceiro menores apreendidos. Eles afirmaram que participaram do crime, apesar de não terem sido ouvidos durante a autoria das facadas na vítima.
---	--	---	---	---

Dois autores, uma condenação

► Caso a Justiça concorde com o Ministério Público, e decida condenar apenas X., o primeiro menor apreendido, pela morte do médico Jaime Gold, o crime, que de acordo com a principal testemunha foi cometido por duas pessoas, só terá um culpado. Ao fim da audiência de antecedente, os promotores Renato Lisboa e Luciana Beniste pediram condenação de X. com base no reconhecimento da testemunha. Eles consideraram que a confissão do segundo e terceiro menores apreendidos não era suficiente para condená-los, já que os relatos não seriam nem mesmo coerentes entre si.

— A confissão isoladamente não pode servir de base para a condenação. É um princípio constitucional de ampla defesa — afirmou o defensor público Fábio Schwartz, responsável pela defesa do terceiro menor apreendido.

A juíza Michelle de Gouveia Pereira Santiago tem até seis dias para dar a sentença. Caso sejam absolvidos, o segundo e terceiro menores, entretanto, continuarão apreendidos, já que tinham contra eles mandado de busca e apreensão expedidos, por ter descumprido medida de semiliberdade.

ORQUESTRA SINFÔNICA BRASILEIRA

Um concerto para crianças e jovens. Descubra mais sobre o universo da orquestra em uma conversa musical.

20 JUN AMANHÃ 16H

CONCERTOS DA JUVENTUDE

TEATRO DE CÂMARA

repetido: RIO BRASIL

Fonte: Acervo do jornal Extra

No dia seguinte, 20 de junho, Extra publica, na página 12: *Laudo: ataque foi pela frente - necropsia de médico indica luta, diz perito; testemunha afirma que agressão foi por trás*. Aqui, o jornal mais uma vez traz a divergência. Mas não apenas a publica, como busca meios de investigar para apoiar sua contrariedade. O texto indica que o depoimento da testemunha que embasou o Ministério Público em seu pedido de condenação do primeiro suspeito “apontava para um ataque por trás. Segundo o relato, Gold não teria ‘esboçado qualquer reação’ (HERINGER; SOARES, 2015b, p. 10). Acrescentamos que esta expressão, entre aspas do depoimento, foi usada pelo jornal em outros momentos, nos primeiros textos sobre o caso. Agora, diante do desenrolar dos fatos, o jornal não apenas a refuta mas produz outra explicação para os fatos: “[...] para o perito Leví Inimá de Miranda, que analisou, a pedido do EXTRA, o laudo de necropsia do corpo do médico, as lesões indicam um ataque frontal, com luta entre o agressor e a vítima” (Ibid.). Aqui, novamente, uma ação fática, para além de narrativa: o jornal contrata um perito para produzir um laudo alternativo e então noticia. Nessa mesma notícia,

apresenta, ao lado, como *box*, *Explicações do MP*, como nomeia, referente ao pedido de condenação.

CONDENAÇÃO

Em nota, a assessoria de imprensa do Ministério Público Estadual informou ontem que o pedido dos promotores, durante a audiência da última quarta-feira, “revê por base o reconhecimento do adolescente pela testemunha do fato, os depoimentos dos policiais responsáveis pela investigação, as imagens captadas pela câmera do posto de gasolina próximo ao local do fato, entre outros indícios apurados ao longo do processo que tramita sob sigilo.

CONFISSÃO

No comunicado, o MP esclareceu ainda que os promotores também pediram à Justiça absolvição dos outros dois adolescentes “por não haver provas no processo que ratifiquem as confissões dos mesmos (HERINGER; SOARES, 2015b, p. 10).

Temos assim a resposta do órgão público aos questionamentos feitos pelo jornal na véspera. E, diante da resposta do MP, que incorpora em sua produção noticiosa no dia seguinte, o jornal passa a buscar produzir provas para referendar sua visão sobre o ocorrido. Trechos de depoimentos são utilizados pelo jornal para reforçar seu ponto de vista e linha argumentativa, mas como o processo tramita sob sigilo, como informa o MP, podemos inferir que uma das partes é que passa informações ao jornal, e, assumindo o jornal a perspectiva da defesa do primeiro suspeito, provavelmente essa é a parte que repassa as informações sigilosas ao veículo informativo.

Mais de uma semana depois, no dia 29 de junho, o jornal publica uma matéria dizendo que naquele dia, 29, a Justiça deve definir sobre o caso. A matéria tem o título *Sentença prevista para hoje: mesmo com a decisão judicial, caso tem fios soltos e pontos mal esclarecidos*. Aqui observamos que não há nenhum elemento novo para esta notícia, a não ser demarcar o posicionamento do jornal e fazer circular, no dia em que haverá a decisão, que não há provas robustas sobre o caso e que o processo tem muitas falhas. Na matéria (SENTENÇA, 2015, p. 9), retomam-se os pontos incoerentes. No dia seguinte, 30 de junho, a capa do jornal anuncia: *Justiça segue polícia e MP, e condena menor X*. Abaixo, o texto: “Crime da Lagoa: juíza determina internação do 1º jovem apreendido. Menor que confessou é absolvido” (JUSTIÇA, 2015, p. 1). Assim como quando da publicação da denúncia do MP, só saberemos mais sobre os demais suspeitos na parte interna do jornal (SERRA, 2015b, p. 12), já que a capa não conta, ao menos não diretamente, que o terceiro suspeito também foi condenado. Ao noticiar a decisão, o jornal não questiona as provas. Outra matéria informa, sob o título *Reavaliação a cada seis meses*, que a medida socioeducativa a ser cumprida será reavaliada a cada seis meses, para

“acompanhar o processo dos adolescentes (REAVALIÇÃO, 2015, p. 12)”. Na coluna “Os fatos”, ao lado das matérias, o destaque é para as novas leis aprovadas, que agora foram sancionadas pelo governador: a da proibição do porte de arma branca e a que tipifica o roubo e furto de bicicleta.

O dia seguinte à decisão pela condenação de dois suspeitos e a sanção, pelo governador do Rio, das novas leis que são propostas a partir do acontecimento, é o dia em que a Câmara dos Deputados, em Brasília, aprecia, em plenário, a proposta de diminuição da maioria penal que vinha sendo articulada há alguns meses. Assim, o assunto é o destaque de capa do jornal do dia 1º de julho: “Câmara recusa a diminuição da maioria penal – diferença foi de apenas 5 votos” (CÂMARA, 2015, p. 1). A matéria, na página 9 da editoria *País* relata que houve protestos e tumulto que “marcaram dia de votação da maioria” (TUMULTO, 2015, p. 9). Nesta mesma edição, na página 12, editoria de *Geral*, há uma matéria dedicada ainda à condenação. “Defesa de X. quer anular o processo” (DEFESA, 2015, p. 12), afirma, no título, e informa que a defesa do primeiro suspeito irá recorrer.

Uma nova “reviravolta” é anunciada no jornal no dia 2 de julho, e agora não é sobre o caso Jaime Gold: *Câmara aprova a diminuição da maioria penal – oposição manobra e vira o jogo* é o texto de destaque na capa. O assunto ganha, com a cartola “virada de mesa”, quase uma página inteira (CÂMARA APROVA, 2015, p. 1). Uma matéria relata os desdobramentos que levaram à aprovação e, abaixo dela, são publicados dois depoimentos, um favor e um contra a maioria penal. Há também um infográfico que mostra como votaram os parlamentares do Rio, divididos em contra e a favor. Ao final dessa página, duas matérias, lado a lado, são sobre a condenação do primeiro suspeito no caso Jaime Gold. Uma é uma entrevista com a mãe do suspeito, com o título *‘Eu não vou desistir dele nunca’*, e outra é a matéria intitulada *Juíza não atribuiu facadas a menor*. Na primeira delas, o olho do entrevistado é: “Ele só foi condenado porque é preto, pobre e favelado” (EU NÃO, 2015, p. 2), e no texto, há um trecho em que a mãe diz: “Jogaram nas costas dele um crime bárbaro porque precisavam dar uma resposta para a sociedade. Ele foi vítima de uma injustiça muito grande” (Ibid.). Na matéria ao lado (SERRA, 2015c, p. 3), em que aparece a mesma foto que estampou a capa do jornal quando o rapaz foi apreendido, há trechos da sentença, que é a fonte documental que embasa a matéria. Mas o texto fala das facadas (assunto do título) apenas quando menciona o depoimento da testemunha, que foi citado na sentença, e que diz que o adolescente que estava no quadro da bicicleta haveria desferido as facadas. A relação que o jornal faz parece ser a de assumir que era o primeiro suspeito quem conduzia a bicicleta, para atribuir este título à matéria. Neste caso, o terceiro adolescente apreendido – que é também condenado, seria quem estava no quadro e,

portanto, quem desferiu as facadas. A questão já nos parece jornalisticamente irrelevante, mas mostra o esforço do jornal em manter a linha argumentativa que clama pela inocência do primeiro adolescente apreendido.

O acontecimento “esfria” no jornal, e volta à tona no fim daquele mês de julho com, novamente, manchete de capa. No dia 29 de julho a manchete é: *O frentista mentiu*. A explicação vem a seguir: “Imagens exibidas no ‘RJTV’ mostram fluxo intenso de carros na Avenida Eptácio Pessoa, no momento em que médico foi esfaqueado. Funcionário de posto afirmou em juízo que não havia veículos” (O FRENTISTA, 2015, p. 1). As imagens abrirão margem para outras reportagens e questionamentos. A matéria do dia 29, com o título *Vídeo contesta versão* dá o contexto:

Imagens inéditas da noite em que o médico Jaime Gold foi assassinado, exibidas ontem pelo “RJTV”, da Rede Globo, mostram as reações da principal testemunha do caso. No vídeo, o frentista de um posto na Lagoa Rodrigo de Freitas, onde ocorreu o crime, no dia 19 de maio, aparece conversando com um colega de trabalho e apontando para o local onde o médico fora esfaqueado. Contudo, ao contrário do que ele afirmou em juízo, vários carros passam em frente ao estabelecimento no momento do roubo. Para a defesa de um dos menores condenados, que pediu a revisão da sentença, as imagens deixam claro que a testemunha não tinha como ver com precisão o instante exato do crime [...] “– O fato aconteceu antes desta percepção dele. Isto demonstra que ele não viu a dinâmica do fato. Ele está mentindo, ele não viu” – disse ao RJTV o advogado Alberto Sampaio (VÍDEO, 2015, p. 10).

Um texto creditado ao G1 (CONTRADIÇÃO, 2015, p. 10), ainda traz trechos do depoimento do frentista e dos questionamentos da defesa do suspeito justamente sobre o movimento de carros e o jornal volta a falar do que chama agora de “buracos na investigação”.

No dia seguinte, a capa de Extra diz que “Frentista deu duas versões para a direção que o médico pedalava” e, novamente o texto assume bastante a perspectiva de uma fonte: a defesa do primeiro suspeito. “A defesa só quer saber por que ele deu um depoimento na delegacia e depois outro, em juízo. Esse (o depoimento dado pela testemunha) é a única prova que tem contra o nosso cliente. Se ela não existir, não há mais nada que o ligue ao fato” (FRENTISTA, 2015, p. 1), é a fala do advogado Dj Jefferson Amadeus presente na matéria.

No dia 31 de julho, novamente o jornal traz versão alternativa sobre o inquérito e redige a manchete: *Frentista não tinha como reconhecer o assassino - Especialistas atestam: a 100m da cena, rosto de acusado de crime da Lagoa seria menor do que a cabeça de um alfinete*. A matéria, na página 10, é intitulada: “Testemunha longe do crime” e mais um dado surge na linha de apoio: “Especialista diz que distância entre posto e local da morte de médico era 50 vezes

acima da ideal” (SERRA, 2015d, p. 10). No texto, fala, já no parágrafo de abertura, de um laudo encomendando pela defesa do primeiro suspeito.

O EXTRA teve acesso ao documento, assinado pelo doutor em ciências criminais Gustavo Noronha de Ávila, autor do livro “Falsas memórias e sistema penal: a prova testemunhal em cheque. Segundo o estudo, a uma distância de quase cem metros seria “improvável” que o frentista tenha ficado os detalhes do rosto de X (SERRA, 2015d, p. 10).

O jornal busca então outra fonte, um perito. “A essa distância, e dependendo de outras variáveis, a identificação de uma pessoa realmente fica muito prejudicada – concorda o especialista, com 40 anos de experiência no tema” (SERRA, 2015d, p. 10). Há ainda uma entrevista com o perito contratado, Gustavo Noronha de Ávila, e ainda um infográfico.

Em agosto, o jornal publica uma série de matérias que questionam a polícia, em seu envolvimento com milícias, ao mesmo tempo celebra ação violenta no caso da morte de um traficante pela polícia, mas já não há mais publicações sobre o caso, e assim, em 2015, encerra-se a narrativa de Extra para o acontecimento Jaime Gold.

Passados dois anos, em 2017, no dia 23 de julho, uma pequena nota na página 9 relata que um dos adolescentes condenados no caso Jaime Gold foi preso. Abaixo, a íntegra:

Condenado junto com outro adolescente pelo assassinato do médico Jaime Gold, na Lagoa, em 2015, [nome completo], hoje com 19 anos, foi preso ontem, após assaltar um supermercado em Petrópolis. Como na época do crime ele era menor, recebeu medida socioeducativa. Ele cumpriu apenas um ano e nove meses de internação e estava em semiliberdade há quatro meses (CONDENADO, 2017, p. 9)

Esse é o adolescente que, em 2015 era referido com o “terceiro menor”. Menos de um mês depois, em 13 de agosto de 2017, o jornal publica uma reportagem mais aprofundada sobre o primeiro jovem apreendido. O título é *Dois anos internado para recuperar uma linha inteira: Jovem condenado pela morte do médico Jaime Gold tenta provar sua inocência.*

Dois anos e três meses após ser levado de sua casa por policiais da Divisão de Homicídios (DH), um jovem ainda jura não ter assassinado o médico Jaime Gold [...] Enquanto não consegue provar sua inocência à Justiça, o jovem tenta recuperar, no Educandário Santo Expedito, em Bangu, o tempo que perdeu antes do assassinato, quando abandonou a escola: desde a apreensão, cursou cinco séries e trabalha na unidade como técnico em informática (SOARES, 2017, p. 15).

O texto menciona o processo de apuração: “o EXTRA teve acesso a relatórios da equipe de psicólogos, pedagogos e assistentes sociais do centro de internação que atestam o bom comportamento e o interesse do jovem no cumprimento das medidas socioeducativas” (SOARES, 2017, p. 15). São mencionados relatórios feitos por psicólogas em setembro de 2016 e novembro de 2015. Ambos relatam, além do bom comportamento, que o adolescente já concluiu cursos de “cabelereiro, pet shop, dança, teatro, garçom, além de participar de oficina de leitura”. A matéria ainda menciona que “apesar dos elogios dos funcionários, o jovem não foi libertado nem recebeu benefícios” (Ibid.). Há duas fotos, uma da mãe, na sala de sua casa, com a legenda indicando que ela “sonha com a libertação” e, abaixo, a foto do momento da apreensão que foi capa de Extra no segundo dia da cobertura do acontecimento. Há um depoimento da mãe compondo o conjunto de textos e também um texto cujo título é: *Mulher acredita na liberdade do filho*. Nesse último texto, há o trecho: “Em 2015, uma pedagoga escreveu que “ele reconhece a necessidade de ter sido afastado do meio no qual estava, que o incentivava à prática de ilicitudes, e verbalizou que o fato de estar internado contribui para sua escolarização, porque antes não frequentava a escola”. Mais uma vez temos a figura do narrador sucateiro (GAGNEBIN, 2006).

É em 2018, com uma pequena nota acompanhada da foto do rosto de Jaime Gold, de perfil, que a narrativa finaliza. O título é *Condenado por morte é libertado*. A notícia é publicada em 17 de maio e relata que o jovem foi libertado dois dias atrás, informando seu nome completo, bem com o de sua mãe.

Em agosto do ano passado, uma reportagem do EXTRA mostrou que, desde a apreensão, ele cursou cinco séries e passou a trabalhar na unidade como técnico em informática. A mãe, [nome completo], afirmou ontem, por meio de advogados, que o filho, além de trabalhar, demonstrou bom comportamento no Degase. Aos 20 anos [primeiro nome] até hoje sustenta sua inocência no crime (CONDENADO POR, 2018, p. 10).

Com relação ao caso de Gilson e Wanderson, a narrativa, antes de encerrar, vai esvaecendo no jornal. A última publicação que encontramos foi no dia 28 de maio de 2015, uma pequena nota, que conta que os parentes dos dois prestaram depoimento na Divisão de Homicídio. A nota dá conta do turno do dia que os familiares chegaram à sede da Delegacia: pela manhã. E encerra com a informação: “Policiais alegam que os dois estavam armados, mas testemunhas negam” (PARENTES, 2015, p. 11). Assim, encerra também o caso Gilson e Wanderson na edição impressa de Extra.

6.3 DECOMPOSIÇÃO DA NARRATIVA EM O GLOBO

6.3.1 Primeiro momento: mais um caso

A narrativa do acontecimento em O Globo inicia no dia 20 de maio, com uma notícia enviada por um leitor, pelo aplicativo WhatsApp, sobre um esfaqueado na Lagoa. Há uma pequena chamada na capa: “Ataque a ciclista: na Lagoa, mais um esfaqueado”. Até aí, é “mais um” crime, entre tantos que acontecem no local. A matéria é publicada na página 13 do jornal, com a foto do ciclista até então desconhecido, caído no chão recebendo os primeiros socorros. A narrativa destaca a explicação da testemunha, de que procurou documentos, mas não os encontrou, “provavelmente levados pelos criminosos”. O texto também aborda a questão dos suspeitos:

Testemunhas **não presenciaram o momento exato do assalto**, mas **viram quando dois bandidos armados com facas fugiram em bicicletas**. Eles teriam tido a cobertura de um terceiro criminoso, que **aparentava ter menos de 18 anos**. A bicicleta da vítima foi levada (OUCHANA, 2015, p. 13, grifo nosso)

A matéria recebe um entretítulo, “Ataques em série”, que enumera outros quatro crimes no local, todos de pessoas que foram feridas por facadas ao terem suas bicicletas roubadas.

Na mesma edição de 20 de maio, há uma notícia, na página 14 do jornal, sobre a morte dos meninos do Dendê. A matéria é assinada por Marcos Nunes, repórter do Extra, que é também quem assina matéria sobre o caso no jornal voltado ao segmento popular, e recebeu o título: *Jovens de 13 e 24 anos morrem durante operação policial na Ilha: em protesto, moradores cercam delegacia e espalham lixo nas ruas*. A matéria, por ser assinada pelo mesmo jornalista, consta basicamente das mesmas informações de Extra, com algumas alterações de estilo. Em O Globo, o encerramento se dá com uma informação adicional em relação a Extra: a de que a operação apreendeu pelo menos 200 máquinas de caça-níqueis e 500 papelotes de maconha, e assim mostra que seu único resultado não foi apenas a morte dos rapazes, mas isso pode ser lido de muitas formas.

6.3.2 Segundo momento: o caso Jaime Gold

Assim como em Extra, a temporalidade da circulação do jornal, que o coloca em atraso de praticamente um dia com relação à comoção social em torno do caso Jaime Gold, o arrasta com força para a narrativa. O fato de O Globo dedicar seis de suas páginas, além da capa (Figura 12) ao caso no dia 21 de maio não significa necessariamente que esteja pautando a comoção, mas talvez que seja levado com força à ela, e tente compensar seu “atraso” em relação ao que já circulou sobre o caso no rádio, na TV, na internet, no dia anterior. Assim, a narrativa deixa de ser “mais um caso” e passa a ser “o caso” Jaime Gold. Aqui identificamos o primeiro ponto de virada: sabe-se quem é a vítima, além da confirmação de sua morte, o que eleva o caso a proporções maiores. O jornal justifica: “A cidade amanheceu ontem com a notícia da morte do cardiologista Jaime Gold, que causou indignação na população” [...] “É o terceiro ataque na Lagoa em um mês” (TRAGÉDIA, 2015, p. 1).

Entre a primeira notícia, de 20 de maio, e a abordagem do dia 21, que mereceu seis páginas do jornal, mesmo com a virada, percebemos um elemento em comum: a associação do crime aos recorrentes ataques a ciclistas na Lagoa.

Figura 12: Recorte da capa de O Globo, em 21 de maio de 2015



Fonte: Acervo do jornal O Globo

A primeira matéria, no interior do jornal, está na página 8 (Figura 13), com uma foto estourada do médico, sorridente, em trajes esportivos e com boné do Fluminense, que recebe o título: *Adeus, doutor: cardiologista do Fundão, 'pãe' e atleta amador, Jaime Gold morre após ataque de ladrões na ciclovia*. A matéria é publicada sob a cartola “Luto na Lagoa”. Um perfil do médico é traçado com base no depoimento de amigos e familiares, assumido pelo texto jornalístico, em frases como as reproduzidas a seguir: “não era deste mundo”, “abriu mão de ter consultório para se dedicar à medicina pública”, “divorciado, virou ‘pãe’, assumindo a criação dos filhos, hoje adultos”, “sempre cumprimentava o porteiro, quando não se estendia em dois dedos de prosa”, “se despediu da vida de uma forma que não fazia jus à sua história [...] mais uma vítima de violência na cidade” (ADEUS, 2015, p. 8).

Figura 13: Recorte da página 8 de O Globo em 21 de maio de 2015

Rio

Quinta-feira 21.5.2015

LUTO NA LAGOA

Adeus, doutor

Cardiologista do Fundão, 'pãe' e atleta amador, Jaime Gold morre após ataque de ladrões na ciclovia

Como dizem os mais antigos, ele não era deste mundo. Cardiologista renomado, abriu mão de ter consultório para se dedicar à medicina pública no Hospital do Fundão. Divorciado, virou “pãe”, assumindo a criação dos dois filhos, hoje adultos. Era atleta por paixão e quando passou pela porteira do seu prédio, sempre comprimenta-va o porteiro, quando não se estendia em dois dedos de prosa. O médico Jaime Gold, de 53 anos, se despediu da vida de uma forma que não fazia jus à sua história. Depois de lutar bravamente ma-ninha mesa de cirurgia no Hospital Miguel Couto — a operação durou oito horas —, ele morreu vito-re de manhã como mais uma vítima da violên-cia na cidade. Sucumbiu ao ataque de um bando de assaltantes, que o esfaquearam brutalmente no abdômen, sustentou à noite, quando dava uma de suas palestras filiais na Lagoa, cartão-postal que exaltava o contágio do doutor de alegria.

Colégio do Hospital do Fundão se lembraram comovidos, com tristeza, do bom humor e do jeito de bom rapaz de Jaime. Na vitrinha do prédio onde ele morreu, não era diferente. Por toda a cidade e pela rede social, a morte causou novo motivo de indignação e debate sobre a que passa a violência chega. Sem contar no legítimo e profissional da lo-calidade de medicina da UFRJ Vitoria Silva, segundo o delegado de Polícia Civil, o crime ocorreu em um apartamento por um curto período desde a sua he-rança médica. Contas que ele não discutira com o irmão inventaram os colegas. Aos 56 anos, tinha duas filhas esperantes e porteiro zeloso.

— Eu comprei uma ilha que o Jaime me ajudou a escolher — lembra Vitoria, que, ao contrário do do-cto-r de 54 anos, não tem filho e acabou ficando so-la do acidente, recordada há oito meses. — Lerei um livro nessa semana de luto na Lagoa.

De família judia, Jaime passou a maior parte de sua infância no Fundão. Depois de se le-cturar na UFRJ em 1984, e fazer residência no hospital universitário, foi contratado em 1989. Era uma pessoa dedicada. Quantas vezes o pa-ciente não tinha dinheiro para o remédio e lá ia o doutor Jaime comprá-lo. Sem tratamento não ganhava ficava. E não era só dentro do hospital. Era médico 24 horas por dia. O ganhador de ouro Marcos Vinícius Machado, de 28 anos, era um dos muitos “desconhecidos melhores amigos” de Jaime. O médico o conhecia desde de vista, mas, vez por outra, passava para conversar.

— Todo dia, antes de correr na Lagoa, ele pa-rava aqui e ficava de papo com o pessoal que trabalha no estacionamento. Quando a gente estava pagando, ele dava remédio. Estava todo mundo indignado — conta Marcos, que tra-balha na Rua Lamer de Almeida, em Ipanema.

DOIS PARA ANIMAR OS PLANÉTIAS

Jaime possuía a vocação profissional com a pa-sião pela esportiva fitness. Seu foco era a mobilidade cardíaca de pacientes. Era ele que os acompanhava em seus ganhos ôbitos nos tes-tes de esforço. Tinha um camaradagem, sem en-garrafar, indelével por parte do doutor, que distri-buiu doses para animar os planetas.

— Eu sempre me lembro de sempre meia dúzia para dividir com os colegas. Brincava com os alunos e fazia fitness e bicicleta para cada pessoa — diz a médica e professora Andréia Silveira.

O chefe do Serviço de Cardiologia do Fundão, João Manoel Pedreira, observou que o cardiologista recomendava atividade física. E Jaime proficaz-mente que praticava a sua própria academia. Sem receios, percutia a Lagoa, mas também subia o Alto da Boa Vista em sua bicicleta. Não tinha de semana, a bicicleta — chegou a participar da São Silvestre — ou as pedaladas começavam antes das 6h.

— A cardiologia recomenda atividade física. Era isso que Jaime queria fazer, e quem cartão-postal. O Rio poderia ser a cidade ideal para a prática de esporte, mas a falta de segurança só é inibidora da pessoa — diz João Manoel.

Mas não parou Jaime. Ele se pararam todo para corrigir sua rotina: ocupava-se de pro-teção, roupas de ciclismo, tudo como man-dava o Riquinho, incluindo uma bicicleta de de-saprendido superior e mais leve.

— Eu sempre via Jaime pedalar numa bela impressada, dessas caras, que chamam a aten-ção. Também costumava prestar reportes na Li-braria depois de sair de casa — conta o porteiro Al-

“Ontem (anteontem), antes de sair para pedalar, brinco-u comigo, dizendo que eu estava ficando mais moço”

Manoel Estêvão, de 62 anos
Porteiro do prédio de Jaime

“Mesmo estudando psicologia, não consigo compreender o que leva um ser humano a tirar uma vida, ainda mais em uma circunstância como esta. Uma bicicleta e uma carteira por uma vida”

Clara Faria

“Só temos a dizer que Jaime era um médico, pai de família e atleta. Ela participava de maratonas e costumava pedalar na Lagoa. Era um homem forte e lutou durante horas na mesa de cirurgia”

Marcia Anli Exaurier

“Sou professora e ele vivia brincando com meus alunos. Quando eu me atrasava, ele mandava todos os alunos para a aula e quando eu chegava, brincava: ‘já estão todos na sala’”

Andréia Silveira
Chefe do departamento de medicina da UFRJ

“Essa morte é o reflexo do que está acontecendo. A situação está péssima”

Marcos Palmeira
Ata

“Foi uma tragédia anunciada”

Em primeira pessoa

Jaime, além disso, é conhecido por polêmicas de hábito. O Fundão é o único

seu inteligente, um excelente médico, que mesmo de uma maneira errada tentou fazer as coisas certas”, continua “El Anli”.

Muito abalada, Marcia, de volta ao Brasil, conta como ficou sabendo do crime. Junto com os filhos, ela se refere do crime que aconteceu a

Fonte: Acervo do jornal O Globo

A matéria ainda observa que “por toda a cidade e pelas redes sociais, a morte cruel virou motivo de indignação e debate, sobre a que ponto a violência chegou” (ADEUS, 2015, p. 8). A discussão sobre a idade dos envolvidos volta a aparecer, agora na fala da ex-mulher do médico assassinado.

Ao G1 Marcia **falou sobre o fato de o crime ter reacendido a discussão sobre a redução da maioridade penal, com a qual diz não concordar**: - São gerações de vítimas do nosso sistema, da nossa falta de educação, de saúde. Ele era um médico que salvava vidas. É uma loucura uma pessoa que salva vidas, quaisquer vidas, morrer de uma forma dessas (ADEUS, 2015, p. 8, grifo nosso).

O perfil do protagonista é delineado, apresentado ao público quando deixa de viver, e seu caso serve de estopim e clamor para a discussão sobre a violência urbana. A questão da redução da maioridade penal está tão presente na opinião pública que, mesmo a matéria não associando diretamente o caso à redução, reproduz o discurso da fonte, já se posicionando contrária a um discurso que, pelo modo como ela coloca, parece ganhar força na opinião pública.

Na mesma página, é publicado um *box*, assinado pelo Presidente da Comissão de Segurança no Ciclismo da cidade do Rio de Janeiro, Raphael Pazos, cujo título é *Foi uma tragédia anunciada*. A argumentação do autor é que “isso não vai parar porque bicicleta é a bola da vez” (PAZOS, 2015, p.8), e aponta o problema de não haver tipificação para esse tipo de crime, que é registrado como assalto a transeunte. Cobra mais policiamento e observa que “alguém está comprando os produtos roubados” (PAZOS, 2015, p. 8).

Assim, o texto abre três novas questões: falta de tipificação deste crime, necessidade de mais policiamento e participação no crime por parte dos que compram produtos roubados.

Na página 10, a matéria recebe o título *Indignação em toda a cidade e nas redes sociais: estudante faz protesto com cartaz na ciclovia e presidente da ABIH diz que houve piora na segurança*. Novamente a questão do medo é reforçada, mas agora associada a um novo fator: o local será cenário de provas dos jogos olímpicos de 2016: “a morte [...] **espalhou indignação, medo e um sentimento de impotência** entre amigos, familiares e os muitos frequentadores da área – um dos espaços de lazer mais valorizados da cidade e cenário de provas dos jogos de 2016.” (INDIGNAÇÃO, 2015, p. 10, grifo nosso). No mesmo texto há uma agenda de protestos contra o crime, com horários e pontos de encontro divulgados. O presidente da Associação Brasileira de Indústrias de Hotéis é fonte para a matéria. Ele está preocupado com o turismo e

propõe a realização de um fórum para “debater mudanças na legislação”. Não fica claro que mudanças são essas, mas afirma que “A repressão não funciona se a legislação não dá sequência ao combate à violência”. O texto encerra com a informação de que “Três adolescentes foram detidos ontem na Lagoa” (INDIGNAÇÃO, 2015, p. 10).

Na página 11, a matéria é: *Frequentadores mudam rotina para driblar assaltos: ciclistas e corredores circulam em grupo e sem objetos de valor. PMs começam a fazer patrulhamento a cavalo*. A imagem que ilustra o texto é um mapa da Lagoa, com a indicação dos pontos mais perigosos, os locais de ataques recentes e a localização das “apenas duas” cabines de polícia ao longo dos 7,5km de extensão do entorno da Lagoa (Figura 14). O tom é de lamentação pela “perda” de um espaço como a Lagoa para os “bandidos”:

Deveria ser uma bênção para os olhos ou uma válvula de escape para o estresse do dia a dia, mas ultimamente, caminhar ou andar de bicicleta na Lagoa tem despertado outro tipo de sentimento nos cariocas [...] É o medo que vem predominando nos 7 km e meio do entorno (FREQUENTADORES, 2015, p. 11).

Há depoimentos de pessoas que contam suas estratégias para driblar o perigo. Na matéria, ainda se indica que falta iluminação e poda no local. Quem levanta a questão é o presidente da Associação de Moradores do Jardim Botânico, Heitor Welgmann. Informa-se que o comandante do 23º Batalhão de Polícia Militar (Leblon), que assumiu horas antes do assassinato, já anunciou reforço no policiamento, com cavalaria, e que posteriormente serão usadas também bicicletas e veículos elétricos. O Batalhão também criará um grupo no WhatsApp para que donos de quiosques possam se comunicar diretamente. Essa matéria encerra com a informação de que, “de acordo com uma testemunha ouvida na Divisão de Homicídios (DH), dois jovens abordaram e esfaquearam o médico, antes de anunciar o assalto e fugiram pelo túnel da Rebouças”.

Figura 14: Recorte da p. 11 de O Globo em 21 de maio de 2015

LUTO NA LAGOA

Um cartão-postal marcado pela insegurança

Ciclistas e corredores circulam em grupo e sem objetos de valor. PMs começam a fazer patrulhamento a cavalo

Iluminação e poda de árvores deficientes, aumento da população de rua e policiamento escasso. A Lagoa Rodrigo de Freitas, um dos endereços mais nobres da cidade, enfrenta problemas que estão embelezando sua beleza e levando o estresse para o dia a dia de moradores e frequentadores. Além disso, todos esses fatores fazem aumentar o sentimento de insegurança, já que continuam para o crescimento dos casos de assaltos — em um mês, quatro pessoas foram esfaqueadas por ladrões na região. Apesar de todas as queixas, só ontem, depois da notícia da morte do cardiologista, a PM posicionou viaturas em alguns pontos da orla da Lagoa, que tem cerca de 7,5km, e deu início a um novo esquema de policiamento, com homens a cavalo.

— Há trechos mal iluminados, árvores que precisam de poda, parques sem manutenção, com brinquedos quebrados. Ferto do helicóptero, moradores de rua lavam roupas, tomam banho e fazem churrasco — lamentou o presidente da Associação de Moradores do Jardim Botânico, Helton Wiegmann, que tem entre os associados moradores de um trecho da lagoa. — Agora, vão colocar mais policiais. Semana que vem, não haverá mais ninguém. O comandante do 23º BPM (Leblon), coronel Joseli Cândido



da Silva, que assumiu o cargo horas antes do assassinato do médico, diz que o policiamento foi reforçado na área. Ontem, PMs a cavalo já eram vistas na Lagoa.

— Os cavalos dão uma visibilidade maior. O policial fica num plano superior. Será bom — avaliou o coronel.

Segundo Silva, bicicletas e veículos elétricos também serão empregados pelos policiais. Outra medida será a realização de revistas em ônibus que circulam pela área. Ele também criará um grupo de WhatsApp para que donos de quiosques se comuniquem diretamente com o batalhão.

TREINOS SÃO PREJUDICADOS

Ultimamente, caminhar ou andar de bicicleta pela Lagoa tem despertado outro tipo de sentimento nos cariocas: medo. Para driblar o perigo, frequentadores começaram a adotar diferentes estratégias — vale desde pedalar em horários alternativos, andar em grupo e até apelar para um aparelho celular velho e uma bicicleta detonada, que não chamem a atenção de bandidos. Ontem à noite, apesar da temperatura amena, poucas pessoas possuíam ou praticavam esporte no local.

A dona de casa Roberta Ribeiro, de 58 anos, que caminha diariamente na Lagoa, conta que

modou de hábitos após os ataques. Recentemente, ela viu um atleta ser esfaqueado na área.

— Saio de casa quase sempre sem nada. Não trago celular e coloco apenas um dinheirinho no bolso de trás do short.

O ciclista Felipe Hachya diz que a sensação de insegurança mudou a rotina dos treinamentos de sua equipe, a Fox:

— O treino está sendo muito prejudicado. As pessoas estão com medo de sair de casa. Temos que orientar para que todos andem em grupo.

E o que já faz o consultor financeiro Rogério Oliveira, que costuma pedalar às 4h e faz parte de um grupo com quase cem esportistas. O pelotão conta com o apoio de algumas motos, que dão segurança aos ciclistas.

Os atletas do ciclismo investem em modelos mais caros, que podem custar até R\$ 30 mil, mas os ladrões normalmente não sabem o valor da bicicleta — levam o que for mais fácil, diz Rogério Oliveira, que presta assessoria financeira à loja Renato Estrela Bicycles, na Barra:

— Os criminosos levam todos os modelos, não só os melhores. Já vi um ladrão roubar uma bicicleta de velocidade, muito cara, e abandoná-la com metros depois porque não conseguiu andar. Em seguida, pegou outra, que valia um décimo da primeira. ●

Fonte: Acervo do jornal O Globo

Na mesma página, outra matéria relaciona diversos ataques. *Em quatro meses, 167 feridos a faca no Rio*, é o título. São apresentados casos de pacientes atendidos em quatro hospitais da cidade, com base em dados da Secretaria Municipal de Saúde.

Na página 14, o tema é a idade dos infratores na região do ataque. Com o título: *Na região, número de jovens detidos é maior que o de adultos: adolescentes são 57% do total, enquanto no estado o índice é de 25%*, o texto oferece dados de abril, mês em que 40 adolescentes foram apreendidos na área, contra 30 adultos, representando 57% do total. Há uma comparação com a estatística estadual: atos infracionais cometidos por adolescentes representam 25%. Duas fontes são ouvidas na matéria: a delegada Monique Vidal, da 14ª DP (Leblon), e o procurador Marcio Mothé (chamado ora de procurador, ora de promotor na matéria). Monique Vidal, que voltará a ser uma personagem importante no futuro nesta narrativa, lamenta o aumento do envolvimento de adolescentes com a criminalidade, assustada com a agressividade e o uso de armas brancas. “Por isso, aumentamos o número de apreensões, mas também o de inquéritos por abandono de incapaz, com o objetivo de responsabilizar os pais” (NA REGIÃO, 2015, p. 14). Marcio Mothé é duro na crítica contra a “liberação

desenfreada de menores das unidades de internação [...] em razão de uma suposta precariedade das unidades”. “Para Mothé, **está mais do que na hora de os parlamentares discutirem mudanças urgentes no ECA, bem como o Estatuto do Desarmamento**”. (NA REGIÃO, 2015, p. 14, grifo nosso).

Nessa mesma página, um *box* ao lado da matéria explicita o “debate acalorado”, como ficou intitulada a cartola. O título do texto é *Maioridade penal em discussão: ataque na Lagoa suscita divergências sobre o tema*. São apresentadas as opiniões de três fontes, uma contra, outra a favor, e uma supostamente neutra na questão. O texto abre da seguinte forma:

A **suspeita** de que o ataque ao médico Jaime Gold **tenha sido cometido por adolescentes esquentou o já acalorado debate sobre a redução da maioria penal** e divide opiniões (MAIORIDADE, 2015, p. 14, grifos nossos).

Na edição do dia 21, há uma matéria sobre o caso das mortes no Dendê. Novamente assinada por Marcos Nunes, do Extra³¹, a matéria tem como título *Policia civil admite ter atirado em jovens no Dendê: Agente da Coordenadoria de Recursos Especiais prestou depoimento na Divisão de Homicídios* (NUNES, 2015, p. 16). A matéria informa que o adolescente e o jovem foram sepultados num intervalo de apenas meia hora, que as mães de ambos, além de partilharem a dor da perda, compartilham o desejo de ver os responsáveis punidos. As duas mulheres negam que os filhos estivessem armados. A matéria informa sobre o depoimento do policial que admitiu ter atirado, e também relata que ele entregou duas pistolas que estavam na casa onde os jovens foram mortos. Há uma fala da mãe de Gilson, afirmando que o filho não era bandido, e um desabafo da mãe de Wanderson, dizendo que foi assassinato. Ainda consta a informação de que após o sepultamento, cerca de 300 pessoas fizeram um protesto no bairro Cacuia³² e que a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) vai acompanhar o caso e as famílias serão ouvidas pelo presidente da Comissão, o deputado Marcelo Freixo (NUNES, 2015, p. 16), e são, praticamente, as mesmas informações que constam da matéria de Extra.

³¹ Abaixo de seu nome, na assinatura da matéria, consta o e-mail corporativo: jnunes@extra.inf.br

³² O bairro, assim como o Morro do Dendê, fica na Ilha do Governador, Zona Norte, onde ocorreram as mortes de Gilson e Wanderson

6.3.3 A necessidade de punição (no presente e no futuro)

No dia seguinte, 22 de maio, a capa do jornal O Globo novamente é dedicada ao caso, mas dessa vez ao seu antagonista: o suspeito de causar a morte do médico (Figura 15).

Figura 15: Recorte da capa de O Globo, em 22 de maio de 2015



Fonte: Acervo do jornal O Globo

A matéria de capa tem como título: *Suspeito tem 16 anos e 15 crimes*, e o texto está extremamente relacionado com a questão da redução da maioridade penal:

Ele tem 15 passagens pela polícia, sendo 13 por furto ou roubo na Zona Sul, muitos com uso de faca. **Apesar da folha corrida, o jovem nunca passou por uma internação. O crime reacendeu o debate sobre a redução da maioridade penal**, cujo projeto tramita no Congresso (SUSPEITO, 2015, p. 1, grifo nosso).

Na matéria que o texto anuncia, publicada na página 8 do jornal, o título é *A escalada da crueldade: jovem de 16 anos suspeito de matar médico tem 15 passagens na polícia por roubo*. O texto abre com o momento em que a mãe do suspeito foi chamada à 14ª DP, no Leblon, por abandono de incapaz, quando o filho tinha 12 anos.

Na delegacia, ela contou que tinha sido abandonada pelo marido e que trabalhava o dia inteiro como catadora [...] para sustentar os três filhos. [...] Cinco anos depois de muitas idas e vindas, a mãe retornou ontem à Divisão de Homicídios [...] (BOTTARI; GOULART, 2015, p. 8).

O jornal diz que segundo testemunha que o reconheceu, o jovem golpeou o médico pelas costas, antes de anunciar o roubo (e aqui não é usado futuro do pretérito, como usualmente faz o jornalismo quando não há certeza). Já vimos em Extra que a defesa do principal suspeito para o caso, e que virá a ser condenado, questionará, com o laudo da perícia, essa informação. O trecho no jornal é bem detalhado para o momento da ação e denota muita crueldade:

Ao ver a vítima no chão, o suspeito, ainda de acordo com a testemunha, voltou a golpeá-la, rasgando seu abdômen num longo e profundo corte de baixo para cima, que atingiu quatro órgãos e retirou de Jaime qualquer chance de sobreviver ao ataque, mesmo depois de oito horas de cirurgia (BOTTARI; GOULART, 2015, p. 8, grifo nosso).

O delegado também destaca a “frieza” do menino. Sua fala é: “Ele **não demonstra nenhum sentimento pelo outro ser humano**. O médico recebeu no mínimo quatro golpes. A ação foi sorrateira.” (BOTTARI; GOULART, 2015, p. 8, grifo nosso). Um psicanalista é ouvido pela matéria e aponta traços de psicopatia: “Não conheço o rapaz, mas podemos estar diante de uma mistura de fator social com o psicológico. **Dá a impressão de que havia um desejo de esfaquear anterior ao contato com a vítima, de ter prazer com isso**” (BOTTARI; GOULART, 2015, p. 8, grifo nosso), o que demonstra a psicopatização como explicação que o jornalismo aqui oferece à violência urbana.

Mas a trajetória de crimes é também associada com a questão social. Vemos aqui novamente o determinismo abandono-infração, ou o outro par: pobreza-criminalidade: “**A transformação da criança pobre em suspeito de um brutal assassinato está registrada em cada folha dos autos de apreensão** feitos em suas 15 passagens por delegacias da cidade” (BOTTARI; GOULART, 2015, p. 8, grifo nosso). O texto relaciona também a violência à ausência de punição.

Apesar da crescente violência, o jovem **nunca recebeu uma medida de internação em regime fechado**. O maior período de tempo que **permaneceu em uma instituição** aconteceu em 2013. Foram **39 dias** em abrigo provisório para, ao final, receber advertência e remissão da pena (BOTTARI; GOULART, 2015, p. 8, grifos nossos).

A matéria informa ainda que o menino, está fora da escola há quatro anos, que foi apreendido na favela de Mangunhos, num condomínio do Programa Minha Casa Minha Vida (e portanto, não em flagrante), e que a mãe recebe Bolsa-Família. Ele confirmou roubos na região, mas negou ter matado o médico. O encerramento do texto é com o posicionamento do governador, novamente relacionando o crime à questão da maioridade penal.

Ontem, o governador Luiz Fernando Pezão, além de admitir que houve um erro no policiamento da Lagoa, **voltou a falar sobre a redução da maioridade penal. Ele afirmou ser favorável em caso de crimes hediondos:** - Eu não quero que a gente fique enxugando gelo. **A maioria das apreensões que fazemos é de menores. É inaceitável.** Lugar de menor é na escola – disse. – **Só quero que seja feita uma discussão no Congresso Nacional.** A polícia bateu recorde de apreensões de menores e não está sendo suficiente (BOTTARI; GOULART, 2015, p. 8, grifos nossos).

Na página seguinte, 9, sob a mesma cartola do restante da cobertura, “Luto na Lagoa”, o título é: *Projeto que reduz maioridade penal divide opiniões: Proposta de emenda constitucional precisa ser aprovada em comissão especial da Câmara antes de ir a plenário.* O texto inicia com um gancho a partir do texto anterior, que é o posicionamento do governador do Rio com relação à questão.

A redução da maioridade penal – defendida pelo governador Luiz Fernando Pezão em caso de crime hediondo – não é um tema sobre o qual haja consenso entre os deputados do Rio. A proposta [...] tem outros **apoiadores poderosos** entre os políticos fluminenses [...]. **Mas outros parlamentares do Rio, inclusive três dos quatro que integram a comissão especial que discute a proposta, são contra** (SOUZA, 2015, p. 9, grifo nosso)

Segue-se com as posições dos deputados que participam da comissão (21 dos 27 declaram-se favoráveis à redução da idade penal), e também é identificado o posicionamento dos quatro deputados do Rio que fazem parte dela, todos contrários à reforma. Abaixo deste texto, dois textos de opinião são exibidos, um contra e outro a favor da redução da maioridade penal. O contrário é intitulado *Mais escolas, menos presídios*, e assinado por André Luís Machado de Castro, defensor público-geral do Estado do Rio. No texto, ele cita a morte dos meninos do Dendê, assassinados por policiais (assunto que foi capa do Extra), e diz que tanto esse crime quando o que vitimou Jaime Gold têm causa semelhante, que identifica como a incapacidade do poder público em lidar com jovens pobres (CASTRO, 2015, p. 9). A associação dos casos indicia que a relação proposta narrativamente por Extra, passa a ser assumida também

por outros atores sociais que, como nesse caso, a replicam. Assim, a proposta que é elaborada no jornal popular, também acaba se fazendo presente, ressignificada, novamente mediada, em outra produção narrativa, no jornal de referência do grupo.

Na mesma página, ainda, o texto favorável à redução é assinado por Carlos Velloso, ex-presidente do STF, e recebeu o título *Capacidade de entender a conduta criminosa*. Seu principal argumento é de que a sociedade mudou, especialmente com a internet, e hoje os jovens são muito mais bem informados, e por isso com condições de compreender a conduta criminosa (VELLOSO, 2015, p. 9).

Na página 10, o assunto volta a ser a comoção com a morte do médico. Em *Revolta marca enterro no Caju de cardiologista assassinado: parentes e amigos lembram personalidade pacífica de Jaime Gold*, há uma descrição do estado “abalado e revoltado” dos presentes no enterro, e alguns depoimentos de amigos, que relembram o quanto ele era pacífico e boa pessoa. Um desses depoimentos dialoga também com a questão da idade penal. É a fala atribuída a Fernando Freire, que também está presente no Extra, quando comenta que apesar da revolta, a prisão dos “menores” que participaram do “crime” não evitará novos casos e nem resolverá o problema, que é complexo demais para ser resolvido apenas com penalização. Ele defende uma reformulação na educação, nacionalmente. A matéria ainda demonstra a mobilização de estranhos, comovidos com o crime, e conta o caso de um ciclista de 60 anos que saiu de São Gonçalo para prestar solidariedade, mesmo sem conhecer o médico, e relata que ele convocou um protesto de ciclistas pelas redes sociais.

Ainda na página 10, outro texto dá conta da tipificação do roubo de bicicleta. *Alerj votará projeto sobre roubos de bikes: proposta cria uma estatística específica para o crime, além de cadastro*. No texto, afirma-se que a Assembleia do Rio colocou o projeto em votação, em regime de urgência, após o assassinato de Jaime Gold. A relação com o crime é evidente e é associada:

O projeto de lei, que sofria resistência da Polícia Civil – já que é preciso incluir o roubo e o furto de bicicleta nos registros de ocorrência nas delegacias – recebeu o apoio do presidente da Alerj, Jorge Picciani (PMDB). Ele afirmou que já deve colocar a proposta em votação na próxima semana. - **O sentimento é de pesar com relação à família do ciclista. Precisamos mudar a legislação estadual para que ela atenda à população** (COSTA; SCHMITT, 2015, p. 10, grifo nosso).

Raphael Pazos, que assinava texto no Globo no dia anterior, demandando a tipificação do crime, é ouvido também nessa matéria. Sua fala entre aspas é: “Quanto mais ciclovias no

Rio, mais bicicletas e roubos. ... A aprovação desse projeto seria um avanço para a sociedade e contribuiria para a redução dos roubos” (COSTA; SCHMITT, 2015, p. 10).

Na página 11 também são duas matérias sobre o caso. A primeira delas anuncia, já no título: *PM vai implantar patrulhamento especial em áreas de lazer: projeto é levar o policiamento de proximidade para o centro*. A principal fonte, e que fez o anúncio, é o comandante geral da PM, coronel Alberto Pinheiro Neto. O texto dá conta de que ele esteve reunido, na noite posterior ao crime, 20 de maio, com o governador Pezão e com o secretário estadual de Segurança, José Mariano Beltrame. Uma outra questão é levantada pelo comandante e reproduzida na matéria: a criminalização do porte de arma branca.

Sobre a crescente utilização de facas por bandidos, o coronel Pinheiro Neto comentou que isso se deve à certeza da impunidade, uma vez que portar arma branca não é crime: - O limite do poder da polícia é a lei. A lei precisa estar adequada ao momento social, sob pena de não cumprir sua função social, inviabilizando ações policiais e deixando a população à mercê de bandidos e malfeitores de toda a espécie (COSTA, 2015, p. 11).

A posição mostra a pressão de setores para a aprovação do projeto, submetido em caráter de urgência, à Alerj. Na segunda matéria da página, o trabalho é com dados. *Este ano, cinco vítimas foram mortas a faca em assaltos: houve ainda 72 homicídios no estado com uso de arma branca*. A matéria apresenta estatísticas, com base em dados do Instituto de Segurança Pública (ISP) e informa que 58 latrocínios (roubos seguidos de mortes) aconteceram de janeiro a abril daquele ano, no Estado. O uso de arma branca também aparece na matéria, apontado como de menor incidência em crimes do que armas de fogo (ESTE ANO, 2015, p. 11).

O último texto sobre o caso na edição de O Globo do dia 22 de maio é o editorial do jornal, publicado na página 18, com o título: *Crime reforça pressão por nova maioria penal*. O posicionamento do jornal é bastante enfático em prol da redução e ataca posições contrárias.

Crimes como a morte do médico Jaime Gold, e outros com o envolvimento de adolescentes, são tragédias anunciadas que **se alimentam na esquizofrênica resistência de parte da sociedade a enxergar uma realidade insustentável** (CRIME, 2015, p. 18, grifo nosso).

No terceiro dia da narrativa, os assuntos associados ao acontecimento são, a) a questão da responsabilização do jovem, e o debate sobre a redução da maioria penal, que aparece com mais força no jornal com identificação de um suspeito, inclusive em editorial; b) a falta de policiamento no local, c) a não tipificação do crime, e aqui, no segundo dia, já aparece uma busca de solução, com um projeto em caráter de urgência encaminhado na Alerj para que o

roubo de bicicletas seja especificado. O poder político se mobiliza para dar respostas ao medo deflagrado pelo acontecimento.

6.3.4 Respostas do Poder Legislativo

No dia 23, o destaque ao caso é menor em número de páginas e vai se configurando a partir das novas proposições legais. A principal matéria relacionada ao acontecimento está na página 11 e recebe o título *Contra os roubos com faca*, sob a cartola *Ataques em série*. A linha de apoio dá historicidade à questão: *Após 11 anos, deputados desengavetam projeto que criminaliza o porte de arma branca*. Embora o assunto possa parecer se tratar de uma repetição, o que está em pauta agora é a projeção nacional da proposta. Explica o texto:

Após mais dois casos de vítimas esfaqueadas ontem no Rio, **a Câmara dos Deputados decidiu desengavetar um projeto de lei, apresentado há 11 anos, que criminaliza o porte de arma branca nas ruas**. Diante do clamor público, que se intensificou com a morte do cardiologista Jaime Gold — atacado por ladrões na noite de terça-feira na Lagoa —, o líder do PMDB, Leonardo Picciani, pediu o desarquivamento da proposta protocolada em 2004 pelo deputado Lincoln Portela (PR-MG) (SCHMITT, 2015, p. 11).

O texto nos permite perceber a articulação entre diferentes setores sociais. “A sugestão para retirar o projeto da gaveta foi feita pela ex-chefe da Polícia Civil e deputada estadual Marta Rocha (PSD)” (SCHMITT, 2015, p. 11). E, adiante: “A proibição de armas brancas também tem o apoio do presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-RJ), Felipe Santa Cruz” (Ibid.).

Há um entretítulo na mesma matéria sobre a abordagem policial com relação a adolescentes. “Em meio ao número crescente de ataques com faca, o Ministério Público e a cúpula da segurança no Estado do Rio se reuniram na noite de quinta-feira para discutir os limites da atuação policial na abordagem de jovens nas ruas” (SCHMITT, 2015, p. 11). O posicionamento do governador é expresso: “[...] Pezão tem demonstrado irritação com o grande número de adolescentes apreendidos pela polícia que acabam sendo soltos pela Justiça”. E também, o contraponto: “O discurso vai de encontro ao do desembargador Siro Darlan, titular da Coordenadoria Judiciária de Articulação das Varas da Família [...] – O Estado é que deveria responder por ter abandonado esses jovens à própria sorte” (SCHMITT, 2015, p. 11). Essa matéria é publicada ao lado de outra, que informa que mais “duas pessoas são esfaqueadas durante ataques de assaltantes”. E, ao lado, uma coluna de opinião, cujo título é: “Mudar

estatuto é mais fácil que mudar constituição”. O autor é Gustavo Binenbojm, professor de Direito Constitucional.

Na página 12, ao lado, uma matéria menor, ainda com a mesma cartola, *Ataques em série*, retoma a história da primeira vítima do jovem apreendido, “roubada [por ele] em 2010, na Curva do Calombo”, que é precisamente o mesmo ponto da Lagoa em que Jaime Gold sofreu o ataque o levou à morte.

A derrota da seleção brasileira para a Holanda por dois a zero, naquele 2 de julho de 2010, havia deixado as ruas do Rio vazias. Uma jovem, na época com 16 anos, decidiu, então, aproveitar o resto da tarde para pedalar na Lagoa. E foi justamente ali, próximo à Curva do Calombo, no mesmo ponto onde o médico Jaime Gold foi golpeado por faca, que ela conheceu o principal suspeito do assassinato. Hoje estudante de Direito, ela foi a primeira vítima de que se tem registro do adolescente, na época, uma criança que acabara de completar 12 anos. (BOTTARI; NUNES, 2015, p. 12).

O caráter de um recontar a história nos chama a atenção, com a dramaticidade implicada. A vítima do ato de 2010 ainda reflete, adiante na matéria, sobre a situação.

Sinto muito pela família do médico, e imagino a dor que todos estão sentindo. Mas **é o sistema o responsável por essa situação**. Assaltar pessoas talvez seja a única forma que esse jovem conhece para sobreviver. Ele está nisso a vida inteira e, **agora, dificilmente terá uma correção de rumo** (BOTTARI; NUNES, 2015, p. 12, grifo nosso).

Aqui percebemos duas situações: uma delas que se situa no debate em curso, sobre redução da maioridade penal. Provavelmente levando este cenário em consideração, a jovem, que é qualificada pelo jornal como primeira vítima do adolescente, opte por observar que há mais fatores implicados na criminalidade que apenas a maldade: é o sistema, a falta de oportunidades que a criança que outrora a abordou, hoje adolescente, teve. E, adiante, também observa que uma correção de rumo seria impossível. Ao propor que seja impossível para um, pode-se pensar que seja impossível para todos neste caminho, o que poderia reforçar o argumento pela redução da maioridade penal. A matéria cita ainda um fotógrafo que também foi vítima de ação do adolescente. O fotógrafo o teria reconhecido ao vê-lo na TV, por causa do caso Jaime Gold, “pelo jeito de andar” e por isso procurou a delegacia. “Ao olhar as fotos do suspeito, não teve dúvidas” (BOTTARI; NUNES, 2015, p. 12). Esta vítima centra-se no caráter violento da ação realizada por dois jovens.

Também no dia 23, com a mesma cartola dos ataques em série, uma matéria, na página 17, aponta outros motivos, para além daqueles sociais, que levam ao roubo de bicicleta: os

ciclistas que procuram por peças mais baratas. Na matéria *Receptadores de bicicletas vão entrar na mira da polícia* (Figura 16), O Globo conta que os policiais da Divisão de Homicídios vão instaurar outro inquérito, este para investigar os receptadores das bicicletas. Uma fala atribuída ao delegado assistente da DH é reproduzida “[...] **O crime só aconteceu porque existe um mercado receptor** – disse, acrescentando que há pessoas que vão a essas favelas só para comprar peças.” (COSTA, 2015b, p. 17, grifo nosso). O presidente da Comissão de Segurança do Ciclismo Raphael Pazos, que será uma fonte recorrente, concorda com a opinião do delegado e fala sobre reunião com o secretário de estado de Segurança, Beltrame, que teria ficado surpreso com as informações “[...] há roubo porque existe demanda. Quem faz a demanda crescer é o ciclista que banca o esperto e quer comprar peças mais baratas. As bikes também são negociadas na feira de Duque de Caxias, em um local conhecido como roubato das bicicletas” (COSTA, 2015b, p. 17). A outra fonte ouvida não tem seu nome mencionado pelo jornal, mas é identificado como o “dono de uma loja de bikes na Zona Sul”. Diz ele, no recorte feito pelo jornal: “Durante os assaltos, os bandidos dizem os nomes das peças. E são nomes muito específicos, só quem entende bem de bike conhece. A suspeita é que os assaltos já são encomendados” (COSTA, 2015b, p. 17).

Figura 16: Recorte da p. 17 de O Globo em 23 de maio de 2015

Sábado 23.5.2015 Rio **O GLOBO** 17

ATAQUES EM SÉRIE

Receptadores de bicicletas vão entrar na mira da polícia

Peça que custa R\$ 400 pode ser encontrada por R\$ 40 na internet

AMA CLÁUDIA COSTA
accosta@oglobo.com.br

Uma quadrilha especializada em revender bicicletas e suas peças pode estar por trás dos jovens que praticam assaltos na Lagoa, no Aterro do Flamengo e nas trilhas da Floresta da Tijuca e do Alto da Boa Vista. Com a detenção do jovem suspeito de matar a facadas o médico Jaime Gold, no Lagoa, para roubar sua bicicleta, policiais da Divisão de Homicídios (DH) vão instaurar outro inquérito para investigar os receptadores dos veículos. Anteriormente, durante a operação para apreender o rapaz de 16 anos na favela de Mangueiras, foram encontradas várias bicicletas importadas. A venda pode ocorrer na feirinha ou na internet, e uma peça que custa R\$ 400 pode ser encontrada por R\$ 40.

Segundo o delegado assistente da DH, Gintion Lages, o jovem demonstrou um impressionante conhecimento de marcas, preços e peças de bicicletas, que custam até R\$ 30 mil. Gintion acredita que parte dos receptadores estejam nas favelas de Mangueiras e Mandelê.

— O rapaz deu uma aula sobre bikes importadas. O crime só aconteceu porque existe um mercado receptor — disse, acrescentando que há pessoas que vão a essas favelas só para comprar peças.

A mesma opinião é compartilhada pelo presidente da Comissão de Segurança do Ciclismo no Rio de Janeiro Raphael Pazos.



FELIPE TOGIANI/AG. O GLOBO

Relevantes. Bicicletas em depósito da P4 DP (L. Eblon); demanda crescente estimula o roubo

Em reunião com o secretário de Segurança, José Mariano Beltrame, ele contou que os receptadores vendem peças pela internet e em redes sociais.

— O secretário ficou surpreso. Há roubo porque existe demanda. Quem faz a demanda crescer é o ciclista que banca o esperto e quer comprar peças mais baratas.

As bikes também são negociadas na feira de Duque de Caxias, em um local conhecido como roubato das bicicletas.

O dono de uma loja de bikes na Zona Sul disse que muitos de seus clientes são

Suspeito roubava por mês mais de 5 bikes

Documentação incompleta do inquérito leva MP a adiar depoimento

GUSTAVO GOULART
gus@oglobo.com.br
PAULO ROBERTO JUNIOR
paulojunior@oglobo.com.br

O adolescente de 16 anos apreendido na manhã de ontem, suspeito de participação na morte do médico Jaime Gold, costumava roubar mais de cinco bicicletas por mês na Zona Sul, de acordo com um policial da Divisão de Homicídios (DH) que conversou com o jovem logo após de ser detido.

— Ele procurava bicicletas que o interessavam. Conhece bem as marcas, sabe quais são as de maior valor — disse o agente, ressaltando que o adolescente também roubava celulares e cordões.

Para mostrar seu conhecimento das marcas que mais interessam aos receptadores, ele teria mencionado a Giant e a italiana Burnett.

— Parece que ele sabe que perdeu a juventude. Quando eu disse que poderia ficar detido por três anos, ele chorou. Não confessou ter participado do crime, mas de roubo, sim — relatou o policial.

— O que está acontecendo na Lagoa é um descaço do poder público — disse o artista plástico Bernardo Pitangui, de 46 anos, filho do cirurgião plástico Ivo Pitangui, que costuma caminhar pela orla da Lagoa, sempre acompanhado de um cachorro para ter segurança.

Em nota, a Secretaria de Segurança afirmou que o policiamento permanece reforçado na região, com policiais a pé ou transitando em carros, motocicletas, bicicletas e cavalos. ■

Ao lado desta matéria, outro texto conta, no título, que o *Suspeito roubava por mês mais de 5 bikes*. O registro é feito por um policial da DH, “que conversou com o jovem logo após ele ser detido” (GOULART; JUNIOR, 2015, p. 17), logo, não consta de uma informação oficial. “Ele procurava bicicletas que o interessavam. Conhece bem as marcas, sabe quais são as de maior valor” (GOULART; JUNIOR, 2015, p. 17). E, sobre o jovem, ainda avalia: “Parece que ele sabe que perdeu a juventude. Quando eu disse que poderá ficar detido por três anos, ele chorou. Não confessou ter participado do crime, mas de roubos sim” (GOULART; JUNIOR, 2015, p. 17). A matéria ainda fala sobre o policiamento atual na Lagoa e critica que na manhã do dia anterior apenas dois guardas municipais foram vistos no local. A reportagem aciona a Secretaria de Segurança, que, conforme o texto, em nota, “afirmou que o policiamento permanece reforçado na região, com policiais a pé ou transitando em carros, motocicletas, bicicletas e cavalos” (GOULART; JUNIOR, 2015, p. 17).

Nesta edição, dois textos de opinião abordam também o caso. Um é de Zuenir Ventura, na página 15 do jornal. O título é *Há sangue em cada notícia*. A paródia à frase de Mário de Andrade, “há uma gota de sangue em cada poema”, é esclarecida no texto, que inicia com a opinião do autor de que “a simples redução da maioria penal não vai resolver o problema da criminalidade juvenil no país”, e o contraponto: “mas concordo também que a legislação atual precisa ser alterada para não permitir que fiquem impunes crimes hediondos como o desse jovem suspeito de ter assassinado o médico Jaime Bold (sic) na segunda-feira a facadas” (VENTURA, 2015, p. 15) E questiona: “Como manter livre, sem sequer uma internação, alguém que, aos 16 anos de idade, já tem 15 passagens pela polícia, por roubo à mão armada” (VENTURA, 2015, p. 15). Ventura cita ainda dados de reportagem publicada por O Globo no dia 21 de maio, sobre número de feridos a faca na região. Chama a atenção que nas duas vezes em que escreve o nome do médico, o sobrenome aparece com a grafia errada, Bold - um caractere que registra que a comoção e tristeza podem se dirigir a um estranho. E, finalmente, faz uma reflexão que em certa medida fazemos também nesta tese:

Por que esse crime produziu tanta revolta nos cariocas, se foi “apenas” mais um de uma estatística que sempre se atualiza? A resposta talvez esteja na carga simbólica que envolveu toda a tragédia, a começar pelo cenário, um espaço de lazer muito frequentado por ciclistas e caminhantes, inclusive na hora em que o crime aconteceu. A “mensagem” é que não há lugar seguro no Rio de Janeiro [...] (VENTURA, 2015, p. 15).

A outra coluna dedicada ao caso é a de Arnaldo Bloch, no Segundo Caderno. O título é *Cidade esfaqueada*. Num texto de muita capacidade reflexiva e densidade, Arnaldo oferece

ainda mais respostas ao questionamento de Zuenir Ventura. Localizada no Segundo Caderno, que se dedica à cultura, o texto se entranha por questões culturais para dar o contexto e buscar respostas. Em seu início, nos dá mais indícios de como o acontecimento circulou: “Em sua página no Facebook, a cantora Joyce Moreno relata a perplexidade de voltar, quarta-feira³³, de um show no Semente da Pala no qual Chico Buarque deu canja-surpresa e ler nos sites e nas redes a notícia do ataque a facadas de um ciclista na Lagoa [...]” (BLOCH, 2015, p. 8).

O homicídio sob o poente da lagoa ganhou ainda mais em repercussão por emblematicar o *modus operandis* do momento, que vem se alastrando na Zona Sul e em outros pontos das cidades: a arma branca, não usada como simples ameaça, mas com o objetivo de matar ao menor imprevisto, ou mesmo, sem reação da vítima ou pelas costas, como foi o caso (BLOCH, 2015, p. 8).

Pensamos ser importante observar que a explicação ao ataque, “pelas costas”, que é contada e recontada tanto nos textos informativos quanto nos de opinião, partiu da testemunha que, depois sabermos, estava a uma grande distância do ato e chegou a afirmar que não teria como reconhecer ninguém. Com isso não assumimos que a afirmação seja falsa, mas pelo menos não era uma verdade tão irrefutável, como pareceria na leitura dos jornais. O texto ainda traz muitos elementos interessantes e de crítica social, e finaliza: “[...] nas mãos impiedosas de um jovem esfaqueador, vibra a engrenagem de um crime maior, de origem, perpetrado por todo um corpo social. A cidade é aquilo que o homem faz dela. Crime maior é não observar, e aprender, com a História” (BLOCH, 2015, p. 8)..

De ordem menos reflexiva (porém sem deixar de sê-lo), e mais pragmático é o texto de opinião de Willian Helal Filho, na coluna Panorama Carioca. O título: *É urgente*. Ele fala sobre a comoção que o caso gerou. Descreve o cenário da Lagoa: “Passam todos olhando com cara de ‘foi aqui’, alguns param, observam, comentam qualquer coisa. A morte gerou comoção nacional, o povo quer um culpado, pede segurança na área” (HELAL FILHO, 2015, p. 20). Ele retoma outros crimes que “congelaram a cidade” em outros momentos. “Agora, o ponto central do debate, em meio a todo o luto são as facas e a redução da maioria penal, já que o suspeito do assassinato na Lagoa é um menino de 16 anos” (Ibid.) Não nega a pertinência da discussão, mas provoca:

[...] fico pensando se não estamos fazendo esses debates sempre no susto, no calor dos acontecimentos, até o assunto perder força ou aparecer outro agente monopolizador de conversas. O resultado disso é uma busca inconstante por

³³ A quarta-feira em questão é 20 de maio, dia em que O Globo circulava com a notícia de “Mais um esfaqueado”, sem a identificação do médico.

soluções localizadas, paliativas, que é a receita para uma sociedade mal resolvida (HELAL FILHO, 2015, p. 20).

O autor demanda mais inteligência e agilidade da polícia, bem como policiamento preventivo. E encerra o texto retomando uma frase que leu a alguns metros de onde morreu Jaime Gold: “Mais escolas, menos prisões” (HELAL FILHO, 2015, p. 20).

Em O Globo temos uma presença significativamente maior de textos de opinião e reflexões assinadas. E elas nos ajudam, nesta análise, sobretudo a compreender as apropriações sobre o caso feitas por diferentes narradores. Inclusive, a apropriação das narrativas configuradas pelos jornais em análise.

No domingo, 24, a capa de O Globo (Figura 17) é estampada com uma foto que mostra uma grande quantidade de pessoas sentadas no chão, outras em pé, a maior parte vestidas de preto (a legenda fala em 200 pessoas). À frente delas aparecem, em primeiro plano, dois policiais militares em bicicletas. A manchete é “Corrida, missa e bicicleata pela paz”. Na edição dominical o jornal destaca frases da semana, expressas em O Globo e, nesta data, todas são sobre o caso Jaime Gold. Sob o título *O horror na Lagoa*, há a frase da filha, Clara Amil Gold: “Não consigo compreender o que leva um ser humano a tirar uma vida. Uma bicicleta e uma carteira por uma vida”; uma frase do delegado titular da Divisão de Homicídios, Rivaldo Barbosa, que aparece em foto na mesma página, numa montagem com aspas: “Foi um golpe por trás. Quando o médico caiu, eles ainda continuaram a esfaqueá-lo” e, por último, uma frase do campeão de surfe, Gabriel Medina, que aparece na mesma montagem fotográfica com Rivaldo e as aspas. A frase dele é: “Já falei para a minha família que tinha vontade de morar no Rio. Mas algumas coisas, como a morte do médico esfaqueado na Lagoa, desanimam”. A frase de Medina foi publicada no jornal, originalmente, em 22 de maio, em matéria na editoria de Esportes cujo tema era a busca de Medina pelo bom surfe que o levou a ser campeão. As frases novamente, dão conta de como as versões foram significadas em diferentes círculos e estão presentes em diferentes circunstâncias, como por exemplo quando um atleta fala sobre seus planos futuros.

Figura 17: Recorte da capa de O Globo em 24 de maio de 2015



Fonte: Acervo do jornal O Globo

Na página 18, com a cartola *Ataques em série*, a edição de domingo mostra imagens do protesto realizado no dia anterior, sob o título *A pé ou de bicicleta, um 'não' à violência*. A linha de apoio retoma as ações do protesto: “Corrida, missa campal e bicicleata marcam protestos contra a morte de médico na orla da Lagoa”. O texto retoma o protesto, fala do número de participantes, conta que uma vítima de ataque anterior a facadas, ocorrido em 19 de abril, também participou. E dois momentos nos chamam a atenção: “Os protestos surtiram efeito na Lagoa. Duplas de policiais em bicicletas reforçaram desde a manhã a segurança no bairro. Carros da PM também faziam patrulhamento [...]. Uma das viaturas estava a poucos metros da Curva do Calombo, onde o médico foi atacado” (SCHMITT; FRANÇA, 2015, p. 18). Depois de abordar o policiamento (como resposta ao protesto), o texto fala sobre o suspeito:

Apesar de negar participação no assassinato do cardiologista Jaime Gold, o adolescente de 16 anos suspeito do crime foi reconhecido por uma testemunha como o responsável por um ataque a faca no dia 30 de abril, na Zona Sul. Para a polícia, **o reconhecimento mostra que o jovem mentiu ao afirmar que havia parado de praticar crimes há dois meses** (SCHMITT; FRANÇA, 2015, p. 18, grifo nosso).

A página seguinte, 19, busca explicar o que leva à violência tão brutal. O título é *Psicopatia e mal social por trás da violência*. Especialistas das áreas da Psicologia e da Psiquiatria são convidados para explorar o tema. A linha de apoio resume o que se espera que o texto aborde: “Especialistas atribuem brutalidade dos crimes a distúrbios mentais e a bandidos sem respeito pela vida”. Há uma foto em destaque na página. Ela mostra, de frente, o menino apreendido pela morte do médico, com as mãos algemadas atrás do corpo, sendo conduzido por um policial civil. Ele olha para baixo e tem o rosto digitalmente borrado (Figura 18).

Figura 18: Recorte da página 19 de O Globo em 24 de maio de 2015

ATAQUES EM SÉRIE

Psicopatia e mal social por trás da violência

Especialistas atribuem brutalidade dos crimes a distúrbios mentais e a bandidos sem respeito pela vida

MARIA ELISA ALVES
elisa@oglobo.com.br

A vítima nem teve tempo de seguir à risca o protocolo durante assaltos que todo cartista já decorou: não reagir. O médico Jaime Gold foi esfaqueado pelas costas quando pedalava na Lagoa, na noite da última terça, e morreu horas depois, deixando, além da revolta pela covardia, uma pergunta no ar. O que tem levado bandidos, em diferentes pontos da cidade, a extremos de violência gratuita? Psicanalistas e psiquiatras tentam entender o motivo de tanta crueldade — maio começou com as imagens de um pedestre esfaqueado no Centro e seguiu com ataques a uma vietnamita na Praça Quinze, uma mulher em São Conrado e uma chilena na Glória — e não chegam a uma única conclusão. Para alguns, não há dúvidas de que os ataques têm sido feitos por psicopatas violentos, incapazes de ter empatia pelo outro ou demonstrar remorso: para outros especialistas, no entanto, os assaltantes não sofrem de um transtorno mental, mas de outro problema. São extremamente agressivos porque, sem atenção da família e do Estado, não têm a vida valorizada e, por isso, acabam não dando importância à vida do outro.

Professora do Instituto de Psiquiatria da UFRJ, Magda Waismann é taxativa: para ela, quem esfaqueia uma outra pessoa, durante um assalto, sem a vítima ter reagido, tem, sem dúvida, um transtorno de personalidade antissocial. Em outras palavras, é um psicopata.

— No caso do médico, o jovem não só esfaqueou, ele rasgou a vítima. Ele já é um psicopata, e não começou agora, é desde a infância. A mãe abandonou, deixou sem comida, ele sofreu maus-tratos, tudo isso tem uma repercussão cerebral. Ele evoluiu até o homicídio — opina Magda,



Raízes da brutalidade. Adolescente de 16 anos, suspeito de matar médico na Lagoa, tem 15 passagens pela polícia: vida no crime começou aos 12

“No caso do médico, o jovem não só esfaqueou, ele rasgou a vítima. Ele já é um psicopata, e não começou agora, é desde a infância”

Magda Waismann
Professora de psiquiatria da UFRJ

“A impunidade também contribui para explicar a escalada da crueldade”

Andreia Calçada
Psicóloga

“São jovens abandonados pelos pais”

Isabella Souza
Professora de psiquiatria da UFRJ

que lamenta a falta de atenção dada ao adolescente até agora. — Ele foi detido inúmeras vezes, e nada foi feito. Não teve ação psicossocial ou coercitiva. Não teve punição ou intervenção do Conselho Tutelar.

VIDA SEM VALOR LEVA A BRUTALIDADE
A psiquiatra Isabella Souza, também professora do Instituto de Psiquiatria da UFRJ, vê mais nuances nos casos de violência gratuita que o Rio tem enfrentado. Para ela, a banalização do mal existe, mas não se pode generalizar que todo bandido cruel tem traços psicopatas.

— Muitos até apresentam sinais,

mas a grande maioria não é psicopata. São jovens que crescem abandonados pelos pais, que têm muito pouca projeção de melhora, sofrem muitas vezes abuso sexual. Com o tempo, eles passam a ter pouco apego pela vida deles. E, por isso, não valorizam a vida alheia também. Não pensam que não devem ferir uma pessoa, que ela pode ser um pai de família, porque não têm esses valores. Não crescendo com raiva pelo abandono, com ódio pelo outro, pelo grupo ao qual eles não pertencem — diz Isabella, acrescentando que um psicopata apresenta, normalmente,

certa habilidade social, capacidade de manipulação. — Esses jovens não, são só agressividade.

No mesmo linha, a psicóloga Andreia Calçada diz que os bandidos têm sido cada vez mais agressivos porque vêm percebendo, cada vez mais, seu pouco valor na sociedade.

— Eles têm dificuldade de se colocar no lugar do outro, de se identificar com a dor alheia. É um raciocínio “eu não sou valorizado, dane-se o outro”. Se eu sofro violência, por que o outro não pode sentir? A impunidade também contribui para explicar a escalada da crueldade. ■

Fonte: Acervo do jornal O Globo

Como o tema é a brutalidade e a violência, o início do texto contextualiza:

A vítima nem teve tempo de seguir à risca o protocolo durante assaltos que todo carioca já decorou: **não reagir**. O médico Jaime Gold foi **esfaqueado pelas costas** quando pedalava na Lagoa, na noite da última terça, e morreu horas depois, deixando, além da revolta pela **covardia**, uma pergunta no ar. O que tem levado bandidos, em diferentes pontos da cidade, a extremos de violência gratuita? (ALVES, 2015, p. 19, grifo nosso).

A primeira especialista convocada a responder, pela ordem que o texto nos apresenta, é Magda Waismann, professora do Instituto de Psiquiatria da UFRJ. “[...] para ela, quem esfaqueia uma pessoa durante um assalto, sem a vítima ter reagido tem, sem dúvida, um transtorno de personalidade antissocial. Em outras palavras, é um psicopata” (ALVES, 2015, p. 19). O texto do jornal segue com uma citação de fala dela: “- No caso do médico, o jovem não só esfaqueou. Ele rasgou a vítima. Ele já é um psicopata, e não começou agora, é desde a infância. A mãe abandonou, deixou sem comida, ele sofreu maus-tratos, tudo isso tem uma repercussão cerebral” (ALVES, 2015, p. 19). A visão parece tão determinista que, ao introduzir a outra fonte, também professora do mesmo Instituto de Psiquiatria, O Globo destaca: “A psiquiatra Isabella Souza [...] **vê mais nuances** nos casos de violência gratuita que o Rio tem enfrentado. Para ela, a banalização do mal existe, **mas não se pode generalizar que todo bandido cruel tem traços psicopatia**” (ALVES, 2015, p. 19, grifo nosso). Reproduzimos a fala atribuída a ela entre aspas:

Muitos até apresentam sinais, mas a grande maioria não é psicopata. São jovens que crescem abandonados pelos pais, que têm muito pouca projeção de melhora, sofrem muitas vezes abuso sexual. Com o tempo, eles passam a ter pouco apreço pela vida deles. E, por isso, não valorizam a vida alheia também. Não pensam que não podem ferir uma pessoa, que ela pode ser um pai de família, porque não têm esses valores. Vão crescendo com raiva pelo abandono, com ódio pelo outro, pelo grupo ao qual não pertencem (ALVES, 2015, p. 19).

É importante que aqui aparece uma visão dissonante da fórmula já conhecida de psicopatização da violência (e que está presente também em O Globo nos dias anteriores). Outra psicóloga ainda endossa ponto de vista semelhante. Trata-se de Andreia Calçada, que “diz que os bandidos têm sido cada vez mais agressivos porque vêm percebendo, cada vez mais, seu pouco valor na sociedade” (ALVES, 2015, p. 19). Em sua fala literal, aparece, também a questão da alteridade: “Eles têm dificuldade de se colocar no lugar do outro, de se identificar com a dor alheia. É um raciocínio ‘eu não sou valorizado, dane-se o outro’. Se eu soffro

violência, por que o outro não pode sentir?” (ALVES, 2015, p. 19). Abaixo do texto noticioso que ocupa o topo da página, há uma notícia curta que traz a opinião de um psiquiatra forense, que diz que “o comportamento cada vez mais cruel de bandidos não pode ser atribuído a doenças mentais, mas, sim, aos modelos de vida dos criminosos”. O psiquiatra é Fábio Nascimento Silva e ele observa os valores diferentes entre quem “mora no asfalto” e quem “convive com a agressividade”. Além disso, menciona que apenas entre 1 e 2% da população sofre de transtornos mentais. Outra fonte é ouvida para a matéria, também psiquiatra forense, e fala da despersonalização. “Talvane Moraes diz que os bandidos acham que só a violência intimida e não hesitam em ser cada vez mais violentos, porque sequer enxergam a vítima como pessoa: - Para despersonalizar quem eles mataram ou feriram, não chamam a vítima de pessoa. Falam “matei um boneco”. O psiquiatra também avalia que o excesso de violência dá *status* no mundo do crime.

No outro extremo da página, uma coluna é dedicada a uma curta entrevista com a autora de um livro a ser lançado no mês seguinte, *Psicopatas do cotidiano*. É também uma psiquiatra, Katia Mecler e, para ela, “A falta de educação e famílias desestruturadas são nocivas à personalidade de um jovem”, mas observa que não se pode generalizar a patologização. Atribui a violência também ao uso de drogas.

Na segunda-feira, 25, a página 2 do jornal elege como imagem da semana a mesma que estampou a capa do jornal no dia 21 de maio, quando passou a se saber quem era o ciclista esfaqueado e morto. A foto volta no dia 25, segunda-feira, na página, com o texto *Comoção e luto na Lagoa* (Figura 19).

Figura 19: Recorte da página 2 de O Globo em 25 de maio de 2015

O GLOBO 90 ANOS
DEPOIMENTOS



"Em 1982 a gente criou um Circo, na ditadura, no Arpoador. Um monte de cabeludo maluco. Um fato absurdo, extraordinário. Aquele pavilhão foi uma surpresa na cidade."

PERFEITO FORTUNA, 65 ANOS
ator e produtor

Veja o vídeo:
<http://bit.ly/1EphR48>

Imagem da semana



COMOÇÃO E LUTO NA LAGOA

FOTO DOMINGOS PELXOTO
Ciclista observa cartazes de protesto no local da morte de Jaime Gold, na Curva do Calombo, na Lagoa. O médico foi estapeado por um assaltante terça-feira, quando passava de bicicleta. Ele chegou a ser socorrido, mas não resistiu. O crime, numa área onde os assaltos são comuns, provocou várias manifestações.

Leia também

Fonte: Acervo do jornal O Globo

Nesta data, há nova relação do caso com esportes. Se no dia anterior a fala de Medina chamava a atenção da comoção de atletas com o caso, no dia 25, o diálogo é com a paixão pelo futebol e torcida. Na foto de perfil de Gold publicada em 21 de maio (figura 13), ele usa um boné do Fluminense. Essa foto aparecerá várias outras vezes em O Globo e Extra. No domingo, na página de esportes, há uma foto de uma bicicleta num estágio de futebol, e a menção: “À memória de Gold”, que era torcedor do clube. O texto de um parágrafo ao lado da foto relata que o clube prestou homenagem à memória do médico. “Uma bicicleta foi posta sobre a bandeira do clube à beira do campo do Maracanã, antes do jogo com o Corinthians” (Figura 20).

Figura 20: Recorte da página 3 do caderno Esportes de O Globo em 25 de maio de 2015



Fonte: Acervo do jornal O Globo

No espaço “do leitor” do jornal na mesma edição, há sete mensagens sobre o caso, quase todas com um tom de indignação e demandando punição. Já com relação a conteúdo informativo, uma reportagem na página 6 aborda o tema de capa, com uma foto do protesto, que é também mencionado na linha de apoio (“Em domingo marcado por protesto na Lagoa, cidade tem mais uma pessoa esfaqueada). O título é *Oito vítimas em oito dias*, associando os diferentes casos a uma mesma narrativa, como também faz Extra. A reportagem de página inteira está sob a cartola *Ataques em série* (Figura 21). O texto inicia recuperando as circunstâncias do ataque da nova vítima, o músico José Clementino da Silva (adiante a reportagem nos conta que ele é autor de quase 389 sambas e MPB, gravadas por nomes como Bezerra da Silva, Fagner e Elba Ramalho). Assim a matéria conta sobre o roubo (a facas no ônibus. “Ele diz que tentou desarmar e ferir o bandido, mas que também acabou atingido pela faca no braço esquerdo enquanto lutava”), e também sobre a vida do músico, que reflete, numa citação literal: “Ninguém está livre do que ocorreu. Na semana passada foi o médico na Lagoa, os números vão inflando, mas a situação permanece a mesma” (FRANÇA; ROSA; SCHMITT, 2015, p. 6). Depois de também falar que agiu por impulso, mesmo sabendo que não se deve reagir, a matéria muda de rumo e sob o entretítulo *Dia de protestos na Lagoa*, conta sobre mais uma vítima de facadas, um fuzileiro, que está internado. “Pelo segundo dia seguido, moradores, ciclistas e parentes de vítimas da violência se reuniram ontem em mais uma manifestação pela paz na Lagoa” (FRANÇA; ROSA; SCHMITT, 2015, p. 6). O texto menciona também que pais de outras vítimas da violência participaram do protesto. Tratam-se de casos também comoventes (FERNÁNDEZ PEDEMONTE, 2010): Gabriela Prado, morta em 2003, num tiroteio na estação São Francisco Xavier, e Alex Bastos, morto no início do ano após assalto em ponto de ônibus no Botafogo. O texto ainda se reporta à reportagem exibida pelo programa Fantástico, que entrevistou o rapaz que atendia a Gold na loja de bicicletas que frequentava.

Ele, Jorge Felipe Mendonça de Leão, contou ao Fantástico que foi também vítima de assalto, em outubro do ano anterior, no Aterro do Flamengo. Também quando pedalava. “Na ocasião ele levou três facadas, e mais uma quando o assaltante percebeu que ele ainda estava vivo”. A reportagem encerra com a participação de um especialista, Paulo Storani, pesquisador do Instituto Universitário de Polícias Públicas e Ciências Polícias da Universidade Cândido Mendes, cuja fala na reportagem é: “Há um descrédito total nas autoridades públicas, aliado a um sistema de justiça criminal que não previne crimes, e uma lei permissiva que não pune devidamente menores infratores” (FRANÇA; ROSA; SCHMITT, 2015, p. 6).

Figura 21: Página 6 de O Globo em 25 de maio de 2015

6 00.000 **Rio** Segunda-feira 25.5.2015

ATAQUES EM SÉRIE

Oito vítimas em oito dias

Em domingo marcado por protesto na Lagoa, cidade tem mais uma pessoa esfaqueada

RIO DE JANEIRO, 25 de maio (O Globo) — Em para ser mais uma viagem tranquila entre sua casa, em Maracajal Heróides, e o seu trabalho no Centro de Rio. No entanto, quando ele saiu da linha 378 (Maracajal Heróides - Centro) estava a poucos metros do ponto final, na Avenida República do Paraguai, o músico José Clementino da Silva, conhecido como Nival, de 55 anos, sofreu-se a mais recente vítima de um ataque em série na cidade. O caso, ocorrido na manhã de ontem, é o oitavo episódio registrado em apenas oito dias.

Segundo o relato da vítima, o crime aconteceu na altura do Cemitério Municipal. O músico conta que, assim que entrou a estação para entregar os pertences, sentiu o olhar do assaltante. Ele diz que conseguiu desarmar e fugir o assaltante, mas que também acabou atingido pela faca no braço esquerdo enquanto fugia.

Assaltante e furtivos foram presos ao posto final, e Nival foi levado ao hospital da FM, PS 204 e os policiais que mandaram entrar na viatura para cuidar da — chamada Nival —. Um outro caso que está sendo investigado e em conexão já dentro de outro coletivo. Casos que são ligados e em conexão.

O caso foi registrado na SP (Módulo de 56). De acordo com o delegado Marcelo Casagrande, o assaltante é Wanderson Barbosa, de 31 anos, um morador de Condição que não tinha antecedentes criminais. A acusação é de tentativa de assalto e foi especificada. Nival foi levado para o Hospital Souza Aguiar onde foi medicado e recebeu um curativo anti-BTV, já que a mesma faca que o atingiu também lesionou o braço.

Antes de quase 100 câmbios entre câmbios e músicas de MPB grandes por horas como Roberto de Silva, Fagner e Elza Soares. No final estava a canção de oswaldinho onde trabalhava em um projeto contra a violência de mulheres registradas de Nival.

— Nivalém esse livro do que ocorreu. Na semana passada foi o médico na Lagoa, os números vieram inflando, mas a situação permanece a mesma — continue o músico.

O episódio se gabou logo depois que deixou a Nival, onde permaneceu por nove anos como furtivo. Foi nos tempos como músico que, segundo ele, aprendeu técnicas de defesa pessoal que o ajudaram a desarmar o assaltante que tentava atacá-lo.

— Já que a gente deve estar reagir a um assalto, mas acabou agindo por impulso — concluiu.

DIÁLOGO DE PROTESTOS NA LAGOA
Setenta vítimas de ataques e furtos na cidade na última semana. O furtivo marçal Alexandre Lima Ribeiro contou sua experiência no Hospital Marçal Manoel Elias, no Rio de Janeiro, em São Cristóvão. Ali agora, embora angustiado pelo caso, o delegado Mário Luiz da Silva, chefe da 1ª DP (São Cristóvão), aguarda a sua melhor de Alexandre para que ele possa tomar decisões seguras. A Marçal não divulgou o estado de saúde de furtivo.

Por segundo dia seguido, estudantes, idosos e parentes de vítimas da violência se reuniram ontem em mais uma manifestação pela paz na Lagoa.

2005. Última de uma bela perda durante o ataque entre policiais e assaltantes na estação São Francisco Xavier, e André e Manoel Schomaker, pai de Alex Schomaker Bastos, morto no início do ano após assalto em ponto de ônibus em Botafogo.

— Queremos denunciar nossa indignação. As pessoas precisam sair da mansão de uma maneira pela paz na sociedade — disse Ubay.

DESCRÉDITO NAS AUTORIDADES
Em reportagem enviada ontem à noite, o “Fantástico” da TV Globo, além de Jorge Felipe Mendonça de Leão, o jornalista que escreveu a história de Nival, também falou com o músico Clementino da Silva e o músico Clementino da Silva e o músico Clementino da Silva e o músico Clementino da Silva.

Press. Mendonça foi para a SP DP, no Centro

Cronologia

- 21 de maio: Ataque a vítima em Vila Flor, de 35 anos, é atacado por três assaltantes, perdendo a vida.
- 22 de maio: O cardôlogista de 40 anos, Alexandre Ribeiro, é atacado na Lagoa e sofre ferimentos graves.
- 23 de maio: Lorena Trindade, de 31 anos, é atacada por dois assaltantes em um ponto de ônibus, perdendo a vida.
- 24 de maio: O furtivo de 30 anos, Alexandre Ribeiro, é atacado por dois assaltantes em São Cristóvão, perdendo a vida.
- 25 de maio: O furtivo de 30 anos, Alexandre Ribeiro, é atacado por dois assaltantes em São Cristóvão, perdendo a vida.
- 26 de maio: O furtivo de 30 anos, Alexandre Ribeiro, é atacado por dois assaltantes em São Cristóvão, perdendo a vida.
- 27 de maio: O furtivo de 30 anos, Alexandre Ribeiro, é atacado por dois assaltantes em São Cristóvão, perdendo a vida.
- 28 de maio: O furtivo de 30 anos, Alexandre Ribeiro, é atacado por dois assaltantes em São Cristóvão, perdendo a vida.
- 29 de maio: O furtivo de 30 anos, Alexandre Ribeiro, é atacado por dois assaltantes em São Cristóvão, perdendo a vida.
- 30 de maio: O furtivo de 30 anos, Alexandre Ribeiro, é atacado por dois assaltantes em São Cristóvão, perdendo a vida.
- 31 de maio: O furtivo de 30 anos, Alexandre Ribeiro, é atacado por dois assaltantes em São Cristóvão, perdendo a vida.

Fonte: Acervo do jornal O Globo

Como a reportagem cita a matéria de Fantástico, trazemos para a análise também esta produção. Com duração de 9 minutos, a reportagem exemplifica a relevância e importância nacional que o caso alçou. O jornalista que a assina é Marcelo Canellas. A relação do ataque ao médico e do ataque ao funcionário da loja em que Jaime consertava a bicicleta insere outro elemento que é trabalhado na reportagem de Canellas: classe social. Jorge, o funcionário da loja, é apresentado como “filho de um pedreiro e de uma dona de casa”. E depois de contar do ataque cruel que sofreu e que o deixou com sequelas respiratórias, o texto da reportagem, pelo encontro, narra o que se teme:

Um médico de classe média, com uma longa carreira dedicada à saúde pública. Um jovem pobre que dá duro para vencer na vida. Que duas pessoas tão diferentes tenham sido vítimas da mesma brutalidade mostra um ataque indistinto ao que a cidade pode oferecer de mais democrático a moradores e visitantes. A possibilidade do encontro, da convivência nos espaços públicos está agora ameaçada pelo medo (REDE GLOBO, 2015).

A violência de que se fala e se comove neste momento, demarca Canellas, não é só a que atinge a classe média. Por isso o exemplo que traz é o do trabalhador, do “jovem pobre que dá duro para vencer na vida”. Talvez num exercício de evitar a caracterização deste novo problema de comoção pública como um problema da classe média.

Voltando às páginas do jornal, no dia 26 de maio, na coluna de Ancelmo Gois até a venda de coco entra em relação com o caso (Figura 22). Uma foto com uma mulher segurando um coco verde, em uma banca, está acima da frase “Violência afeta mercado de coco”. Abaixo, a foto que já foi capa e também foto da semana, da ciclista que olha para a intervenção de protesto no local da morte do médico. E o texto, que afirma: “A morte do médico Jaime Gold, há uma semana, na Lagoa, não mudou só a rotina de quem visita ou se exercita no cartão-postal: fez também cair o movimento de quem tira de lá o seu sustento” (GOIS, 2015, p. 12).

Figura 22: Recorte da página 12 de O Globo em 26 de maio de 2015



Fonte: Acervo do jornal O Globo

Na página 9 da mesma edição, duas matérias relacionadas ao caso. Uma é *Cunha apoia criminalização do porte de arma branca*, que indica que o deputado dará prioridade ao projeto quando terminar a votação de um pacote de ajuste fiscal. A matéria relaciona seu posicionamento a outro, em conexão com o caso. “Em seu perfil no Twitter, Cunha comentou que o crime contra o médico Jaime Gold, na Lagoa, na terça-feira passada, é mais uma argumentação de que é preciso também rever a maioria penal” (BOTTARI; MENDES, 2015, p. 9).

A matéria ao lado mostra, na foto, uma mulher consolando outra, que está com a cabeça baixa, da qual não conseguimos ver o rosto. Trata-se da mãe do adolescente apreendido. O título é *Suspeito da morte do médico permanece detido*. A notícia indica que a Vara da Infância e Juventude decidiu manter o adolescente internado provisoriamente. “Antes do depoimento, a mãe do adolescente conversou por telefone com a equipe do Globo e afirmou que deseja que o filho seja internado, mas afirma que ele é inocente no caso do médico” (GOULART; BORGES, 2015, p. 9).

Ao lado do texto, em uma pequena coluna, há a notícia de que o consulado francês emitiu um alerta a funcionários e cidadãos franceses para tomar cuidado ao circular pelo Rio de Janeiro, com orientações sobre não andar sozinho, a pé ou de bicicleta depois que o sol se põe, entre outras recomendações.

No dia 27, na matéria *Pedalada segura*, a história de um jovem cidadão francês, que sofreu ataque enquanto pedalava na Lagoa, é contada (BOTTARI, 2015, p. 11). Ele já havia sido fonte na primeira matéria sobre protestos após o caso Jaime Gold. A reportagem principal da página conta que a Alerj aprovou, no dia anterior, em primeira discussão, o projeto de lei para “a inclusão de roubo e furto de bicicleta nas estatísticas de violência”.

Inicialmente, a proposta chegou a sofrer resistência da Chefia da Polícia Civil, que indeferiu, em janeiro, um pedido de tipificação dos roubos e furtos feito no ano passado pela Comissão de Segurança dos Ciclistas. Contudo, ante o clamor público provocado pela morte de Jaime Gold, o presidente da Comissão, Raphael Pazos, foi recebido pelo secretário de Segurança, José Mariano Beltrame, que teria sido favorável à proposta (SCHMITT, 2015b, p. 11).

Outra ação legislativa é mencionada, mas esta da Câmara de Vereadores: “o caso será tratado numa CPI, criada para apurar os roubos de bicicleta e a revenda de peças” (SCHMITT, 2015b, p. 11). Outros casos de pessoas que sofreram ataques a faca são mencionados na reportagem.

6.3.5 Dúvida sobre as investigações

Quando a discussão caminhava para os desdobramentos legislativos para oferecer respostas à insegurança e indignação, a primeira reviravolta da investigação é destacada com uma nota na capa de O Globo, em 28 de maio. *Polícia identifica mais um suspeito*, é a manchete, abaixo do texto: *Assassinato na Lagoa*. O texto é: “A polícia disse que rapaz de 15 anos confessou participação na morte do médico Jaime Gold, na Lagoa. Mas, segundo policiais, a vítima foi esfaqueada por jovem detido semana passada” (POLÍCIA IDENTIFICA, 2015, p. 1). Assim, a capa já traz as contradições da investigação e os novos movimentos fáticos acionados por outros atores no desdobrar do caso. Com o título *Mais um jovem no crime*, o texto na página 9 segue apostando na contradição, desde a linha de apoio: “Rapaz de 15 anos confessa ter assaltado médico, mas polícia diz que cúmplice já detido deu facadas”. O primeiro parágrafo explica a situação difícil da mãe:

A polícia deu por encerrado o caso do médico Jaime Gold [...] há cerca de uma semana. Um segundo suspeito, de 15 anos, confessou para a mãe ter participado do crime junto com o outro adolescente, de 16, apreendido na semana passada, e ela tomou a difícil decisão de denunciá-lo (GRILLO; ARAÚJO, 2015, p. 9).

Neste texto, já abordado quando da análise de Extra, O Globo relata que “Antes de o caso ser dado como esclarecido numa entrevista coletiva ontem, houve alguma confusão porque a Secretaria de Desenvolvimento Social chegou a informar que o jovem teria confessado o esfaqueamento do médico” (GRILLO; ARAÚJO, 2015, p. 9). Por fim, são confrontadas visões da polícia, que acaba incorporando à sua versão a de que os dois jovens participaram do crime. É a fala do delegado responsável pela DH: “Para a Divisão de Homicídios, não restam dúvidas de que os dois adolescentes participaram da morte do médico Jaime Gold na Lagoa [...] Agora é com o Ministério Público e com o Poder Judiciário” (GRILLO; ARAÚJO, 2015, p. 9). Antes disso, há uma citação da delegada Patrícia Aguiar, responsável pela investigação, face à confusão com relação à confissão não confirmada de que o segundo suspeito é que teria dado as facadas: “A testemunha [do caso] **tinha uma visão perfeita dos dois em ação**. Não temos dúvida de que foi o primeiro menor que deu as facadas” (GRILLO; ARAÚJO, 2015, p. 9, grifo nosso). Como saberemos depois em Extra, a testemunha estava bem longe da ação, em contexto de observação desfavorável.

É interessante que com a publicação do novo suspeito no caso, O Globo parece colocar, pela primeira vez nesta narrativa, questões sobre a investigação. No dia seguinte, 29 de maio, nova contradição é publicada: *Lagoa: testemunha diz que um dos jovens era branco*, com chamada na capa do jornal. A linha de apoio é: “Mas dois rapazes apreendidos pela Polícia Civil como suspeitos da morte do médico Jaime Gold são negros”. O texto confronta a investigação:

Ao ser questionada se a testemunha havia citado a participação de um rapaz branco no crime. Na entrevista coletiva da última quarta-feira, a delegada Patrícia Aguiar, da DH, responsável pelo caso, negou. – Não. A testemunha confirmou a condução da bicicleta pelo primeiro menor apreendido, o posicionamento deles e a participação do primeiro menor apreendido (GRILLO, 2015, p. 10).

O jornal parece então ter posse do depoimento, pois segue: “No mesmo depoimento, a testemunha, que trabalha próximo ao local, afirmou ‘que o autor que estava na garupa da bicicleta foi logo esfaqueando a vítima’” (GRILLO, 2015, p. 10). E segue: “A Polícia Civil, no entanto, sustenta que o responsável pelos golpes seria o adolescente apreendido na semana passada, que estava conduzindo a bicicleta” (GRILLO, 2015, p. 10).

A confissão do segundo adolescente sobre as facadas volta nesta matéria.

Outra divergência aparece também na primeira versão divulgada pela Secretaria municipal de Desenvolvimento Social. Segundo o órgão, o jovem

apreendido na quarta-feira teria confessado à mãe ter dado as facadas que causaram a morte do médico. Depois, os policiais informaram que o suspeito, na verdade, havia culpado o outro rapaz pelos golpes. A secretaria depois se retratou afirmando ter havido um erro de informações (GRILLO, 2015, p. 10)

E mais uma contradição é apontada:

Para aumentar a polêmica, a delegada Monique Vidal, titular da 14ª DP (Leblon), que iniciou a apuração do assassinato, comentou anteontem, no Facebook que a testemunha, ao ser ouvida por um delegado-adjunto de sua unidade, afirmou não ter condições de reconhecer os criminosos. Ela disse ainda que, em outra DP, no dia seguinte, a mesma testemunha identifica o suspeito por foto. [...] Após serem revelados pelo ‘RJ-TV’ da Rede Globo, os comentários feitos na rede social pela delegada foram apagados. (GRILLO, 2015, p. 10)

Já no sábado, 30, em notícia que contabiliza mais uma pessoa esfaqueada, um entretítulo na matéria dá conta do acontecimento Jaime Gold. O entretítulo é *MP quer esclarecer dúvidas*, e o texto diz que os dois adolescentes deverão ser submetidos a uma acareação, junto com outros jovens de idade e aparência semelhantes. “O objetivo da presença de outros rapazes é apurar a veracidade da informação dada pelo segundo menor apreendido [...] de que os dois já se conheciam e chegaram a praticar pelo menos um crime junto antes da morte de Gold” (MAGALHÃES; GOULART, 2015, p. 14).

As contradições da investigação apontadas por O Globo se refletem também na formação de opinião. Na coluna Panorama Carioca do dia 30, Aydano André Motta intitula seu texto, ironicamente, de *A melhor polícia do mundo*. “A investigação em torno da morte do médico-ciclista Jaime Gold na Lagoa patina numa sucessão inacreditável de trapalhadas, que conjuga imperícia, açodamento e vaidade” (MOTTA, A. 2015, p. 20). Ele exemplifica:

Mais de uma semana depois da trágica noite da terça 19 de maio, os policiais parecem seguidores da doutrina de Chacrinha: vieram para confundir, não para explicar. Faltam elementos – muitos – para cristalizar a convicção de que o menor de 16 anos, velozmente apresentado como autor do crime, foi mesmo o responsável pela morte do médico. Os indícios oferecidos até agora têm a solidez do barro sob o temporal (MOTTA, A., 2015, p. 20).

O mês de junho inicia com uma matéria em que há menção ao caso em O Globo. Trata-se de uma notícia curta, na página 10 da edição de segunda-feira, 1º de junho. *Beltrame visita Dona Marta após tiroteio* é o título, e a linha de apoio conta: *Secretário conversa com moradores e PMs e toma até chimarrão em laje*. O texto faz uma espécie de humanização do secretário e afirmação da tranquilidade, em meio a um clima de tensão e violência. Três dias

antes, havia ocorrido um tiroteio no local, envolvendo traficantes e policiais da Unidade de Polícia Pacificadora do Morro Dona Marta.

Apesar do confronto, que interrompeu um período de quase sete anos sem conflitos no morro, Beltrame caminhou pelas ruas da comunidade em clima de tranquilidade. Sempre acompanhado do capitão Márcio Rocha, comandante da UPP da favela – a primeira a ser inaugurada na cidade, em dezembro de 2008 -, o secretário conversou com moradores e policiais e caminhou da sede do comando da unidade, no alto do morro, até a Rua São Clemente. Gaúcho de Santa Maria, Beltrame chegou a parar na laje famosa pela gravação de um clipe de Michael Jackson, em 1996, com direito a cuia e bomba, para espantar o frio da manhã chuvosa (BELTRAME, 2015, p. 10).

Aqui percebemos também que há vários momentos do texto em que se inserem informações sobre paz no local, para contradizer o medo ocasionado pelo tiroteio. É importante que a paz esteja assegurada nesse lugar, pois é a primeira unidade da polícia pacificadora, um modelo. Por isso até o chimarrão entra no contexto, para dar o clima de normalidade, tranquilidade, por mais que ação seja no mínimo inusitada para o local. Ao fim do texto, retorna o assunto que mobiliza a cidade desde os últimos dias. Ao relatar que Beltrame teve compromissos durante todo o final de semana em áreas marcadas por crimes recentes, chegamos na Lagoa: “Na manhã de sábado, o secretário esteve na Lagoa Rodrigo de Freitas, onde se reuniu com moradores e membros de associações que usam a área de lazer para a prática de esportes” (BELTRAME, 2015, p. 10). Não se fala de nenhum encaminhamento, apenas se lembra que “no último dia 19, o médico Jaime Gold foi esfaqueado enquanto pedalava na ciclovia. Dois adolescentes foram presos suspeitos do latrocínio” (BELTRAME, 2015, p. 10).

No dia 2 de junho, O Globo discute, em seu editorial, novamente sobre a maioria penal. Naquele contexto, havia a perspectiva de um referendo sobre o tema. Por isso o título é *Maioridade penal é tema de referendo*. O jornal defende a realização da votação, proposta por Cunha, por ser tema “que a opinião pública se envolve de forma intensa e também por ser assunto de fácil compreensão geral” (MAIORIDADE PENAL, 2015, p. 14). Para contextualizar, afirma o editorial: “O assunto cresceu ainda mais a partir de diversos crimes praticados por menores de idade, armados de faca, no Rio. Entre eles, o assassinato do médico Jaime Gold, na Lagoa, num dos inúmeros roubos de bicicleta verificados na cidade nas últimas semanas” (MAIORIDADE PENAL, 2015, p. 14).

Quando o assunto vai novamente esfriando, tornando-se mais presente nos textos de opinião, ou então servindo como exemplo de caso de violência, outro episódio o eleva novamente ao *status* de tema relevante e atual em pauta, como *hard news*. A capa do jornal no

dia 3 de junho dedica uma de suas chamadas para o caso: *Assassinato na Lagoa – Reviravolta: surge 3º suspeito*. O texto narra: “outro jovem diz ter participado da morte do médico Jaime Gold. Segundo ele, suspeito apontado pela polícia como autor das facadas, o primeiro a ser apreendido, é inocente”. Uma longa matéria (Figura 23) é dedicada ao caso, na página 10, com uma linha do tempo em estilo infográfico com “o passo a passo do caso”, em que há três fotografias. Essa linha do tempo retoma o assalto ao médico, a morte, os protestos, a apreensão (chamada de prisão) do primeiro suspeito, a confissão do segundo, no dia 27 de maio e posiciona, no dia 28 de maio, “A primeira dúvida”. Neste item, o texto diz: “Em depoimento na Divisão de Homicídios, divulgado pelo GLOBO, a testemunha afirma que um dos autores do crime era “branco e magro. Os dois suspeitos apreendidos pela polícia são negros. O depoimento aconteceu em 20 de maio, dia seguinte ao crime” (BOTTARI; ARAÚJO; GRILLO, 2015, p. 10, grifo do autor).

Figura 23: Recorte da página 10 de O Globo em 3 de junho de 2015

10 | O GLOBO Rio **Quarta-feira 3 de maio**

ATAQUES EM SÉRIE

Reviravolta no crime da Lagoa

Surge um terceiro suspeito, que tenta inocular o primeiro acusado de esfaquear médico

ESCONDIDO NA CASA DA VOVÓ
 Um jovem negro, identificado como o suspeito principal no crime da Lagoa, foi encontrado escondido na casa da avó, em Maricá, no Rio de Janeiro. O jovem, identificado como o suspeito principal no crime da Lagoa, foi encontrado escondido na casa da avó, em Maricá, no Rio de Janeiro.

LADRÃO QUE FERIU ESTUDANTE EM TREM É PRESO
 Um jovem negro, identificado como o suspeito principal no crime da Lagoa, foi encontrado escondido na casa da avó, em Maricá, no Rio de Janeiro.

Peção sancionará projeto de lei que faz do roubo de bicicleta um tipo específico de crime

O PASSO A PASSO DO CASO
 POLÍCIA ENCERRA INVESTIGAÇÃO EM DOIS DIAS, MAS CRIME TEM AZARADA NOVA VERSÃO

QUARTA-FEIRA, 3 DE MAIO
O crime
 O médico Jaime Gold é esfaqueado no topo e se afoga no rio a 50 metros da praia de Maricá, no Rio de Janeiro.

QUARTA-FEIRA, 3 DE MAIO
A morte do médico
 Depois de múltiplas tentativas de socorro, Jaime Gold não sobrevive ao ataque. O médico é levado ao Hospital Municipal de Maricá, onde morre às 16h30. O corpo é levado para o Instituto de Medicina Legal.

QUARTA-FEIRA, 3 DE MAIO
Protestos
 Logo após a morte do médico, moradores de Maricá manifestam-se contra o crime. O local é cercado por policiais e militares.

QUARTA-FEIRA, 3 DE MAIO
Prisão do primeiro suspeito
 A Polícia Civil apreende o primeiro suspeito de envolvimento no crime da Lagoa, o jovem negro de 20 anos identificado como o suspeito principal.

QUARTA-FEIRA, 3 DE MAIO
A primeira dúvida
 Em depoimento na Divisão de Homicídios, divulgado pelo GLOBO, a testemunha afirma que um dos autores do crime era “branco e magro”. Os dois suspeitos apreendidos pela polícia são negros. O depoimento aconteceu em 20 de maio, dia seguinte ao crime.

QUINTA-FEIRA, 4 DE MAIO
2º suspeito se entrega
 O segundo autor do crime de envolvimento no crime da Lagoa se entrega à polícia. Em depoimento, reconhece a participação no crime e afirma que o primeiro suspeito apreendido esfaqueou o médico. O suspeito é identificado como o suspeito principal.

QUINTA-FEIRA, 4 DE MAIO
A primeira dúvida
 Em depoimento na Divisão de Homicídios, divulgado pelo GLOBO, a testemunha afirma que um dos autores do crime era “branco e magro”. Os dois suspeitos apreendidos pela polícia são negros. O depoimento aconteceu em 20 de maio, dia seguinte ao crime.

QUINTA-FEIRA, 27 DE MAIO
2º suspeito se entrega
 O segundo autor do crime de envolvimento no crime da Lagoa se entrega à polícia. Em depoimento, reconhece a participação no crime e afirma que o primeiro suspeito apreendido esfaqueou o médico. O suspeito é identificado como o suspeito principal.

QUINTA-FEIRA, 28 DE MAIO
A primeira dúvida
 Em depoimento na Divisão de Homicídios, divulgado pelo GLOBO, a testemunha afirma que um dos autores do crime era “branco e magro”. Os dois suspeitos apreendidos pela polícia são negros. O depoimento aconteceu em 20 de maio, dia seguinte ao crime.

QUINTA-FEIRA, 28 DE MAIO
A primeira dúvida
 Em depoimento na Divisão de Homicídios, divulgado pelo GLOBO, a testemunha afirma que um dos autores do crime era “branco e magro”. Os dois suspeitos apreendidos pela polícia são negros. O depoimento aconteceu em 20 de maio, dia seguinte ao crime.

Fonte: Acervo do jornal O Globo

É neste contexto, em que já há pelo menos uma dúvida, que o jornal anuncia a “reviravolta”, mesmo termo que aparece em Extra. Reproduzimos alguns trechos abaixo:

O caso do assassinato do cardiologista [...] teve uma reviravolta. Na madrugada de ontem, um adolescente, que seria da favela do Jacarezinho, compareceu à delegacia do Engenho Novo, acompanhado por uma irmã e pelo padrasto, para confessar sua participação no crime **cuja investigação já havia sido dada como encerrada pela Divisão de Homicídios do Rio**. O suspeito inocentou o jovem de 16 anos apontado pela polícia como o autor dos golpes de faca na vítima. Segundo ele, o esfaqueador foi um adolescente de 15 anos, o segundo a ser detido. O rapaz contou a policiais ter assaltado o médico apenas na companhia do segundo adolescente [...]. A nova versão pode mudar o rumo do inquérito. O crime, em tese, estaria esclarecido. [...] o diretor da unidade [DH], Rivaldo Barbosa, e a delegada Patrícia Aguiar, responsável pelo caso, afirmaram ter convicção de que os dois jovens capturados atacaram juntos o médico, sendo que o primeiro teria desferido os golpes que causaram a morte de Gold (BOTTARI; ARAÚJO; GRILLO, 2015, p. 10, grifo nosso).

Um entretítulo na matéria relata: “Depoimentos de testemunha causou polêmica”. Aqui são lembrados os episódios envolvendo a testemunha, que “em um primeiro depoimento dado à 14ª DP [...] disse que não tinha condições de reconhecer os criminosos. Depois, na Divisão de Homicídios, **garantiu** que um dos assaltantes era branco e o outro negro” (BOTTARI; ARAÚJO; GRILLO, 2015, p. 10, grifo nosso). O jornal ainda observa que os dois “detidos”, “que até ontem eram os únicos a responder pelo crime, são negros” (BOTTARI; ARAÚJO; GRILLO, 2015, p. 10). Também relembra que a “confusão em torno da investigação chegou às redes sociais”, com as publicações da delegada Monique Vidal. E mais uma contradição é retomada: a das instituições, que divulgaram versões discrepantes. A referência é à Secretaria estadual de Desenvolvimento Social no Rio Comprido, já que “o órgão chegou a informar que ele [segundo adolescente] havia confessado a uma assistente social que esfaqueou o médico”. E, “No mesmo dia, algumas horas depois de ter conversado com a assistente social, ele prestou depoimento na DH, mas o teor da confissão era outro: ele teria admitido a participação no assalto, mas acusava o primeiro detido de esfaquear o médico” (BOTTARI; ARAÚJO; GRILLO, 2015, p. 10).

Essa reportagem marca um momento de virada não apenas na investigação, mas também na narrativa, já que, se havia dúvidas que começaram a aparecer em textos anteriores, como os

do dia 29 de maio, agora parece que se consolida uma posição de descrédito nas investigações. Ela fica evidente em outras passagens.

No que concerne às versões contraditórias sobre o segundo adolescente ter assumido ser o autor das facadas, o jornal ainda diz: “A Secretaria de Desenvolvimento Social fez uma retratação pública, afirmando ter havido um equívoco nas primeiras informações que divulgou. No dia seguinte, o órgão não quis mais se pronunciar sobre o caso” (BOTTARI; ARAÚJO; GRILLO, 2015, p. 10). O último parágrafo dessa parte do texto fala sobre os responsáveis pela investigação, em relação à aparição de um novo suspeito:

Procurados ontem, Rivaldo Barbosa e Patrícia Aguiar não quiseram comentar o surgimento de um terceiro jovem envolvido no assassinato. A assessoria de imprensa da Polícia Civil informou que os dois delegados não se pronunciaram porque estavam checando a veracidade das novas informações. Ontem, no final da noite, foi divulgado que um outro delegado da DH, Gineton Lages, daria uma coletiva sobre o crime Gold (BOTTARI; ARAÚJO; GRILLO, 2015, p. 10).

A próxima – e última parte do texto – traz para a narrativa fragmentos de textos atribuídos a este terceiro jovem, que foram publicados no Facebook, ressignificados pelo jornal. Os depoimentos vêm à tona por outra fonte, a polícia, que revela ao mesmo tempo em que afirma desconfiar do texto do adolescente.

Policiais que investigam o crime veem com desconfiança a história que envolve o terceiro suspeito. Eles estranham o que chamam de “crise de consciência do jovem: em mensagens publicadas na internet, o rapaz afirma estar arrependido de ter deixado o primeiro jovem responder por um crime que não cometeu. Segundo investigadores, ele disse, em redes sociais que “não aguentava mais” ser julgado pelas pessoas e lamentava o sofrimento de seu cúmplice, que havia se entregado. “Tou (sic) sentido que os caras tão fazendo a maior covardia com o meu parceiro lá dentro”, teria escrito, referindo-se ao segundo suspeito detido (BOTTARI; ARAÚJO; GRILLO, 2015, p. 10).

Aqui percebemos que apesar de falas literais atribuídas ao jovem, o uso do futuro do pretérito, “teria escrito” dá conta de que, em função de uma apuração secundária, o jornal não tem certeza da veracidade do texto. Para encerrar a reportagem, a defesa do primeiro adolescente é ouvida e afirma que vai entrar com um pedido de *habeas corpus* (e não há relação causal proposta entre a apresentação de um novo suspeito, mas pode deduzir-se que é por conta deste novo contexto).

Abaixo desta reportagem, uma notícia anuncia que *Pezão sancionará projeto de lei que faz do roubo de bicicleta um tipo específico de crime*. No texto ficamos sabendo que a proposta,

de autoria dos deputados Martha Rocha (PSD) e André Ceciliano (PT), foi aprovada por unanimidade no dia anterior, na Alerj. “Já a votação do projeto do deputado Geraldo Pudim (PR) que prevê multa para quem for flagrado com facas cujas lâminas tenham mais de dez centímetros recebeu sete emendas e foi adiada para a próxima semana” (PEZÃO, 2015, p. 10). Uma das emendas, explica o jornal, “estabelece critérios para identificar quem utiliza facas para trabalhar”. O autor da emenda é Carlos Minc (PT) e há uma citação dele: “Temos de diferenciar a faca que irá a um churrasco daquela que será usada num crime” (PEZÃO, 2015, p. 10), referindo-se, como indica o texto do jornal, à opinião de que quem estiver transportando facas em mochilas e sacolas não pode ser punido.

Em 4 de junho, a capa do jornal dá seu maior destaque para a manchete *Número de presos subiu 87% em oito anos no país* e incluímos a matéria no *corpus*, ainda que sem relação direta com o caso em análise, porque o contexto prisional está relacionado com o acontecimento em questão, pelo viés da discussão do aumento da maioria penal. O texto na capa explica o cenário: “Enquanto o Congresso debate o endurecimento de penas, a superlotação nos presídios se agrava”. A matéria é gerada pela divulgação, por parte do governo, de pesquisa feita em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, mencionada também no texto de capa. A reportagem está logo no início do jornal, na página 3, com o título de *Explosão carcerária* e, abaixo dela, vem uma notícia menor que indica que o *Governo fará propostas de Segurança para evitar redução da maioria*. A relação entre os temas não está apenas na justaposição. Na reportagem da explosão carcerária, após apresentação dos principais dados, se diz “[...] a pesquisa foi apresentada pelo secretário nacional da Juventude, Gabriel Medina, como uma evidência de que aumentar penas não reduz a criminalidade, numa referência à disposição da Câmara de votar ainda neste mês a PEC que reduz a maioria penal” (MARIZ, 2015, p. 3).

Também no dia 4, na mesma edição, a página 10 apresenta uma reportagem intitulada *A gangue do ‘coreto’*. O tema é um grupo de cerca de 20 jovens do bairro Jacarezinho investigado pela polícia, do qual dois são suspeitos do ato criminal da Lagoa. Abaixo, destacamos alguns trechos:

Parece brincadeira, mas um grupo de adolescentes registra na internet suas atividades criminosas: apesar da pouca idade, eles formam uma quadrilha que vem espalhando medo e sofrimento na cidade.

O chamado Coreto 155 do Jacarezinho – coreto, no mundo do crime, seria uma gíria para assalto, e 155, uma referência do artigo do Código Penal que trata de furto [...]

Investigá-lo [o bando] não é fácil: se, por um lado, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabelece que só devem ser apreendidos jovens envolvidos em crimes de ameaça à vida, por outro, os registros de delitos de menor gravidade costumam ser precários (BOTTARI, 2015b, p. 10).

As publicações que os integrantes do grupo fazem no Facebook são abordadas na matéria, mas desta vez não sabemos se chegam a conhecimento do jornal pela polícia ou se há acesso a elas durante o processo de apuração. Diz o texto: “Ontem, um integrante do Coreto 155 do Jacarezinho postou no Facebook sobre as investigações policiais. Ele ainda fez uma homenagem ao terceiro suspeito que se entregou: “Vc vai sair dessa irmão. Tou (sic) com vc até o fim” (BOTTARI, 2015b, p. 10). O jornal ainda conta: “No Facebook e também no YouTube, o Coreto 155 do Jacaré divulga músicas nas quais faz apologia ao crime e promete ‘aterrorizar a Zona Sul’” (BOTTARI, 2015b, p. 10). Uma das fontes na reportagem é o procurador Márcio Mothé, que exprime indignação: “Basta entrarmos nas redes sociais para vermos o quanto essas quadrilhas estão se organizando e debochando da sociedade” (BOTTARI, 2015b, p. 10).

O impacto do surgimento de um terceiro suspeito para a investigação também é abordado:

O surgimento no caso do médico de um terceiro suspeito, que procurou a polícia na madrugada de terça-feira e inocentou o único adolescente apreendido pela Divisão de Homicídios, criou **mal-estar na Secretaria estadual de Segurança**. Fontes do primeiro escalão do órgão informaram que o diretor da especializada, **o delegado Rivaldo Barbosa, que está de férias, teria recebido recomendação para retornar imediatamente** ao trabalho. No entanto, **ele informou, por telefone, que está enfrentando problemas de saúde e não voltará à DH nos próximos dias**. (BOTTARI, 2015b, p. 10, grifo nosso).

O encerramento da matéria dedica seis parágrafos ao posicionamento do governador, que demonstra pouca preocupação com a busca da verdade no inquérito policial. “Para ele [governador], independente de um terceiro suspeito ter confessado participação no crime, inocentando o primeiro jovem apreendido, todos os três adolescentes investigados são criminosos que costumam praticar assaltos [...]” (BOTTARI, 2015b, p. 10). A fala literal a ele atribuída é: “Nenhum dos três é inocente. Todos possuem anotações criminais. O mais importante é que a polícia está prendendo esse grupo” (BOTTARI, 2015b, p. 10). Essa postura é repetida pelo governador ao comentar sobre erros na investigação, adiante: “Pode ter havido um engano. Erros acontecem. Porém, repito, o mais importante é que três pessoas que cometiam crimes estão presas” (BOTTARI, 2015b, p. 10). É interessante notar um contraste não

necessariamente evidente, e talvez nem mesmo proposital, mas as afirmações do governador, repetidas pelo jornal, são publicadas justo na mesma edição em que uma reportagem se dedica a abordar a explosão carcerária no Brasil. Sem demonstrar preocupação com a busca pela justiça ou pela verdade na investigação, parece que o governador, neste contexto, com esse contraste, só está preocupado em encher ainda mais os presídios.

6.3.6 É tempo de boas notícias

Com o assunto em pauta desde o dia 21 de maio, no dia 5 de junho, uma sexta-feira, que sucede o feriado de Corpus Christi, a página 9 do jornal apresenta a matéria intitulada *Um dia tipicamente carioca*, com a cartola *Xô baixo astral* (Figura 24). A linha de apoio é “Feriado com céu azul e temperatura amena deixa lotadas principais áreas de lazer da Zona Sul do Rio. Teve piquenique no Aterro do Flamengo, acrobacias na Lagoa e ciclistas na orla de Ipanema”. A foto que acompanha a matéria mostra uma mulher fazendo acrobacias aéreas, como um pano que está pendurado em uma árvore. O cenário ao fundo é composto pela Lagoa, e o texto indica:

Na Lagoa Rodrigo de Freitas, a menos de cem metros do local onde o médico Jaime Gold foi esfaqueado durante um assalto, há duas semanas, três amigas faziam acrobacias em tecidos brancos amarrados em uma árvore. A supervisora de vendas Camila Cerezine, que pratica a modalidade desde 2013, escolheu o local por acreditar que a alegria voltará à região.

- Sei que as pessoas passam por aqui e ficam impressionadas. Mas fico feliz de ver que, bem perto o local do assalto, crianças e adultos param, tiram fotos e perguntam sobre a nossa prática. É esse espírito que deve prevalecer no Rio, de paz, amor e alegria (LO-BIANCO, 2015, p. 9).

Figura 24: Recorte da página 9 de O Globo em 5 de junho de 2015

XÔ, BAIXO ASTRAL

Um dia tipicamente carioca

Feriado com céu azul e temperatura amena deixa lotadas principais áreas de lazer da Zona Sul do Rio. Teve piquenique no Aterro do Flamengo, acrobacias na Lagoa e ciclistas na orla de Ipanema

ALESSANDRO LO-BIANCO
alessandro.bianco@oglobo.com.br

Um belo feriado de outono, de céu azul e temperatura amena, foi o motivo perfeito para que cariocas e turistas lotassem ontem as áreas de lazer da Zona Sul. No Aterro do Flamengo, muitas famílias fizeram piqueniques. O movimento também foi grande na ciclovia. As praias ficaram cheias, assim como a Lagoa Rodrigo de Freitas, onde houve até acrobacias com tecido, com o cartão-postal da cidade ao fundo.

Na Lagoa Rodrigo de Freitas, a menos de cem metros do local onde o médico Jaime Gold foi esfaqueado durante um assalto, há duas semanas, três amigas faziam acrobacias com tecidos brancos amarrados em uma árvore. A supervisora de vendas Camila Cerezine, que pratica a modalidade desde 2013, escolheu o local por acreditar que a alegria voltará à região.

— Sei que as pessoas passam por aqui e ficam impressionadas. Mas fico feliz de ver que, bem perto do local do assalto, crianças e adultos passam horas felizes a fazerem coisas



Beleza. Com o cenário da Lagoa Rodrigo de Freitas ao fundo, árvore e tecido como cenário

de uma cidade maravilhosa, que é muito amada pelos seus moradores — disse ela.

É acompanhado o ciclista Diólio Damasc

futevôlei. Mas vocês, cariocas, conseguiram levar o tênis para as areias também!

Há um Pôrtonômbus, o canal Autostar



Lista. Bicicletas são catalogadas na delegacia

No 'Achei minha magrela', a chance de ter a bike de volta

Campanha busca encontrar donos de 80 bicicletas apreendidas pela polícia

Integrantes da Comissão de Segurança no Ciclismo, em parceria com inspetores da 10ª DP (Botafogo), deram início a uma força-tarefa, na manhã de ontem, para catalogar 80 bicicletas recuperadas que estão guardadas na delegacia. O material, batizado de 'Achei minha magrela', tem o apoio de dez voluntários, que vão incluir os dados no site www.bicicletasroubadas.com.br. De acordo com Rafael Pazos, presidente da comissão, na página haverá uma área chamada "Biciclotre recuperadas".

Fonte: Acervo do jornal O Globo

A matéria publicada ao lado desta também traz algo de positivo diante da tragédia, mas neste caso, mais com caráter de solução diante do drama vivenciado. *No 'Achei minha magrela', a chance de ter a bike de volta* é o título do texto que informa que teve início no dia anterior a catalogação de 80 bicicletas recuperadas que estavam na 10ª DP (Botafogo), e que serão disponibilizadas no site www.bicicletasroubadas.com.br. A fonte é Raphael Pazos e O Globo também informa que, se der certo, o cadastro será estendido a todas delegacias do Rio. Assim, há mais um indicativo de parceria da polícia com outros grupos, agora não empresa, como anunciado no reforço no policiamento, mas organização da sociedade civil. O site não é novo, nem criado para o projeto, mas existente desde 2001, organizado por cidadãos, como podemos saber acessando a aba "Sobre" do endereço eletrônico (<http://www.bicicletasroubadas.com.br/roubos-quem-somos.asp>).

A comoção pública com os temas violência e paz se manifesta no jornal de diferentes formas. No dia 6 de junho, sábado, a página 2 do Segundo Caderno mostra uma série de ilustrações (Figura 25) sob o título *Rio, 450 danos*. Trata-se do logotipo de aniversário da cidade, modificado por um designer, Fernando Amorim. Os números transformam-se em representações de pessoas em situação de criminalidade. Uma fala dele é incorporada ao texto: "A gente se preocupa em celebrar a cidade maravilhosa, mas acho que, antes de qualquer festa, tem que dar uma arrumada na casa". Ele conta de uma experiência de assalto com a qual teve

proximidade: “Minha mãe foi rendida no carro, levaram bolsa, celular...” E o texto jornalística continua: “Ela, inclusive, mora na Lagoa, pertinho de onde o médico Jaime Gold foi assassinado a facadas”.

Figura 25: Recorte da página 2, Segundo Caderno, jornal O Globo, em 6 de junho de 2015

Gente Boa

CLEO GUIMARÃES

genteboa@oglobo.com.br

COM MARI FORTUNA, FERNANDA PONTES, GUILHERME SCARPA E GABRIELA LEAL

RIO, 450 DANOS

Designer carioca critica violência com intervenções na logo de aniversário da cidade



RIO DE JANEIRO

CORRENDO DO ARRASTÃO
Todo VERÃO



RIO DE JANEIRO

E ARRANHARAM MEU (ARRÔ, POIS NÃO PAGUEI PARA O PLANELINHA "DAR UMA OLHADINHA" ...



RIO DE JANEIRO

SALTEI DO ÔNIBUS E FUI A PÉ PARA NÃO CHEGAR ATRASADO NO TRABALHO



RIO DE JANEIRO

COM SAUDADES DA ÉPOCA QUE IR, NO MARAÇA AOS DOMINGOS ERA UM PROGRAMA POPULAR

O fim das livrarias
Mais uma livraria vai fechar as portas na cidade. A megaloja da Saraiva no Village Mall dá seus últimos suspiros e sai de cena em breve. Com três andares, é a única livraria do shopping — e uma das poucas da Barra. E do Rio.

O melhor sushiman do país
Considerado o melhor sushiman do Brasil, o paulista Jun Sakamoto está de mudança para Nova York. Vai abrir por lá um japa nos mesmos moldes de sua casa em São Paulo: poucos lugares, ingredientes fresquíssimos, preços acima da média, e um "código de comportamento" a ser respeitado. Leia na nota abaixo.

Como é por lá
No restaurante de Jun Sakamoto, pedir um combinado só com salmão é uma ofensa. O chef fecha a cara imediatamente e manda o cliente procurar outro restaurante. Molho shoyu? Só algumas gotas, dosadas na hora. Beber refrigerante é considerado um assassinato gastronômico e a bebida é servida a contragosto. Perguntar se "o atum está fresquinho" é para os fortes. Perse muito bem antes de fazê-lo.

Rio Surreal
Por falar em São Paulo, veja como alguma coisa anda mesmo fora da ordem nos preços do Rio. Um pacotinho de Biscoito Globo custa mais caro aqui, na cidade onde ele é fabricado, do que no recém-inaugurado Eataty, o gourmetizado complexo gastronômico que SP importou dos Estados Unidos. No Posto 9, o biscoito chega a sair por R\$ 5. No Eataty é R\$ 4,35.

Imunidade baixa
A bruxa anda solta na família Pezão. O governador, que está com conjuntivite e acaba de se recuperar de herpes labial, foi passar o feriado em Pirai para ficar com o pai, Seu Darcy. Ele está com pneumonia.

Carnaval 2016
A Beija-Flor anuncia na segunda-feira o seu enredo para o carnaval 2016 — e tudo indica que a escola vá mesmo optar pela história do Marquês de Sapucaí. Até Ronaldo Fenômeno chegou a ser cogitado como tema para o desfile.

Nelson vira musical
Nelson Rodrigues terá uma de suas obras mais conhecidas transformada em musical. "O beijo no asfalto" será dirigido por João Fausseca, o mesmo de "Cásula Eller" e "Cazuisa — Pro dia nascer feliz".
Cláudia: Um dia com o jornalista

Criada pelo Comitê Rio 450 para que o carioca interagisse com a facadas, a facadas, a facadas...

Mas, ultimamente, essa sensação deu lugar a outro sentimento. "O que estamos sentindo é abandono e dor..."

Fonte: Acervo do jornal O Globo

No dia seguinte, domingo, também no Segundo Caderno, a coluna assinada por Tony Belotto é intitulada *Criminocracia*, e nos ajuda a compreender como se alastra o clima de insegurança. Em dado trecho, diz: “Do rico empresário flagrado em propinas internacionais ao adolescente que assassinou a facadas o médico Jaime Gold, na Lagoa, o crime se impõe democraticamente como o inexorável destino da Pátria Esfaqueadora” (BELLOTTO, 2015, p. 6).

No dia 9 o caso volta para as notícias de caráter informativo e a página 8 do jornal traz matéria com o título *Suspeito de matar médico na Lagoa dá nova versão*. A linha de apoio já faz a relação com o primeiro suspeito, implicado nesta *nova versão*: “Advogado de primeiro jovem detido diz que segundo rapaz voltou atrás em depoimento e inocentou seu cliente” (ROBERTO JUNIOR; HERINGER, 2015, p. 8). Importante observar que o jornal demarca, já na linha de apoio, que quem aciona a notícia é a defesa de outro dos suspeitos. Talvez por isso, novamente o uso do futuro do pretérito para indicar a incerteza: “O segundo jovem apreendido por suspeita de participação na morte do médico **teria** voltado atrás e inocentado o primeiro adolescente [...] detido dois dias após o crime” (ROBERTO JUNIOR; HERINGER, 2015, p. 8, grifo nosso). O “fato” apresentado, sem dúvidas, é que “os três adolescentes suspeitos do crime prestaram depoimento no dia anterior na Vara da Infância e Juventude, no Fórum de Olaria. O texto também demarca o modo como a notícia chega ao jornal: “Segundo o advogado Alberto de Oliveira Junior, que defende o primeiro jovem detido, as declarações dadas pelo segundo adolescente apreendido – que inicialmente acusara o primeiro de esfaquear Jaime – corroboram a versão de que seu cliente é inocente” (ROBERTO JUNIOR; HERINGER, 2015, p. 8). Há uma citação literal de fala dele, em que diz: “Não podemos divulgar o teor do depoimento, pois o processo corre em segredo de Justiça.”. O advogado anuncia que entrará com pedido de *habeas corpus* e cobra responsabilidade dos órgãos envolvidos na investigação, inclusive do Ministério Público. A partir de então, o texto jornalístico fala do depoimento como se tivesse estado lá, ou tivesse tido acesso ao inteiro teor: “No depoimento de uma hora e 40 minutos, o segundo menor disse que mentiu em seu depoimento na Divisão de Homicídios porque estava ‘com medo’. Contestou ainda que quem o acompanhou na ocasião era um terceiro rapaz, de 16 anos, que se entregou na semana passada” (ROBERTO JUNIOR; HERINGER, 2015, p. 8). Observamos que uma das jornalistas que assina o texto é Carolina Heringer, a mesma repórter que, no Extra, se dedica a recompor narrativamente a vida do primeiro adolescente implicado no caso.

Como num roteiro de novela, com muitas reviravoltas, e em que não se podem indicar os nomes, o texto jornalístico precisa explicar, encontrando modos de designar: “Esse terceiro jovem, que também está apreendido, manteve ontem a versão que dera na delegacia: confessou que participou do assalto e apontou o segundo rapaz com autor das facadas” (ROBERTO JUNIOR; HERINGER, 2015, p. 8). Também nos chama a atenção que o texto diz, sobre esse terceiro suspeito: “Com 20 anotações criminais, o adolescente causou uma reviravolta [...]” e nos parece impossível não comparar a página inteira que se dedica ao fato de que o primeiro adolescente tinha 15 anotações criminais (16 anos e 15 crimes, em ambos os jornais) e agora,

neste caso, um adolescente com ainda mais anotações criminais, das quais se sabe apenas nesta notícia. Nos demonstra que a força narrativa que assumem os textos depende sempre do contexto em questão.

Dois dias depois, no dia 11 de junho, destacamos os desdobramentos das negociações sobre a lei para redução da maioria penal. O Globo nos informa que Cunha, o presidente da Câmara, recua da redução da maioria para todos os crimes e passa a articular apoio a projeto do senador Aloysio Nunes Ferreria (PSDB), apenas para crimes hediondos, e recua também da realização de referendo. Nesta data, 11 de junho, o jornal também publica que a Alerj aprovou a multa por porte de faca, com 61 votos favoráveis e três contrários. O mesmo trecho que aparece em Extra da fala do deputado, de que não se trata de nova tipificação de crime, mas sim instrumento para a polícia atuar de forma preventiva, aparece aqui também. O projeto suscitou reações contrárias em polos bem opostos na política: extrema direita e extrema esquerda. Reproduzimos abaixo:

Apesar da aprovação maciça, a proposta suscitou críticas. Flávio Bolsonaro (PP) protestou em sua conta no Twitter: “É o Estatuto do Desfalcamento. E criminosos seguem impunes!”. Já Dr. Julianelli (PSOL) destacou que o projeto causará enorme impasse em áreas rurais, onde trabalhadores costumam usar facões como instrumento de trabalho no campo (IGLESIAS et al, 2015, p. 6).

No dia seguinte, 12 de junho, o jornal dedica uma matéria longa para o assunto que também foi pautado no Extra: *Empresários financiarão segurança em áreas de lazer*, e aqui há o anúncio da parceria, que teria sido feita “após a gravação de uma entrevista de Beltrame à jornalista Míriam Leitão, no estúdio da GloboNews” (ARAÚJO, 2015b, p. 14). A parceria envolve recursos para melhorar o policiamento em três áreas de lazer: Lagoa, Quinta da Boa Vista e Parque Madureira, com construção de quiosques para bases policiais, doação de bicicletas, armas não letais e outros equipamentos não especificados, no valor de R\$ 450 mil só para a Lagoa e mais R\$ 425 para cada uma das outras duas áreas. Ao lado desta matéria, uma pequena notícia informa que o advogado Rodrigo Mondego, da comissão de Direitos Humanos da OAB, vai denunciar a delegada Patrícia Aguiar por desvio de conduta na apuração do caso Jaime Gold. “Ele a acusa de cerceamento de defesa durante a apreensão do segundo adolescente acusado de envolvimento [...]” (GOULART, 2015, p. 14), como já relatado em análise do Extra.

A coluna de Míriam Leitão, na página 22, repercute a conversa e entrevista com o secretário de Segurança, do dia anterior. Cita fala dele que menciona em estatísticas a redução da violência no Rio. “Ele admite que, apesar de os números estarem ao lado dele, a sensação

das pessoas não é esta” (LEITÃO, 2015, p. 22). E explica como tem se desenrolado a questão da parceria com a iniciativa privada:

Beltrame contratou consultoria externa para estabelecer um plano de ação estratégica para a segurança no Rio. Por isso, quando 70 empresários foram procura-lo, perguntando se poderiam ajudar, ele tinha metas e projetos nos quais eles teriam possibilidade de investir. Já foram feitas três reuniões com os empresários dispostas a investir de forma voluntária no esforço de segurança do Rio (LEITÃO, 2015, p. 22)

A visão do secretário sobre maioria penal também é abordada pela jornalista em sua coluna: “Sobre o polêmico projeto de redução da maioria penal, Beltrame acha que a sociedade está discutindo ‘se encarcera ou não o menor’, quando o importante é saber o que acontecerá com o menor, de onde veio, o que o levou para a rua” (LEITÃO, 2015, p. 22), e numa citação literal de sua fala, diz que “ele não pode ficar na rua”. Uma posição que propõe uma alteração da questão a partir da qual se estrutura o debate, mas que não responde quanto à pergunta posta.

No sábado, 13 de junho, uma matéria com foto informa que o site com bicicletas recuperadas pela polícia já pode ser consultado (Figura 26). Depois de explicar como funciona, traz a avaliação sobre a parceria: “Para [Raphael] Pazos, a cooperação entre as delegacias e a sociedade civil é um novidade, num momento em que a bicicleta começa a ser tratada como meio de transporte: - Ficamos muito felizes com essa parceria – disse” (LO-BIANCO, 2015b, p. 12).

Figura 26: Recorte da página 12 de O Globo em 13 de junho de 2015

| Rio | Sábado 13.6.2015

Site com bicicletas recuperadas pela polícia já pode ser consultado

Cadastro tem fotos para que vítimas de roubos identifiquem modelos

Alessandro Lo-Bianco
alessandro.bianco@oglobo.com.br

Ciclistas que tiveram suas bicicletas roubadas podem recorrer a um site (bicicletas-roubadas.com.br/apreendidas) para tentar recuperá-las. Setenta e cinco, apreendidas pela 10ª DP (Botafogo), já estão cadastradas na página atizada ontem, que mostra foto, número de série, marca, modelo e cor de cada uma. No próximo mês, outras 205, recuperadas pela 14ª DP (Leblon), serão colocadas no site.

— Ao identificar a bicicleta roubada, a vítima preencherá um formulário com suas informações. A mensagem será enviada diretamente à delegacia, que entrará em contato com o ciclista para fazer a devolução.

DOÑO DEVE LEVAR NOTA FISCAL

O projeto foi iniciado pela delegada-titular da 10ª DP (Botafogo), Bárbara Lomba, juntamente com o presidente da Comissão de Segurança no Ciclismo da Cidade do Rio de Janeiro (CSC-RJ), Rafael Pazos. Segundo ela, o ideal é que o dono leve à delegacia a nota fiscal da bicicleta e o registro de ocorrência do roubo, além de saber o número de série da bicicleta.

— Caso não disponha de todas essas informações e documentos, verificaremos fotografias do interessado com a bicicleta, ouviremos testemunhas e avaliaremos a possibilidade de fazer a devolução — disse a delegada.

De acordo com o inspetor da 10ª DP Reinaldo Leal, que supervisionou o cadastramento das bicicletas na unidade, o objetivo é que o trabalho seja feito



Listagem. Cadastramento de bicicletas recuperadas pela 10ª DP (Botafogo); a próxima será a delegacia do Leblon

“

“Muitas pessoas são assaltadas num bairro e têm a bicicleta recuperada em outro”

Rafael Pazos
Presidente da Comissão de Segurança no Ciclismo do Rio

em todas as delegacias do Rio.

— Precisamos reforçar a cultura da bicicleta no Rio. Se as pessoas a utilizam para trabalhar, para praticar esportes, nada mais justo do que dar uma atenção especial para esse meio de transporte — disse.

Para Pazos, a cooperação entre as delegacias e a sociedade civil é uma novidade, num momento em que a bicicleta começa a ser tratada como meio de transporte.

— Ficamos muito felizes com essa parceria — disse. — Vamos expandir o projeto piloto para a delegacia do Leblon e cadastrar mais bicicle-

tas. Assim, aumentaremos a possibilidade de recuperação neste primeiro momento, para comprovar a eficiência do projeto. Muitas pessoas são assaltadas num bairro, mas as bicicletas acabam recuperadas, meses depois, numa região completamente diferente. Com o novo site, o ciclista de qualquer bairro da cidade poderá pesquisar se a sua bicicleta foi recuperada por alguma delegacia.

De acordo com a prefeitura do Rio, em quatro anos a malha cicloviária passou de 150 quilômetros para os atuais 300 e deve chegar a 450 em 2016. ■

Fonte: Acervo do jornal O Globo

No dia 18 de junho, o jornal publica que o projeto para redução da maioridade penal foi aprovado por comissão especial. No dia seguinte, 19, é publicada em O Globo matéria com posicionamento da Comissão Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), criticando a aprovação na comissão, defendendo que “todos os adolescentes são recuperáveis. Para a instituição religiosa, o ECA “Já é rigoroso” (SOUZA, 2015b, p. 5). Os bispos também avaliam que a aprovação abre caminho para a violação de direitos de crianças e adolescentes.

Ainda no dia 18, o jornal noticia a realização de audiência, no dia anterior, com os três jovens suspeitos, para produção de provas. As principais informações dão conta de que foram ouvidas 12 testemunhas, seis da defesa e seis da acusação. A delegada que conduziu a investigação, Patrícia Aguiar, foi testemunha da acusação, e também a delegada da 14ª DP, que fez as publicações polêmicas no Facebook, Monique Vidal. O texto também informa que no dia anterior foi indeferido pelo Tribunal de Justiça o pedido de habeas corpus para o primeiro adolescente. E, ainda, que o frentista que é a principal testemunha do caso “chegou ao Fórum

sob escolta. Ele estaria sendo ameaçado e, por isso, encontra-se sob proteção do estado. A testemunha prestou depoimento e saiu sem falar com a imprensa” (GRILLO, 2015, p. 10).

Mais de dez dias depois, no dia 30 de junho, o jornal publica em sua capa: *Morte na Lagoa: Justiça condena adolescentes*. O texto é: “Dois jovens acusados pela morte do médico Jaime Gold na Lagoa foram condenados pelo crime. Para a Justiça, o primeiro detido matou o médico. A pena máxima é de 3 anos”. Temos assim, um mês e um dia após a morte do médico, a condenação. O Globo explica o desenrolar na página 7 (Figura 27), que tem como cartola *Assassinato na Lagoa*. Uma notícia no pé desta mesma página apresenta o título *Lei sobre sistemas de bicicletas roubadas é sancionada pelo governo*, e assim temos o desenrolar de três questões de modo bastante rápido: a condenação e a sanção de duas leis, cujas proposições foram provocadas pela comção com o acontecimento.

Figura 27: Recorte da página 7 de O Globo em 30 de junho de 2015

Rio ASSASSINATO NA LAGOA

Três anos de pena máxima

Dois jovens são condenados pela morte de médico. Um terceiro detido pelo crime será solto

Morte de Jaime Gold
marca.pt@oglobo.com.br
Vanessa Martins
vanessa@oglobo.com.br

A Justiça concluiu ontem, por crime análogo ao latrocínio (matou com morte), o primeiro e o terceiro adolescente apreendidos por participação no assassinato do médico Jaime Gold, endossando o enquadramento de homicídio na Lagoa, em maio. Segundo o decurso judicial, o jovem de 16 anos detido dois dias após o crime foi o autor das facadas. Ele foi reconhecido pela única testemunha do caso, de acordo com a Justiça, conduta a qualifica e torna o réu adolescente no qualificado. A juíza Michelle de Oliveira Freitas, juiz-pia, da 2ª Vara de Infância e Juventude, absolveu o segundo jovem detido. Esse adolescente também está em análise da Defesa e será solto. O tempo mínimo de internação para os jovens condenados, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), é de três anos. A internação deve ser revogada a cada seis meses. A decisão judicial não nega a autoria do Ministério Público, que havia pedido a condenação do primeiro adolescente e a absolvição dos outros dois. Uma fonte com acesso ao processo, que atua em segredo de Justiça, conta que a Justiça levou em consideração dados do GPS do celular do médico, que comprovaram a participação do terceiro adolescente no caso. A laboração sobre as condenações e a absolvição já está disponível no sistema do Tribunal de Justiça. No entanto, até o noite de ontem, as partes envolvidas ainda não haviam feito a entrega de assinaturas, nem sido afixados aos fundamentos que levaram à decisão da juíza.

O primeiro adolescente nega, em depoimento, sua participação no crime, mas reconhece o crime. A assinatura, no entanto, o reconhece em dois momentos: por não ter assinado o Termo de Homologação (TH) e, posteriormente, através de uma página de vídeo, antes da assinatura de instrução no Fórum de Cláudia. Além disso, foram levadas em consideração incoerências apontadas por testemunhas de defesa do jovem, quando falaram sobre os locais onde ele estaria no momento do crime e os horários em que teria sido visto em Mangueiras, onde mora. A principal testemunha de defesa, o dono de um bar onde ele supostamente estaria na hora do assassinato, respondeu a um processo por recepção e chegou a ser preso pelo delito.

ADOLESCENTE RECEBERIA INDENIZAÇÃO DE R\$ 10 MILHÕES
Indicações colhidas ao longo da investigação indicam que o adolescente está numa situação de desamparo na comunidade de Jacaré, criminoso que detinha o melhor do Jacaré. Ele assinou com uma mãe, e o jovem tem cinco irmãos e outros seis irmãos a partir de momentos finais por empregados de Jacaré. No dia em que foi detido, após ser levado a um centro de detenção, o corpo seria levado para o laboratório de investigação da ODE como uma bicicleta de Jaime Gold. O diretor da Divisão de Homicídios, delegado Rodrigo Barreto, não se chegou a comunicar com o filho do vítima de outros dados pelo jovem. Nos autos do processo, a polícia afirma que o primeiro adolescente é o autor do crime e o único chefe de "gangueira", responsável por identificar as bicicletas. Por isso, ele foi o primeiro a ser preso pelo crime.

O segundo jovem detido afirmou à juíza que participou do crime e culpa pela facada o adolescente absolvido. Segundo o defensor público Fábio Schwartz, no entanto, que assiste o rapaz, se disse que se foi absolvido porque foi atingido pelo rifle do Jacaré.

Ele se entregou à polícia porque foi obrigado pelo irmão. No preso o irmão não havia com a conduta. Ele se apresentou à ODE com um que a polícia fez uma grande operação para soltar o irmão por ele. O que ele disse não foi reconhecido pelas testemunhas. A conduta não é a qualificação

OS ADOLESCENTES

- 1º jovem**
16 ANOS
15 passagens pela polícia
Apreendido em 27 de maio
Foi reconhecido pela única testemunha, segundo a polícia. Negou a participação no crime
- 2º jovem**
15 ANOS
2 passagens pela polícia
Entregou-se em 27 de maio
Confessou sua participação no crime. Acusou o primeiro de ter dado as facadas no médico
- 3º jovem**
17 ANOS
20 passagens pela polícia
Entregou-se em 2 de junho
Confessou sua participação no crime. Assinou o primeiro termo. Acusou o segundo de ter relaxado o médico

AS REVIRAVOLTAS DO CASO
APÓS VEROSÍMILS DETERMINADOS, SÃO A SENTENÇA PARA O CRIME QUE CHOCOU O RIO

- 19 DE MAIO**
O assassinato
O médico Jaime Gold é assassinado em barco na Lagoa. Do autor da facada, que foi matado por dois adolescentes.
- 20 DE MAIO**
Haveria algo por trás. Gold morre no hospital. No mesmo dia, policiais em patrulha manifestam. O local do crime via ponto de câmeras.
- 21 DE MAIO**
O primeiro suspeito é detido em sua casa, no favelado de Mangueiras. Ele nega o crime.
- 22 DE MAIO**
Detido o 1º suspeito
- 27 DE MAIO**
O segundo jovem, com o apoio da família, se entrega. Segundo a polícia, ele confessou ter participado do crime. A polícia ancora o caso, assinando os dois detidos.
- 28 DE MAIO**
Vem à tona o depoimento de testemunha, que põe em dúvida a conclusão da polícia. Segundo ela, um dos autores do crime era branco, mas os detidos são afro-americanos negros.
- 29 DE MAIO**
A primeira dúvida
- 2 DE JUNHO**
O terceiro jovem se apresenta à delegacia do Distrito Novo, procurando reativação no caso. Ele diz ter participado do crime. Recebe o primeiro termo e acusa o segundo de ter relaxado o médico.
- 9 DE JUNHO**
A volta atrás
O segundo jovem diz à Justiça que nega o crime. O primeiro porque foi pressionado pela polícia.
- 17 DE JUNHO**
A confirmação do MP
O Ministério Público pede a absolvição do segundo e do terceiro detidos e a condenação do primeiro.
- 29 DE JUNHO**
A sentença
A Justiça condena o primeiro e absolvição do segundo. Segundo o absolvido.

A VÍTIMA
Médico do Hospital da Fundação e pai de dois filhos, o cardiologista Jaime Gold, de 57 anos, foi estrangulado quando andava de bicicleta na Lagoa, uma de suas muitas paradas. Levado para o Hospital Córrea, passou por oito horas de cirurgia, mas não resistiu.

Memória
COMÉRCIO ILEGAL ESTIMULA AUMENTO DE ASSALTOS
A morte de Jaime Gold expôs o crime de recepção, que torna o crime de receptação dos delitos cometidos por quem os comete e a sua compra, por um valor inferior ao preço de mercado. Durante a investigação, a Divisão de Homicídios sofreu o segundo registro de cultura do tráfico, para chegar até a produção e a distribuição. O comércio ilegal estimula o aumento de assaltos. A polícia investiga uma quantidade de furtos em que são roubadas bicicletas.

Reportagem publicada ao longo do mês pelo GLOBO mostrou que a recepção alimenta o comércio ilegal. Além disso, em muitos episódios de aumento de assaltos, a polícia investiga o comércio ilegal de drogas. A polícia investiga o comércio ilegal de drogas. A polícia investiga o comércio ilegal de drogas.

— Não sei dizer se foram dois, três ou quatro, porque não estava acompanhando nada. Só sei que a bicicleta pertenceu ao Jaime Gold. Depois que acabou a operação, os dois adolescentes foram levados para o hospital. Não sei mais de um mês depois, a morte do médico veio "espontânea".

— Não sei dizer se foram dois, três ou quatro, porque não estava acompanhando nada. Só sei que a bicicleta pertenceu ao Jaime Gold. Depois que acabou a operação, os dois adolescentes foram levados para o hospital. Não sei mais de um mês depois, a morte do médico veio "espontânea".

— Não sei dizer se foram dois, três ou quatro, porque não estava acompanhando nada. Só sei que a bicicleta pertenceu ao Jaime Gold. Depois que acabou a operação, os dois adolescentes foram levados para o hospital. Não sei mais de um mês depois, a morte do médico veio "espontânea".

Lei sobre sistema de bicicletas roubadas é sancionada pelo governador

Fonte: Acervo do jornal O Globo

A matéria sobre a condenação traz um infográfico para explicar quem são os três jovens que estavam sendo julgados, já que não pode nomeá-los, e também uma cronologia do caso. A vítima é lembrada e é publicada a foto em que Gold está deitado no chão, com muito sangue em seu entorno, sendo socorrido, a mesma que foi publicada no dia 20 de maio, quando era “mais um esfaqueado”. O texto da matéria inicia contando que os jovens foram condenados “por crime análogo ao latrocínio (roubo com morte). Essa matéria nos dá o desfecho da busca pelo celular do médico: “Uma fonte com acesso ao processo, que corre em segredo de Justiça, contou que a juíza levou em consideração dados do GPS do celular do médico, que comprovariam a participação do terceiro adolescente no caso” (GRILLO; ARAÚJO, 2015, p. 7). Sobre a condenação do primeiro suspeito, o jornal explica:

O primeiro adolescente negou, em depoimentos na delegacia e em juízo, ter cometido o crime. A testemunha, no entanto, o reconheceu em dois momentos: por foto, na Divisão de Homicídios (DH) e presencialmente, através de uma parede de vidro, antes da audiência de instrução no Fórum de Olaria. Além disso, foram levadas em consideração inconsistências apresentadas por testemunhas da defesa do jovem, quando falaram sobre os locais onde ele estaria no momento do crime e os horários em que teria sido visto em Manguinhos, onde mora. A principal testemunha de defesa, o dono de um trailer onde o rapaz supostamente estaria na hora do assassinato, responde a um processo por receptação e já chegou a ser preso pelo delito (GRILLO; ARAÚJO, 2015, P. 7).

Vemos assim que some da narrativa a questão de a principal testemunha ter dito que não tinha condições de reconhecer os suspeitos, na noite do ato infracional. Também desaparece a contradição sobre a cor de pele dos suspeitos, antes presente nos textos de O Globo. Outros fios vão se fechando no texto que traz elementos para concordância com a decisão, como por exemplo, a dúvida aberta por Extra, de que a delegacia não teria ouvido a família e a confirmação da cor da bicicleta. Esses fios aparecem aqui “amarrados” para encerrar o caso e incriminar o primeiro adolescente:

Informações colhidas ao longo da investigação indicam que o adolescente está numa posição de destaque na hierarquia da facção criminosa que domina a região do Jacarezinho. De acordo com uma fonte, o jovem tem como atribuição escolher as vítimas a partir de encomendas feitas por receptadores de bicicletas. No dia em que foi detido, apesar de negar a autoria do crime, o rapaz teria contado informalmente aos investigadores da DH como era a bicicleta de Jaime Gold. O diretor da Divisão de Homicídios, Rivaldo Barbosa, na época chegou a confirmar com o filho da vítima os detalhes dados pelo jovem (GRILLO; ARAÚJO, 2015, p. 7).

Já com relação às confissões, especialmente do terceiro suspeito inocentando o primeiro, a explicação é do defensor público Fábio Schwartz: “Ele se entregou à polícia porque foi coagido pelo tráfico. As provas colhidas não batem com a confissão. Ele se apresentou à DH no dia em que a polícia fez uma grande operação para sufocar o tráfico por lá.” (GRILLO; ARAÚJO, 2015, p. 7). O jornal afirma que o defensor vai recorrer da condenação. O Ministério Público, como informa também o texto, só havia pedido a condenação do primeiro adolescente apreendido.

O jornal encerra a matéria com uma fala de Márcia Amil, ex-mulher de Gold e mãe dos dois filhos do médico. É interessante também notar que Gold morava com uma companheira, que apenas é mencionada em uma das matérias. A fonte referência do luto familiar passa a ser a ex-mulher. Márcia “[...] afirmou que não está acompanhando os desdobramentos do caso e disse que, pouco mais de um mês depois, a morte do médico virou ‘estatística’” (GRILLO; ARAÚJO, 2015, p. 7). Na citação literal que o jornal atribui a ela, Márcia diz que não sabe quantos foram os suspeitos, “só sei que a bicicleta não apareceu”. E reclama: “O fato é que estamos revirando nossa vida e ninguém nos procurou. A (presidente) Dilma (Rousseff) não ligou para nossa casa. Ninguém dos direitos humanos ligou para nossa casa para saber se a faculdade (dos filhos) estava paga” (GRILLO; ARAÚJO, 2015, p. 7).

Encerrado o caso, vários textos nos outros meses e nos próximos anos farão menção ao acontecimento. Em julho de 2015, um mês depois, uma matéria em O Globo volta a falar das “gangues de adolescentes”. O recorte para a matéria é a atuação “criminal” dos adolescentes com número “recorde” de passagens pela polícia. O jornal diz que a maior parte deles atua na área central da cidade. Em algum momento do texto, que vai contando histórias desses jovens, se diz: “Apesar do extenso histórico infracional, apenas um entre os dez adolescentes recordistas cumpre atualmente medida socioeducativa em regime fechado. O que só aconteceu em sua 18ª passagem, quando se envolveu no assassinato do médico Jaime Gold [...]” (RAMALHO, 2015, p. 8).

A segurança na Lagoa continua a ser preocupação e, em outubro de 2015, uma matéria anuncia o programa Segurança Presente, a ser financiado pela Fecomércio, com duração de dois anos, para as áreas da Lagoa, Aterro do Flamengo e Méier, inspirada na operação Lapa Presente. Não há menção, mas supomos que se tratem dos desdobramentos das tratativas de Beltrame com empresários, em junto do mesmo ano. No dia 2 de dezembro, nova reportagem conta da estreia do projeto, com a manchete: *Treze pessoas são presas no primeiro dia de operação*.

Também em dezembro, outra amarração das ações que iniciam acionadas pela comoção com a morte do médico: a CPI das bikes finaliza seu relatório e aponta, de acordo com o

destaque do jornal, falhas nas ciclovias. (Quando foi anunciada, falava em investigar recepção de bicicletas roubadas, mas nada sobre o assunto é mencionado na matéria).

Ao longo de 2016, o nome do médico aparece em nove textos em O Globo, de opinião ou informativos, como exemplo de um caso de violência. Já em 2017, voltam a aparecer novas notícias sobre o acontecimento. Em 5 de junho, o jornal publica a matéria *Infratores de volta às ruas*, com linha de apoio “Pesquisa revela que 69% de jovens internados por crimes graves ganham semiliberdade em 6 meses. Um entretítulo da reportagem é: “Caso Jaime Gold: adolescente foragido”, e conta que

Um dos adolescentes envolvidos no brutal assassinato do médico Jaime Gold, morto a facadas em maio de 2015, na Lagoa, recebeu o benefício em março passado, um ano e nove meses após ser internado. Ao voltar às ruas, o jovem jamais pisou no centro de atendimento e já é considerado foragido. Por causa do episódio, um outro adolescente que participou da morte de Gold, e que tinha parecer favorável do Degase para também ganhar a semiliberdade, teve a progressão adiada (BOTTARI, 2017, p. 5).

Este segundo jovem, que perdeu o benefício pelo comportamento do outro, é o primeiro suspeito apreendido. Em 23 de julho, o mesmo assunto retorna ao jornal, agora com uma matéria mais curta, especificamente sobre o caso: o jovem que estava foragido é preso após um assalto. Aparece de costas, sendo algemado, em frente a uma viatura policial, na foto do jornal (Figura 28). Há uma avaliação da procuradora Flávia Ferrer, “que atua nos processos de atos infracionais em segunda instância”. Para ela, “a prisão em flagrante de [primeiro nome do jovem] prova que tinha sido precipitada a sua progressão de medida socioeducativa”. Há uma fala dela entre aspas em que diz que: “o tempo de internação não está sendo suficiente e que os adolescentes têm sido liberados antes da socioeducação. A reavaliação está levando em conta apenas a superlotação do sistema, não ocorre como deveria ser” (NASCIMENTO; BOTTARI, 2017, p. 15).

Figura 28: Recorte da página 15 de O Globo em 23 de julho de 2017

Rio

O GLOBO 15

Assassino de médico na Lagoa volta a ser preso após assalto

Jovem de 19 anos só cumpriu um ano e nove meses de internação

RAFAEL NASCIMENTO E ELENILCE BOTIARI
grandorio@oglobo.com.br

Condenado junto com outro adolescente pelo assassinato do médico Jaime Gold, na Lagoa, em 2015, Alessandro de Jesus Montenegro Silva, hoje com 19 anos, foi preso na madrugada de ontem, após assaltar um supermercado na cidade de Petrópolis, na Região Serrana. Como na época do crime ele era menor, Alessandro recebeu uma medida socioeducativa. Ele cumpriu apenas um ano e nove meses de internação e estava em semiliberdade há quatro meses.

A prisão foi realizada por agentes da Polícia Rodoviária Federal (PRF), logo após o assalto no bairro Quitandinha. Alessandro agiu junto com outros criminosos. Na fuga, o bando foi perseguido e chegou a disparar contra os agentes. Segundo a PRF, Alessandro estava com



DIVULGAÇÃO/PRF

De volta ao crime. Alessandro, com 19 anos, foi preso por agentes da PRF

uma pistola e foi levado para a 105ª DP (Petrópolis), onde o caso será investigado. Os outros assaltantes conseguiram escapar.

FORAGIDO HÁ MESES
O médico Jaime Gold, de 57 anos, foi esfaqueado no início da noite de 19 maio de 2015, quando pedalava pela Lagoa. O assalto foi praticado por pelo menos dois jovens, um deles Alessandro. Jaime Gold teve a bicicleta roubada e, embora não tenha reagido, foi ferido no abdômen e no braço. Ele morreu no dia seguinte ao assalto. Apesar da gravidade do crime, Alessandro ganhou o direito à progressão da medida socioeducativa em fevereiro passado. Ele deveria se apresentar espontaneamente a um Centro de Recursos Integrados de Atendimento ao Adolescente (Criaad), de onde poderia sair para estudar e voltar para dormir. Mas, depois de ser solto, não retornou mais à unidade. Ele era considerado foragido.

Para a procuradora Flávia Ferrer, que atua nos processos de atos infracionais em segunda instância, a prisão em flagrante de Alessandro prova que tinha sido precipitada a progressão de sua medida socioeducativa.

— Isso só mostra que o tempo de internação não está sendo suficiente e que os adolescentes têm sido liberados antes da socioeducação. A reavaliação está levando em conta apenas a superlotação do sistema, não ocorre como deveria ser — afirmou. ●

Fonte: Acervo do jornal O Globo

Cerca de um ano depois, em 17 de maio, quase três anos depois da morte do médico, uma nota menor, sem foto, na página 11 de O Globo, informa, no título, que *Jovem condenado por assassinar médico na Lagoa é libertado*. O texto conta que o primeiro suspeito do caso foi libertado porque “amanhã terminaria o prazo máximo de internação, fixado em três anos”.

A mãe do rapaz afirmou ontem, por meio de seus advogados, que ele trabalhava como técnico de informática no sistema socioeducativa e tinha bom comportamento. Atualmente, com 19 anos, o jovem até hoje jura inocência. Ele já está à procura de uma escola para continuar cursando o 3º ano do ensino médio. Desde a apreensão, concluiu cinco séries escolares, 15 cursos e o programa Jovem Aprendiz (BACELAR, 2018, p. 11).

O tom do jornal, no seu título, nos parece conter ainda uma conotação negativa (apesar de o texto falar de “bom comportamento” no cumprimento da medida), o que dá a ver como no jornal também está presente uma narrativa punitivista que não admite perdão jamais.

Com este trabalho de decomposição finalizado, no capítulo 7 nos dedicamos à recomposição das narrativas, para buscar compreender como o jornalismo dota o acontecimento de sentidos.

7 REAMARRAR OS FIOS: EM BUSCA DE SENTIDOS

Em nossa metáfora da tessitura, soltos os fios, o momento é de reuni-los novamente. Faremos isso em três partes: observando como os elementos são encadeados pelos jornais para conferirem sentido, como são configuradas as personagens, e como se erguem os projetos dramáticos.

7.2. RELAÇÕES CAUSAIS: A SÍNTESE DOS HETEROGÊNEOS NA INTRIGA

Já sabemos que narrar é colocar em relação diferentes episódios, acontecimentos, ocorridos. Os fatos são agenciados para contar uma história, colocados em relação causal. Como vemos, no extenso decompor das narrativas, muitos elementos distintos são acionados para contar uma mesma história. Ou para contar duas histórias, se pensarmos em cada uma das narrativas individualmente. Nosso exercício agora é sintetizar como em cada um dos jornais os elementos são colocados em relação.

Em Extra, num primeiro momento, temos o caso Jaime Gold, antes de se tornar um acontecimento, como *mais um caso*, enquadrado no que o jornal já vinha compreendendo como um tema no Rio de Janeiro naquele maio de 2015, como informa a publicação de 9 de maio, *Aumento nos assaltos com uso de facas assusta cariocas*. As mortes de Gilson e Wanderson, assim como a do ciclista desconhecido esfaqueado, também são noticiadas em Extra no dia 19 de maio e parecem também entrar no enquadramento de “mais um caso de violência”, com a distinção de se tratar de violência policial. O tratamento conferido às mortes é de uma notícia na parte interna do jornal, sem destaque na capa.

Será no dia seguinte, 21 de maio, quando o jornal souber que o ciclista atacado não terá resistido e está morto, que se tratava de um médico e, ciente da força da comoção social que o caso apresenta no decorrer daquele dia 20, que o jornal alça a morte a acontecimento. Ao fazê-lo, faz o mesmo com as mortes de Gilson e de Wanderson. Porém, neste caso, não há nova informação. O jornal já sabia o que havia acontecido no dia anterior e já havia noticiado. O que impulsiona esta narrativa para chegar, um dia depois à capa, é justamente a relação, o comparativo, e aqui temos presente o caráter de mediação da narrativa e talvez seja onde possamos perceber com mais evidência o gesto configurador de agenciar fatos distintos para narrar já que, numa primeira visada, a única semelhança entre os casos é a morte no mesmo dia.

A preocupação é que o crime comovente, que toma conta dos debates nos meios de comunicação e nas rodas de conversa, não deixe que se esqueça da injustiça cometida pela

polícia ao matar um adolescente e um jovem, estudante e trabalhador. Não por acaso, o título da matéria é *Eles só querem justiça*. A relação feita por Extra coloca também em relação as diferentes espacialidades da cidade, uma Zona Sul abastada e uma Zona Norte empobrecida.

A partir de então se desenrolam vários temas, e quase todos em relação ao caso Gold. A primeira matéria, publicada no dia 21 de maio, na página 12, traz, justaposta, outra, com o título *Facada em São Gonçalo*, e assim perceberemos que todas as vítimas de facada naquele mês e no subsequente serão noticiadas no jornal como relacionadas ao acontecimento em questão. São sete textos no mês de maio, a partir do dia 21, e outros 10 no mês de junho. Esses textos, em nosso *corpus*, classificamos como *relacionados* à trama principal.

Percebemos que essa relação entre os crimes cometidos com faca e o episódio do médico, por demonstrarem o mesmo tipo de *modus operandi* para assaltos, também é compreendida desta forma por outros setores sociedade, já que no dia 22 de maio, dois dias depois da morte de Gold, é desengavetado, na Assembleia Legislativa do Rio, o projeto de lei que criminaliza o porte de arma branca. Essa resposta dos legisladores abre outras possibilidades causais que aparecerão também no jornal, como quando observa que profissionais que trabalham com faca precisam ter seus direitos assegurados. Além do projeto na Alerj, um projeto na Câmara dos Deputados também é desengavetado, o que dá a dimensão nacional que o caso toma. O projeto de lei para tipificação do roubo e furto de bicicleta também aparece na narrativa do jornal, ainda que com menos importância, assim como a discussão sobre a redução da maioria penal.

Quando se apreende o suspeito, de 16 anos, uma nova linha de possibilidades de relação é aberta em Extra: a de que há uma sucessão de tragédias antes da tragédia que foi a morte do médico. São as tragédias na vida do jovem, nomeadamente, o abandono por parte da família e por parte da escola. O drama pessoal é apresentado na sua singularidade, mas numa narrativa que busca particularizar e universalizar, trazendo estatísticas, como a da evasão na escola que o adolescente estudou, o contexto de violência escolar, que priva os estudantes até mesmo de recreio, a falta de professores no educandário e a má avaliação em índices educacionais; a negligência familiar, inclusive na falta de acompanhamento à escola, a ausência do pai e indicativos de abandono também por parte da mãe.

Essa linha argumentativa assumida pelo jornal, de que a tragédia na vida pessoal do adolescente é que levou à tragédia na morte do médico, não o isenta de culpa no ato criminal em questão e são produzidos textos que enfatizam a crueldade da ação por ele cometida, para a qual há provas “*categóricas*” e “*convicção da polícia*”. Reforçam sua culpa que ele tenha confessado fazer parte de uma gangue que rouba bicicletas, como conta o jornal, e também o

número de bicicletas apreendidas pela polícia nas comunidades de Manguinhos e Jacarezinho, além da conta a que chega o jornal, de que o adolescente recebia até R\$ 3 mil por mês com a venda de bicicletas roubadas.

Depoimentos da mãe apresentados pelo jornal reivindicam a inocência do filho. E logo são associados a outros que, na contramão do que dizia o jornal, sobre ter sido abandonado pela família, agora dirão que a mãe nunca o abandonou. No dia 23 de maio, uma notícia diz, na voz de uma amiga, que “ela sempre fez tudo” pelo filho. Depois que a Agência Brasil publica, em 24 de maio, matéria em que chama a mãe do adolescente de “ativista em favela” e em que ela diz não ter abandonado o filho, Extra, no dia seguinte, publica o texto *Mãe de suspeito nega abandono de adolescente*. E, ao longo da narrativa serão cinco textos nos quais a mãe é a principal fonte, reivindicando a inocência do filho e/ou negando o abandono. Ao mesmo tempo, começam a aparecer no jornal, inicialmente na voz do advogado de defesa, dúvidas sobre o envolvimento deste adolescente com o ato infracional. Para além das dúvidas, o fato de que ele pode ser um “bode expiatório”, como uma rápida resposta das forças policiais para o crime que comove. Assim, há um ponto de virada significativo na narrativa.

Esse ponto de virada se expressa com o uso do termo “reviravolta” pelo jornal, para falar de um novo suspeito para o caso, que confessa participação no ato criminal. Esse suspeito identifica o primeiro como o “assassino” do médico. O jornal passa a levantar dúvidas com a aparição deste novo adolescente, que se expressam na publicação de matérias que apontam que a principal testemunha teria dado duas versões – na primeira delas dizia não ter condições de identificar ninguém na cena do crime – e depois parte para uma série de outras contradições: a cor com que são identificados os suspeitos pela testemunha, o fato de que a confissão do segundo suspeito é contraditória com o relato da testemunha sobre como foram desferidas as facadas, entre outras. O clímax dessa reviravolta é a aparição de um novo suspeito, que também confessa o crime, e que inocenta o primeiro. A ênfase nos erros da investigação é acentuada, questionam-se mais as provas que há contra o primeiro suspeito e aparecem no jornal testemunhas dispostas a confirmar para a justiça que ele estava no local onde mora e não na Lagoa. Por fim, a mudança de versão do segundo suspeito, inocentando também o primeiro, acaba por levar o jornal para uma postura narrativa distinta.

Além de narrar a ação, o jornal vai também ser protagonista de outras ações. Diante do pedido de condenação do suspeito pelo Ministério Público à Justiça, Extra publica o laudo de um perito, feito a pedido do jornal, sobre as lesões sofridas pelo médico, para apontar incongruência na versão da testemunha. O jornal também aponta erros, no que chama de “fios soltos na investigação”. Após a condenação, a narrativa inclui a existência de vídeo que contesta

versão da testemunha (o jornal diz que ela mentiu) sobre movimentação de carros no momento do crime, depois sobre versões distintas dadas pela testemunha com relação ao trajeto que o ciclista seguia. Numa nova ação fática empregada para a narração, o jornal mostra laudo sobre a impossibilidade de reconhecimento facial na distância que a testemunha estava do crime. Por fim, o “bom comportamento” do suspeito durante a medida socioeducativa e seu progresso nos estudos e cursos profissionais são também demonstrados.

Em O Globo, assim como no Extra, a narrativa sobre o acontecimento inicia antes que o caso se configure propriamente como acontecimento. Trata-se assim, de *mais um caso*, “mais um esfaqueado”, mas desde essa primeira notícia se observa que o relato da testemunha, na matéria descrita no plural, como testemunhas, é de que os suspeitos aparentavam ter menos de 18 anos. Quando o assunto eclode como acontecimento, arrastado pela força de outras narrativas que circulam sobre o caso, um dos primeiros elementos que o jornal associa com o episódio é o fato de os suspeitos serem adolescentes, em vários diferentes desdobramentos: que na região o número de apreensões de adolescentes é maior que o de adultos, que é lamentável o envolvimento de adolescentes com a criminalidade, que é necessário discutir mudanças no ECA. Além disso, consta da narrativa a comoção com o episódio, o resgate de aspectos da vida do médico morto e também a informação de que há muitos crimes com bicicletas e é necessário tipificá-los, que falta policiamento, iluminação e poda na região e que há um grande número de feridos a faca neste ano, que o causa consternação e protestos.

Quando surge o primeiro suspeito, com 16 anos, é associado o número de “crimes” em sua “ficha” com sua idade: “16 anos e 15 crimes”, a brutalidade e frieza com que age, o modo como não demonstra nenhum sentimento pelo outro ser humano. Também aparecem a relação entre pobreza e criminalidade e a evasão escolar. Essas questões aparecem articuladas com a questão redução da maioridade penal e à certeza da impunidade como fator que motiva a criminalidade juvenil.

Dois projetos de leis propostos na Alerj também passam a integrar a narrativa: um que propõe uma estatística específica para o roubo e furto de bicicletas e, posteriormente, o que proíbe o porte de arma branca. Mudanças no policiamento também são anunciadas. No âmbito do legislativo, também o projeto da Câmara dos Deputados para proibição de arma branca, além da redução da maioridade penal e, ainda, em âmbito municipal, a CPI das bikes, para investigar a receptação das bicicletas roubadas. Assim, o jornal articula à sua narrativa as respostas que o poder político vai dando para o caso de comoção.

Assim como em Extra, diferentes casos de vítimas de abordagens com facas são reunidos nas páginas que contam sobre o caso do médico. Em maio são dez notícias de casos,

ou, em alguns casos, de notícias que reúnem números, como *Este ano, cinco vítimas foram mortas a faca em assaltos*, ou então *Oito vítimas em oito dias*, quando se sai da abordagem do caso individual para pensá-lo como tema. Em junho, são mais duas notícias específicas sobre outros crimes, mas não desconsideramos que em matérias mais longas há referência a novos casos de pessoas vítimas de facadas. A cartola que o jornal usa muitas vezes para falar do caso Jaime Gold relacionado a estes outros casos é “Ataques em série”.

Protestos contra o crime e explicações psicológicas/psiquiátricas para a conduta violenta entram no rol de textos do que O Globo produz para a narrativa.

A partir de 28 de maio, quando um adolescente confessa participação no crime, às vésperas da conclusão das investigações, o jornal passa a publicar textos que, pela primeira vez, questionam a apuração policial, e assim identificamos um ponto de virada na narrativa do jornal, que até então tinha bastante em crédito as fontes da Divisão de Homicídios. Assim, entram na narrativa também as contradições quanto à cor da pele dos suspeitos apreendidos e do que consta no depoimento da testemunha, o posicionamento dos suspeitos na bicicleta em relação à ação das facadas, e a publicação, por uma delegada de uma Delegacia de Polícia de que, na noite do crime, a mesma testemunha que reconheceria o jovem por foto um dia depois, disse que não tinha condições de identificar ninguém. Com a confissão de um terceiro suspeito, que inocenta o primeiro, há ainda mais questões e se enfatiza que o inquérito, em tese, estaria esclarecido, e são retomadas e reforçadas contradições já apresentadas, como a cor de pele dos suspeitos, as versões conflitantes de instituições sobre a confissão e o segundo jovem ser ou não autor das facadas, a confusão nas redes sociais, com as publicações da delegada Monique Vidal.

Essa reviravolta, apesar de colocar em descrédito as investigações, não coloca em questão a inocência do principal suspeito, como o faz Extra, mas se aventa a possibilidade de que tenha havido “engano” ou “erro” na investigação, especialmente quando o segundo suspeito muda sua versão e passa a inocentar o primeiro.

A necessidade de boas notícias também aparece em O Globo, em performances e ações de cidadãos para ocupar os espaços que recentemente aparecem nos noticiários como marcados pela violência, além da iniciativa, como resposta ao caso, para a recuperação de bicicletas roubadas em parceria com a sociedade civil organizada. Neste rol entra também o anúncio de parceria de empresários com o Estado para financiar a segurança em áreas de lazer. Ainda como resposta, o fato de que o projeto para redução da maioria penal avança no Congresso.

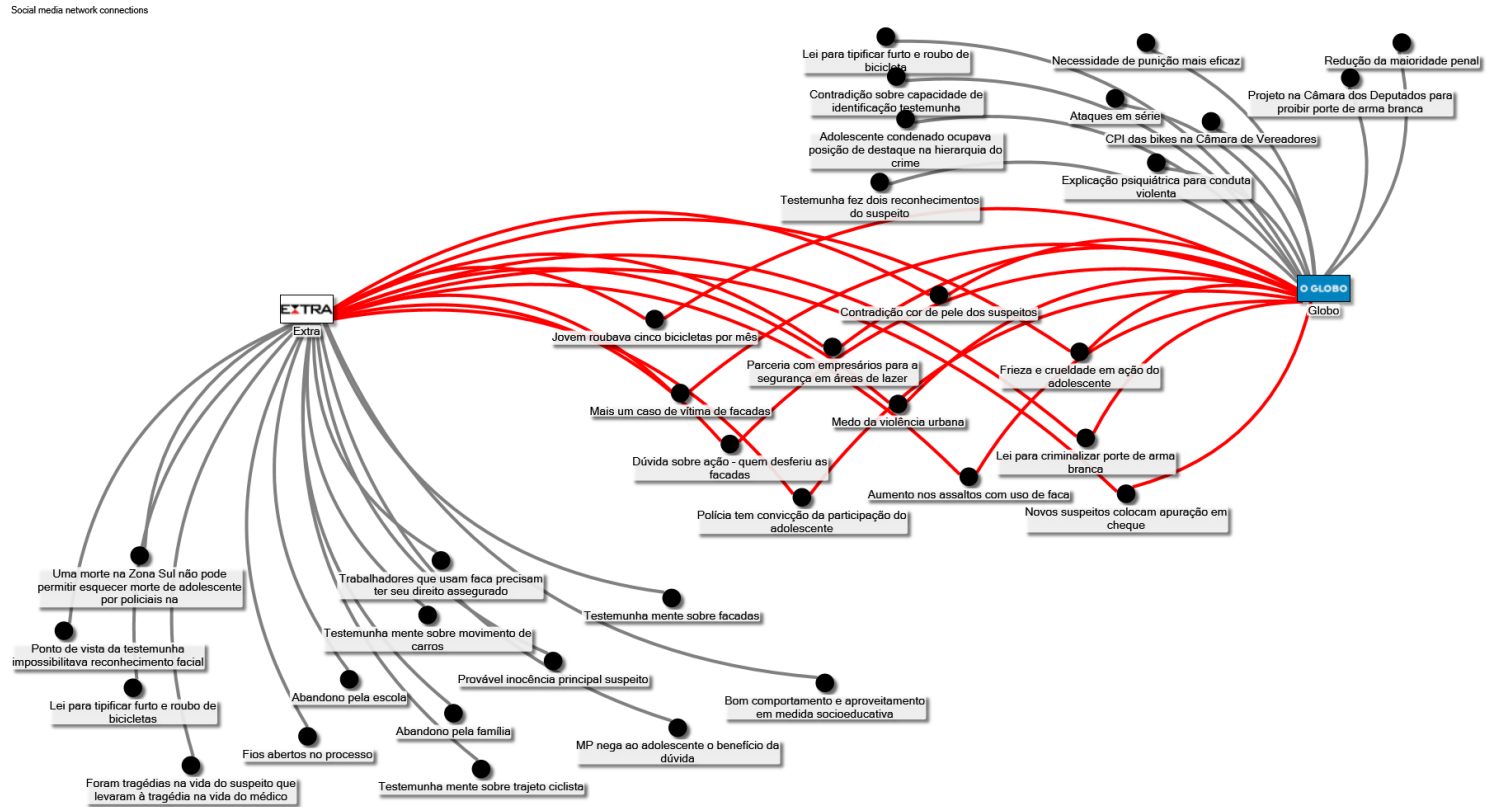
Com relação às investigações, se houve discordância, o jornal fecha a narrativa sobre o caso ao repercutir a decisão judicial, que condena o primeiro e terceiro suspeitos, com

explicações para praticamente todas as contradições apontadas na narrativa: o reconhecimento do suspeito pela testemunha foi feito não só por foto, mas também por vidro. O primeiro adolescente apreendido é considerado importante na hierarquia da facção criminosa de Jacarezinho, e o rapaz teria dado muitos detalhes sobre a bicicleta roubada e sobre o crime. As provas colhidas sobre a participação dos outros dois suspeitos que não batem com a investigação.

Após a condenação, o jornal relata ainda sobre a perda da semiliberdade do primeiro apreendido em função da ação do outro – que, diante da semiliberdade, não mais retornou ao centro de atendimento e passou a ser considerado foragido e posteriormente preso. E, por fim, a libertação do “jovem condenado por assassinar médico na Lagoa”, três anos depois.

Para exemplificar graficamente a os diferentes elementos acionados por cada um dos jornais na síntese dos heterogêneos, produzimos um esquema visual (figura 29), em que elencamos fatos agenciados por cada um do jornal e, convergindo, aqueles que estão presentes em ambos na configuração de suas narrativas e, assim, sistematizamos este item para passar ao próximo, as personagens nas narrativas.

Figura 29: Sistematização da síntese dos heterogêneos em O Globo e no Extra



Created with NodeXL Basic (<http://nodexl.codeplex.com>) from the Social Media Research Foundation (<http://www.smrfoundation.org>)

Fonte: Elaboração Própria. Produção visual: Leonardo Mello

7.3 O MÉDICO, O ADOLESCENTE E OUTRAS PERSONAGENS

Identificamos em ambas as construções narrativas, em O Globo e no Extra, pelo menos três personagens que ocupam papéis centrais na representação do acontecimento pelo jornalismo: o médico Jaime Gold e os três adolescentes que surgem como suspeitos no decorrer da(s) história(s). Há outros personagens, como por exemplo o frentista que é testemunha da acusação, o delegado titular da Divisão de Homicídios, Rivaldo Barbosa, a delegada que conduz as investigações, Patrícia Aguiar, a delegada da 14ª DP, Monique Vidal, o advogado de defesa do primeiro suspeito, Alberto de Oliveira Júnior, a mãe deste suspeito, o advogado Rodrigo Mondega, representante da OAB, o defensor público Fábio Schwartz, o presidente da Comissão de Segurança no Ciclismo, Raphael Pazos, o secretário de estado de Segurança à época, José Mariano Beltrame, o governador Luiz Fernando Pezão, o prefeito Eduardo Paes, entre outros. Contudo, centraremos nossa análise nas personagens que julgamos principais e que representam os polos antagônicos postos na narrativa: a vítima e o algoz. Apesar de que há três adolescentes envolvidos, centraremos na figura do primeiro, que é eleito o personagem antagônico mais importante em ambos os jornais. No caso de Extra, há também outras três personagens, Gilson da Silva dos Santos e Wanderson de Jesus Martins, o adolescente e o jovem mortos pela polícia na operação do Dendê e, de forma mais abstrata, a figura da “polícia”.

7.3.1 As personagens em O Globo

A narrativa de O Globo inicia a partir de uma personagem anônima, que se insere em um *frame* interpretativo do jornal: *mais uma vítima*, o que dá a ver que há outras. A temporalidade do jornal, como já discutimos em outros momentos, faz com que, no dia em que se conhece quem é a vítima, ao mesmo tempo em que se sabe que ela não resistiu e veio a óbito, o jornal fale em *mais uma vítima* enquanto na TV, no rádio, na internet, se lamente a morte de um médico, Jaime Gold. Na edição do dia seguinte, o jornal se dedica de modo intenso ao acontecimento. E assim, passaremos da leitura de que havia mais um desconhecido esfaqueado, para a comoção pela morte de Jaime Gold. Como a narrativa circula em diversos segmentos sociais, ela chega ao jornal apresentando o médico aos leitores como se já o conhecessem e oferece um momento de despedida: “Adeus doutor”.

Uma foto de perfil do médico sorridente, com boné do Fluminense ocupa, verticalmente, metade da página que conta sobre sua morte, e também sobre sua vida (figura 13). A construção narrativa inicia ressaltando sua bondade:

Como diziam os mais antigos, ele não era deste mundo. Cardiologista renomado, abriu mão de ter consultório para se dedicar à medicina pública no Hospital do Fundão. Divorciado, virou “pãe”, assumindo a criação dos filhos, hoje adultos. Era atleta por paixão e, quando passava pela portaria do seu prédio, sempre cumprimentava o porteiro, quando não se estendia em dois dedos de prosa (ADEUS, 2015, p. 8).

Dado o preâmbulo sobre quem era Gold, e aspectos de sua personalidade, chega-se no momento que demarca a tragédia. Mas antes de contar sobre ela, o narrador a qualifica: “O médico Jaime Gold, de 55 anos, se despediu da vida de uma forma que não fazia jus à sua história”. E aí vem o heroísmo e o confronto:

Depois de lutar bravamente numa mesa de cirurgia no Hospital Miguel Couto – a operação durou oito horas -, ele morreu ontem de manhã como mais uma vítima da violência na cidade. Sucumbiu ao ataque de um bando de assaltantes, que o esfaqueou brutalmente no abdômen, anteontem à noite, quando dava uma de suas pedaladas diárias na Lagoa, o cartão-postal que enchia o coração do doutor de alegria. (ADEUS, 2015, p. 8).

Marialva Barbosa (2004) observa que o jornalista, além de contar o que “se passou efetivamente” com a vítima de um crime, “transporta para o relato algo que já é, de alguma forma, do conhecimento do público” (p. 3) e assim, podem ser destacadas no texto, para relembrar sua vida, “a popularidade da vítima, sua bondade, sua originalidade”, aspectos que são construídos “em oposição à maldade, à frieza, à crueldade do assassino” (2004, p. 3).

Trazemos aqui essa descrição de Barbosa porque parece funcionar como um modelo em que percebemos os mesmos movimentos narrativos na configuração em questão. Observamos, contudo, que a autora se refere a narrativas sensacionais que, como ela observa, não estão só nos jornais populares, já que o sensacional, afirma, é massivo, ou, em outras palavras, “interpela ao imaginário de uma ampla maioria da população” (2004, p. 7).

Também observamos que é bastante provável que o jornalista-narrador não conhecesse o médico, mas o texto assume um lugar de dizer que denota profundo conhecimento da vida até ali vivida. É o fim da vida que demarca o encontro dela com o jornalismo, portanto, já não há como a pessoa-personagem se dizer. É que se diz dela. Por isso uma série de fontes são acionadas, entre vizinhos, amigos, familiares e colegas. Como resultado temos uma notícia que, “alicerçada nos fatos anteriores ao próprio acontecimento”, contém duas histórias: “a do crime e a de seus antecedentes, que englobam outras notícias semelhantes (BARBOSA, 2004, p. 3). Esse recompor para recontar apresenta “brancos semânticos” (CASADEI, 2010), que são

completados com sequências narrativas específicas. O curioso, neste processo é a presença do depoimento de celebridades como fontes, como atores de novela, que aqui, já não devem dizer da vida do médico, mas talvez da repercussão comovente, e assim, lamentam a tragédia e, junto com ela, o contexto de criminalidade.

Mais informações de perfil vão sendo compostas na reportagem. Os colegas de trabalho lembram da obstinação dele pelos exercícios físicos: “Aos 56 anos, tinha disciplina espartana e porte atlético” (ADEUS, 2015, p. 8). A formação acadêmica e trajetória profissional é retomada. “Era uma pessoa dedicada” (p. 8). E as características de bondade reacentuadas: “Quando o paciente não tinha dinheiro para o remédio, lá ia o doutor Jaime comprar” (p. 8). Trechos que não são citados de nenhuma fonte, mas assumidos pela própria narrativa do jornal dão conta de que ele “abriu mão de ter consultório para se dedicar à medicina pública”, “casou a vocação profissional com a paixão pelos exercícios físicos”, que se “paramentava todo para cumprir sua rotina: equipamentos de proteção, roupas de ciclismo, tudo como mandava o figurino”.

Em outra matéria, novamente a bondade é ressaltada na fala de um amigo: “Era totalmente contrário a qualquer tipo de agressão. Nem artes marciais ele queria praticar. Perdemos um ser humano que só pensava no bem das pessoas” (ROBERTO JUNIOR, 2015, p. 10).

O fato de ele ser médico e salvar vidas também aparece para reforçar a figura da personagem. O chefe do Serviço de Cardiologia do Hospital do Fundão comenta que a cardiologia prescreve atividade física: “E Jaime praticava aquilo que prescrevia”. Sua ex-esposa também afirma: “Ele era um médico que salvava vidas. É uma loucura uma pessoa que salva vidas, quaisquer vidas, morrer de uma forma dessas” (ADEUS, 2015, p. 8).

Retomamos novamente Barbosa, para quem a particularização da vítima é um elemento importante das narrativas sensacionais, até mesmo mais que o crime: “a descrição cotidiana de sua vida, a pormenorização do lugar onde mora, dos seus hábitos, tudo que a transforme numa pessoa e não apenas num personagem” (2004, p. 4). Embora isso aconteça nessa narrativa, observamos que o crime também interessa para a identificação. Para a mesma autora, ao se identificar, [o leitor] sai de seu lugar natural (o de leitor) e se integra ao mundo do relato, para depois voltar novamente ao seu lugar natural (2004, p. 4).

Observamos para a construção do personagem apenas as primeiras reportagens publicadas pois é nelas que encontraremos um perfil e informações sobre a trajetória de vida e drama na morte. No decorrer da narrativa, haverá inúmeras menções ao crime, que ressaltam, quase sempre, o quanto foi brutal, mas já não atribuem características ou retomam sua trajetória porque agora o público já a conhece.

A potência dessa narrativa nos parece que é essa possibilidade de identificação, que comove porque projeta, para além da vítima real, fática, uma vítima virtual (VAZ, 2012) que se realiza na função-leitor. O médico andava em um lugar conhecido, nos quais muitas pessoas circulam, logo todas essas poderiam ser vítimas em potencial. O alargamento do cenário geográfico, em O globo, reunindo como pertencente ao mesmo caso todos os ataques a facadas anteriores e subseqüentes, espalha ainda mais o medo, pois ameaça a todos que circulam na Zona Sul, não apenas na Lagoa.

A construção de uma personagem que é uma vítima, e também um herói que sucumbe, evoca lamentação, identificação, comoção. Mas como trata-se de uma história sobre uma mudança de sorte da felicidade para a infelicidade, nos termos da tragédia aristotélica, está posto o duelo entre o bem e o mal. Quem causou o sofrimento e a morte, só pode estar no outro polo, e assim temos a figura do primeiro antagonista, o suspeito de 16 anos.

A narrativa sobre esse personagem também considera seu desfortúnio, e a primeira matéria sobre o suspeito inicia com o momento em que sua mãe foi chamada a uma delegacia por abandono de incapaz quando o filho tinha 12 anos. Mas na estrutura posta para a intriga, sobre um crime brutal, são outras as características do suspeito que precisam ser ressaltadas. Na mesma matéria, o texto do jornal resgata a trajetória do jovem: “A transformação da criança pobre em suspeito de um **brutal assassinato** está registrada em cada folha dos autos de apreensão feitos em suas 15 passagens por delegacias da cidade” (BOTTARI; GOULART, 2015, p. 8, grifo nosso). Essas características não necessariamente são contraditórias se o marco interpretativo do jornal for o do binômio abandono-infração. O adolescente teve uma vida miserável que não poderia levar a outro caminho que se tornar um delinquente. Os aspectos de maldade são aprofundados em outros momentos.

A representação da ação do momento do crime é relatada pelo jornalismo a partir de uma declaração do delegado que cuida do caso, e expressa da seguinte forma: “Ao ver a vítima no chão, o suspeito, ainda de acordo com a testemunha, voltou a golpeá-la, rasgando seu abdômen num longo e profundo corte de baixo para cima, que atingiu quatro órgãos e retirou de Jaime qualquer chance de sobreviver ao ataque, mesmo depois de oito horas de cirurgia” (BOTTARI; GOULART, 2015, p. 8). A partir de então, qualquer aspecto de humanidade é negado. Uma fala literal do delegado é apresentada: “Ele não demonstra nenhum sentimento pelo outro ser humano. O médico recebeu no mínimo quatro golpes. A ação foi sorrateira” (BOTTARI; GOULART, 2015, p. 8). Um psicanalista é convocado como fonte especialista e, mesmo sem conhecer o jovem, especula: “podemos estar diante de uma mistura de fator social com o psicológico. Dá a impressão de que havia um desejo de esfaquear anterior ao contato

com a vítima, de ter prazer com isso” (BOTTARI; GOULART, 2015, p. 8). A construção é de bandido sem coração, psicopata. A imagem de sua apreensão é significativa, por mostrar um jovem acuado, encurralado, a caminho do único destino que agora lhe é possível e justo: o do cárcere, da punição. A foto é uma resposta ao clamor, à busca de justiça pela punição e até, por que não, à busca de vingança presente na função-leitor, com a qual o jornal dialoga.

Novamente, temos em O Globo, características de apelos sensacionais: “as ações duais, os valores morais, o bem contra o mal, a frieza em contraposição à bondade” (BARBOSA, 2004, p. 5).

Articula-se à narrativa, como já vimos na síntese dos heterogêneos, a demanda pela redução da maioria penal. Uma resposta para o caso aplicada ao futuro, para evitar outros casos como esse. Isso fica bastante explícito no editorial de O Globo de 22 de maio, que defende que o fato de os jovens saberem que há proteção pelo Estatuto da Criança e do Adolescente contribui para a criminalidade nessa idade, já que não há o risco de punição efetiva. “Não é por acaso que esses rapazes praticam crimes desembaraçadamente à vista de quantos estejam testemunhando: o Estado os protege [refere-se ao ECA]” (CRIME, 2015, p. 18) E ainda: “Sabem que portar arma branca não é prova de crime, um conceito que os delinquentes aprenderam e adotaram em favor de seus atos” (CRIME, 2015, p. 18). “Esses rapazes”, aqui, pode ser uma referência a adolescentes em conflito com a lei em geral, mas também se direciona aos rapazes que as testemunhas alegam ter visto praticar o crime. Aliás, antes que houvesse qualquer suspeito, na primeira matéria sobre o caso, já se fala que as testemunhas viram dois suspeitos fugindo, que aparentavam “ter menos de 18 anos”, como característica. Temos assim uma característica de generalização: assim como o médico representa todas as pessoas “de bem” que podem ser surpreendidas por assaltantes adolescentes armados com facas, indicando o risco da cidade, o adolescente apreendido representa todos os adolescentes “menores de idade” que andam armados com faca a aterrorizar a Zona Sul e que continuam a cometer seus crimes porque sabem que ficarão impunes.

A história antes da história trágica de Gold oferece indícios de que a situação é irremediável. Quando o jornal narra o ataque que a primeira vítima do mesmo suspeito teria sofrido, do mesmo modo, no mesmo local (com exceção do fato de que ela sobreviveu), ela contará que lamenta pela morte do médico, mas atribuirá ao “sistema” essa situação, o que nos lembra o que afirmam Vaz et al (2006) sobre a inserção do “sistema” como elemento na estrutura da solidariedade: além do sofredor e do observador, o causador do sofrimento seria o “sistema”. Essa ideia persiste em alguns setores, como percebemos na demarcação da fala da jovem.

Por outro lado, essa vítima lamenta também pelo jovem delinquente, até porque “talvez [assaltar] seja a única forma que esse jovem conhece para sobreviver. Ele está nisso a vida inteira e, agora, dificilmente terá uma correção de rumo”. A impossibilidade de correção advoga também para a punição com vistas ao futuro, embora provavelmente nem seja a intenção da interlocutora, mas acaba por, ingenuamente assumir o binômio abandono-infração numa perspectiva ainda mais positivista, de que, uma vez delinquente, jamais poderá se redimir e, para tanto, de nada adiantaram medidas socioeducativas.

Esse suspeito, além de cruel, é meticuloso. Com relação ao roubo de bicicletas, ele conhece as marcas e peças e escolhe antes de roubar e tinha, de acordo com o jornal, um esquema de roubos que lhe permitia roubar mais de cinco bicicletas por mês. Poderia ser um psicopata, como vai dizer outra fonte especializada. Ou então um adolescente tão desprovido de amor e de apreço pela vida que já não valoriza a vida de outrem, desumaniza suas vítimas, como dirá outra fonte especializada, abrindo assim o jornal a possibilidade, pelos distintos posicionamentos das fontes entrevistadas, de que se possa – ou não – considerá-lo psicopata. (Ressalte-se que isso acontece num segundo momento. Num primeiro momento, quando apresenta esse adolescente, a única explicação é a psicopatia. Depois é que, ao reforçar a hipótese da psicopatia, abre-se também a possibilidade de outras visadas sobre o que motivaria tal comportamento).

A maldade é acentuada, mas o adolescente, aparece também como inocente, pelo choro de sua mãe, que reivindica inocência. As suspeitas que surgem sobre a investigação, com a aparição de outros dois suspeitos, e o indicativo de que a testemunha afirmou ter visto um menino branco e um negro, quando há dois negros apreendidos, é o único questionamento que o jornal faz, mas sem atribuir inocência a nenhum deles em particular. O personagem negro e morador da favela cumpre o que lhe é designado: ser uma ameaça à sociedade. Sua apreensão é uma resposta, para o presente e para o futuro. Assim não está em questão a pouca evidência de provas.

Quando da publicação do resultado da decisão judicial, surgem características até então nunca apresentadas nas narrativas: o adolescente é caracterizado como uma liderança no mundo do crime, ocupando uma posição “de destaque na facção criminosa que domina a região do Jacarezinho”, responsável por “escolher as vítimas a partir de encomendas feitas por receptadores de bicicletas”. Se em um momento O Globo duvidou do processo, por ter publicado a contradição entre o que disse a testemunha sobre a cor dos suspeitos, essa matéria de fechamento do caso vai dar uma resolução também para essa questão “A testemunha, no entanto, o reconheceu em dois momentos: por foto, na Divisão de Homicídios e

presencialmente, através de uma parede de vidro, antes da audiência de instrução no Fórum de Olaria”. Assim fica bem especificado que houve o reconhecimento, e não só por foto, o que era uma das críticas feita até então. Para além disso, são desqualificadas as testemunhas que afirmavam que o adolescente estava em Manguinhos no horário do crime. “A principal testemunha de defesa, o dono de um trailer onde o rapaz supostamente estaria na hora do assassinato, responde a um processo por receptação e já chegou a ser preso pelo delito”. É uma fonte desqualificada de antemão, não pelo seu testemunho, porém pelo seu histórico. E assim, reforça-se uma representação de moradores da favela como bandidos. O menino não seria ele apenas um delinquente, mas estaria cercado por pessoas de má índole, num ambiente que não poderia levar a outro caminho que não a criminalidade.

7.3.2 Personagens no Extra

O esquema das personagens no Extra se dá de maneira um pouco diferente de como percebemos em O Globo. Além de Jaime Gold e o suspeito, temos ainda Gilson da Costa da Silva e Wanderson Jesus Martins, os jovens mortos pela polícia no mesmo dia em que Jaime Gold perdeu a vida. Temos então, inicialmente, três vítimas: Jaime, Gilson e Wanderson. E depois teremos três personagens acusados de causarem a mudança de sorte na vida do médico. Já no caso de Gilson e Wanderson, temos a polícia no lugar de antagonista no caso. São duas tragédias distintas, apenas colocadas em relação por um movimento interpretativo do jornal.

O começo da construção dessas personagens é o dia 20 de maio, quando uma notícia relata a operação no Dendê. Os termos pelos quais são designados o adolescente e o jovem mortos, pelo jornal, já são indicativos de presunção de sua inocência: “o estudante Gilson da Costa da Silva” e o “carregador Wanderson Jesus Martins”. No texto, conta-se da operação e do helicóptero que disparava. “Assustados, o estudante [...] e o carregador [...] buscaram abrigo numa casa. Os dois foram mortos depois que policiais da Coordenadora de Recursos Especiais (Core) invadiram o imóvel”. Assim, percebemos que a ação relatada é de dois inocentes, que, assustados, foram executados pela polícia. Sua morte injusta é motivo de protesto, do qual participam cerca de 50 moradores.

Se temos uma primeira construção das vítimas, já temos também uma primeira construção do antagonista, a polícia, que “entra e mata”. No depoimento da madrinha de Wanderson publicado pelo jornal, ela reforça o fato de ele ser trabalhador, falando inclusive de seu contrato trabalhista: “tinha carteira assinada”. Sabemos também, pela fala da madrinha, quando diz que ele tinha um filho pequeno e foi comprar pão, que ele era pai, e além disso, um

pai atencioso às necessidades da família, já que buscava alimento. Há uma matéria sobre Gilson, que mostra uma foto do menino fazendo um *selfie*. A mãe de um colega de escola, que pediu para não ser identificada pelo jornal, é a fonte, que dirá que “o colega do filho não era bandido”. “Ele nem era de ficar na rua”. “Morreu inocente”. A construção dessa personagem, assim, é mais do que ele não é (bandido) do que é. É uma afirmação da morte injusta, que ao mesmo tempo parece autorizar que houvesse morte caso se tratasse de um “bandido”.

Com relação a Jaime Gold, assim como em Extra, ele é caracterizado, num primeiro momento como “mais uma vítima”, compondo um conjunto de personagens do mesmo tipo: vítimas de ataques de faca na cidade. Quando se sabe quem é, configura-se uma vítima de um crime chocante que “causa comoção e revolta nas redes sociais”. Ao dizer isso na primeira página, parece que o jornal deixa a comoção para este lugar, as redes sociais, e trará poucas informações para a composição da personagem. As características apresentadas pelo jornal são a idade, 57, a profissão, médico, e que é pai, pois Extra reproduz trecho de depoimento atribuído à filha no texto, porém sem nominá-la. Também não se diz se tem outro filho, que veremos em O Globo que é o caso. Aqui há mais ausência do personagem do que presença. A foto principal que ilustra a matéria é de policiais da cavalaria no local. A foto do médico está apenas na primeira página, ao dizer que causa comoção em outros lugares. No dia seguinte, em matéria que fala sobre o enterro, temos mais informações sobre a personagem: agora há a especialização profissional: cardiologista. Sabemos que tinha dois filhos, que são nomeados, e que era separado, pois o jornal menciona que os filhos e a ex-mulher estavam na cerimônia fechada. Sabemos também que ele namorava uma colega de trabalho, enfermeira, e que ambos moravam juntos há cerca de cinco meses. Depoimentos de dois amigos dão mais informações sobre a personalidade do médico que se transmuda na personagem: uma pessoa da paz, “jamais imaginou que a violência crescente do Rio de Janeiro fosse atingi-lo”. Essa personagem, portanto, não compunha o cenário de uma classe média amedrontada. “Ele sempre teve uma visão otimista. Ele era totalmente contrário a qualquer tipo de agressão. Nem artes marciais ele queria praticar. Perdemos um ser humano que só pensava no bem das pessoas”. Temos, assim, em somatório, a figura de uma boa pessoa, cuja morte mobiliza e choca as outras, que lamentam não apenas pela ausência do amigo, pai, companheiro, ex-marido, mas também que tenha sido uma pessoa tão boa a ter tido fim tão trágico.

Com relação às outras vítimas, Gilson e Wanderson, temos, com outra matéria, o aprofundamento das características de estudante e trabalhador. A mãe de Gilson mostra um boletim do filho em protesto, para comprovar que era estudante do 6º ano, e, novamente, afirmando uma característica para negar outra. É mais importante nesse caso a negação. O

mesmo acontece com a mãe de Wanderson, que em depoimento, diz, outra vez: “meu filho tinha carteira assinada e era trabalhador. Estava trabalhando desde o dia 4 de maio. Antes trabalhava em outra empresa”. “Morador”. Aqui os detalhes do início do trabalho, o contrato, cumprem o mesmo objetivo do boletim: afirmar uma identidade negando o que não eram: bandidos. O uso da palavra morador é bastante significativo: com o imaginário atribuindo às favelas o lugar da criminalidade, é preciso diferenciar-se dos criminosos que ali estariam, por isso o termo morador.

Essa é uma defesa importante pela memória dos mortos da favela. O prefeito Eduardo Paes, como repercute o jornal, comenta o caso dizendo que Gilson havia sido morto por “uma bala perdida”. Assim, se as famílias não demarcam a injustiça, o crime será esquecido ou, pior: ficará no imaginário coletivo a ideia de que os filhos mortos inocentes eram bandidos. Até porque, como observam Vaz et al (2016), há, no jornalismo, uma super-valorização de representações da favela como lugar do criminoso e uma sub-representação dela como lugar de vítimas.

A polícia, como antagonista, é um personagem a se temer. Envolve, nesse caso, 400 policiais em ação. Conta com um helicóptero, que, do ar, dispara contra a favela. Foram os tiros que assustaram Gilson e Wanderson e os levaram a esconder-se para buscar proteção, acabando encurralados. Não é qualquer polícia. São policiais do Core – Coordenadoria de Recursos Especiais, bastante identificada em todas as vezes que dela se fala. Trata-se de um algoz todo-poderoso, com recursos, com um exército, e com o poder de nomear o ocorrido. A polícia registra as mortes do adolescente e do jovem como “homicídios decorrentes de intervenção policial”, designação que substitui os antigos “autos de resistência”, ou as mortes de civis em confronto com a polícia. O número de mortes desse tipo no Rio, foi objeto de uma CPI na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro em 2018, depois que se teve conhecimento de imagens de policiais alterando a cena do homicídio de um adolescente³⁴. No caso das mortes de Gilson e Wanderson, as famílias se empenham em mudar a denominação. E denunciam que os policiais plantaram armas para dizer que as vítimas eram bandidos. Isso justifica a construção daquelas personagens na negação. E também nos permite compreender a recusa em se identificar, como foi o caso da mãe do colega de Gilson. É um inimigo muito poderoso. Há que se tomar cuidado.

³⁴[https://extra.globo.com/casos-de-policia/relatorio-de-cpi-que-investigou-autos-de-resistencia-sera-votado-
hoje-na-alerj-23198412.html](https://extra.globo.com/casos-de-policia/relatorio-de-cpi-que-investigou-autos-de-resistencia-sera-votado-hoje-na-alerj-23198412.html)

Observadas as características de composição dessas personagens, avançaremos para a que nos parece a mais importante na história contada por Extra. Falamos de X., a personagem antagonista no caso da morte do médico. Além de mais importante, essa é também a personagem mais complexa da trama, com atribuição de muitas características. Sua aparição na narrativa é com a mesma foto usada por Globo: um garoto acuado, algemado, sendo carregado como uma presa, um troféu, por agentes da polícia. A foto conta sobre justiça, no sentido justiceiro do termo: foi capturado o responsável por essa tragédia e ele vai pagar por isso. O texto, contudo, leva para um caminho de busca de identificação com essa personagem, agora já inofensiva, porque “presa”, como a foto nos mostra. O texto, do qual já falamos, dirá: duas tragédias antes da tragédia: sem família sem escola. “Com 16 anos, acumula 15 passagens pela polícia”. “O pai, ele só viu duas vezes”. “A mãe [...] foi indiciada por abandoná-lo com fome na rua”, “a escola [...] desistiu dele” “a barreira de proteção ao menor falhou”. Temos assim índices do abandono, que levam ao crime, e a presença do binômio abandono-infração. O fim do texto da primeira página resume a interpretação do jornal: “um inocente pagou com a vida pela sucessão de tragédias”. Todas essas características estão descritas na mesma reportagem, cujas fontes são trechos de depoimentos, a partir dos quais a repórter busca reconstruir a história de uma vida de privações que leva ao crime.

No mesmo dia, há outra reportagem, sobre o mesmo adolescente, mas nessa se enfatiza a maldade na ação. Isso acontecerá em outros momentos em Extra: uma matéria que convoca compaixão do leitor, outra que mostra o quanto o crime foi cruel, e convoca, entre outros sentimentos, raiva, desejo de punição. Temos, assim, as seguintes características para a personagem: “Mesmo sem esboçar reação, [Jaime] foi ferido [por X. e seu comparsa] a facadas”. “bicicletas, facas e objetos cortantes apreendidos próximo à casa”. “chegou a roubar seis bicicletas por mês”; “costumava agir sempre em companhia de mais um adolescente”; “dava preferência para atacar quem tivesse usando bicicletas importadas”; “ele sabia identificar as marcas”; “quando emparelhava com o ciclista escolhido, ele ou o comparsa ‘jogavam a faca’”; “mesmo que não houvesse reação, espetava a faca contra o corpo da vítima para intimidar”. Há uma frieza e maldade acentuada.

O *frame* do abandono-infração guia a construção dessa personagem. “Garoto suspeito de matar médico tem histórico de fome, evasão escolar e abandono”, diz a linha de apoio da matéria que relembrará a vida dele, falando de uma “tragédia anunciada”. “Desde 2010 foram 15 passagens pela polícia”, “crimes como roubo, furto, desacato e tráfico”, “costumava faltar aula para ir à praia no Leblon e em Ipanema, mas a mãe não sabia” (o personagem é mentiroso), “largou a escola”, “a mãe já sabia que o filho estava indo pelo caminho do crime”, “cometia

roubos e furtos desde 2010”, “usuário de maconha”, “trocava o dinheiro por drogas”. Junto a essas características depreciativas, que dão conta de um personagem delinquente, há aquelas que explicariam esse caminho: “passou pela 14ª DP [...] como vítima”, “abandono de incapaz”, “abandono material”, “Estava passando fome, sem dinheiro para voltar para casa”, “o pai não participou da criação do filho”, “o pai não ajuda a sustentá-lo”, “só viu o pai duas vezes na vida”. Em outros textos, “inteligente, mas tinha problemas de comportamento”, “notas boas”, “não foge ao padrão de milhares de menores internados em unidades do estado”, “não completou sequer o ensino fundamental”, “estava atrasado nos estudos”, “ausência de direitos garantidos”. Há a recorrência de se construir esse personagem como “mais um” entre muitos jovens na mesma situação. Aqui a personagem, como em O Globo é tratada como mais um, mas em um enquadramento bem distinto. O “mais um” de Extra busca denunciar a ausência de proteção a adolescentes em vulnerabilidade, voltando-se mais especificamente para a escola enquanto instituição, que não consegue sequer manter os alunos, e nem propiciar um espaço de aprendizado e paz.

Conforme vão correndo os dias, a lógica do abandono – anunciada na primeira matéria com esse personagem (sem família, sem escola) – se centrará na escola e haverá um voltar atrás no abandono da família. Em um texto a vizinha dirá que a mãe não abandonou, em outros a própria mãe. Nesses textos, ela alega a inocência do filho. Em outro texto, com fala do advogado, se diz que ele, o adolescente virou bode expiatório e que uma pessoa não pode ser apreendida pela ficha que tem na polícia. A partir da presença de uma mãe para defender o filho, bem como de um advogado, aos poucos vão sendo inseridas passagens, na voz dessas outras personagens, alegando, primeiramente, a inocência e, num segundo momento inserindo um alibi: “ele estava em casa (no momento da morte)”.

Depois da primeira virada na narrativa, com o surgimento de novo suspeito, que se entrega, quando estão concluindo as investigações, tem início no jornal a dúvida com relação à participação de adolescente nomeado como X. A construção do argumento é a contradição no depoimento da testemunha (primeiro disse que não poderia reconhecer por não ter enxergado o desenrolar da cena do ato, e no dia seguinte reconheceu o adolescente por foto). Além disso, no testemunho, disse que um era branco, outro negro. Os dois são negros. Um alega inocência, o outro se entregou. Extra vai operar uma virada também nessa personagem, que de bandido cruel pelas circunstâncias da vida, mas, sem dúvidas, culpado, passa agora a ser vítima outra vez mais: desta vez da polícia e dos operadores da justiça. O desenrolar da trama com os personagens vira uma novela, com novos capítulos todos os dias, e muito protagonismo do jornal, que encomendará laudos sobre a necropsia do médico morto, sobre a distância necessária

para possibilitar o reconhecimento etc. Isso tudo se acirra após o surgimento de um terceiro suspeito, que o inocenta, e numa mudança de versão do segundo, quando também passa a inocentá-lo. Assim, teremos no jornal, trechos como: “X. sempre negou ter participado do crime”; “o menor disse desde o primeiro dia que era inocente”, “o advogado afirma que ele estava em Manguinhos no dia do crime”, “apreendido apenas dois dias após o crime”, “pelo menos oito pessoas afirmaram ter visto X [...] na parte de trás do conjunto habitacional do PAC de Manguinhos [...] no horário em que Jaime Gold foi esfaqueado”, até chegar a outros como “MP nega a menor o benefício da dúvida”, “ao pedir condenação de X, MP desconsidera dúvidas que pairam sobre crime na Lagoa”. Em 2017, Extra retoma o caso, com uma reportagem que fala do adolescente. Em destaque, diz: “sem prova: os outros dois se acusam entre si e não citam o rapaz que está apreendido”. Como prova da boa índole do menino, que passa a ser uma vítima – e é a principal vítima na narrativa do jornal – está seu interesse e bom desempenho enquanto cumpre medida socioeducativa. E, mesmo assim, segue sendo vítima de injustiça: “apesar dos elogios dos funcionários, o jovem não foi libertado nem recebeu benefícios”.

Com relação aos outros dois adolescentes, suspeitos, novamente, como em O Globo, seu papel não é tão central, a não ser para demarcar os pontos de virada. O jornal chega a nomeá-los com uma letra, como faz com X., usando J. e Z., mas logo desiste e os chama de segundo e terceiro suspeitos, conforme a ordem de aparição na trama. Como o jornal assume que o primeiro é inocente, e, de acordo com a única testemunha, a ação foi cometida por dois adolescentes, Extra elege os outros para este lugar de responsabilização. Além disso, pesa o fato de que ambos se entregaram voluntariamente, confessando a participação.

7.4 OS PROJETOS DRAMÁTICOS EM EXTRA E O GLOBO

Neste item do trabalho, buscamos compreender como, ao reunir tantos fatos distintos para contar uma história, a mesma história, os jornais dotam de sentido o acontecimento morte de Jaime Gold. Dos itens anteriores da análise já temos muitos indícios, mas nesta seção, nos dedicamos a uma visada mais abrangente, buscando compreender como são compostos os projetos dramáticos dos narradores. São os resultados sistematizados, enfim, da análise. Não vamos separar em subitens específicos para cada um dos jornais, porque, embora abordaremos os projetos em cada um deles, muitas vezes é perceber na narrativa de um o silenciamento do outro; assim, relacionaremos ambos.

O que é possível extrair de uma história? Começamos com esta interrogação, para pensarmos nos possíveis abertos pela narrativa. A narrativa não apenas coloca elementos diferentes em causa, ela, com isso atribui sentidos, possibilidades interpretativas, num universo significativo comum entre quem escreve e quem lê. E nos permite o “prazer de aprender com a leitura” (RICOEUR, 1994). Como a ação de contar parte não de outro lugar que este universo de signos partilhados, as histórias se originam em conflitos que dizem da vida vivida, compartilhada em sociedade: conflitos sociais, psicológicos, de origem econômica, política, entre outros, como explica Motta (2013).

O acontecimento morte de Jaime Gold, quando chega aos jornais como acontecimento, depois de as publicações já terem afirmado se tratar de mais um caso, chega significado por um *frame* demarcador. É mais uma história na narrativa de violência. Mas não se trata apenas disso. Para mais este episódio de uma história de violência que tem sempre os mesmos suspeitos, o jornal – em sua forma papel - está atrasado. E no caso de Extra e O Globo, entra nessa narrativa a partir de seus leitores, e não o contrário. Isso porque o acontecimento já estava na TV, estava no rádio, estava nos portais jornalísticos na internet, e nas redes sociais. Precisamos considerar este “ambiente noticioso” (LARA, 2013). Os jornais, afirma a autora “estão em contato com os outros meios e, como evidencia a teoria do agenda-setting, mais do que dialogar uns com os outros, caracterizam-se também por padrões de inter-agendamento” (Ibid., p. 45). Logo, como havia uma comoção com o caso em outras mídias informativas, é nesse enquadramento que também chegará nos jornais. Uma marca dessa relação com outras mídias são os elementos perceptíveis de apuração em Extra, quando da primeira matéria sobre o caso: a apuração se pauta em declarações feitas em sites de rede sociais; pela filha do médico, no Facebook, e pelo secretário de Estado de Segurança, no Twitter.

Além disso, é preciso considerar que este acontecimento passa a se relacionar também com outros acontecimentos. A morte Jaime Gold como acontecimento se conecta com o macroacontecimento redução da maioria penal. Na dupla vida proporcionada ao acontecimento (Quéré, 2012), para dotá-lo de sentidos, a morte perdurará nos jornais até o fim do cumprimento da medida socioeducativa do primeiro suspeito. A morte é ressignificada ao se tornar acontecimento-objeto no bojo deste acontecimento maior em pauta.

Quando a história começa a ser contada, há indicativos, ainda que vagos, de que os responsáveis pela morte de Gold tenham sido adolescentes. O Globo, de imediato, aborda a temática da punição, aproveitando o momento de discussão no Congresso de redução da maioria penal. É interessante observar que na análise de Budó e Cappi (2018), os autores percebem que em 2015, à diferença de outros anos, não foram os meios de comunicação que

pautaram o debate político sobre a temática. Desta vez, os jornais pautaram-se pela agenda do Congresso. A análise dos autores dedica-se a O Globo, Folha de S. Paulo e Veja. Em O Globo, com o caso Jaime Gold, percebem uma tentativa do jornal de criar uma “onda infracional”, que se soma a outros casos no mesmo ano.

Quando, logo no segundo dia da configuração narrativa do acontecimento enquanto tal, surge um adolescente suspeito, o ponto de entrada na história vai ser diferente em cada um dos jornais. E como advertem Matheus (2011) e Soares (2011), o ponto de onde se começa a contar uma história faz toda diferença em seu sentido. A pergunta que podemos colocar é: onde começa a história, então? O tempo, não podemos nos esquecer, não é invisível, pois é justo ele que é configurado narrativamente (Ricoeur, 1994). Comum à narrativa e ao acontecimento é sua afetação temporal. As coisas têm temporalidades distintas e ao trazê-las para o presente é necessário fazer conexões com o passado, projetar o futuro, à guisa de compreensão (CARVALHO, 2014; ARQUEMBOURG, 2005; QUÉRÉ, 2005).

O Globo, ao demandar mais marcadamente a punição projeta-se ao futuro. Neste futuro, o adolescente infrator terá uma lição, com privação de liberdade. Mas, além desta demanda em particular, o jornal mira ao futuro de outros modos: punindo todos os adolescentes infratores com uma lição mais dura. É preciso que se aprove a redução da maioria penal – e o jornal deixará isso claro em seu editorial – porque os adolescentes se aproveitam da situação, do “salvo-conduto”, do fato de que são “inalcançáveis pela Justiça” como dizem trechos do texto de opinião do jornal. O passado também está presente, seja por conta do contexto de adolescentes infratores, seja ao retomar aspectos da vida do médico e, inclusive da vida do adolescente, mas a narrativa projeta-se muito mais ao futuro para interpretar o acontecimento. E, inclusive, lhe oferecer um fechamento: se a redução da maioria penal for aprovada, ficaremos mais tranquilos. O mesmo pode ser dito das outras sugestões legislativas motivadas pela emoção do momento: a proibição do porte de arma branca e a tipificação do roubo e furto de bicicletas, que também se projetam ao futuro, como prevenção, punição e monitoramento.

Em Extra, o ponto de início da história está no passado: na sucessão de tragédias, que começaram cedo na vida do adolescente, para que, no presente, ele fosse levado a causar outra tragédia. A cartola usada pelo jornal, “a tragédia antes da tragédia”, deixa esse recorte temporal bastante claro. Por isso, vai buscar, em pequenos indícios, compor narrativamente a vida deste adolescente, sem jamais conversar com ele. A construção da personagem é feita com base numa apuração indicial: depoimentos, documentos e algumas falas anônimas.

Esses dois diferentes pontos de entrada não podem nos deixar perder de vista que, em ambos os jornais, está presente o binômio pobreza – criminalidade. Apenas que, justamente

pelo modo como se situam temporalmente, nas escolhas – que não são casuais, mas comportam um projeto dramático –, em Extra há mais sobre a vida do adolescente e menos sobre a demanda de punição e em O Globo há mais sobre a demanda de punição e menos sobre a vida pregressa do jovem apontado como responsável. Mas em ambos estão presentes estes dois elementos. Por isso, as construções narrativas, que, num primeiro momento, pela capa impactante de Extra, parecem ser distintas, não divergem tanto assim. Estão de acordo com os princípios editoriais do grupo – de que os textos podem e devem divergir, mas que a essência é a mesma, e deve refletir a visão do conselho editorial do grupo.

Se a compreensão que subjaz à explicação para a criminalidade, a da pobreza como origem e que a punição é necessária não só para o adolescente em particular, mas para todos os adolescentes em conflito com a lei, podemos supor que as diferenças nas formas buscam estabelecer diálogos com públicos presumidos distintos em cada um dos jornais. Percebemos assim, no plano comunicacional e mercadológico, estratégias dos jornais para moldar seu discurso de acordo com as apropriações de características culturais de seus leitores (AMARAL, 2004).

Um jornal cujo público-alvo são as classes A e B, tende a direcionar mais seu apelo à classe média, como decorre da observação de Vaz et al (2012, 2006) sobre a política da vítima virtual, quando a audiência é estimulada a se conceber na mesma condição daquele que sofre e o risco ganha um lugar central. Na narrativa de O Globo há a presença de pessoas que deixaram de praticar atividades físicas ou de lazer no mesmo local em que o médico fora morto, escolhendo não correr o risco; ou mesmo o médico é narrado como quem, mesmo sabendo do risco, escolheu não se intimidar, o que reforçará sua construção heroica enquanto personagem. A construção narrativa interpela o leitor ao lhe dizer que ele também poderia ter sido uma vítima. O acontecimento se projeta para o futuro por meio do risco: assim como aconteceu (no passado) com este médico, pode acontecer com outros (no futuro). A ameaça segue existindo (no presente). Reforça a existência da ameaça a publicação de uma série de outras notícias com ataques feitos com o uso de facas no Rio de Janeiro que, narrativamente, são agenciados como componentes da mesma trama. Assim, a articulação entre passado, presente e futuro que já está posta, também será outra: para que isto (que aconteceu no passado) não aconteça mais no futuro, é necessário, no presente, modificar a legislação, buscar punição. Temos assim, o acontecimento reformulando o passado como condição do futuro, com vistas ao controle de sua reaparição (QUÉRÉ, 2012).

Já em um jornal que busca identificação com as classes B e C, os tensionamentos serão outros. Seu leitor imaginado não é a vítima virtual do mesmo crime, pois provavelmente não é

o morador da Zona Sul carioca. Há, nessas narrativas, também um tensionamento territorial posto: o norte e o sul como locais antagônicos; o norte da periferia, o sul elitizado. Essas localidades se entrecruzam: o sul com medo do norte, que adentra seu território para roubar e até matar. O papel da polícia também é ressignificado conforme a territorialidade: no sul, é convocada a proteger; no norte, é temida por matar. A narrativa de Extra fala com o morador do norte. Por isso escolhe como *frame* demarcador para iniciar a narrativa a ocorrência de outro crime, no qual a mesma polícia que poderia ter evitado o crime da Lagoa, foi a que ocasionou a morte de inocentes. A polícia assim, só parece fazer sentido para a rica zona sul. A segurança é uma prerrogativa também de classe. Se os inimigos da zona sul são os moradores da zona norte, na favela, não há papel para a polícia que não seja matar ou prender.

Além disso, considerando o referencial sobre crime, desvio e violência, não seria de estranhar que o principal suspeito do crime na Zona Sul seja um menino negro. A personagem que materializa o medo nos grupos de poder é o descendente de escravo, o negro, morador da favela (MATHEUS, 2011). O negro “menor” parece ser igualmente uma figura construída com especificidades a temer. Configuram a figura do “pivete”, como referem-se Budó e Cappi, tomando de empréstimo o termo de Gonzalez (1979). Budó e Cappi, na análise das três mídias informativas que fazem, aliás, percebem que a grande maioria dos perfis, quando o tema é jovem em conflito com a lei, são sujeitos do sexo masculino, pobres, negros e com uma tendência psicológica à ausência de compaixão com as suas vítimas.

Pereira (2017) aponta em sua pesquisa sobre as UPPs que desde o regime escravista até os dias atuais, os indivíduos herdeiros da escravidão foram socialmente representados por variações de uma mesma persona: *o capoeira, o malandro o bandido e o traficante*, sua mais recente atualização. Poderíamos acrescentar, o menor infrator, se bem que na narrativa dos jornais, podemos compreendê-lo claramente como bandido. Dias (2017) em sua dissertação aponta que “a cobertura sobre os adolescentes em conflito com a lei reproduz, em grande medida, os mesmos discursos criminalizantes que se relacionam mais com os grupos sociais e locais aos quais pertencem do que com a idade ou com o crime praticado”. (DIAS, 2017, p. 131). Sobretudo isso pode ser explicado, como aponta a pesquisa de Mello (2009) por O Globo se constituir como “o mesmo”, em relação a um “outro” negro.

Em ambos os jornais, percebemos também o uso de elementos de uma linguagem que trabalha com as emoções. Se este tipo de linguagem por muito tempo foi considerada específica de jornais populares, hoje percebemos o apelo às emoções também nos jornais de referência (BARBOSA, 2004). As diferenças que vemos aqui é que O Globo apela às emoções ao contar sobre a história de Jaime Gold, e Extra, sobre o primeiro suspeito.

Com os pontos de virada que vão articulando a história, percebemos que, enquanto O Globo publica algumas notícias que desacreditam a investigação e lançam mais questões do que suspeições, Extra passa a advogar pela defesa do suspeito que, especialmente num primeiro momento da narrativa, era inegavelmente culpado, para este mesmo jornal. Com essa posição, Extra não apenas noticia os desdobramentos do processo, como desconfia da polícia e do judiciário, passa a fazer sua própria apuração, e assim, cria fatos que inserem novos episódios em nossa linha do tempo.

O Globo, se em algum momento questiona o desenrolar das investigações, oferece um fechamento que amarra praticamente todos os fios que Extra aponta como soltos. Esse fechar parece funcionar como o ponto final que O Globo dá para o acontecimento, sem deixar nada em suspensão. Como a dúvida foi levantada, melhor fechar as arestas. O fato de O Globo ter sido mais sutil nas críticas, pensamos que se deve em medida, à linguagem do próprio veículo e também ao que Fernández Pedemonte (2010) observa, na cobertura de casos midiáticos comoventes, que os meios lançam mais de um tipo de hipótese, quando ainda não se sabe que rumo o caso tomará, para que não tenham perdido a versão que acabará por ser corroborada. Se o adolescente fosse inocentado, O Globo teria aventado essa possibilidade, portanto.

Se a narrativa em O Globo oferece um fechamento no dia seguinte à decisão judicial, em Extra, a narrativa continua a desenvolver-se e segue produzindo fatos e textos que indicam que a decisão estava equivocada. Esse, efetivamente, nos parece ser o único momento em que os jornais chegam a discordar, mas seus projetos dramáticos seguem por caminhos semelhantes, apenas acionando fios distintos para compor a trama.

Observamos ainda que a história de Gilson e Wanderson, que inaugura a narrativa em Extra, e que o jornal nos pede para não esquecer, acaba sendo esquecida pelo próprio jornal. Algumas matérias atualizam, ao longo do tempo, idas da família para depor, e o anúncio de que haverá uma reconstituição. Essa reconstituição ocorre, mas não é sequer noticiada no jornal impresso, apenas em sua versão online. Não sabemos, por fim o que aconteceu. O caso consta do relatório da Comissão de Direitos Humanos da Alerj de 2015 como um “caso emblemático de violações de direitos humanos”.

Por fim, considerando o acontecimento Jaime Gold, se há muitas semelhanças de concepção da origem da criminalidade, da necessidade de punição, num primeiro momento, a escolha de diferentes pontos de entrada, e do se lançar para temporalidades distintas faz toda a diferença nas formas sobre como essas narrativas conferem inteligibilidade ao acontecimento. Enquanto O Globo ensina sobre punição, Extra ensina sobre injustiça.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O jornalismo conta histórias. As histórias são compartilhadas, significadas, ressignificadas em outras relações. Nesta tese, dedicamo-nos ao estudo da história contada pelo jornalismo sobre a morte de um médico, assassinado em local público, em um ponto turístico, no Rio de Janeiro. Uma tragédia, um duelo entre o bem e o mal. E o mal encarnado pelo estereótipo daquele que se configura como um inimigo a ser temido, o “menor delinquente”, figura que, mesmo antes do acontecimento, na agenda política nacional já movimentava a busca por punição.

Ao buscarmos compreender como jornais do mesmo grupo editorial, O Globo e Extra, configuram narrativamente o acontecimento morte de Jaime Gold, para dotá-lo de sentidos justo num momento em que se discute a redução da maioria penal, nosso percurso teórico e de análise nos levou a composições narrativas que, ora convergem, ora divergem. Na busca por entendimentos, estudamos a construção narrativa nestes jornais, a partir de seu caráter de mediação. Buscamos, por isso, identificar as relações causais postas em curso pelos jornais para contar sobre o acontecimento e seus desdobramentos, como foram configuradas as personagens nestas narrativas e os projetos dramáticos colocados em curso.

Essas narrativas nos interpelam e passam a configurar o objeto de estudo a partir da capa do Extra que, ao contar sobre a morte do médico, pede ao leitor que não esqueça as mortes de dois meninos assassinados pela polícia na favela, na Zona Norte carioca. É em outro bairro da mesma Zona Norte que a polícia buscará o adolescente considerado o principal suspeito para a morte do médico. E o jornal continua num movimento ousado e pouco comum no jornalismo, quando buscará como explicação para o crime não a ação do adolescente em si, mas a sucessão de tragédias em sua vida pregressa, que o levará a não outro destino possível que ser o causador da tragédia presente. Essa narrativa, a uma primeira visada, nos interessava por divergir do modo como habitualmente o jornalismo conta sobre a morte, com a ênfase muito mais na vítima e na busca por identificação do leitor pelo viés do risco (VAZ, 2014; 2012; 2006), que era o que já percebíamos em O Globo quando contava sobre o mesmo acontecimento.

A análise, contudo, nos mostrou que, apesar das abordagens bastante diferentes em suas estratégias de interpelação e no tipo de composição textual, que Extra e O Globo contam histórias semelhantes e agenciam fatos semelhantes, aparentemente sem conexão com o caso, para dar sentido ao ocorrido. Em ambos os jornais percebemos o crime como um episódio chocante; a crueldade do assassino presumido; sua experiência anterior com furtos e roubos de bicicleta, bem como a recorrência do uso de facas em suas abordagens; a pobreza como

explicação para a entrada no mundo do crime; o aumento dos assaltos com o uso de faca no Rio; a necessidade de punição; a demanda por outras leis, como a proibição do porte de arma branca; a presença de novos suspeitos como um elemento de descrédito das investigações.

As semelhanças temáticas que percebemos na configuração da intriga na narrativa, não ocultam também diferenças. Os temas são trabalhados de modos distintos. Em O Globo há mais fortemente a comoção com a morte do médico e a demanda por punição e, em Extra, a sensibilização com a trajetória de sofrimentos passados que teria levado o adolescente, no presente, a ser o causador de uma tragédia. Assim, a explicação para a entrada no mundo do crime ganha contornos mais delineados em Extra, e permite a associação com outros elementos, como por exemplo, o abandono do adolescente por parte do Estado, materializado na instituição escolar. Já em O Globo, como a comoção pela morte do médico é maior, ressaltam-se a bondade da vítima e a mobilização de conhecidos e estranhos enlutados, além dos aspectos de crueldade na jornada do antagonista, cuja conduta violenta será explicada a partir de um viés psiquiátrico. As demandas legais, por parte do legislativo, estão mais presentes em O Globo, enquanto no Extra há mais elementos, especialmente conforme a narrativa se aproxima de seu final, que advogam pela inocência do principal suspeito.

Não temos como falar da intriga, das personagens, ou dos projetos dramáticos, sem inter-relacioná-los. Entendemos que o agenciamento dos fatos propostos levará a que a narrativa em O Globo tenha como personagem principal o médico e ciclista Jaime Gold, e no Extra, o adolescente suspeito do crime, denominado pelo jornal de X. Essa diferença não é fortuita; especulamos que se deva a estratégias editoriais. O Globo, cujo público-alvo são as classes A e B, direciona seu apelo à classe média, interpelando o leitor para lhe dizer que ele também poderia (no passado) ser vítima do mesmo crime, e por isso precisa se preocupar no presente e futuro para evitar que o mesmo destino trágico lhe suceda. No Extra, em que o público-alvo são as classes B e C, o leitor imaginado provavelmente circula por outros territórios; ele pode ser o morador da periferia, que poder ser a vítima em potencial da bala perdida ou da execução policial, o que explicaria a escolha de outro caso, este sim na periferia, na Zona Norte, para iniciar a história.

Pensamos na narrativa quase como um duelo entre o bem e o mal, entre um “nós” e “outros”, mas isso não quer dizer que o jornal assuma essas dualidades tal como as colocamos agora em perspectiva. Mas em Extra, efetivamente, há menos o endereçamento da tragédia como risco e mais a busca de compreender o que levou o provável suspeito a uma vida no “mundo do crime”. Não há nem mesmo um perfil ou antecedentes da vida do médico, por isso não verificamos essa busca de interpelação com a vítima virtual (VAZ et al, 2012). Para

usarmos os mesmos termos de Vaz, em Extra talvez tenhamos um retorno a um momento em que nos jornais havia uma “política da piedade”, que convocava leitores a se mobilizarem para o sofrimento ocasionado pelo “sistema”. E com isso, talvez o principal resultado dessa escolha narrativa seja a humanização do inimigo. Ele não é apenas um “monstro” a ser temido, sem valor à vida, como é tão comum nas narrativas jornalísticas sobre crimes: assume-se que ele é mau, mas porque a vida não lhe deu outro caminho. E não é apenas ele, é o contexto social: como ele, muitos outros adolescentes abandonaram e foram abandonados pela escola ou ainda pela família. Assim temos uma narrativa menos singularizada e uma configuração do acontecimento que se projeta mais ao passado como explicação ao presente do que ao futuro. E uma ampliação do público-alvo: a narrativa pode estar direcionada ao morador da Zona Norte, mas também a uma classe média que se comove com o sofrimento desencadeado pela desigualdade social, e que pode acessar essa narrativa pela internet, por exemplo.

Arquembourg (2005) observa que o começo e o fim da história não são claros quando irrompe o acontecimento. É o julgamento de uma situação que delimitará seus começos e seus fins. Assim, os pontos a partir dos quais O Globo e Extra decidem contar a história, faz toda a diferença nos modos como conferem inteligibilidade ao acontecimento. Em ambos percebemos construções, por um lado, de que o crime demanda punição e, por outro, que é o abandono e a miséria que levam à infração. Mas eles nos contam histórias distintas, uma que nos fala mais sobre punição (O Globo), outra que nos fala mais sobre injustiça (Extra).

Se a escolha do ponto de início da história é distinta, na organização temporal da narrativa, um elemento em comum há sobre a entrada dos jornais na história: a comoção com a morte, que em ambos passa de “mais um caso” para “o acontecimento morte de Jaime Gold”, é atravessada por outras narrativas. Não é o jornal que escolhe sozinho o enquadramento - o enquadramento de certa forma já está posto, tanto por outras mídias, como pelo público leitor, nos sentidos que circulam antes que os jornais possam imprimir as palavras que darão materialidade a suas proposições narrativas.

E entre o que circula, é importante compreender o contexto: o projeto de lei para redução da maioria penal, em análise no Congresso quando irrompe o acontecimento, é um elemento fundamental para o modo como O Globo estrutura sua intriga e atualiza o acontecimento em torno da demanda por punição. Já Extra, que ao longo da narrativa advogará pela defesa do principal suspeito, inicia a narrativa assumindo sua culpa no caso. Mas coloca outro crime em relação, problematizando as diferenças entre norte e sul e deixando claro que, para o jornalismo e para a sociedade em geral, é comum que crimes em pontos turísticos repercutam mais. Ou, se quisermos ler de outro modo, é comum considerar que algumas vidas

valem mais do que outras. O esforço do jornal na humanização do “vilão” da história parece caminhar – pelo menos por um momento da narrativa – no sentido de que todas as vidas deveriam importar.

A presença de elementos dessa proposição causal de Extra em jornais de referência, mesmo que nos espaços de textos de opinião³⁵, dá a ver a importância dos sentidos propostos pelo jornal. Jornais populares geralmente são vendidos apenas nas bancas, sem possibilidade de assinatura. Extra, que faz parte de um grupo editorial que tem um jornal “mais popular” que ele³⁶, permite que acessemos seus textos mesmo sem estarmos no Rio de Janeiro, pela assinatura digital. E, com os usos da internet e sites de redes sociais, faz suas capas, como cartazes (ANTUNES, 2013) serem vistas à distância em mais de um sentido. Permite circular, sem restrição territorial, as relações causais que propõe. Assim temos um jornal popular e não tão popular ao mesmo tempo: O Grupo Infoglobo reserva ao Expresso a característica de circular apenas nas bancas. Extra funciona como O Globo nas lógicas de assinatura e circulação, sem deixar de lado o direcionamento popular e a linguagem que apela às emoções e ao exagero. É precisamente com a emoção que consegue propor tais sentidos com essa força narrativa. Com isso não queremos assumir que a emoção não esteja presente em O Globo. Ela também está, mas funciona, nesse caso, como maneira de buscar conexão pela morte do médico, propondo elementos de identificação com o leitor.

Narrar, para Ricoeur (1994) é uma ação sobre o agir. Ao ordenar as ações no tempo, os jornais criam sentidos. Extra, além de representar elementos da realidade fática concernentes ao acontecimento, intervém no real fora do texto, ao propor ações concretas, como a produção de laudos alternativos aos da investigação policial. É o *frame* que percebemos no início da narrativa, na comparação entre as mortes do médico e as dos meninos do Dendê, como recurso narrativo para defender que as vidas das favelas também merecem ser defendidas, permanecerá presente, de outras formas, deslocando o principal suspeito, como personagem, do papel a cumprir na sina de assassino que, como pobre, negro e morador de periferia, praticante de furtos e roubos, lhe compete.

A ênfase nos elementos presentes no Extra neste encerrar coloca-se por percebermos, nas duas narrativas em análise, a diferença como possibilidade. Extra rompe com a lógica habitual jornalística de narrar o acontecimento morte quando ocorre com pessoas classe média,

³⁵ A relação proposta pelo jornal entre os dois crimes aparece também em textos de opinião na Folha de S. Paulo e no Estado de São Paulo.

³⁶ A referência é ao Expresso, jornal criado posteriormente ao Extra, também no segmento popular. Ele não tem presença digital e é vendido só em bancas.

em locais públicos. Na proposta inusitada, que busca chamar a atenção como estratégia de venda e que apela às emoções, perceberemos um reconhecimento do outro, pouco ou quase nada presente no jornalismo, como passível de ser narrado.

Ao buscar responder o que acontece com o jornalismo, uma das possibilidades interpretativas que o desenvolvimento desta tese nos oferece é que, estruturando-se em torno de casos singulares, como a morte de Jaime Gold, corre-se o risco, na associação dos diferentes elementos que são acionados para estabilizar o acontecimento, de haver a supervalorização de determinadas informações, como por exemplo, o aumento do crime com o uso de facas, percebido e organizado narrativamente a partir dos casos noticiados, mas que estudos publicados no período, como o Mapa da Violência, mostrarão falsas. Eis a configuração de uma onda de violência. Essa supervalorização, num contexto de comoção, tem potencial para apressar a opinião pública que, comovida, buscará soluções, o que levará a respostas do Poder Legislativo com a criação de novas leis. O que acontece também é a recorrência de uma mesma narrativa que fala sobre o mal contra o bem, em que os lugares a serem ocupados pelos personagens já estão predefinidos de antemão. A ação precede as personagens, diz Aristóteles e assim, o lugar daquele que materializa o mal contra a classe média é, no jornalismo e na sociedade, definido com base em estereótipos. O negro, pobre, especialmente morador de favela, já que aqui as espacialidades estão tão presentes.

Aqui percebemos o quanto o jornalismo trabalha com os mapas de significados a que se refere Hall et al (2016). A pré-compreensão do mundo, afinal, é comum ao “poeta e ao seu leitor”, como explica Ricoeur (1994). É com base no conhecimento que se compartilha no tempo em que vivemos que se produzem as tramas narrativas que terão o caráter de mediação, para então, os textos encontrarem-se novamente com o leitor, conforme o círculo hermêutico de Ricoeur. Essa compreensão teórica é importante para encadarmos os sentidos que observamos presentes nas narrativas.

A ruptura ocorre quando Extra, ao contar sobre a morte de Gold e interpelar o leitor, a partir de estratégias textuais típicas de um jornalismo um pouco mais popular, para que não esqueça da morte de meninos negros na favela, dá a ver que o comum é esquecer. A sociedade esquece. O jornalismo esquece. E com isso subentende o abismo que há entre negros e brancos, entre moradores da periferia e de bairros nobres; entre as vidas que importam e as que não importam. O jornal esquecerá depois, também o caso Gilson e Wanderson, mas a denúncia de que esse esquecimento ocorre é importante. Ela funciona como uma exegese, um momento de saída do jornalismo para contar que as narrativas configuradas jornalisticamente todos os dias reforçam as concepções das classes dominantes que caracterizam o delinquente como

pertencente às classes subalternas (ANIYAR DE CASTRO, 2005). O jornal conta da impossibilidade do jornalismo de narrar sobre isso.

Com isso percebemos que o jornalismo, ao eleger como notícia apenas o que rompe com a lógica comum, ou com a normalidade, a partir dos critérios de noticiabilidade, deixa passar as lógicas que alimentam e retroalimentam as engrenagens da injustiça social. Ou, para retomarmos os termos de Antunes (2012), remove aspectos seminais da notícia, como o trabalho da memória ou ainda atividades que se processam em andamento. A normalidade é da ordem dominante. Assim, mesmo que haja muitas semelhanças entre os projetos dramáticos de O Globo e de Extra, o modo como Extra adentra a narrativa, seu gesto interpretativo, somado ao ponto de partida de onde decide contar a história, e a defesa que fará da personagem negra e pobre, permite fissuras para enxergar o que não se lê daquilo que está nos jornais de todos os dias. Abre uma fresta que propõe pensar – e questionar – sobre o próprio jornalismo.

Neste questionar, observamos que numa redação que atua de forma unificada, propor sentidos distintos conforme o direcionamento a determinado público-alvo, caracterizado sobremaneira pelo recorte de classe, diria de um jornalismo que opera de modo não a explicar os acontecimentos enquanto narra e estabilizar sentidos que derivam do ocorrido, mas de um jornalismo em que o significado a que se chegará terá responsabilidade no leitor. Ao responsabilizar o leitor, o jornalismo se isenta de responsabilidade pelas narrativas que produz e que podem elas próprias, as narrativas, ter também efeitos simbólicos violentos. Assim o jornalismo que aponta a violência e as condutas violentas, não olha para si quando age de modo semelhante.

O entendimento do jornalismo como mediação em relação a compreensões partilhadas no tempo em que vivemos, pelos diferentes grupos sociais, é aberto pelo estudo da narrativa como concepção teórica e metodológica. O estudo a partir das textualidades nos possibilitou compreender os modos como cotidianamente o jornalismo dota de sentidos acontecimentos e ocorrências: como propõe – intencionalmente – elos causais e associações a elementos aparentemente sem conexão, e como esse movimento leva à proposição de inteligibilidades distintas. O estudo das narrativas também nos permite compreender as pessoas sobre as quais se narra, na composição textual, como construções de personagens. Características que representam as pessoas “de carne e osso” estão presentes, mas associadas a modos que já conhecemos culturalmente de contar histórias, em papéis muitas vezes predeterminados, especialmente quando se tratam de “duelos”, de posições antagônicas, como no acontecimento em questão. Tanto a compreensão teórica do jornalismo como narrativa assim pode ser uma saída para a (falsa) dicotomia entre objetividade e ficção, ao deixar claro o operar narrativo e

ficcional diante do real que conhecemos; como a análise das narrativa, enquanto método, tem potencial para permitir, nos estudos em jornalismo, em sentido hermenêutico, compreender o que o jornalismo conta quando se propõe a narrar o que acontece.

REFERÊNCIAS

- ‘ELA SEMPRE fez tudo por esse menino’, diz amiga. **Extra**, Rio de Janeiro, ano 18, n. 6.847, 23 maio 2015, p. 3
- ‘ELE tem que pagar pelo que fez. E não pelo que não fez. **Extra**, Rio de Janeiro, ano 18, n. 6.871, 16 jun. 2015, p. 10
- ‘EU NÃO vou desistir dele nunca’. **Extra**, Rio de Janeiro, ano 18, n. 6.887, 2 jul. 2015, p. 3
- ABANDONO é comum em Ciep onde X. estudou. **Extra**, Rio de Janeiro, ano 18, n. 6.847, 23 maio 2015, p. 1
- ACUSADO inocenta X. na morte de médico. **Extra**, Rio de Janeiro, ano 18, n. 6.864, 9 jun. 2015, p. 1
- ADEUS, doutor. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano 90, n. 29.872, 21 mai. 2015, p. 8
- ADVOGADO: ‘virou bode expiatório’. **Extra**, Rio de Janeiro, ano 18, n. 6.848, 24 mai. 2015, p. 22
- AJUDA privada na segurança. **Extra**, Rio de Janeiro, ano 18, n. 6.867, 12 jun. 2015, p. 3
- ALFANO, Bruno. Ciep corta até recreio para diminuir as brigas. **Extra**, Rio de Janeiro, ano 18, n. 6.851, 27 mai. 2015, p. 3
- ALVES, Maria Elisa. Psicopatia e mal social por trás da violência. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano 90, n. 29.875, 24 mai. 2015, p. 19
- AMARAL, Marcia Franz. **Lugares de fala do leitor no Diário Gaúcho**. 2004. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) – Programa de Pós-graduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2004.
- _____; NASI, Lara. Morte no cartão postal: uma empresa, dois jornais e três vítimas. In: **Comun. Mídia consumo**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 302 – 323, maio/ago. 2018.
- ANDRADE, Ivanise Hilbig de. **A construção discursiva da violência envolvendo crianças e adolescentes em jornais impressos brasileiros**: um estudo de caso dos jornais O Globo e Extra de 2000 a 2014. 427 f. 2016. Tese (Doutorado) – Faculdade de Comunicação. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.
- ANIYAR DE CASTRO. **Criminologia da libertação**. Rio de Janeiro: Revan, 2005
- ANTUNES, Elton. Noticiabilidade periférica ou quando a morte pergunta pela notícia. In: VOGEL, Daisi; MEDITSCH, Eduardo; SILVA, Gislene (orgs.). **Jornalismo e acontecimento**: tramas conceituais. V. 4. Florianópolis: Insular, 2013. p. 105 – 131
- _____. Notícias depois da morte: visibilidades e ausências no jornalismo. In: MAROCCO, Beatriz; BERGER, Christa; HENN, Ronaldo (orgs.). **Jornalismo e acontecimento**: diante da morte. Florianópolis: Insular, v. 3, 2012. p. 49 – 70

_____. O jornalismo é história malfeita? In: LEAL, Bruno Souza; ANTUNES, Elton; VAZ, Paulo Bernardo (orgs.). *Para entender o jornalismo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2014. p. 155 – 168

_____.; LARA, Eliziane Consolação. Da (des)continuidade dos casos nas páginas dos jornais: a cobertura sobre a violência contra crianças e adolescentes em seu grupo doméstico. **Brazilian Journalism Research**, v.9, n. 1, 2013, p. 194-213.

_____.; VAZ, Paulo Bernardo (orgs.). *Para entender o jornalismo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2014. p. 155 – 168

ARAÚJO, Vera. Empresários financiarão segurança em áreas de lazer. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano 90, n. 29.894, 12 jun. 2015b, p. 14

_____. Secretário de segurança afirma, em vídeo, que morte de médico na Lagoa ‘é inadmissível’. **O Globo**, Rio de Janeiro, 20 mai. 2015. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/secretario-de-seguranca-afirma-em-video-que-morte-de-medico-na-lagoa-inadmissivel-16213223>> Acesso em: 03 abril 2019

ARENDT, Hannah. **Da revolução**. São Paulo: Ática, 1988.

ARQUEMBOURG, Jocelyne. Entre facto e sentido: contar o acontecimento. **Trajectos** - Revista de Comunicação, Cultura e Educação, n. 6. Lisboa: ISCTE, 2005. p. 109 - 112

AUDIÊNCIA de X. é hoje. **Extra**, Rio de Janeiro, ano 18, n. 6.851, 27 mai. 2015, p. 3

BABO LANÇA, Isabel. A constituição do sentido do acontecimento na experiência pública. **Trajectos** - Revista de Comunicação, Cultura e Educação, n. 6. Lisboa: ISCTE, 2005. p. 85 – 94

BACELAR, Carina. Joven condenado por assassinar médico na Lagoa é libertado. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano 93, n. 29.889, 17 mai. 2018, p. 11

BARBOSA, Marialva. Jornalismo popular e o sensacionalismo. **Verso e Reverso**. n. 39, São Leopoldo, 2004.

BECKER, Howard Saul. **Outsiders**: estudos da sociologia do desvio. Tradução Maria Luiza X. de Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008 [1963]

BELLOTTO, Tony, Criminocracia. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano 90, n. 29.889, 7 jun. 2015. Segundo Caderno, p. 6

BELTRAME visita Dona Marta após tiroteio. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano 90, n. 29.883, 01 jun. 2015, p. 10

BICICLETA por uma vida. **Extra**, Rio de Janeiro, ano 18, n. 6.845, 21 mai. 2015, p. 12

BIRD, S Elizabeth; DARDENNE, Robert. Mito, registro e estórias: explorando as qualidades narrativas das notícias. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo**: questões, teorias e estórias. Florianópolis: Insular, 2016. p. 359- 375

BLOCH, Arnaldo. Cidade Esfaqueada. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano 90, n. 29.874, 23 mai. 2015. Segundo Caderno, p. 8

BOLTANSKI, L. **Distant suffering**: morality, media and politics. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

BOTTARI, Elenilce. A gangue do ‘coreto’. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano 90, n. 29.886, 4 jun. 2015b, p. 10

_____. Infratores de volta às ruas. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano 92, n. 29.886, 5 jun. 2017, p. 5

_____. Uma dura lição sobre violência. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano 90, n. 29.878, 27 mai. 2015, p. 11

_____; GOULART, Gustavo. A escalada da crueldade. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano 90, n. 29.873, 22 mai. 2015, p. 8

_____; MENDES, Taís. Cunha apoia criminalização do porte de arma branca. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano 90, n. 29.877, 26 mai. 2015, p.9

_____; NUNES, Marcos. Primeira vítima foi roubada em 2010, na Curva do Calombo. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano 90, n. 29.874, 23 mai. 2015, p. 12

_____; ARAÚJO, Vera; GRILLO, Marco. Reviravolta no crime da Lagoa. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano 90, n. 29.885, 3 jun. 2015, p. 10

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da história oral**. (8ª edição) Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 183-191

BUDÓ, Marília de Nardin. Crime e mídia: para uma revisão teórica. In: OLIVEIRA, Rafael Santos de; BUDÓ, Marília de Nardin. **Mídias e direitos da sociedade em rede**. Ijuí, RS: Unijuí, 2014. p. 37 – 124

_____. **Mídia e discursos do poder**: a legitimação discursiva do processo de encarceramento da juventude pobre no Brasil. 2013. 542 f. Tese (Doutorado em Direito) – Programa de Pós-graduação em Direito, Universidade Federal do Paraná (UFP), Curitiba, 2013.

_____; CAPPI, Ricardo. **Punir os jovens**: a centralidade do castigo nos discursos midiáticos e parlamentares sobre o ato infracional. Belo Horizonte: Letramento, 2018. 246 p.

BULLA; Beatriz; FERNANDES, Talita; CARVALHO, Daniel. Para ministro do STF, aprovação foi inconstitucional. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 3 jul. 2015. Metrópole, p. 14

CALDEIRA, Bárbara Lopes. Narrativas de violência, narrativas violentas: reflexões sobre o jornalismo e o assassinato de mulheres em relações de proximidade. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 15., 2017, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2017. Disponível em: <

<http://sbpjour.org.br/congresso/index.php/sbpjour/sbpjour2017/paper/viewFile/647/363>> Acesso em: 15 jan. 2018

CÂMARA APROVA a diminuição da maioria penal. **Extra**, Rio de Janeiro, ano 18, n. 6.887, 2 jul. 2015, p. 1

CÂMARA recusa a diminuição da maioria penal. **Extra**, Rio de Janeiro, ano 18, n. 6.886, 1 jul. 2015, p. 1

CARVALHO, Carlos Alberto de. As mídias como metáforas narrativas: apontamentos sobre a necessidade metodológica de não desprezar as textualidades. In: LOPES, Maria Immacolata Vassallo de; MOURA, Cláudia Peixoto de. **Pesquisa em comunicação: metodologias e práticas acadêmicas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016. p. 257 – 275

_____; O que veio primeiro: o jornal ou o jornalismo? In: LEAL, Bruno Souza; ANTUNES, Elton; VAZ, Paulo Bernardo (orgs.). *Para entender o jornalismo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2014. p. 121 – 130

_____; LAGE, Leandro. Sobre contribuições epistemológicas de Paul Ricouer para estudos em Comunicação: ação, narrativa e acontecimento. In: FRANÇA, Vera Veiga ... [et al] (orgs.). **Teorias da comunicação no Brasil: reflexões contemporâneas**. Salvador: Edufba, 2014. P. 150 – 171

CASTRO, André Luís Machado de. Menos presídios e mais escolas. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano 90, n. 29.873, 22 mai. 2015, p. 9

CONDENADO pela morte de médico é preso em Petrópolis. **Extra**, Rio de Janeiro, ano 20, n. 7.639, 23 jul. 2017, p. 9

CONDENADO POR morte é liberado. **Extra**, Rio de Janeiro, ano 21, n. 7.937, 17 mai. 2018, p. 10

CONTRADIÇÃO em juízo. **Extra**, Rio de Janeiro, ano 18, n. 6.914, 29 jul. 2015, p. 10

COSTA, Ana Cláudia. PM vai implantar patrulhamento especial em áreas de lazer. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano 90, n. 29.873, 22 mai. 2015, p. 11.

_____. Receptadores de bicicleta vão entrar na mira da polícia. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano 90, n. 29.874, 23 mai. 2015b, p. 17

_____; SCHMITT, Gustavo. Alerj votará projeto sobre roubos de bikes. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano 90, n. 29.873, 22 mai. 2015, p. 10

CRIME BÁRBARO na Lagoa choca o Rio. **Extra**, Rio de Janeiro, ano 18, n. 6.845, 21 mai. 2015, p. 1

CRIME reforça pressão por nova maioria penal. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano 90, n. 29.873, 22 mai. 2015, p. 18

DEFESA de X. quer anular processo. **Extra**, Rio de Janeiro, ano 18, n. 6.886, 1 jul. 2015, p. 12

DEPOIMENTOS remarcados. **Extra**, Rio de Janeiro, ano 18, n. 6.846, 22 mai. 2015, p. 9

DIAS, Maite Nora Blancquaert Mendes. **Maioridade penal em pauta: medo e punição na imprensa**. 2017. 141 f. Dissertação (Mestrado em Mídia e Cotidiano) -Programa de Pós-graduação em Mídia e Cotidiano, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017

DO TRONCO ao poste. **Extra**, Rio de Janeiro, ano 18, n. 6.893, 8 jul. 2015, p. 1

DUAS tragédias antes da tragédia: sem família, sem escola. **Extra**, Rio de Janeiro, ano 18, n. 6.846, 22 mai. 2015, p. 1

ESTADO nunca apreendeu tantos jovens. **Extra**, Rio de Janeiro, ano 18, n. 6.848, 24 mai. 2015, p. 22

ESTE ANO, cinco vítimas foram mortas a faca em assaltos. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano 90, n. 29.873, 22 mai. 2015, p. 11

EXTRA conquista o Prêmio Esso com a capa “Do tronco ao poste”, sobre linchamento no Maranhão. **Extra**, Rio de Janeiro, 19 out 2015. Disponível em: <<https://extra.globo.com/noticias/rio/extra-conquista-premio-esso-com-capa-do-tronco-ao-poste-sobre-linchamento-no-maranhao-17822026.html>>. Acesso em: 17 jul 2017.

FACA entra na mira da lei. **Extra**, Rio de Janeiro, ano 18, n. 6.850, 26 mai. 2015, p. 12

FACAS e ameaça no Facebook. **Extra**, Rio de Janeiro, ano 18, n. 6.859, 4 jun. 2015, p. 3

FAMÍLIA e amigos chocados no enterro. **Extra**, Rio de Janeiro, ano 18, n. 6.846, 22 mai. 2015, p. 4

FENIZOLA, Luísa. O racismo institucional do Judiciários e os casos Rafael Braga e [nome completo]. **RioOnWatch**, Rio de Janeiro. 2017. Disponível em: <<http://rioonwatch.org.br/?p=27472>> Acesso em: 20 mar. 2019

FERNANDES, Florestan. **Significado do protesto negro**. São Paulo: Expressão popular, 2017.

FERNÁNDEZ PEDEMONTE, Damián. **Connoción pública: los casos mediáticos y sus públicos**. Buenos Aires: La Crujía, 2010.

FOI UM homicídio: meu filho correu assustado com tiros. **Extra**, Rio de Janeiro, ano 18, n. 6.845, 21 mai. 2015, p. 13

FRAGA, Érica; TUROLLO JR, Reynaldo. Rio de Janeiro é o Estado onde menos se mata com faca. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 5 jun, 2015. Cotidiano, p. 1

FRANÇA, Renan; ROSA, Gabriel; SCHMITT, Gustavo. Oito vítimas em oito dias. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano 90, n. 29.876, 25 mai. 2015, p. 6

FRANÇA, Vera Regina Veiga. O acontecimento para além do acontecimento: uma ferramenta heurística. In: _____; OLIVEIRA, Luciana de (orgs.). **Acontecimento: reverberações**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

FREIRE FILHO, João. Correntes da felicidade: emoções, gênero e poder. In: **Matrizes** V.11 - Nº 1 jan./abr. 2017 São Paulo - Brasil p. 61-81

FRENTISTA deu duas versões para a direção que o médico pedalava. **Extra**, Rio de Janeiro, ano 18, n. 6.915, 30 jul. 2015, p. 1

FREQUENTADORES mudam rotina para driblar assaltos. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano 90, n. 29.872, 21 mai. 2015, p. 11

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo, H34, 2006

GALTUNG, Johan. Três formas de violência, três formas de paz: a paz, a guerra e a formação social indo-europeia. In: **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 71, p. 63-75, jun. 2005.

GOIS, Ancelmo. Violência afeta mercado de coco. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano 90, n. 29.877, 26 mai. 2015, p.12

GOULART, Gustavo. Caso Jaime Gold: advogado vai denunciar delegada. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano 90, n. 29.894, 12 jun. 2015, p. 14.

GOULART, Gustavo; BORGES, Waleska. Suspeito da morte do médico permanece detido. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano 90, n. 29.877, 26 mai. 2015, p. 9

GOULART, Gustavo; JUNIOR, Paulo Roberto. Suspeito roubava por mês mais de 5 bikes. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano 90, n. 29.874, 23 mai. 2015, p. 17

GRILLO, Marco. Lagoa: testemunha diz que um dos jovens era branco. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano 90, n. 29.880, 29 mai. 2015, p. 10

_____. Morte na Lagoa: três jovens vão a audiência. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano 90, n. 29.900, 18 jun. 2015, p. 10

GRILLO, Marco; ARAÚJO, Vera. Mais um jovem no crime. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano 90, n. 29.879, 28 mai. 2015, p. 9

GRILLO, Marco; ARAÚJO, Vera. Três anos de pena máxima. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano 90, n. 29.912, 30 jun. 2015, p. 7

GUEDES, Octavio. Jornalismo não é concurso de miss simpatia [Entrevista disponibilizada em 26 de maio de 2015, internet]. Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/jornalismo-nao-e-concurso-de-miss-simpatia/>>. Entrevista concedida a Sylvia Moretzsohn. Acesso em: 18 jun 2016.

HASBAERT, Rogério. **Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014

HALL, Stuart et al. A produção social de notícia: o mugging nos media. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias e estórias.** Florianópolis: Insular, 2016. P. 309 - 341

_____. **Policing the crisis: mugging, the state and law and order.** Londres: Macmillan, 1982.

HELAL FILHO, Willian. É urgente. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano 90, n. 29.874, 23 mai. 2015. Panorama Carioca, p. 20

HERINGER, Carolina. Tragédia que pode ser traduzida em números. **Extra**, Rio de Janeiro, ano 18, n. 6.847, 23 maio 2015, p. 3

_____; NUNES, Marcos. Tragédia anunciada: a 10 quilômetros da Lagoa. **Extra**, Rio de Janeiro, ano 18, n. 6.846, 22 mai. 2015, p. 3

HERINGER, Carolina; NUNES, Marcos; SOARES, Rafael. DH ignorou suspeitos. **Extra**, Rio de Janeiro, ano 18, n. 6.859, 4 jun. 2015, p. 3

HERINGER, Carolina; SERRA, Paolla; SOARES, Rafael. Fios soltos no processo. **Extra**, Rio de Janeiro, ano 18, n. 6.874, 19 jun. 2015, p. 10

HERINGER, Carolina; SOARES, Rafael. Laudo: ataque foi pela frente. **Extra**, Rio de Janeiro, ano 18, n. 6.875, 20 jun. 2015b, p. 12

HERINGER, Carolina; SOARES, Rafael. Suspeito voltou atrás. **Extra**, Rio de Janeiro, ano 18, n. 6.864, 9 jun. 2015, p. 10

IGLESIAS et al. Maioridade: Cunha já admite recuar. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano 90, n. 29.893, 11 jun. 2015, p. 6

INDIGNAÇÃO em toda a cidade e nas redes sociais. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano 90, n. 29.872, 21 mai. 2015, p. 10

JUSTIÇA segue polícia e MP, e condena menor X. **Extra**, Rio de Janeiro, ano 18, n. 6.885, 30 jun. 2015, p. 1

KARAM, Francisco José Castilhos. **Jornalismo, ética e liberdade.** 4a ed. São Paulo: Summus, 2014 [1997].

LAGE, Leandro Rodrigues. **Elementos de uma poética jornalística do acontecimento: narrativas do massacre de Realengo em Veja e Folha de São Paulo.** 2013, 154f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-graduação em Comunicação, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2013.

LARA, Eliziane. **Entre casos comoventes e noticiário cotidiano: (in)visibilidades engendradas pela cobertura da violência contra adolescentes em três jornais mineiros.** 2013. 162 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Programa de Pós-graduação em

Comunicação e Sociabilidade Contemporânea, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2013

LEAL, Bruno Souza. O jornalismo à luz das narrativas: deslocamentos. In: LEAL, Bruno Souza; CARVALHO, Carlos Alberto de (orgs.). **Narrativas e poéticas midiáticas: estudos e perspectivas**. São Paulo: Intermeios, 2013

_____. O jornalismo anda de carro? In: LEAL, Bruno Souza; ANTUNES, Elton; VAZ, Paulo Bernardo (orgs.). *Para entender o jornalismo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2014. p. 131 – 144

_____; CARVALHO, Carlos Alberto. De fontes a agentes jornalísticos: a crítica de uma metáfora morta. **Intexto**, Porto Alegre, n. 34, set./dez., 2015.

LEITÃO, Míriam. Números e percepção. **Globo**, Rio de Janeiro, ano 90, n. 29.894, 12 jun. 2015, p. 22

LEMOS, Claudia. Narrar a violência: a cobertura policial num jornal popular nos anos 1990. In: XXIV CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 2001, Campo Grande. **Anais...** Campo Grande: Intercom, 2001.

LEMOS, Claudia. Narrar a violência: a cobertura policial num jornal popular nos anos 1990. In: XXIV CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 2001, Campo Grande. **Anais...** Campo Grande: Intercom, 2001.

LIBERDADE para o [nome]: entrevista com d. [nome]. **Fala Manguinhos**, Rio de Janeiro, 2015.

LO-BIANCO, Alessandro. Site com bicicletas recuperadas pela polícia já pode ser consultado. **Globo**, Rio de Janeiro, ano 90, n. 29.895, 13 jun. 2015b, p. 12

_____. Um dia tipicamente carioca. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano 90, n. 29.887, 5 jun. 2015, p. 9

MÃE defende suspeito. **Extra**, Rio de Janeiro, ano 18, n. 6.849, 25 mai. 2015, p. 5

MAGALHÃES, Luiz Ernesto; GOULART, Gustavo. Homem é esfaqueado em assalto no Rio Comprido. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano 90, n. 29.881, 30 mai. 2015, p. 14

MAIORIDADE PENAL é tema de referendo. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano 90, n. 29.884, 02 jun. 2015, p. 14

MAIORIDADE penal em discussão. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano 90, n. 29.872, 21 mai. 2015, p. 14

MARIZ, Renata. Explosão carcerária. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano 90, n. 29.886, 04 jun. 2015, p. 3

MATHEUS, Leticia Cantarela. **Narrativas do medo: o jornalismo de sensações além do sensacionalismo**. Rio de Janeiro: Mauad X

MELLO, Rachel Pereira. **O mesmo e o outro**: as relações raciais no Brasil no discurso do jornal O Globo. 2009. 166 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-graduação em Comunicação, Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2009.

MELO, Dorian Luis Borges de; CANO, Ignácio (orgs.). **Índice de homicídios na adolescência**: IHA 2012. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2014.

MELO, Dorian Luis Borges de; CANO, Ignácio (orgs.). **Índice de homicídios na adolescência**: IHA 2012. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2014.

MELO, Itamar. Pesquisa mostra que brasileiros são craques em distorcer a realidade. **GaúchaZH**, Porto Alegre, 30 mai. 2018. Disponível em: <
<https://gauchazh.clicrbs.com.br/comportamento/noticia/2018/03/pesquisa-mostra-que-brasileiros-sao-craques-em-distorcer-a-realidade-cjfcugujk02pu01phgth4bw45.html>> Acesso em: 27 abril 2019

MENOR detido acusa X. da morte na Lagoa. **Extra**, Rio de Janeiro, ano 18, n. 6.852, 28 mai. 2015, p. 1

MENOR DIZ que foi ameaçado por policiais. **Extra**, Rio de Janeiro, ano 18, n. 6.865, 10 jun. 2015, p. 1

MORADORES: X. estava no fliperama. **Extra**, Rio de Janeiro, ano 18, n. 6.860, 5 jun. 2015, p. 9

MORETZSOHN, Sylvia Debossan. Mídia e sistema penal: o senso comum criminológico e as dificuldades de um discurso à contracorrente. In: OLIVEIRA, Rafael Santos de; BUDÓ, Marília de Nardin. **Mídias e direitos da sociedade em rede**. Ijuí, RS: Unijuí, 2014. p. 65 - 95

MOTTA, Aydano André. A melhor polícia do mundo. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano 90, n. 29.881, 30 mai. 2015. Panorama Carioca, p. 20

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Análise crítica da narrativa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013. 254 p.

_____. Jornalismo e configuração narrativa da história do presente. In: **e-compós**. dez 2004.

_____. Rumo à uma teoria da narrativa jornalística? In: SOSTER, Demétrio de Azeredo; PICCININ, Fabiana Quatrin. **Narrativas midiáticas contemporâneas**: perspectivas epistemológicas [recurso eletrônico]. Santa Cruz do Sul: Catarse, 2017. p. 7 – 10

MP NEGA a menor o benefício da dúvida. **Extra**, Rio de Janeiro, ano 18, n. 6.874, 19 jun. 2015, p. 1

MUSSKOPF, André S et al. **Desvelando percepções de uma realidade**: o exermínio de adolescentes e jovens. São Leopoldo: Cebi, 2014. 262 p.

NA REGIÃO, número de jovens detidos é maior que o de adultos. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano 90, n. 29.872, 21 mai. 2015, p. 14

NASCIMENTO, Rafael; BOTTARI, Elenilce. Assassino de médico na Lagoa volta a ser preso após assalto. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano 92, n. 29.872, 23 jul. 2017, p. 15

NUNES, Marcos. Até R\$ 3 mil por mês. **Extra**, Rio de Janeiro, ano 18, n. 6.847, 23 maio 2015e, p. 4

_____. Eles só querem justiça. **Extra**, Rio de Janeiro, ano 18, n. 6.845, 21 mai. 2015c, p. 13

_____. Jovens de 13 e 24 anos morrem durante operação policial na Ilha. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano 90, n. 29.871, 20 mai. 2015, p. 14

_____. Operação mata menino no Dendê. **Extra**, Rio de Janeiro, ano 18, n. 6.844, 20 mai. 2015b, p. 9

_____. Policial civil admite ter atirado em jovens no Dendê. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano 90, n. 29.872, 21 mai. 2015d, p. 16

_____. Testemunha não viu armas. **Extra**, Rio de Janeiro, ano 18, n. 6.851, 27 mai. 2015f, p. 8

_____. SOARES, Rafael. DH: menor identificou X. como o assassino. **Extra**, Rio de Janeiro, ano 18, n. 6.852, 28 mai. 2015, p. 3

O FRENTISTA mentiu. **Extra**, Rio de Janeiro, ano 18, n. 6.914, 29 jul. 2015, p. 1

O GLOBO, Extra e Expresso se integram em uma redação multimídia. **O Globo**, Rio de Janeiro, 29 jan. 2017. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/o-globo-extra-expresso-se-integram-em-uma-redacao-multimidia-20840004>>

O SUSPEITO que a DH não quis ver. **Extra**, Rio de Janeiro, ano 18, n. 6.859, 4 jun. 2015, p. 1

OITO vítimas de ações com facas em uma semana no Rio. **Extra**, Rio de Janeiro, ano 18, n. 6.848, 24 mai. 2015, p. 23

ONZE bicicletas apreendidas pela polícia. **Extra**, Rio de Janeiro, ano 18, n. 6.846, 22 mai. 2015, p. 4

OUCHANA, Gisele. Ciclista é esfaqueado no abdômen por bando que o atacou na Lagoa. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano 90, n. 29.871, 20 mai. 2015, p. 13

PARENTES de jovens mortos no Dendê são ouvidos na DH. **Extra**, Rio de Janeiro, ano 18, n. 6.853, 29 mai. 2015, p.11

PAZOS, Raphael. 'Foi uma tragédia anunciada'. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano 90, n. 29.872, 21 mai. 2015, p. 8

PENNAFORT, Roberta. Ataque faz ciclistas até desistirem das bikes. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 24 mai. 2015. MetrÓpole, p. 22

PEREIRA, Pedro Barreto. **Narrativas de lei e ordem**: uma análise da cobertura de O Globo sobre as Unidades de Polícia Pacificadora. 2017. 312 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

PEZÃO sancionará projeto de lei que faz do roubo de bicicleta um tipo específico de crime. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano 90, n. 29.885, 3 jun. 2015, p. 10
PM, Civil e promotores se reúnem no MP. **Extra**, Rio de Janeiro, ano 18, n. 6.846, 22 mai. 2015, p. 4

POLÍCIA IDENTIFICA mais um suspeito. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano 90, n. 29.879, 28 mai. 2015, p. 1

PROFISSIONAIS que não largam a faca. **Extra**, Rio de Janeiro, ano 18, n. 6.850, 26 mai. 2015, p. 1

QUADROS, Mirian Redin de; MOTTA, Juliana; NASI, Lara. Jornalismo e narrativa: aspectos do estado da arte das pesquisas no Brasil. In: **Narrativas midiáticas contemporâneas**: perspectivas epistemológicas [recurso eletrônico]. Santa Cruz do Sul: Catarse, 2017. p. 36 – 46

QUERÉ, Louis. A dupla vida do acontecimento: por um realismo pragmatista. In: FRANÇA, Vera Regina Veiga; OLIVEIRA, Luciana de (orgs.). **Acontecimento**: reverberações. Belo Horizonte: Autêntica, 2012. p. 21 – 38

QUERÉ, Louis. Entre o facto e o sentido: a dualidade do acontecimento. **Trajectos** - Revista de Comunicação, Cultura e Educação, n. 6. Lisboa: ISCTE, 2005.

RAMALHO, Sérgio. Juventude marcada. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano 90, n. 29.936, 9 24 jul. 2015, p. 8

RAMOS, Sílvia; PAIVA, Anabela. **Mídia e violência**: tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil. Rio de Janeiro, IUPERJ, 2007.

RANCIÈRE, Jacques. **O ódio à democracia**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

REAVALIAÇÃO a cada seis meses. **Extra**, Rio de Janeiro, ano 18, n. 6.885, 30 jun. 2015, p. 12

RECONHECIDO e preso. **Extra**, Rio de Janeiro, ano 18, n. 6.846, 22 mai. 2015, p. 4

REDE GLOBO. **Bom dia Brasil**. [Médico morre após ser esfaqueado ao andar de bicicleta no Rio]. Rio de Janeiro: Globo, 20 mai. 2015b. Disponível em: <<http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/edicoes/2015/05/20.html#!v/4193513>> Acesso em: 10 abr. 2019

REDE GLOBO. **Fantástico** [Mecânico da bicicleta de médico morto lembra que levou 4 facadas]. Rio de Janeiro: Globo, 24 mai. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2015/05/mecanico-da-bicicleta-de-medico-morto-lembra-que-levou-4-facadas.html>> Acesso em: 20 mar. 2019

REDE GLOBO. **Jornal da Globo** [PMs patrulham Lagoa Rodrigo de Freitas, no Rio, após morte de ciclista]. Rio de Janeiro: Globo, 20 mai. 2015e. Disponível em: <
<http://g1.globo.com/jornal-da-globo/edicoes/2015/05/20.html#!v/4196063>> Acesso em: 10
abri. 2019

REDE GLOBO. **Jornal Hoje**. [Falta de segurança na Lagoa Rodrigo de Freitas assusta moradores do Rio]. Rio de Janeiro: Globo, 20 mai. 2015c. Disponível em: <
<http://g1.globo.com/jornal-hoje/edicoes/2015/05/20.html#!v/4194472>> Acesso em: 10 abri.
2019

REDE GLOBO. **Jornal Nacional** [Assassinato de cardiologista provoca indignação e gera debate no Rio]. Rio de Janeiro: Globo, 20 mai. 2015d. Disponível em: <
<http://g1.globo.com/jornal-nacional/edicoes/2015/05/20.html#!v/4195788>> Acesso em: 10
abri. 2019

REINER, Robert. Media made criminality: the representation of crime in the mass media. In: MAGUIRE, Mike; MORGAN, Rod; REINER, Robert. **The Oxford Handbook of Criminology**, Londres: Oxford, 2002.

RESENDE, Fernando. Representação das diferenças no discurso jornalístico. **Brazilian Journalism Research**, v. 2, n. 1, 2009, p. 1 – 17.

REVIRAVOLTA. **Extra**, Rio de Janeiro, ano 18, n. 6.858, 03 jun. 2015, p. 1

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Tradução de Constança Marcondes Cesar. t. 1. Campinas, SP: Papirus, 1994.

RIO: imagens de ataque a ciclistas não são nítidas. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 26 mai. 2015. Metrópole, p. 11

ROBERTO JUNIOR, Paulo; HERINGER, Carolina. Suspeito de matar médico na Lagoa dá nova versão. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano 90, n. 29.891, 9 jun. 2015, p. 8

RODRIGUES, Ariane Wollenhoupt da Luz; ALMEIDA, Francis Moraes. Jovens infratores no Brasil: uma análise da governabilidade dos indesejáveis. In: **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 8, n. 2, 2015, p. 253- 276, 2015

SARLO, Beatriz. **Tiempo Presente: notas sobre el cambio de uma cultura**. Buenos Aires: Siglo Veinteuno, 2001.

SCHMITT, Luiz Gustavo. Contra os roubos com faca. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano 90, n. 29.874, 2015, p. 11

_____. Pedalada segura. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano 90, n. 29.877, 27 mai. 2015b, p. 11

_____; FRANÇA, Renan. A pé ou de bicicleta, um ‘não’ à violência. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano 90, n. 29.875, 24 mai. 2015, p. 18

SCHWAAB, Reges. Jornalismo, interrupção: sondar, narrar, reconhecer. In: PICCININ, Fabiana; SOSTER, Demétrio de Azeredo (orgs.). **Narrativas comunicacionais complexificadas**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2014. p. 32 – 53

SEARA, Berenice. A lei do (começo do) século passado. **Extra**, Rio de Janeiro, ano 18, n. 6.867, 12 jun. 2015, p. 8

SENTENÇA prevista para hoje. **Extra**, Rio de Janeiro, ano 18, n. 6.884, 29 jun. 2015, p. 9

SEQUESTRO antes de vários roubos. **Extra**, Rio de Janeiro, ano 18, n. 6.853, 29 mai. 2015, p. 8

SERRA, Paolla. Juíza não atribuiu facadas a menor. **Extra**, Rio de Janeiro, ano 18, n. 6.887, 2 jul. 2015c, p. 3

_____. Menores condenados. **Extra**, Rio de Janeiro, ano 18, n. 6.885, 30 jun. 2015b, p. 12

_____. Roubo sobe na capital. **Extra**, Rio de Janeiro, ano 18, n. 6.867, 12 jun. 2015, p. 4

_____. Testemunha longe do crime. **Extra**, Rio de Janeiro, ano 18, n. 6.915, 30 jul. 2015d, p. 10

_____; SOARES, Rafael. Mais uma acusação contra X. **Extra**, Rio de Janeiro, ano 18, n. 6.871, 16 jun. 2015, p. 10

SILVA, Tania Regina Neves da. **H1N1 e produção de sentidos na mídia: a epidemia de 2009 nas páginas de O Globo, Extra e Expresso**. Rio de Janeiro, 2012. Dissertação (mestrado). Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde, Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde. Fundação Oswaldo Cruz

SÓ NÃO se esqueçam de Gilson e Wanderson. **Extra**, Rio de Janeiro, ano 18, n. 6.845, 21 mai. 2015, p. 1

SOARES, Luiz Eduardo. **Justiça: pensando alto sobre violência, crime e castigo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011

SOARES, Rafael. Ameaças, confissão e isolamento. **Extra**, Rio de Janeiro, ano 18, n. 6.867, 11 jun. 2015i, p. 12

_____. As duras lições na escola da vida. **Extra**, Rio de Janeiro, ano 18, n. 6.849, 25 mai. 2015b, p. 5

_____. Depoimentos contraditórios. **Extra**, Rio de Janeiro, ano 18, n. 6.854, 30 mai. 2015e, p. 9

_____. Dois anos internado para recuperar uma vida inteira. **Extra**, Rio de Janeiro, ano 20, n. 7.660, 13 ago. 2017, p. 15

_____. Ele não é um número. Mas bem que poderia. **Extra**, Rio de Janeiro, ano 18, n. 6.848, 24 mai. 2015, p. 22

_____. Menor diz que sofreu ameaça de policiais. **Extra**, Rio de Janeiro, ano 18, n. 6.865, 10 jun. 2015c, p. 14

_____. Menor se entrega e diz que X. não matou médico. **Extra**, Rio de Janeiro, ano 18, n. 6.858, 03 jun. 2015f, p. 11

_____. Quebra de sigilo para tentar chegar a celular. **Extra**, Rio de Janeiro, ano 18, n. 6.861, 06 jun. 2015g, p. 8

_____. Relato será analisado. **Extra**, Rio de Janeiro, ano 18, n. 6.866, 11 jun. 2015h, p. 14

_____. Uma testemunha, duas versões. **Extra**, Rio de Janeiro, ano 18, n. 6.853, 29 mai. 2015d, p. 8

_____; HERINGER, Carolina. Novo nome no inquérito. **Extra**, Rio de Janeiro, ano 18, n. 6.860, 5 jun. 2015, p. 9

SODRÉ, Muniz. **A narração do fato**: notas para uma teoria do acontecimento. Petrópolis: Vozes, 2012

_____. **As estratégias sensíveis**: afeto, mídia e política. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006

_____. **Sociedade, mídia e violência**. Porto Alegre: Sulina: Edipurs. 2a ed. 2006 [2002]

SOUZA, André de. Projeto que reduz maioria penal divide opiniões. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano 90, n. 29.873, 22 mai. 2015, p. 9

_____. CNBB critica redução da maioria. **Globo**, Rio de Janeiro, ano 90, n. 29.901, 19 jun. 2015b, p. 5

SUSPEITO tem 16 anos e 15 crimes. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano 90, n. 29.873, 22 mai. 2015, p. 1

TRAGÉDIA anunciada choca Rio. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano 90, n. 29.872, 21 mai. 2015, p. 1

TRAQUINA, Nelson. Introdução [As estórias]. In: _____. **Jornalismo**: questões, teorias e estórias. Florianópolis: Insular, 2016. p. 345 - 352

_____. **Teorias do Jornalismo**: a tribo jornalística - uma comunidade interpreta-tiva transnacional. Florianópolis: Insular, v. II, e. ed., 2013.

_____. **Teorias do jornalismo**: porque as notícias são como são. 2a ed. Florianópolis: Insular, 2005. 224 p.

TUCHMAN, Gaye Contando estórias. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias e estórias**. Florianópolis: Insular, 2016b. p. 353 - 358

_____. A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias e estórias**. Florianópolis: Insular, 2016. p. 111 - 131

TUMULTO antes de ir a plenário. **Extra**, Rio de Janeiro, ano 18, n. 6.886, 1 jul. 2015, p. 9

VALDETTARO, Sandra. **Epistemología de la comunicación: una introducción crítica**. Rosario: UNR Editora, 2015 [E-book]

VAZ, Paulo et. al. Pobreza e risco: a imagem da favela no noticiário de crime. In: LEMOS, André; BERGER, Christa; BARBOSA, Marialva. **Livro da Compós 2005: narrativas midiáticas contemporâneas**. Porto Alegre: Sulina, 2006. 206 p. p. 111 – 127

VAZ, Paulo; CARDOSO, Janine Miranda; FELIX, Carla Baiense. Risco, sofrimento e vítima virtual: a política do medo nas narrativas jornalísticas contemporâneas. In: **Revista Contracampo**, Niterói, RJ, n 25, p. 24-42, 2012.

VELHO, Gilberto. O estudo do comportamento desviante: a contribuição da Antropologia Social. In: _____ (org.) **Desvio e divergência: uma crítica da patologia social**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

VELLOSO, Carlos. Capacidade de entender a conduta criminoso. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano 90, n. 29.873, 22 mai. 2015, p. 9

VENTURA, Zuenir. Há sangue em cada notícia. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano 90, n. 29.874, 23 mai. 2015, p. 15

VIANNA, Luiz Fernando. Uma sociedade que se mata. **Folha de S. Paulo**, 22 mai. 2015. Opinião, p. A2

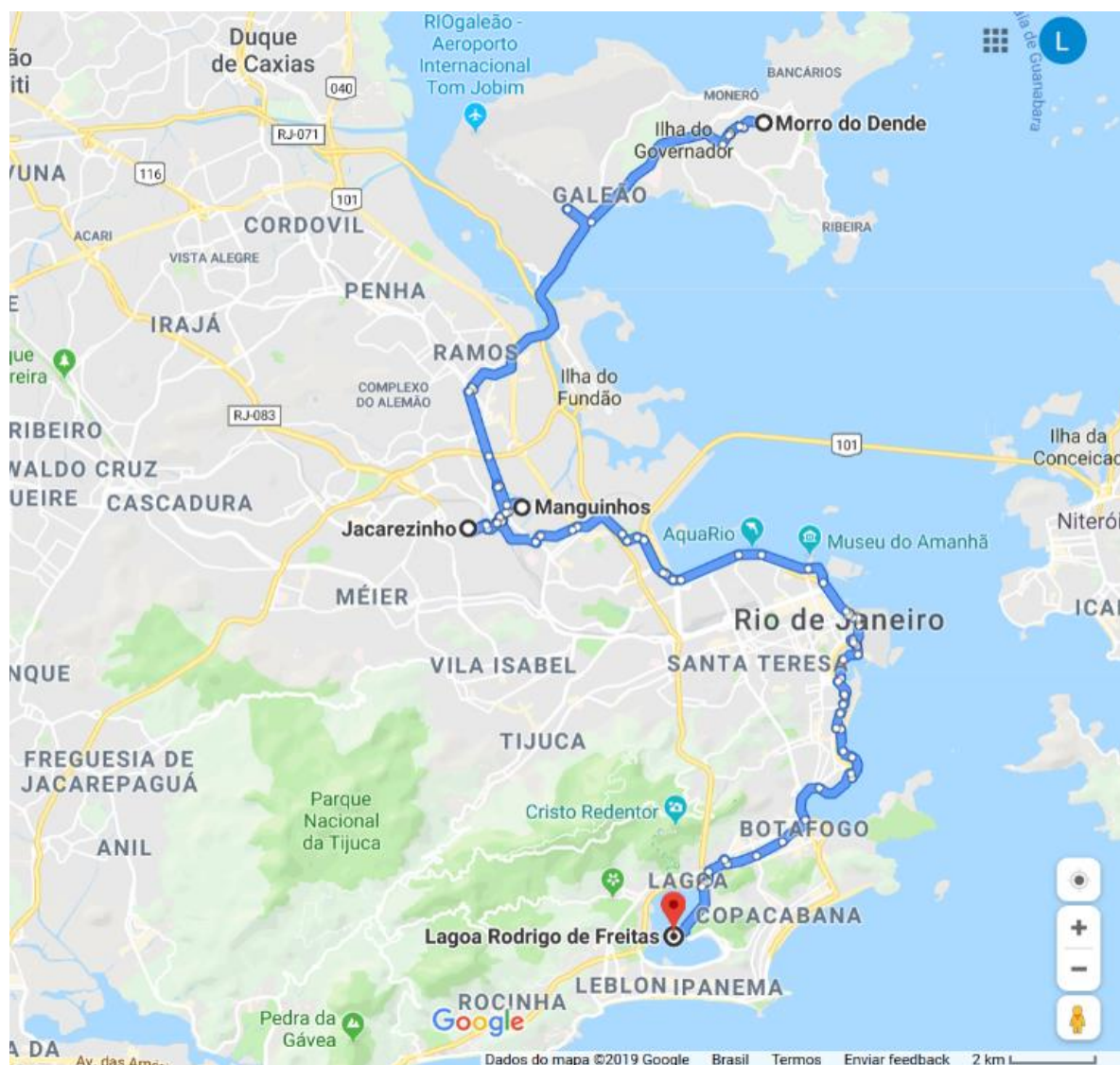
VÍDEO contesta versão. **Extra**, Rio de Janeiro, ano 18, n. 6.914, 29 jul. 2015, p. 10

WERNECK, Felipe. ‘A redução é racista. Querem voltar à senzala?’. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 3 jul, 2015. Metrópole, p. 14

ZAMIN, Ângela. Jornalismo de referência: o conceito por trás da expressão. In: **Revista Famecos mídia, cultura e tecnologia**, Porto Alegre, RS, v. 21, n. 3, p. 918-942, set./dez. 2014

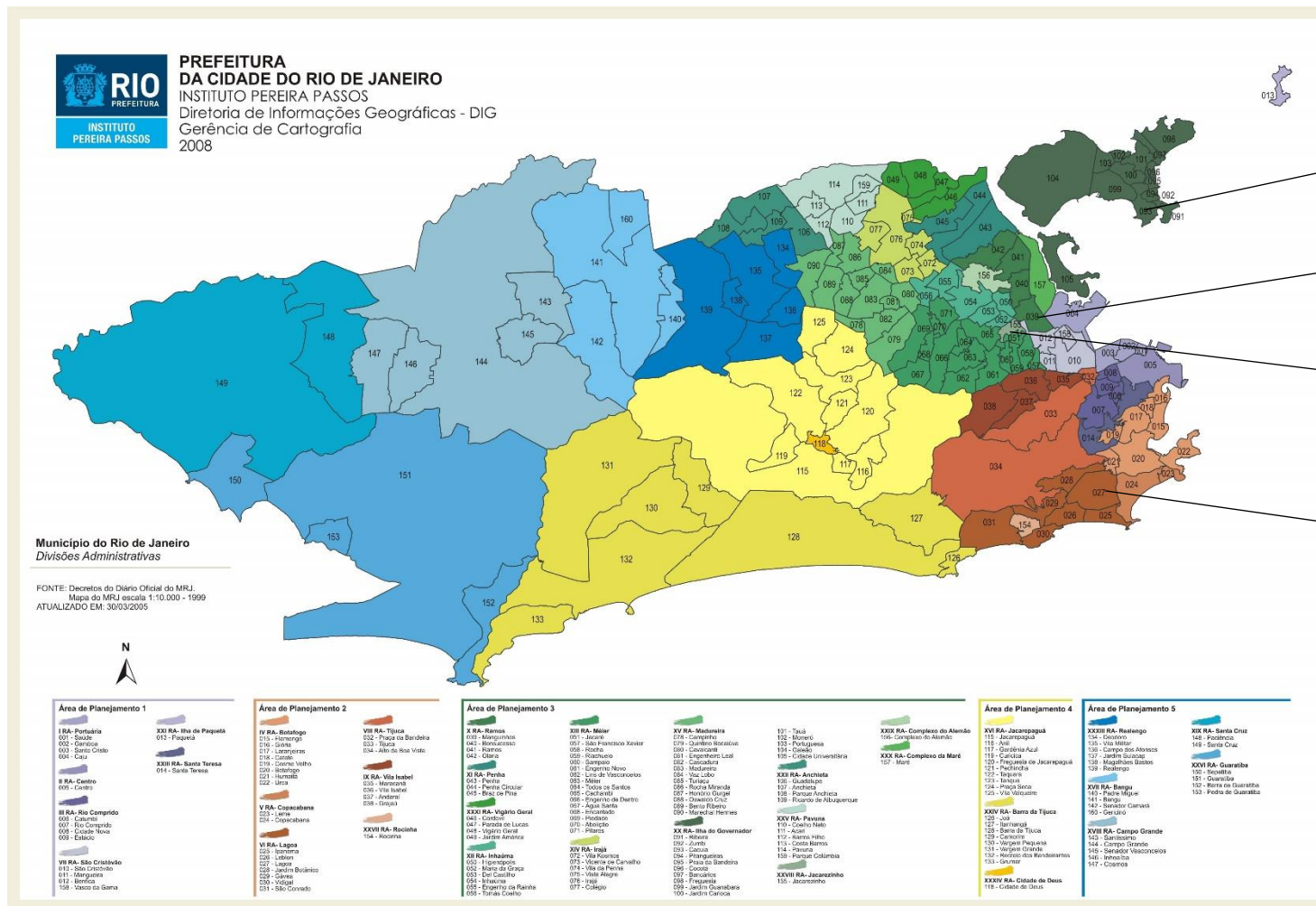
_____; MAROCCO, Beatriz. Vertentes dos estudos de acontecimento. In: BENETTI, Marcia; FONSECA, Virginia Pradelina da Silveira (orgs.). **Jornalismo e acontecimento: mapeamentos críticos**. Florianópolis: Insular, 2010. p. 97 – 120

ANEXO A - A NARRATIVA TERRITORIALIZADA: CAMINHO ENTRE A ZONA NORTE E A ZONA SUL



Fonte: Google Maps. Reprodução

ANEXO B - MAPA DO RIO DE JANEIRO COM DIVISÃO POR BAIRROS E ÁREAS DE PLANEJAMENTO



Fonte: Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro